

VOLUME I

ENCONTRO INSTITUCIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO UFPB

PÓS-GRADUAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS,
REVELANDO O PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO INSTITUCIONAL (PQI) DA UFPB



Márcia Batista da Fonseca
Maria Luíza Pereira de Alencar Mayer Feitosa
(ORGANIZADORAS)



EJ Editora
UFPB



ENCONTRO INSTITUCIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO UFPB

**Pós-graduação e capacitação de servidores
públicos, revelando o Programa de Qualificação
Institucional (PQI) da UFPB**

- Volume 1 -



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitor
Vice-Reitora

Valdiney Veloso Gouveia
Liana Filgueira Albuquerque



EDITORA UFPB

Direção
Gestão de Editoração
Gestão de Sistemas

Natanael Antonio dos Santos
Sâmella Arruda Araújo
Ana Gabriella Carvalho

Conselho Editorial

Adailson Pereira de Souza (Ciências Agrárias)
Eliana Vasconcelos da Silva Esval (Linguística, Letras e Artes)
Fabiana Sena da Silva (Interdisciplinar)
Gisele Rocha Côrtes (Ciências Sociais Aplicadas)
Ilda Antonieta Salata Toscano (Ciências Exatas e da Terra)
Luana Rodrigues de Almeida (Ciências da Saúde)
Maria de Lourdes Barreto Gomes (Engenharias)
Maria Patrícia Lopes Goldfarb (Ciências Humanas)
Maria Regina Vasconcelos Barbosa (Ciências Biológicas)

Editora filiada à:



Márcia Batista da Fonseca
Maria Luíza Pereira de Alencar Mayer Feitosa
(Organizadoras)

ENCONTRO INSTITUCIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO UFPB

**Pós-graduação e capacitação de servidores
públicos, revelando o Programa de Qualificação
Institucional (PQI) da UFPB**

- Volume 1 -

Editora UFPB
João Pessoa
2020

Projeto Gráfico
Revisão Gráfica
Imagens de Capa
Editoração Eletrônica e
Design de Capa

Direitos autorais 2020 – Editora UFPB

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA UFPB.

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo e a revisão de texto/normalização desta publicação são de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

Editora UFPB

Alice Brito

freepik.com

Jerfson Oliveira

Catálogo na fonte:

Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

E56 Encontro Institucional da Pós-Graduação UFPB: pós-graduação e capacitação de servidores públicos, revelando o Programa de Qualificação Institucional (PQI) da UFPB / Márcia Batista da Fonseca, Maria Luíza Pereira de Alencar Mayer Feitosa (organizadoras). - João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

337 p.: il. ; v.1.

Recurso digital (2,2MB)

Formato: PDF

Requisito do Sistema: Adobe Acrobat Reader

ISBN 978-85-237-1544-1

1. Qualificação profissional – Servidor público. 2. Qualificação institucional. 3. Servidor público – Capacitação. 4. Pós-graduação. 5. Universidade Federal da Paraíba. I. Fonseca, Márcia Batista da. II. Feitosa, Maria Luíza Pereira de Alencar Mayer. III. Título.

UFPB/BC

CDU 331.36

Livro aprovado para publicação através do Edital Nº 01/2020/Editora Universitária/UFPB - Programa de Publicação de E-books.

EDITORA UFPB

Cidade Universitária, Campus I
Prédio da Editora Universitária, s/n
João Pessoa – PB
CEP 58.051-970
<http://www.editora.ufpb.br>
E-mail: editora@ufpb.br
Fone: (83) 3216.7147

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Bruno Ferreira Frascarolli
Edna Gusmão de Goes Brennand
Edneide Jezine Mesquita Araújo
Reinaldo Farias Paiva de Lucena
Tereza Correia da Nóbrega Queiroz

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	9
----------------------	----------

Márcia Batista da Fonseca

Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa

PARTE I • EDUCAÇÃO

1. A PESQUISA EM POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL: O ENRAIZAMENTO COMO CATEGORIA ANALÍTICA	14
---	-----------

Flávia Paloma Cabral Borba

Swamy de Paula Lima Soares

2. O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA NA UFPB: EXPERIÊNCIA E PERSPECTIVAS	31
--	-----------

Alan Leite Moreira

Ana Paula Furtado Soares Pontes

3. EXPANSÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: TEMPOS DIFÍCEIS NA UNIVERSIDADE PÚBLICA.....	45
--	-----------

Evandro Soares Costa Filho

Damião de Lima

4. POLÍTICAS DE INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DISCENTES COM DEFICIÊNCIA NA UFPB	75
--	-----------

Lidiane Ramos da Silva

Edineide Jezine

5. PLANEJAMENTO E GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA UFCG: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – 2010 A 2014... 	104
--	------------

Honório Patrício Neto

Éder da Silva Dantas

PARTE II • SAÚDE

6. CUIDADOS PALIATIVOS: RELAÇÃO DIALÓGICA ENTRE ENFERMEIROS E PACIENTES EM FASE TERMINAL 167

Adriana Marques Pereira de Melo Alves

7. O CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE SOBRE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DAS SALAS DE VACINAS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE 182

*Ana Cristina Rodrigues Luna e Silva
Cristine Hirsch Monteiro*

8. PRÁTICAS DE AUTOCUIDADO REALIZADAS POR PESSOAS COM DIABETES TIPO 2 EM UM SEGUIMENTO AMBULATORIAL DE JOÃO PESSOA..... 197

*Cizone Maria Carneiro Acioly
Marta Miriam Lopes Costa*

9. AS RELAÇÕES DE TRABALHO NOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS E O SURGIMENTO DA EBSERH COMO NOVA POLÍTICA DE GESTÃO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS209

*Clodoaldo Gomes de Oliveira
Éder da Silva Dantas*

10. A ATENÇÃO PRIMÁRIA COMO COORDENADORA DO CUIDADO E ORDENADORA DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA/ADOLESCENTE EM CONDIÇÃO CRÔNICA228

*Elenice Maria Cecchetti Vaz
Neusa Collet
Altamira Pereira da Silva Reichert*

PARTE III • MEIO AMBIENTE

11. A PERCEPÇÃO DOS GESTORES DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE – IFS CAMPUS LAGARTO ACERCA DAS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS 255

Fládson Ricardo Mendes dos Santos

Márcia Batista da Fonseca

José Osman dos Santos

12. PROPOSIÇÃO DE UMA METODOLOGIA PARA COMPRAS SUSTENTÁVEIS NO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE – CAMPUS LAGARTO 289

Diná Faustino Bezerra

Márcia Batista da Fonseca

José Osman dos Santos

NOTAS DE FIM 326

SOBRE OS AUTORES 329

PREFÁCIO

A pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) reúne um conjunto aproximado de cinco mil alunos, mais de mil e duzentos professores e cento e cinquenta servidores técnicos distribuídos em 81 programas, sendo 113 cursos, 73 mestrados e 40 doutorados, 5 dos quais em associação. Das 49 áreas do conhecimento estabelecidas pela Capes, a UFPB possui cursos de pós-graduação em 42 delas, revelando seu crescimento horizontal na UFPB. Segundo a pontuação atribuída pela Capes, a UFPB possui 23,9% dos cursos no conceito 3 (a média do Nordeste é 43,4% e a do Brasil é 31,9%); 48 % no conceito 4; 21,2% no conceito 5 e 3,5% no conceito 6. Estes dados mostram que a UFPB conseguiu consolidar sua pós-graduação no conceito 4 (bom), em percentuais acima da média do Nordeste (36,5% no conceito 4) e do Brasil (35,9%).

A dimensão da Pró-Reitoria de Pós-Graduação na UFPB tornou-se de tal modo expressiva que o Conselho Universitário da Instituição (CONSUNI), mediante proposta da Reitora Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz, decidiu desmembrar a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa em Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) e Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPEQ), a partir de dezembro de 2016.

É tradição da UFPB realizar *Encontros Unificados de Ensino, Pesquisa e Extensão*, de maneira a valorizar os 3 eixos articulados e indissociáveis da autonomia universitária, conforme dispõe o art. 207 da Constituição Brasileira. Assim, antes do desmembramento da PRPG, no âmbito desses Encontros anuais, o eixo do ensino ficava sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação (PRG), o da pesquisa com a PRPG e eixo da extensão com a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX).

Em 2017, pela primeira vez, a PRPG não estava com a responsabilidade da pesquisa, mas de sua conjugação com o ensino, no contexto específico da pós-graduação. Fez-se necessário pensar um evento no qual pudesse ser discutido o potencial da pós-graduação

da UFPB em suas diversas áreas, nascendo, desse modo, o primeiro Encontro Institucional de Pós-Graduação (I ENIP) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no *Campus I*.

O tema escolhido foi “Pós-Graduação e Capacitação de Servidores Públicos: revelando o Programa de Qualificação Institucional (PQI) da UFPB”, eixo importante de ação da PRPG, transversalizado e identificado como decorrência de um relevante Programa institucional, desenvolvido em parceria com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP). O Evento foi assim inserido na programação do V Encontro Unificado de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPB, realizado nos dias 30 e 31 de outubro de 2017, nas salas do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA).

Optou-se, pois, por realizar inicialmente um evento temático, com base na valorização dos programas profissionais, destacando-se que a UFPB hoje conta com 13 Programas Profissionais, sendo 13 Mestrados e 1 doutorado. A evolução desta modalidade na UFPB se deu muito rapidamente, entre 2013 e 2019, observando-se o aumento de 70% no número de Programas Profissionais, além disso, a UFPB tem se destacado pela qualificação de seus quadros dentro do Programa de Qualificação Institucional (PQI) e os Mestrados Profissionais na Instituição têm desempenhado proeminente papel na qualificação dos servidores técnicos da Instituição.

A realização do I ENIP envolveu diretamente os Programas de Pós-Graduação Profissionais sem excluir os programas acadêmicos que aderiram às convocatórias abertas pelas Pró-Reitorias PROGEP e PRPG, nos termos das Resoluções nº 27/2014 e 05/2016, ambas do CONSUNI, tais como o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV), Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes (MPGOA), Programa de Pós-Graduação em Economia do Setor Público (PPESP), Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (PPGENF), Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), Programa de Pós Graduação em Neurociência Cognitiva e Comportamento (PPGNEC) e PRODEMA.

O evento contou com a apresentação de 24 trabalhos, com discussões situadas nos eixos estratégicos de Políticas Públicas, Gestão e Aprendizagem; Economia, Trabalho e Cultura; e Desenvolvimento e Meio Ambiente. Transitaram pelo local das apresentações aproximadamente duzentos participantes, entre alunos, professores e servidores técnicos da UFPB e de outras instituições. Três trabalhos foram premiados no evento: “Políticas de Inclusão da Educação Superior e Discentes com Deficiência na Ufpb” por Lidiane Ramos da Silva e Edneide Jezine; “O Estágio não Obrigatório de Estudantes de Pedagogia na Ufpb: Experiência e Perspectivas” por Alan Leite Moreira e Ana Paula Furtado Soares Pontes; e “As Relações de Trabalho nos Hospitais Universitários e o Surgimento da Ebserh como Nova Política de Gestão nas Universidades Federais” por Clodoaldo Gomes de Oliveira e Eder da Silva Dantas, todos egressos do MPPGAV/UFPB.

O resultado dessa experiência encontra-se condensado neste E-book que compila os melhores trabalhos apresentados no evento e selecionados pelo Comitê Científico para publicação. O livro subdivide-se em três sessões, Educação, Saúde e Meio Ambiente. Na Educação, são discutidas a pesquisa em política pública educacional, as dificuldades da educação superior, assim como questões relacionadas à expansão e democratização, políticas de inclusão da pessoa com deficiência, experiências e expectativas acerca do estágio não obrigatório e questões sobre gestão Universitária. Na sessão sobre Saúde, entram em debate os cuidados paliativos com pacientes terminais, o autocuidado no caso de pacientes com diabetes, a saúde da criança/adolescente e as relações de gestão, no ambiente dos hospitais universitários, havendo um ensaio sobre o gerenciamento de resíduos. A última sessão apresenta dois textos sobre questões ambientais, um que abrange a percepção de gestores públicos no caso das licitações sustentáveis e um estudo de caso que propõe metodologia para compras sustentáveis dentro de determinada instituição pública.

Dando início à série histórica, o I ENIP divulgou trabalhos de formação *stricto sensu* de servidores técnicos, no âmbito de projetos de

pesquisa científica, com destaque para a vertente profissional, revelando a dimensão estratégica do investimento institucional na qualificação de recursos humanos. Essa ação tem o mérito múltiplo de promover o crescimento pessoal do servidor, ao tempo em que desenvolve capacitações aplicadas à sua prestação de serviço na Instituição e abona a importância prática da pós-graduação pública nesse percurso vitorioso.

A Pós-graduação brasileira, nordestina e em especial na UFPB, tem representado marco de resistência e resiliência às dificuldades enfrentadas, da falta de recursos à descrença. Este evento veio não somente para apresentar resultados obtidos como também para planejar ações e posteriores avanços.

Boa leitura!

João Pessoa, 30 de maio de 2020.

Márcia Batista da Fonseca

Coordenadora Geral da Pós-graduação da UFPB

Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa

Pró-Reitora de Pós-Graduação da UFPB

PARTE I

Educação

A PESQUISA EM POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL: O ENRAIZAMENTO COMO CATEGORIA ANALÍTICA

*Flávia Paloma Cabral Borba
Swamy de Paula Lima Soares*

1. INTRODUÇÃO

O estudo da política educacional apresenta em seu escopo elementos multidisciplinares que subsidiam suas análises. Em outros termos, a epistemologia das políticas educacionais e suas categorias teóricas (TELLO, 2013) representam as possibilidades de “pensar e refletir sobre a produção do conhecimento neste campo” (TELLO, 2013, p.23), trazendo como pontos norteadores o domínio de reflexões críticas, com forte influência das diretrizes do campo das ciências sociais e do campo da ciência política (DIÓGENES, 2014). Trata-se, então, de um campo em desenvolvimento (SILVA, 2011, p.44), sendo a construção de categorias analíticas baseadas tanto em experiências empíricas, quanto em produções do campo teórico das políticas públicas de educação.

Como desdobramento da clássica diferenciação dada pelas ciências sociais entre a *politics* e a *policy*, Tello (2013, p. 25) aponta possibilidades interpretativas para a política educacional, indicadas por dois tipos de estudos: os “estudos sobre a Política Educativa”, relacionados com a problematização do tema enquanto campo teórico, ou seja, aquele que discute os arranjos e as dimensões relacionadas à política educacional como campo científico do conhecimento; e “as Políticas Educativas”, que tem como referência a análise dos elementos objetivos da política (ação), tais como seu desenho de implementação, gestão, avaliação e resultados.

Na pesquisa para a dissertação intitulada “Políticas da educação superior e o enraizamento local: o Programa de Educação Tutorial na Universidade Federal da Paraíba”, defendida em fevereiro de 2017 no Programa de pós-graduação em Políticas públicas, gestão e avaliação da educação superior, apesar do foco dirigido pelo estudo da segunda dimensão de análise indicada por Tello, ou seja, da análise de seu desenho institucional e acadêmico, sabe-se que ambas as dimensões se coadunam em um movimento dialético de construção, não havendo a possibilidade de desassociar o estudo dos elementos objetivos de execução de uma política pública, neste caso do Programa de Educação Tutorial – PET, dos elementos teóricos necessários para compreensão orgânica dos elementos (internos e externos) que a constitui, considerando seu desenho sociopolítico institucional e as relações conjunturais históricas que direcionam seus processos.

O PET é uma política educacional direcionada à qualificação dos cursos de graduação e que acontece em instituições de educação superior no formato de grupos tutoriais de aprendizagem. Assim, o próprio espaço de sua execução já configura um importante apontamento conceitual, visto que as instituições de educação superior, sobretudo as universidades públicas, compreende uma conjugação diversa de representações que dialoga constantemente com a sociedade, em seu sentido mais amplo. Implica no reconhecimento de que a universidade se pauta organicamente pela sociedade, em uma troca mútua de influências. Assim, dentre as principais características do Programa está o trabalho desenvolvido nos espaços de ação extracurriculares, estabelecendo uma relação horizontal com a tríade ensino, pesquisa e extensão. Implica dizer que, na dimensão metodológica, construímos uma perspectiva de análise baseada no escopo de execução do programa PET na UFPB, caracteristicamente elaborado no plano federal e executado em nível local, sob o viés da relação entre o Programa e a instituição, considerando os aspectos objetivos em termos institucionais e acadêmicos. Em outros termos,

destacamos o estudo das configurações institucionais e acadêmicas do Programa em âmbito local, problematizando como essa ação pública interage e são incorporadas pelos diversos atores sociais/institucionais envolvidos e a maneira na qual ela se constitui. É nesse panorama que investimos na categoria analítica do “enraizamento” como suporte metodológico de análise, no qual apresentaremos neste artigo, apontando as contribuições e possibilidades dessa categoria de análise no campo de investigação científica das políticas públicas educacionais.

Como principais resultados, compreende-se a abordagem epistemológica das políticas públicas educacionais como um campo em aberto, repletos de influências e intercessões de variados campos científicos. A categoria enraizamento apresenta-se, portanto, com um intenso potencial analítico de congregar conceitos especialmente para a avaliação de políticas já implementadas ou em fase de implementação.

A organização desta discussão está colocada em duas seções, em que, de maneira inter-relacionada, articula alguns dos elementos estruturantes da política educacional brasileira, sobretudo na educação superior, com o campo teórico-metodológico do enraizamento enquanto categoria de análise. Finalizamos apresentando nossas considerações finais.

2. POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Ao analisar os processos formativos que compõem o universo das políticas educacionais, sublinhamos nesse estudo as políticas de educação superior como foco. As ações de qualificação da graduação materializadas em programas e projetos se relacionam com a discussão dos espaços em que são formuladas e implementadas as políticas públicas. Ou seja, sua compreensão passa pelo entendimento do movimento interno do Estado (também chamado de “autonomia relativa

do Estado”), supondo a clássica compreensão dos aspectos conjunturais, sobretudo econômicos, que interagem nas instâncias sociais e estabelecem com ela pressões de diversas representações. O estudo de políticas públicas, dentre os fatores identificados para o desenvolvimento deste campo como área de conhecimento, tem sido direcionado à análise da adoção de políticas restritivas de gastos, no ajuste estratégico para equalizar questões sociais e econômicas, principalmente nos países latino-americanos em que se configuram democracias recentes (SOUZA, 2006). É, também, uma subárea de estudo das Ciências Políticas em que a problemática se materializa principalmente em “como e por que os governos optam por determinadas ações?” (Ibidem, p.22). Nesse contexto, compreender a atuação do Estado brasileiro no campo das políticas públicas passa a ser um imperativo analítico na proposição de mapeamento da educação, especialmente a educação superior, no território nacional. Isso porque compreendemos a política pública como o Estado em ação (AZEVEDO, 1994), em que o foco das análises deve apontar para o lugar onde os embates se constituem: na inter-relação entre Estado, política, economia e sociedade (SOUZA, 2006). As diversas motivações que incitam a atuação do Estado em determinadas questões sociais sugerem o desafio de situar tanto a educação quanto o próprio Estado no contexto do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, especialmente a partir do século XX.

Assim, do ponto de vista analítico, o estudo de políticas públicas, em especial no campo da educação, requer uma compreensão das relações contraditórias e dialéticas em que essas políticas são geradas em sociedades capitalistas. Bob Jessop (2009) em seus estudos sobre Poulantzas e a concepção marxista de Estado, destaca um novo olhar sobre a questão, apontando para o Estado como “uma relação de forças ou, mais precisamente, a condensação material de tal relacionamento entre as classes e as frações de classe” (POULANTZAS apud JESSOP, 2009, p.133).

Tratando especificamente dos ambientes educacionais, é necessário estar ciente da complexidade de sua definição que ao mesmo tempo em que se constitui um aparelho de reprodução de uma ideologia dominante, também se constitui como um espaço plural onde convivem diferentes concepções ideológicas. A tensão acaba por gerar espaços de resistências, compondo o contraponto da relação dos interesses que estão envolvidos, sendo os espaços educacionais potencializados por conta de sua natureza. Portanto, seguindo as pistas interpretativas trazidas por Jessop (2009), a compreensão das políticas de educação superior precisa levar em consideração os espaços em disputa, os movimentos contrários entre público e privado, entre expansão e retração, bem como outros condicionantes, expressos na relação entre “estrutura e conjuntura” (SOUZA, 2006).

A ação educacional promovida em formato de políticas públicas carrega em si certas contradições da retórica do sistema capitalista, apontando a necessidade de conhecer e considerar de que forma as manobras políticas e de poder configuram o papel do Estado. Esse movimento é importante para não lançar um olhar analítico ingênuo às ações e/ou omissões materializadas pelo Estado, deixando de considerar que

mesmo quando se concebem soluções que visam o soerguimento de um maior padrão de justiça social, estas encontram no agir através destes valores um forte fator para que se produza justamente o contrário do pretendido (AZEVEDO, 1994, p.9).

É preciso também perceber a perspectiva mista de globalização (BURTON, 2014), indicando o movimento de constituição de políticas a partir de uma não linearidade, mesmo estando num contexto de globalização neoliberal. Neste sentido, o próprio conceito de neoliberalismo se materializa de forma distinta a depender dos

contextos sócio-históricos e dos atores sociais que, em última instância, são responsáveis pela formulação e/ou implementação de políticas. Isto quer dizer “que não significou uma redução completa no papel e no tamanho do Estado e de outros grupos na formulação e formação dessas mesmas políticas” (Ibidem, p. 317).

Partindo, então, de uma tentativa de construção metodológica de análise, foco central deste texto, a constituição das políticas educacionais aparecem como um complexo jogo que envolve contextos, tendências e atores. A dimensão de previsibilidade está justamente na compreensão das tendências macrossociais de interpretação da realidade (neste caso, justifica-se a importância da categoria totalidade da dialética marxista), associadas à percepção e atuação dos atores como agentes condicionados, porém não determinados pelas estruturas sociais. Neste caso, a interpretação weberiana nos é útil para perceber as possibilidades da ação política como um campo de acontecimento parcialmente previsível, mas, ao mesmo tempo, imerso no jogo incerto da história. Associada à concepção de Max Weber podemos compreender a partir de Arendt (2001) o mesmo movimento analítico. Em sua concepção de política, a filósofa alemã sublinha a possibilidade de rompimento de padrões pré-estabelecidos e criação de novas possibilidades. Segundo a autora, aí se encontra a incerteza da filosofia da história. Se podemos compreender o passado como algo razoavelmente lógico (com a segurança de quem olha para trás), paradoxalmente nada nos assegura do que virá a ser o futuro. No campo do passado se encontra a filosofia, no campo do futuro a própria política, fruto da atuação (ação do ator social) de homens e mulheres na busca de solução de seus próprios problemas.

Traduzindo as reflexões teóricas para o campo da formulação e implementação de políticas públicas, percebemos a complexa relação entre o previsível (baseado na dimensão estrutural da política e na conjuntura macrossocial em que está inserida) e o imprevisível (aquilo que alguns vão inclusive nomear de efeitos não previsíveis de

uma determinada política pública). Se o previsível está no campo de uma certa reprodução das relações sociais de dominação em uma sociedade capitalista, como bem explicaram os sociólogos franceses dos anos de 1960, mas notadamente Pierre Bordieu, o imprevisível estaria justamente no campo da política, no sentido atribuído tanto por Weber quanto por Arendt. Por um outro caminho analítico, o próprio Bordieu, no desenvolvimento de seu conceito de *habitus*, também irá considerar a dimensão do imprevisível como uma referência para quem busca analisar as conjunturas sociais e a atuação dos sujeitos em seus respectivos contextos.

No Brasil, a constituição das políticas educacionais, sobretudo a partir da década de 1930, parte da institucionalização de um projeto hegemônico da classe burguesa com princípios relacionados à formação para o trabalho, destinada às chamadas classes subalternas. Em outros termos, “com a revolução burguesa e a ascensão da classe burguesa enquanto classe dirigente hegemônica” (DIOGENES, 2014, p.336) tem-se a formação de uma estrutura educacional enraizada em um projeto de Estado, não confundido com um projeto de Nação. Neste sentido, “as políticas públicas educacionais ganharam centralidade como instrumento estratégico de desenvolvimento social” (Ibidem p. 337). Vale ressaltar que, como observa Fernandes (1976), o desenvolvimento das políticas e a própria formação do Estado moderno brasileiro partiu de uma ação não inclusiva das classes trabalhadoras, inexistindo, portanto, um projeto de nação nos moldes de alguns países do chamado capitalismo central. As observações ora apresentadas, longe de parecer um resumo de um longo percurso histórico que culmina nas políticas educacionais contemporâneas, procuram apresentar pontos importantes na chamada análise de conjuntura de onde surgem e são desenvolvidas as políticas como uma espécie de resposta do Estado aos problemas sociais de um determinado lugar. Há, portanto, o exercício de compreensão dos condicionantes que, de certa forma, dão base às ações políticas desenvolvidas no campo da educação. De tal forma,

pode-se afirmar, ainda segundo Diógenes (2014), que as “abordagens metodológicas das políticas públicas educacionais estão circunscritas em uma temporalidade histórica, em um campo de disputa teórica entre as concepções clássicas do pensamento científico” (p. 339).

Pensando então no objeto de análise referenciando na pesquisa, que é o Programa de Educação Tutorial, outro ponto analítico sobre as políticas públicas emerge: a possibilidade de uma determinada ação, gestada inicialmente em uma instância federativa nacional, ser executada em nível local. Por haver, nessa relação, a atuação direta dos sujeitos na materialização da política, faz-se necessário a discussão sobre os níveis de envolvimento entre os sujeitos e as ações políticas. Esse movimento é nomeado na literatura como “enraizamento”.

3. O ENRAIZAMENTO COMO CATEGORIA ANALÍTICA

Em sentido Lato, o termo enraizamento pode designar sentidos distintos. Em analogia ao seu significado mais comum, no universo da botânica, enraizar significa desenvolver raízes, estabelecer uma conexão com o seu meio e, com ele, constituir uma relação de trocas. O desenvolvimento de uma planta será condicionado por vários elementos que definirão as condições de sobrevivência saudável e a longevidade baseado na relação que suas raízes estabelece com o solo. Partido então desse entendimento mais comum, podemos dizer que, em termos de compreensão dos fenômenos humanos, a construção do enraizamento indica um caráter de relação, de participação e/ou de socialização:

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana [...] O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro (WEIL, 1980, p. 347).

Ainda no sentido das relações humanas, segundo Frochtengarten (2005, p.30), “diríamos que a participação social do homem enraizado

está assentada em meios onde recebe os princípios da vida moral, intelectual e espiritual que irão informar sua existência”.

Nesses contextos, outro termo associado ao enraizamento fica evidente, que é justamente a relação de adaptação. Sobre essa característica é que o estudo do enraizamento, enquanto dimensão das ciências políticas, constrói certos parâmetros de entendimento, principalmente no sentido de formulação e implementação de políticas públicas. Isso se dá porque, as relações de adaptação, em tese, se dão em ambientes de disputas e, “considerando os aspectos sociais, a ação de enraizamento é sempre tensa porque desafia a estrutura nova frente ao forasteiro que aparece em sua frente, pronto para incorporá-lo ou destruí-lo” (SOARES, 2013, p.147). Esse destaque acaba por evidenciar também a necessidade de se perceber as relações sociais como indicadores na formação das ações dos sujeitos (GRANOVETTER, 1985). Temos então, como referência conceitual no campo das políticas sociais, o enraizamento enquanto parâmetro para “análise de programas e projetos governamentais, no sentido de compreender em que medida essas ações são incorporadas pelos sujeitos institucionais que as implementam (SOARES, 2013, p.145).

Assim, o enraizamento indica uma relação/apropriação entre o sujeito, a ação e o lugar. Em termos institucionais, o enraizamento sugere a possibilidade de um programa, oriundo inicialmente de outra esfera de governo (federal), criar “raízes” no seu local de implantação. Trazendo para os aspectos de nosso objeto, sendo o PET a referência enquanto política federal e sua execução na Universidade Federal da Paraíba enquanto gestora local, trata-se de como essa ação dialoga e reverbera na qualificação da graduação, além de como o programa se materializa na agenda política e institucional local. Como aponta Marta Arretche (2001), há por vezes aproximações e/ou distanciamentos entre aqueles que pensam a estrutura inicial da política e os que a desenvolvem (para além da mera execução) nas esferas locais. “Em outras palavras, na gestão de programas públicos, é grande a distância

entre os objetivos e o desenho de programas, tal qual como concebida por seus formuladores originais” (p. 45).

Na interlocução desses três elementos – sujeito, ação e lugar, em observância ao fenômeno político lançado pela própria definição de pesquisa, não deixamos de considerar como locus da investigação, a universidade pública como organismo dinâmico, que se (re)constrói periodicamente sob as distintas nuances dos processos socioeconômicos, políticos e culturais em um movimento recíproco de influências com a sociedade. Somado às verificações conjunturais do objeto com a cadeia que compõe a trajetória do ato de pesquisar e seus critérios de cientificidade no universo das Ciências Sociais, entendemos que a pesquisa não se restringe a um ato isolado, mas, em “atitude processual de investigação diante do desconhecido e dos limites que a natureza e a sociedade impõem” (DEMO, 2011, p.16). Sobretudo, nossa pista de análise aponta para as relações entre políticas gestadas no âmbito federal (Governo Federal) e suas repercussões no âmbito local (Universidades).

Percebemos, ainda, a necessidade de nossa proposta metodológica captar o “conjunto das proposições logicamente relacionado ao objeto” (LAKATOS & MARCONI, 2007, p.80) que está no centro na análise, no desafio de optar pela sistemática de procedimentos que pondere a harmonia entre a objetividade do método e a parcialidade das escolhas do pesquisador inerente à construção de uma pesquisa científica, sabendo que “não se pode fazer levantamento empírico sem o concurso dos outros horizontes, aqui subsumidos em teoria, método e prática” em que se sobressai a “importância dessa mútua fecundação” (DEMO, 2011, p.18), garantindo aos processos epistemológicos o rigor técnico e a criatividade necessária.

Amparamos, então, as definições das dimensões de enraizamento em explicações da realidade que auxilie “para esclarecer melhor o objeto de investigação” permitindo “maior clareza na organização dos dados” (MINAYO, 2015, p.17;18). Origina-se dessa explicação a justificativa de se optar por parâmetros indutivos de análise, partindo de questões

específicas da atuação do PET, e as implicações de seus possíveis processos de enraizamento, observando as causas e comparando a relação entre elas, em que a “generalização deriva de observações de casos da realidade concreta” (PRODANOV & FREITAS, 2013, p.28), a fim de explicar a realidade em seu contexto e ampliar as possibilidades de entendimento dos fenômenos

O uso do enraizamento, enquanto categoria analítica, não tem por base a função de criar parâmetros fechados e intransponíveis de análise, sendo por definição “um conjunto de proposições” que “orienta o olhar sobre o problema em pauta, a obtenção de dados e a análise dos mesmos” (MINAYO, 2015, p. 18). Por ora, procuramos apontar possibilidades de análise dos aspectos objetivos pós-implementação da política educacional, tendo como escopo a dimensão de seu caráter teórico-conceitual. Traz, sobretudo, a discussão dessa dialética sobre o movimento estruturante da execução de um programa, como ação pública do Estado (da policy), e o estudo dos elementos conceituais da política educacional, típicos do campo do conhecimento científico, que, como já discutido no item anterior, constroem desenhos conjunturais refletidos, principalmente, em disputas, discursos hegemônicos e agendas políticas específicas.

A opção da categoria do enraizamento para análise do Programa de Educação Tutorial se subsidia, também, por indicações de outras pesquisas (BALBACHEVSKY, 1998; BRASIL, 2007) que apontam, numa perspectiva global, que o atendimento dos objetivos do Programa e seu impacto na qualificação da graduação se comunicam com a relação/participação do Programa nas atividades dos Centros, Departamentos, Conselhos ou outras representações universitárias, criando vínculos participativos recíprocos, compondo uma relação cíclica de dinamização de ações acadêmicas e institucionais, causando um efeito cumulativo e projetando o Programa positivamente perante a comunidade acadêmica. Essa atuação tem como referência, justamente, a integração

entre os grupos PET e os cursos de graduação, em atividades diversas da rotina acadêmica.

Assim, na construção da categoria analítica do enraizamento como parâmetro de problematização dos níveis de interação/integração do Programa de Educação Tutorial na Universidade Federal da Paraíba, consideramos duas subcategorias de referência. Essas subcategorias, presentes na própria constituição da ação enquanto programa de qualificação da graduação, a nosso ver, são importantes para perceber em que medida o PET enraizou-se ou não na instituição. São elas a dimensão institucional – ligado às formas com que o Programa dialoga com as diversas instâncias de gestão da UFPB, e o enraizamento acadêmico – mais diretamente ligado às repercussões do Programa nas atuações de ensino, ou não na instituição. São elas a dimensão do enraizamento institucional – ligado às formas com que o Programa dialoga com as diversas instâncias de gestão da UFPB, e o enraizamento acadêmico – mais diretamente ligado às repercussões do Programa nas atuações de ensino, pesquisa e extensão. O quadro a seguir (SOARES & BORBA, 2015, p.265) detalha as subcategorias e os elementos considerados para a análise:

Dada a aplicação dessa metodologia no estudo sobre o enraizamento do PET na UFPB (BORBA, 2017), têm-se como alguns dos resultados, em síntese, que as representações institucionais de acompanhamento do Programa na universidade, mesmo apresentando uma progressiva melhora da gestão do PET, localizam-se num estágio inicial de estruturação em que a ausência de parâmetros regimentais para as atividades avaliativas e de acompanhamento no âmbito local comprometem a continuidade de padrões gerenciais importantes para o fortalecimento institucional do Programa enquanto política. Tal conjuntura reflete substancialmente na baixa visibilidade do PET na IES. Esse panorama também se reflete na ausência de estudos avaliativos necessários para se pensar estrategicamente o Programa dentro da UFPB, principalmente no que se refere ao seu fomento e

participação nos planos de melhoria da graduação, articulados pelo plano de desenvolvimento institucional. Em termos acadêmicos, ou no que poderíamos chamar de enraizamento acadêmico, temos um movimento análogo ao enraizamento institucional. Explicando melhor, quanto maior a visibilidade do Programa na sua atuação acadêmica (seja repercutindo nos cursos do qual participa, ou ainda nas ações de extensão que envolvem a comunidade externa à UFPB), mais “importante” ele passa a ser para a instituição, especialmente os cursos, Centros e/ou Departamentos que mais se “beneficiariam” da atuação do PET.

Sendo assim, a guisa de conclusão, um importante elemento que nos leva para um entendimento de frágil enraizamento do PET na UFPB tem a ver com o fator visibilidade. Nesse sentido, voltamos ao conceito de atuação política, uma vez que, como bem nos lembra Arendt (1993), a política é um ato de aparecer no mundo. Portanto, para além do aporte midiático que o termo “visibilidade” sugere, aparecer no mundo seria, sobretudo, uma estratégia de afirmação política do Programa, uma pista de enraizamento. Ora, percebemos justamente nesse elemento uma interessante distinção entre os grupos. Àqueles que se articulam em seus Centros e Departamentos acabam ganhando uma espécie maior de legitimidade, decorrente do reconhecimento do Programa. Entretanto, para além das possíveis articulações locais entre os grupos, o PET tem baixa visibilidade na universidade e isso, em tese, o enfraquece. Em outros termos, o Programa parece ter maior enraizamento acadêmico, mas suas fragilidades organizacionais e estruturais acabam enfraquecendo-o dentro da própria instituição. Alguns elementos, todavia, podem ser rapidamente revertidos. Outros demandariam uma mudança “cultural” na instituição para que, de fato, haja um melhor desenvolvimento do Programa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa discussão sobre a relação entre políticas públicas e enraizamento, alguns pontos precisam ficar em evidência: a dialética dos elementos que as constituem, principalmente as correlações de forças representadas pela diversidade de interesses; a influência conjuntural dos aspectos sóciopolíticos e econômicos, sobretudo quando o locus de investigação são as universidades públicas e, principalmente, a dinâmica natural de reorientação de políticas pós-implementação. Tais aspectos são interligados por um ponto comum, que é a intervenção dos sujeitos no desenvolvimento das ações. No PET, podemos perceber essa dinâmica quando nos deparamos com uma certa multiplicidade de ações no decorrer de sua institucionalização nacional. Sendo assim, apesar das três décadas de existência do Programa, a estruturação de seu escopo atual configura um desenho um tanto quanto recente, evidenciando nesta observação o trabalho desenvolvido pelas Pró-Reitorias de Graduação no acompanhamento local do PET.

Para além do objeto, o Programa de Educação Tutorial, que referenciou o estudo, a questão do enraizamento aparece como uma importante categoria teórica para análise de políticas públicas, especialmente no quadro de países federativos como o Brasil. O caminho é justamente perceber a relação dialética entre elementos estruturais da política, elementos conjunturais da dimensão macrosocial em que a política é inserida e a atuação dos diversos atores sociais nas distintas instâncias federativas. Como observa Muller e Surel (2002) tal perspectiva de análise deve compreender os atores sociais como agentes importante no processo de formulação e, principalmente, implementação. Se os atores não são senhores completos de si – pela própria dimensão social que condiciona suas ações – não podem ser subvalorizados. Suas ações podem reforçar aspectos condicionantes- tal qual o papel dos sujeitos nos mecanismos de reprodução social, como assinalou Bordieu – mas também podem apontar rumos distintos daqueles pré vistos.

Essa distinção estaria na capacidade política de atuação, tanto no sentido weberiano (política como ação) como arendtiano (política como construção do novo). Portanto, o enraizamento não se constitui um movimento de incorporação de políticas pré-determinadas, mas uma ação complexa composta de ressignificados e de reproduções. A dimensão de qual dos termos descritos ganha mais força na disputa social está intimamente relacionada com a conjuntura social em que se move a política. Daí a ideia que a categoria enraizamento apenas ganha força analítica quando situada no contexto específico de uma determinada política pública educacional. As pistas analíticas parecem nos conduzir à necessidade de investigações empíricas que possam fortalecer o conceito e consolidá-lo no rol do quadro teórico daqueles que querem avançar na discussão das epistemologias das políticas públicas em educação.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, H. **Entre o Passado e o Futuro**. 5º ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- ARENDT, H. A dignidade da política. **Ensaio e conferências**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- ARRETCHE, M. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. In: **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 18, n.2, p. 17-26, 2004.
- AZEVEDO, J. M. L. **Rumos da educação democrática sob o signo do autoritarismo: um estudo sobre a política educacional no Brasil**. UNICAMP, 1994. 323p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994.
- BALBACHEVSKY, E. O Programa Especial de Treinamento (PET/CAPES) e a graduação no ensino superior brasileiro. In: **INFOCAPES: Boletim Informativo**. Brasília: CAPES, v.6, n.02 p. 6-23, abr./jun. 1998.

BORBA, F. P. C. **Políticas da educação superior e o enraizamento local: o Programa de Educação Tutorial na Universidade Federal da Paraíba.** João Pessoa: UFPB, 2017. 129p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, João Pessoa, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Relatório Nacional de Avaliação Nacional – 2006. Brasília: Brasil Tropical, 2007.

BURTON, G. Teorizando o Estado e a globalização na política educacional e políticas educacionais. In: **Práxis Educativa**, v. 9, n. 2, p.315-332, jul./dez. 2014.

DEMO, P. **Pesquisa: princípios científicos e educativos.** 14ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FROCHTENGARTEN, F. **A memória oral no mundo contemporâneo. Estudos avançados.** Vol.19, no.55 São Paulo, Sept./Dec. 2005.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, Art. 9, jan./jun. 2007

JESSOP, B. O estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. In: **Rev.Sociol.Polít.**, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 131-144, jun.2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. Ed. 5. Reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (orgs). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Editora Vozes, 2015. p. 9-29.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas. Coleção Desenvolvimento Social.** Pelotas: EDUCAT, 2002.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: método e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. Ed. Nova Hamburgo: 2013.

SOARES, S. de P. L. S. **Estado, políticas públicas e juventude: avaliação de efeitos de um programa federal na esfera local**. São Paulo: USP, 2013. 211p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BORBA, F. P. C. Abordagens metodológicas na avaliação de políticas: o Programa de Educação Tutorial na UFPB. In: **Tópicos Educacionais**, Recife, n.2, p. 245-269, jul/dez. 2015.

TELLO, C. Las Epistemologías dela política educativa: notas históricas y epistemológicas sobre el campo. In: **Epistemologías de la política educativa: posicionamientos, perspectivas y enfoques**. 1. ed – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

DIÓGENES, E. M. N. Análise das bases epistemológicas do campo teórico da política educacional. In: **Práxis Educativa**, v. 9, n. 2, p.333-353, jul./dez. 2014.

SILVA, M. O. Da S. Avaliação das políticas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras, 2011. p. 44-65.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

WEILL, S. **A Condição Operária e Outros Estudos Sobre a Opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA NA UFPB: EXPERIÊNCIA E PERSPECTIVAS

Alan Leite Moreira

Ana Paula Furtado Soares Pontes

1. INTRODUÇÃO

No âmbito da formação inicial de professores, realizada em cursos de licenciatura, alguns pesquisadores (ALMEIDA e PIMENTA, 2014; PIMENTA, 2012; PIMENTA e LIMA, 2012; PICONEZ, 2012) têm realizado suas investigações apostando na experiência do estágio, sobretudo na modalidade obrigatório, que tem sua integralização prevista no Projeto Pedagógico dos Cursos (PPCs) sob a forma de componente curricular.

Nesse sentido, durante o itinerário formativo dos licenciandos, o estágio tem sido apontado como um campo do conhecimento que possibilita uma primeira aproximação à sua futura prática profissional, sendo a integração teoria-prática o eixo dessa experiência formativa. Esse processo pode favorecer a oportunidade de ampliação e de fortalecimento dos saberes, conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao exercício profissional.

Entretanto, opcionalmente à experiência do estágio obrigatório, os estudantes dos cursos de Licenciatura, também podem vivenciar o estágio desenvolvido na modalidade não obrigatório, quando instituições/empresas selecionam e remuneram estudantes para desenvolver atividades em seu ambiente de trabalho (BRASIL, 2008).

A contratação de estagiários para atuar no âmbito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) atende à Lei federal Nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, e à Orientação Normativa do MPOG¹ Nº 02/2016, que estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal.

Além disso, também é disciplinada, na Universidade, por meio da Resolução CONSEPE²/UFPB Nº 16/2015, que aprovou o regulamento dos cursos regulares de graduação, e da Instrução Normativa Conjunta PROGEP/PROPLAN/PRG/GR³⁵ Nº 01/2016, que dispõe sobre os procedimentos relativos à solicitação da contratação de estagiários, modalidade de estágio curricular supervisionado não obrigatório interno (bolsa-estágio), para o âmbito dos setores administrativos e acadêmicos da UFPB.

No âmbito do estágio curricular supervisionado não obrigatório interno, a UFPB, que, como autarquia federal, é detentora de autonomia, contrata estudantes para atuar como estagiários em seus diversos ambientes de trabalho, concedendo compulsoriamente bolsa e auxílio-transporte, cujo valor totaliza, atualmente, R\$ 496,00 (quatrocentos e noventa e seis reais), para uma carga horária de 4 horas diárias e 20 horas semanais.

Nesse contexto, por estarmos envolvidos profissionalmente na Coordenação de Estágio e Monitoria (CEM), vinculada a Pró-Reitoria de Graduação (PRG) da UFPB, especificamente com a gestão do estágio não obrigatório, interessamo-nos em desenvolver uma pesquisa no âmbito do Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV) sobre uma temática relacionada ao nosso trabalho. Dessa forma, optamos por investigar a modalidade de estágio não obrigatório dos estudantes de Pedagogia que desenvolviam atividades diferentes à docência na sala de aula em setores/projetos da própria Universidade.

Considerando que, “não há instituição que tenha sentido, em termos de eficiência e eficácia, sem que faça um diagnóstico continuado,

dentro de um processo de planejamento” (GANDIN, 2008), os resultados desse estudo podem favorecer não só a rediscussão dos projetos e prioridades essenciais do curso, como também pode contribuir para a definição mais consciente dos diversos sentidos da Instituição (DIAS SOBRINHO e BALZAN, 2011).

Dessa forma, o presente artigo, que constitui um recorte da dissertação produzida no MPPGAV/UFPB, visa destacar os principais resultados da pesquisa intitulada “O estágio de estudantes de Pedagogia: a experiência para além da sala de aula” (MOREIRA e PONTES, 2017). A investigação teve por objetivo analisar as contribuições do estágio não obrigatório para a formação de estudantes de Pedagogia da UFPB, sendo esta experiência realizada em setores/projetos da própria Instituição, onde os estagiários desenvolveram atividades não diretamente relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem.

2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

De acordo com os objetivos propostos, realizamos uma pesquisa qualitativa, de cunho descritivo e exploratório. A pesquisa foi iniciada por uma revisão bibliográfica sobre estágio e formação do Pedagogo com foco em atuações profissionais para além da sala de aula, pois, ao fundamentarmos teoricamente o trabalho, fizemos o delineamento do objeto (MINAYO, 2009), além de a teoria ser essencial para responder às questões impostas pelo objeto (TRIVIÑOS, 1987). Desenvolvemos uma pesquisa documental, pois segundo Lüdke e André (1986) os documentos não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre ele.

Realizamos um estudo exploratório, a partir das fontes documentais disponibilizadas na CEM/PRG, em que optamos por analisar as atividades propostas nos Planos de Atividades de Estágio (PAEs) e nos relatórios dos estagiários-bolsistas de Pedagogia *Campus I*/UFPB que

estagiavam em área de atuação diferente da sala de aula no *Campus I/UFPB*, produzidos no 2º semestre de 2015 e no 1º semestre de 2016.

Em seguida, o trabalho empírico teve como foco os estagiários do curso de Pedagogia, *Campus I*, contemplados com a bolsa-estágio e que realizam atividades não diretamente relacionadas ao ensino na UFPB/*Campus I*, bem como os seus respectivos supervisores e professores orientadores do estágio e a gestora da CEM/PRG, pois consideramos que estes são atores estratégicos no processo do estágio em estudo.

Na seleção desses estagiários, realizada no 2º semestre de 2016, preocupamo-nos, ainda, em escolher sujeitos não contemplados no estudo exploratório e que estivessem cursando ou já tivessem cursado a disciplina obrigatória de “Estágio Supervisionado I”, pois entendemos que a experiência deste componente curricular se relaciona diretamente com nosso objeto de pesquisa. Já os supervisores e os professores orientadores foram selecionados a partir desses estagiários, em que contemplamos, no mínimo, um deles em cada setor.

Ao todo, foram entrevistados 17 (dezessete) sujeitos, sendo uma gestora (Docente da área da Educação), duas supervisoras (Pedagogas), quatro orientadores (Docentes da área da Educação) e 10 (dez) estagiários, vinculados a cinco locais de estágio (unidades concedentes).

Com todos os sujeitos, foi realizada uma entrevista semiestruturada, por meio de três roteiros diferentes: um para a gestora da Coordenação de Estágio; um para os supervisores/orientadores e um para os estagiários.

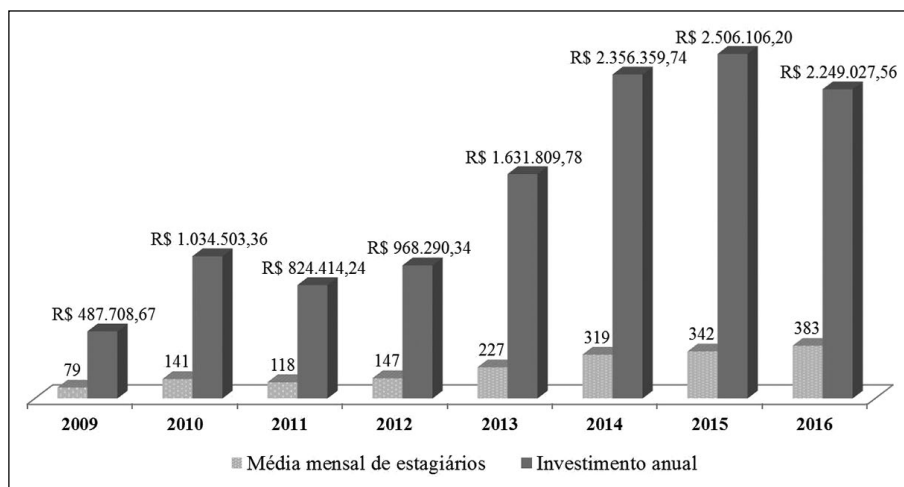
Em seguida, procedemos com a análise de conteúdo⁴ das entrevistas, sob a perspectiva de Bardin (2011), que consistiu em três etapas: *pré-análise* (leitura compreensiva das entrevistas, elaboração dos primeiros pressupostos para a interpretação e escolha das formas de classificação da análise), *exploração do material e tratamento dos resultados* (distribuição de trechos do material nos esquemas de classificação, leitura de diálogo entre as partes dos textos selecionados, inferência e análise dos núcleos de sentido, reagrupamento das partes dos textos por temas e elaboração da redação temática que articulou

os temas com as categorias que guiaram a interpretação) e *síntese interpretativa* (texto final que fez dialogar os temas com os objetivos, questões e hipóteses da pesquisa).

3. RESULTADOS

Em que pese a importância do aumento da oferta de vagas de estágio observada nos últimos anos na Instituição (ver gráfico 1), mesmo prevista nos instrumentos de planejamento estratégico do Governo Federal (Plano Nacional de Educação - PNE) e da Instituição (Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI), destacamos que a elevação do número de contratações de estagiários e, portanto, dos recursos destinados a esta atividade, carece de um maior debate crítico-reflexivo quanto à dimensão qualitativa dessa importante experiência formativa, a partir das lacunas/dificuldades identificadas no estágio.

Gráfico 1 – Oferta da bolsa-estágio, por média mensal de estagiários e investimento anual da UFPB, no período 2009-2016⁵

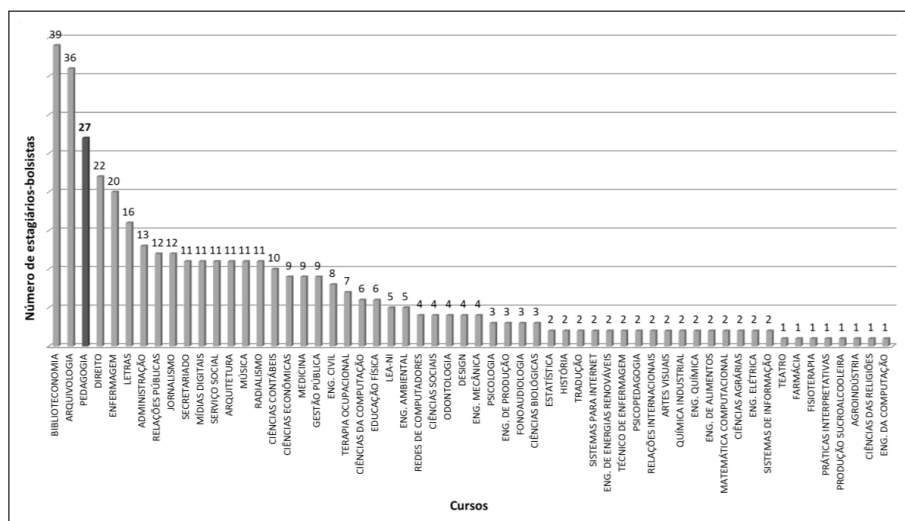


Fonte: CEM/PRG/UFPB, 2017. Elaboração própria.

Ressaltamos, portanto, que a política de dimensionamento de pessoal realizada pela PROGEP na Universidade deve considerar tal fenômeno ocorrido na Instituição, objetivando evitar o desvirtuamento da contratação de estagiários, que deve ocorrer para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público e à inquestionável função educacional e social do estágio.

A elucidação da diversidade de áreas contempladas com a bolsa-estágio evidencia a importância dessa discussão (ver gráfico 2), pois a UFPB, na condição de instituição de ensino e, ao mesmo tempo, de unidade concedente de estágio, propicia uma oportunidade de melhor articular a teoria-prática em seu próprio ambiente de trabalho.

Gráfico 2 – Oferta da bolsa-estágio, por curso e número de estagiários-bolsistas contemplados em setembro de 2016



Fonte: CEM/PRG/UFPB, 2017. Elaboração própria.

Nesse contexto, insere-se o estudante de Pedagogia que, com formação integral para atuação não apenas na docência da sala de aula, extrapola esse espaço físico e realiza estágio em diversos setores

administrativos (Centro de Educação, Pró-Reitoria de Graduação e Centro de Ciências da Saúde) e em projetos acadêmicos (Comissão Própria de Avaliação e Comitê de Inclusão e Acessibilidade) da Instituição.

No âmbito dessa experiência, são desenvolvidas atividades não diretamente relacionadas ao ensino e, portanto, em uma área de atuação diferente à da sala de aula, permitindo ao estudante de Pedagogia uma vivência diferenciada que o permite articular a docência às demais dimensões do curso: a gestão educacional e a pesquisa.

Quanto às fontes documentais produzidas no estágio, os Planos de Atividades de Estágio (PAEs) analisados demonstram que as atividades planejadas sinalizam para a participação na rotina administrativa do setor, o apoio técnico-pedagógico, o estudo/produção acadêmica e o uso de canais de comunicação eletrônica da Instituição (ver quadro 1).

Quadro 1 – Planos de Atividades de Estágio (PAEs)

Categorias	Atividades Propostas
1. Participação na rotina administrativa do setor	1.1 Atendimento ao público: discentes, docentes, técnicos; 1.2 Emissão de documentos: declarações, certificados, memorandos, ofícios.
2. Apoio técnico-pedagógico	2.1 Registro de dados em planilhas eletrônicas e sistematização das informações em editor de texto; 2.2 Participação na organização e desenvolvimento de eventos científicos.
3. Estudo/produção acadêmica	3.1 Participação em reuniões do setor; 3.2 Realização de pesquisas e elaboração de relatórios e artigos.
4. Uso de canais de comunicação eletrônica da Instituição	4.1 Atualização de página eletrônica e do e-mail do setor; 4.2 Utilização dos Sistemas SIG/UFPB (SIGAA, SIPAC, SIGRH).

Fonte: CEM/PRG/UFPB, 2016. Elaboração própria.

Quanto aos relatórios, os estagiários evidenciam a importância do estágio e o desenvolvimento de atividades técnico-administrativas, a produção de materiais didáticos e, também, o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs (ver quadro 2).

Quadro 2 – Relatórios semestrais dos estagiários

Categorias	Atividades Relacionadas
A. Importância do estágio	A.1 Fortalecimento da formação acadêmica e pessoal; A.2 Integração teoria-prática.
B. Atividades técnico-administrativas	B.1 Execução de atividades burocráticas e atendimento ao público; B.2 Participação em eventos científicos.
C. Produção de materiais didáticos	C.1 Confeccção de recursos pedagógicos; C.2 Participação na elaboração de regulamentações.
D. Uso das TICs	D.1 Assistência on-line à discentes e docentes; D.2 Controle de frequências e gerenciamento de arquivos/acervos digitais e físicos.

Fonte: CEM/PRG/UFPB, 2016. Elaboração própria.

Dessa forma, apesar de haver algumas lacunas entre o planejado e o vivido, as atividades descritas nos PAEs e nos relatórios guardam relação entre si. A análise desses documentos permitiu visualizar os “afazeres” dos estagiários de Pedagogia atuando fora da sala de aula. Com isso, evidenciamos que as atividades planejadas/desenvolvidas contribuem sobremaneira com uma melhor formação do estudante de Pedagogia a partir da vivência prática em uma Instituição de Ensino Superior, tendo em vista a relação administrativo-pedagógica experimentada.

Após analisarmos os registros escritos, procedemos com a análise da experiência verbalizada nas entrevistas. Nossa aproximação com os sujeitos da pesquisa, a gestora da CEM/PRG, as supervisoras, os

orientadores e os estagiários, nos permitiu um olhar mais aguçado e sensível, comparado aos arquivos “frios” até então analisados, mesmo diante das dificuldades/lacunas tão recorrentemente relatadas.

Essas problemáticas vão desde as relações humanas inerentes a qualquer ambiente de trabalho – e, em nosso contexto da pesquisa, também de estágio – até as ingerências institucionais quanto à estrutura, aos recursos, e ao próprio currículo do curso. Neste, salientamos a necessária articulação teoria-prática no curso-estágio, que, por vezes ocorreram apenas em nível abstrato.

Apesar dessas dificuldades/lacunas vivenciadas no estágio, além da gestora da CEM/PRG e dos supervisores/orientadores reforçarem que o estágio supre a necessidade de pessoal da Instituição, foi unânime entre os entrevistados a percepção de uma melhor formação na área da gestão a partir da vivência com os gestores na Universidade e de uma oportunidade para uma melhor permanência e êxito escolar dos estagiários-bolsistas.

Identificamos, a partir das falas dos sujeitos, que esta experiência contribui mutuamente para a Instituição, enquanto unidade concedente de estágio, e também para a permanência e a formação do estudante de Pedagogia, sobretudo quanto às áreas da gestão e da pesquisa, articulada também à docência.

Além de outras contribuições, também foi destacado pelos supervisores/orientadores e estagiários que essa experiência facilita a futura inserção no mercado de trabalho e articula as dimensões da docência, da gestão e da pesquisa. Nesse sentido, destacamos uma formação diferenciada para os estudantes contemplados nesta contratação, permitindo preencher as lacunas relatadas do curso de Pedagogia UFPB/*Campus I* quanto às áreas de atuação dos futuros Pedagogos enquanto gestores e/ou pesquisadores (ver quadro 3).

Quadro 3 – Síntese das contribuições da bolsa-estágio

Contribuições	Gestora da CEM/PRG	Supervisor/Orientador	Estagiários
Melhor formação na área da gestão a partir da vivência com gestores na Universidade	x	x	x
Permanência e êxito escolar do estagiário-bolsista	x	x	x
Supre necessidade de pessoal para a UFPB	x	x	
Facilita a futura inserção no mercado de trabalho		x	x
Articula dimensões da docência, da gestão e da pesquisa		x	x
Realização de estágio mais cedo, a partir do 2º período		x	
Estimula a continuidade dos estudos na pós-graduação		x	
Maior autonomia na realização das atividades do estágio			x
Melhor formação nas áreas secundarizadas no curso, a gestão e a pesquisa			x
Facilita a tomada de decisões quanto ao seu itinerário formativo e suas pretensões de atuação			x

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Não obstante essas contribuições, ainda buscamos inferir, dos entrevistados, suas propostas para aperfeiçoar essa experiência, já que os elegemos como os atores principais do estágio. Nessa perspectiva, é consenso, entre os sujeitos, a sugestão de organização de um evento/encontro de estágio, de maior envolvimento pedagógico do setor/projeto e do aumento do número de vagas do estágio. É salutar destacar

que, conforme já inferimos anteriormente, os relatos apontam para que o aumento quantitativo das vagas de estágio seja acompanhado de um salto qualitativo durante o acompanhamento pedagógico proporcionado pela e na Universidade.

Também foi apontada, além de outras, a necessidade de contemplar uma melhor sistematização do estágio na Instituição para, dessa forma, permitir uma maior aproximação entre a tríade Gestão/Supervisor-Orientador/Estagiário e uma melhor formação/integração do eixo teoria-prática.

4. CONCLUSÃO

Afim de favorecer uma maior articulação teoria-prática entre estágio-curso, acreditamos que o currículo do curso de Pedagogia deve melhor considerar a experiência do estágio não obrigatório, sobretudo no sentido de valorizar a orientação desenvolvida por seus docentes e o aproveitamento dessa vivência por seus discentes. Também deve ampliar a carga horária de estágio para além do magistério e de disciplinas obrigatórias que priorizem não apenas a dimensão docente, mas também a formação para a gestão e a pesquisa.

Além disso, no âmbito da PROGEP, compreendemos que esta Pró-Reitoria não deve limitar suas atribuições frente aos estagiários apenas com o cadastro e pagamento da bolsa-estágio. Além disso, essas contratações devem ser consideradas em sua política de dimensionamento de pessoal, evitando desproporções na relação servidor/estagiário, bem como contemplar esses estudantes em sua política dos cursos de capacitação, para melhor qualificar e articular os conhecimentos desses estudantes necessários à inserção no contexto da administração pública.

Na PROPLAN, acreditamos ser possível um melhor planejamento na disponibilidade orçamentária, sobretudo no sentido da liberação do crédito ocorrer previamente a cada edital de seleção das unidades

concedentes (locais de estágio), e não apenas após a instrução processual para solicitação do pagamento individual de cada estagiário. Nesse sentido, a tramitação do processo para contratação da bolsa-estágio contribuiria para a celeridade da tramitação processual e para o pagamento em tempo hábil.

No contexto da PRG, a implantação do módulo de estágio já ocorreu no semestre letivo 2017.1, ferramenta esta que poderá contemplar e sanar algumas demandas identificadas nesta pesquisa. Além disso, considerando a possibilidade de regulamentação da bolsa-estágio enquanto programa acadêmico, vislumbramos uma oportunidade de estimular, durante a permanência do estudante no local de estágio, a mobilidade da lotação do estagiário em diferentes setores/projetos. Com isso, haveria uma maior diversificação de experiências e práticas durante sua vivência de até dois anos na mesma unidade concedente.

Já no contexto do Gabinete da Reitoria, enquanto instância maior neste processo, sugerimos um maior apoio político no sentido de elevar o valor da bolsa e/ou do auxílio-transporte, bem como de melhor articular não apenas suas Pró-Reitorias, mas também o próprio CONSEPE nestas decisões.

Por fim, queremos registrar nosso anseio em valorizar a experiência formativa do estágio não obrigatório em nossa Instituição, a UFPB. Nesse sentido, é indubitável contemplá-lo como mais uma possibilidade de formação na reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) das licenciaturas, sobretudo ao considerarmos o contexto atual de transição entre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de 2002 e de 2015, bem como a necessária (re)discussão da Resolução que aprovou o regulamento dos cursos de graduação em nossa Universidade. Não sendo o bastante, é imperativo favorecer instrumentos/práticas na gestão administrativa e pedagógica que melhor articulem a relação indissociável teoria-prática no estágio, priorizando a formação do estagiário que, antes disso, é estudante.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRASIL. **Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Brasília, DF, 2008.
- BRASIL. **Orientação Normativa MPOG Nº 2, de 24 de Junho de 2016**. Estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF, 2016.
- ALMEIDA, Maria Isabel de. PIMENTA, Selma Garrido. **Estágios supervisionados na formação docente**. São Paulo: Cortez, 2014.
- DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César (orgs.). **Avaliação Institucional** – teoria e experiências. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GANDIN, Danilo. Posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n. 1, jan./jun., pp. 81-95, 2001.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. 6. reimp. São Paulo: EPU, 1986.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- MOREIRA, Alan Leite. PONTES, Ana Paula Furtado Soares. **O estágio de estudantes de pedagogia: a experiência para além da sala de aula**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, Universidade Federal da Paraíba, 2017.
- PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.) [et al.]. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24. ed. – Campinas, SP: Papirus, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática?**. 11. ed. - São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 7. ed. - São Paulo: Cortez, 2012.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). **Instrução Normativa Conjunta PROGEP/PROPLAN/PRG/GR Nº 01/2016**. Dispõe sobre os procedimentos relativos à solicitação da contratação de estagiários, modalidade de estágio curricular supervisionado não-obrigatório interno (bolsa-estágio), para o âmbito dos setores administrativos e acadêmicos da UFPB. João Pessoa, PB, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). **Resolução CONSEPE Nº 16/2015**. Aprova o regulamento dos cursos regulares de graduação da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB, 2015

EXPANSÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: TEMPOS DIFÍCEIS NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Evandro Soares Costa Filho

Damião de Lima

1. INTRODUÇÃO

O presente capítulo insere-se no campo de pesquisa das políticas educacionais, com ênfase na análise do ensino superior no curso histórico brasileiro a partir do período pós-redemocratização dos anos 1980 e de entrada do projeto neoliberal. Busca-se apresentar, sucintamente, um conjunto de reflexões que apontam determinantes constitutivos da educação superior brasileira na cena contemporânea, considerando com maior ênfase o atual processo de expansão brasileira da educação superior pública.

Para tanto, requer que, inicialmente, tracemos um pouco da história política recente do Brasil, embora sinteticamente, nos propomos a analisar o processo histórico de redemocratização brasileira e, com ele, a emersão de novos direitos constitucionais que envolvem a educação mediante a Constituição Federal de 1988. Contraditoriamente, verifica-se nesse período a entrada do projeto neoliberal de (contra)reforma do Estado, que preconizou a redução dos direitos e da função do Estado na esfera social, além da desregulamentação do mercado comercial e financeiro, da privatização do setor público e valorização do setor privado.

Objetivamos também prosseguir com uma análise contemporânea, tendo em vista a necessidade de discutir os atuais processos de expansão e democratização da educação superior no Brasil, os quais são preconizados

pela mais recente reforma universitária, situada no contexto contraditório das políticas neoliberais e de reforma do Estado. Enquanto uma das expressões que integram a reforma universitária tem-se o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas (REUNI), divulgado como uma ação do governo federal que visa contribuir na democratização e ampliação do acesso e da permanência nas universidades públicas.

Grosso modo, o REUNI é um dos programas que integra o conjunto das políticas de ampliação das oportunidades de acesso a estudantes provenientes das classes sociais historicamente menos favorecidas, o que implica na sua democratização. Desse modo, a sua implantação é vista como uma política de expansão e democratização do ensino superior público, entretanto, este crescimento no número de vagas discentes não tem refletido na qualidade nem na consistência da formação profissional, além de não cumprir razoavelmente os princípios de equidade e justiça social.

Levando em conta estas considerações, o estudo foi estruturado em três subitens: a redemocratização do Brasil e a reestruturação do capital, desafios à emergente geração de direitos no âmbito da educação superior; contradições e desafios do atual processo de democratização da educação superior brasileira; e o REUNI na Universidade Federal da Paraíba.

A aproximação com esta temática advém mediante inserção profissional na Universidade Federal da Paraíba, experiência que favoreceu a identificação de algumas problemáticas notadas e sentidas no cotidiano acadêmico, que expressam as consequências postas pela atual reforma da educação superior. Dentro da perspectiva da oportunidade e pertinência, a expansão do sistema público federal de educação superior precisa estar associada, dentre outros aspectos, aos esforços de ampliação das vagas e da utilização adequada dos recursos humanos e materiais colocados à disposição das universidades federais. O REUNI é um programa anunciado há pouco tempo, mesmo

sendo uma política governamental com término definido, é necessário entender os seus efeitos para com a universidade pública.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de avaliação que privilegiará uma dimensão qualitativa, enquanto um procedimento metodológico de análise. Conforme Minayo (2001, p.22), “A pesquisa qualitativa trabalha com universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Para conhecer com profundidade esse objeto de pesquisa é preciso estudá-lo em todos os seus aspectos, suas relações e conexões. Nesses termos, tratar-se-á de uma investigação de perspectiva crítico-analítica, cujo método de análise centrar-se-á na dialética crítica, tendo em vista que a reflexão em permanente movimento dialético torna-se imprescindível, considerando que os fenômenos educacionais inserem-se no âmbito da sociedade capitalista. Desse modo, o método dialético crítico considera, no curso investigativo, “[...] as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos, quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.” (GIL 2006, p. 14). Busca-se, portanto, explorar as determinações sócio-políticas e econômicas, apreendendo as mediações e correlações existentes em torno da atual expansão e democratização da educação superior.

Recorreu-se a análise documental como técnica de coleta de dados preliminares, cuja escolha permitiu analisar documentos acerca de políticas, normativas, planos, projetos, formulários de bancos de dados que compõem dados secundários, entre outros pré-existentes a

investigação. Além disso, utilizou-se dos recursos bibliográficos com a finalidade de apropriação acerca do objeto sobre o qual nos dispomos a investigar, tendo em vista o seu desvendamento e detalhamento.

3. A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL E A REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL: DESAFIOS À EMERGENTE GERAÇÃO DE DIREITOS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO

No final da década de 1980, embora ainda recente as incidências do “modelo” econômico e político da ditadura militar, os brasileiros passam a viver sob a égide da Constituição Federal de 1988¹, fruto das conquistas de um movimento coletivo resistente e crítico à ditadura e seu terrorismo de Estado. Esse movimento de ruptura trouxe para a superfície da vida social brasileira demandas democráticas e populares que foram duramente reprimidas por longo tempo, e agora passa a conduzir no plano legal uma frente de oposição que prossegue no patamar da redemocratização do país, mesmo que já se presenciem nesses últimos decênios os efeitos das forças inerentes à reestruturação do capital e a globalização, as quais vão jogar contra esse processo.

Em virtude da promulgação da Constituição Federal de 1988, os direitos e garantias fundamentais, juntamente com os direitos civis e políticos, passa a ser a referência maior do Estado Democrático de Direito, que expressa uma importante reforma democrática do Estado brasileiro, engendrando um formato social-democrata com mais de quarenta anos de atraso.

Destaca-se, pois, que a partir da Constituição de 1988 houve o reconhecimento do direito à educação como um dos direito fundamentais. Ele se encontra genericamente previsto na redação do Art. 6º, que tratou dos direitos sociais, e encontra sua regulação específica no Capítulo III, a partir do artigo 205. De acordo com o Art.

6º “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa Constituição.” Conforme o Art. 205, a educação é definida como “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Tratando da educação como “direito de todos e dever do Estado”, estabelece-se um destaque ao papel primordial do Estado na sua provisão e fornecimento gratuito, mediante políticas públicas. Em razão de tal declaração, todo cidadão tem o direito de acesso à educação, enquanto o Estado tem o dever de garantir a efetivação de tal direito.

Ao passo que avançava o movimento democrático brasileiro, insurgia transformações substantivas que marcavam a passagem do sistema capitalista a um novo estágio e, simultaneamente, uma crise social planetária saltava no trânsito dos anos 1980 aos 1990.

De acordo com Soares (2000), trata-se de uma crise global de um modelo social de acumulação, cujas tentativas de resolução têm produzido transformações estruturais que dão lugar a um modelo diferente, denominado de neoliberal, que inclui (por definição) a informalidade no trabalho, o desemprego, o subemprego, a desproteção trabalhista e, conseqüentemente, uma “nova” pobreza. Essas condições não são uma manifestação de que o sistema estaria funcionando mal, e sim a contraface do funcionamento correto de um novo modelo social de acumulação.

As mudanças contidas nessa Constituição equiparam o Brasil aos sistemas securitários de sociedades desenvolvidas, no entanto, estas mudanças não encontram condições objetivas para a sua implementação nos anos seguintes.

Em síntese, esse novo modelo de acumulação implica que: os direitos sociais perdem identidade e a concepção de cidadania se

restringe; aprofunda-se a separação público-privado e a reprodução é inteiramente devolvida para este último âmbito; a legislação trabalhista evolui para uma maior mercantilização (e, portanto, desproteção) da força de trabalho; a legitimação (do Estado) se reduz ampliação do assistencialismo. A expressão institucional desse modelo – e do caráter das relações sociais – é também um novo Estado, um cenário diferente que expressa – ao mesmo tempo que define – novas condições da luta social. (SOARES, 2000, p. 13).

O que tinha se tornado um considerável avanço no campo democrático, vislumbramos muitas contratendências que se interpuseram a essa possibilidade. Os anos 1990 até os dias de hoje têm sido de desmonte dos direitos e do Estado provedor da área social, bem como de bloqueio e/ou redirecionamento das conquistas de 1988, num contexto em que foram decaídas até mesmo aquelas condições políticas por meio da expansão do desemprego e da violência. Revela-se, pois, uma tensão constante entre o marco legal e as condições reais em tempos de neoliberalismo e barbárie.

As condições reais são arquitetadas pelo chamado ajustes estruturais, cujas pretensões desencadeiam as necessárias mudanças através de políticas liberalizantes, privatizantes e de mercado. Tavares e Fiore (1993 apud SOARES, 2000) denominaram esses ajustes de desajuste global em razão do caráter contraditório e desigual da vigente modernização entre países, empresas e pessoas, que leva a uma distribuição regressiva dos benefícios do progresso técnico. Além disso, os autores destacam a forma como é feita a socialização das perdas que provoca, entre outras coisas, uma crise fiscal de contornos estruturais e transferências patrimoniais de grande porte.

Tratou-se, como se pode perceber, de reformas orientadas para os interesses do mercado e dos países centrais, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde os anos 1980. Reforma-se, assim, o Estado com ênfase especial nas

privatizações e mercantilizações dos serviços sociais, sendo desprezadas as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e das demais políticas, como a educação.

Com a entrada dos governos civis neoliberais durante os anos 1990, o conteúdo da Carta Constitucional foi demolido cotidianamente, através da estratégia neoliberal de ajuste fiscal e da retirada do Estado quanto à sua responsabilidade na execução das ações na área social. No âmbito da política educacional, voltada para o ensino superior, o movimento foi, por conseguinte, de fortalecimento do empresariamento da educação e, por outro lado, de inserção de uma lógica contábil dentro das instituições públicas.

Em relação ao acesso ao ensino superior, por exemplo, conforme as linhas constitucionais, o Estado deve garantir que haja igualdade no acesso, a que fazem referência tanto os artigos 5º quanto o 206 da CF/88, uma vez que, o comprometimento do ensino superior vincula-se ao desenvolvimento humanístico, científico e tecnológico do país (Art. 214,V, da CF/88), entre outros objetivos. Desse modo, a atuação do Estado nesse campo é obrigatória, sendo dele o compromisso de desenvolver mecanismos para possibilitar esse acesso, maior ainda em relação às universidades públicas.

No entanto, o artigo 209 prevê a coexistência de entes privados e públicos no campo educacional, alcançando todos os níveis de ensino. Contudo, a liberdade prevista não pode ser comparada com a livre iniciativa nos termos de uma atividade econômica qualquer, visto o caráter específico da educação, como função pública.

Com efeito, durante a década de 1990, prosseguiu o processo de crescimento e aprofundamento da privatização do ensino superior, respaldado especialmente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, cuja legislação prevê os fundamentos, estruturas e normatização do sistema educacional brasileiro, compreendida em quinze artigos que regulamentam e formatam a organização acadêmica.

Mediante respaldo legislativo, a privatização do ensino superior brasileiro tem a legitimação do Estado e atende às expectativas dos organismos internacionais. Tudo isso reflete à proposta de reforma do Estado que preconizou, de acordo com Bresser Pereira (2015, p. 12), a delimitação das funções do Estado, reduzindo seu tamanho em termos principalmente de pessoal através de programas de privatização, terceirização e ‘publicização’; a redução do grau de interferência do Estado ao efetivamente necessário através de programas de desregulação que aumentem o recurso aos mecanismos de controle via mercado, transformando o Estado em um promotor da capacidade de competição no país em nível internacional ao invés de protetor nacional contra a competição internacional.

Como reforço às políticas neoliberais, temos em cena o modelo de gestão traçado no Consenso de Washington, que prosseguiu no favorecimento da minimização das responsabilidades sociais do Estado, da desregulamentação do mercado comercial e financeiro, da privatização do setor público e valorização do setor privado.

Stiglitz (2002) identificou erros sistemáticos das políticas econômicas recomendadas pelos defensores do referido Consenso, afirmando que essas políticas não surgem de uma cuidadosa observação e análise das condições econômicas, mas de ideologias – isto é, de um sentimento de compromisso com o livre mercado e de antipatia pela ação governamental. Desse modo, minimizam o efeito das falhas de mercado e exageram as consequências das falhas de governo. Para o autor, a crença na superioridade do mercado surge em muitos casos como uma forma de religião, válida mesmo nas condições das mais fortes evidências em contrário.

Entende-se que a década de 1990 foi marcada por forte influência de organismos multilaterais, dentre eles o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Tais organismos influenciaram decisivamente as políticas educacionais para que acatassem os “pacotes”

de financiamento, que vinham seguidos de recomendações a serem cumpridas. Análises têm sido feitas no sentido de que sua influência significa na difusão e reafirmação do projeto neoliberal por meio, por exemplo, da diminuição dos gastos públicos, incentivo às privatizações, abertura do mercado ao capital mundial, desregulamentação do mercado, flexibilização das relações trabalhistas, que provocam a precarização do trabalho (ANTUNES, 1999; MÉSZÁROS, 2008).

Os organismos multilaterais exigiam que seguisse à risca seu receituário. Disso decorreu o corte de verbas das universidades públicas, a formação das fundações de apoio, o estreitamento com o setor empresarial e o ajuste do ensino às exigências do mercado, redirecionando a educação superior para um modelo pragmático e mercantilista.

No Brasil, é possível constatar a perspectiva neoliberal em vários documentos, como é o caso dos decretos citados anteriormente que permitem a diversificação das instituições. Outro documento que deixa clara a relevância aos interesses do capital, sobretudo na década 1990, é o Plano Nacional de Educação que considera “[...] importante a contribuição do setor privado, que já oferece a maior parte das vagas na educação superior e tem um relevante papel a cumprir, desde que respeitados os parâmetros de qualidade estabelecidos pelos sistemas de ensino”. (PNE - Lei nº 10.172/2001, p. 38).

Como se pode inferir pelo exposto, há uma guinada neoconservadora na educação superior no Brasil, nos moldes do ideário neoliberal e na racionalidade e lógica mercantil, descomprometidos com a educação pública de qualidade e a acessibilidade às camadas populares da sociedade. Dessa maneira, a política econômica procurou privilegiar a lógica racionalista e mercantil que beneficia as instituições privadas. Isso tem resultado na forte expansão de vagas nesse setor, que se organizou por meio de empresas educacionais voltadas à obtenção de lucro econômico e para o rápido atendimento de demandas do mercado educacional. Esse novo padrão, enquanto tendência subverteu

a concepção de ensino superior ancorada na busca da articulação entre ensino e pesquisa, na preservação da autonomia acadêmica do docente, no compromisso com o interesse público, convertendo sua clientela em consumidores educacionais. (MARTINS, 2009, p. 17).

Temos, pois, uma enérgica investida às demandas do mercado educacional, de modo a fazer ascender o patamar dos negócios universitários rentáveis, constituindo-se numa estratégia larga de privatização da educação superior. Não obstante, a escalada da privatização não representou uma democratização do acesso ao ensino superior brasileiro, ao contrário, expressou a urgente necessidade da retomada da expansão das universidades públicas, de modo especial das instituições federais.

Como forma de consolidar o novo modelo de universidade, o governo Lula institui, no ano de 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI), que integra o conjunto das políticas atuais de ampliação das oportunidades de acesso a estudantes provenientes das classes sociais historicamente menos favorecidas, o que implica na sua democratização. Vejamos a seguir algumas contradições e desafios do processo de democratização da educação superior.

4. CONTRADIÇÕES E DESAFIOS DO PROCESSO DE EXPANSÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: UMA ANÁLISE SOBRE O REUNI

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI) tem como objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes

nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada à diversidade do sistema de ensino superior (BRASIL, 2007, Art. 1º). Ele foi instituído pelo Decreto nº 6.096 que consubstancia o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em abril de 2007.

Cada universidade federal que objetivava aderir ao REUNI deveria elaborar um plano de reestruturação, aprovado pelo órgão superior da instituição, o qual precisaria pontuar as estratégias para alcançar os objetivos e as metas estipuladas pelo governo durante a vigência dos cinco anos do programa, além de apresentar uma proposta de orçamento para o cumprimento dessas estratégias. A meta global do programa é a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos.

Objetivou, ainda, a partir do ano de 2009, que as universidades federais oferecessem mais de 227 mil vagas na graduação, o dobro em relação aos números de 2003, quando a oferta foi de apenas 113.938 vagas. (SOUSA JÚNIOR, 2011, p. 5)

Das 54 universidades federais existentes ao final de 2007, 53 aderiram ao REUNI, dentre elas a Universidade Federal da Paraíba. Segundo dados do MEC (2010), desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação. De acordo com Jezine & Prestes (2012, p. 27), é possível atribuir esse crescimento à criação do REUNI.

Logo no seu primeiro ano de implantação, o REUNI apresenta dados relevantes que reflete a evolução do Programa. De acordo com o relatório elaborado pelo MEC/SESu/DIFES, publicado em 2009, destaca-se os seguintes itens que remetem aos objetivos e metas globais alcançados durante o primeiro ano: 14.826 novas vagas; 715.185 matrículas projetadas; 3.459 novos cargos, sendo 1.821 de docentes e

1.638 técnicos, desse total, 1.560 cargos docentes e 1.275 cargos de técnicos administrativos já foram nomeados; também apresenta 327 registros de obras relativas ao programa.

Conforme Jezine & Prestes (2012, p. 35), o REUNI muda o panorama das universidades públicas, pois a chegada de alunos e alunas cada vez mais heterogêneos na educação superior tem gerado a necessidade de investimentos diversificados, na parte pedagógica e/ou estrutural, a fim de garantir a inclusão e justiça social.

O Projeto Reuni foi submetido à discussão na UFPB e mesmo não dispondo de um longo período para amadurecimento da proposta, foi aprovado em todos os conselhos de centro e referendado pelo Conselho Universitário, com votos contrários apenas da representação estudantil e metade da bancada dos servidores. (SOUZA JÚNIOR, 2011).

Aliados a esse entendimento, dados recentes do processo de expansão do ensino superior têm expressado, dentre outros aspectos, números crescentes de vagas, mudanças no perfil da população atendida e, por conseguinte, construção de novas alternativas metodológicas e organizativas desta etapa educacional no país, além da expressiva maioria de instituições de ensino superior advindas do setor privado.

Os dados do Censo da Educação Superior do INEP (2009) registraram uma maior expansão do setor privado. De acordo com Jezine & Prestes (2012), no ano de 1996, o Brasil contava com 922 IES. Em dez anos (1996-2006) tem-se mais que o dobro de instituições, um total de 2.270. A lógica da expansão continua, conforme demonstram os dados do Censo da Educação Superior de 2009, que registra o total de 2.314 IES. Deste quantitativo o maior número de instituições encontra-se no setor privado, observando-se um crescimento de 191% contra 16,1% do setor público. O setor privado no ano de 1996 registrava 711 IES, passando para 2.022 em 2006 e para 2.069 em 2009. Por outro lado, o setor público tem demonstrado um lento ritmo de crescimento, pois em 1996 contava com 211 IES, passando para 248 IES em 2006 e 245 IES em 2009. (JEZINE; PRESTES, 2012, p. 25-26).

Este quadro anuncia um evidente uso do ensino superior como um instrumento de ampliação de vagas no ensino da graduação, sobretudo quando reconhecidamente articulado com políticas afirmativas concretas, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI). No entanto, temos uma inegável dualidade se formando neste âmbito educacional: de um lado têm-se o grande investimento financeiro privado; e de outro, se mostrando ainda pouco expressiva, as oportunidades de vagas no ensino público que sejam proporcionais aos investimentos financeiros.

Nestes termos, verifica-se um inegável quadro de expansão da educação superior, refletido de modo ininterrupto no âmbito das IES privadas, com fins lucrativos, as quais têm recebido inúmeros auxílios e subsídios do Estado, especialmente sob a forma de isenções de impostos e financiamento estudantil, como são os casos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), dentre outras formas de estímulos. O setor público, por seu turno, não acompanha o mesmo compasso de grande explosão de IES, expressando assim uma indiscutível tendência privatizante na esfera da educação superior, que vem fortalecendo o seu empresariamento e comercialização.

Segundo as ideias de Krawczyk (2008), essa descentralização para o mercado, de novas formas de financiamento e gestão da educação superior, tem colaborado para a formação do quase-mercado em educação, implicando a diminuição das fronteiras entre o público e o privado. Nessa conformação, o mercado assume prerrogativas de controle e regulação, influenciando, inclusive, o perfil do profissional formado pelas instituições de ensino.

O processo de descentralização para o mercado é uma forma de privatização da educação que não se realiza, prioritariamente, pela transferência dos serviços públicos para o setor privado, mas por um conjunto de reformas que buscam aproximar as “decisões do não-mercado” (as decisões públicas) das “decisões do mercado”, criando

um quase-mercado em educação. [...] É uma estratégia sutil para tentar gerir a tensão resultante das exigências pelo cumprimento dos direitos sociais – historicamente conquistados – com a crescente diminuição das receitas provenientes de impostos e com uma política de ajuste fiscal. Ela supõe adoção de medidas que permitam atenuar as fronteiras entre o setor público e o setor privado, de modo que fica também menos nítida a distinção entre os direitos sociais e os direitos individuais. (KRAWCZYK, 2008, p. 70).

A tendência privatizante e mercadológica no âmbito da educação superior reflete uma “confiança” excessiva no mercado, com consequências desastrosas para as políticas públicas. Conforme estudos de Stiglitz (2002), a privatização de um monopólio sem regulamentação não leva a maior eficiência, mas pode levar a prejuízos aos consumidores e à substituição de uma ineficiente gestão pública por um dispendioso e precário serviço produzido por um monopólio privado.

De acordo com as ponderações publicadas pela ANDES-SN no documento *A Educação Superior em perigo!*, propostas como o ProUni e a regulamentação das fundações por meio de parcerias público-privadas são consideradas privatizantes, uma vez que estão em consonância com as orientações de organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI, que vêm pregando a diluição da fronteira entre o público e o privado (ANDES-SN, 2007).

Diante desses pressupostos, será que a expansão do ensino superior no Brasil se fez acompanhar por uma efetiva democratização deste nível de ensino?

A democratização da educação superior não é uma discussão recente, no entanto, ela reflete nos tempos atuais um processo articulado a uma agenda política transnacional, marcada pela globalização e abertura de mercado. Certamente, temos a considerar que a democratização do acesso não se confunde com a mera expansão na educação superior, implica em estabelecer políticas que tocam variados atores sociais, cuja preocupação é uma solicitação constante das lutas

dos movimentos sociais que buscam pela garantia de direitos, em favor de universidades mais acessíveis à população e por uma constituição de sociedade mais igualitária e justa.

De modo geral, expansão da educação superior pode ser compreendida como o resultado do crescimento do número de instituições de ensino superior, aliado ao aumento de oportunidades de acesso nesse nível de educação. Contudo, o processo de democratização não se reduz a uma simples expansão do número de ingresso de estudantes nem de escolas, apesar de ser sua condição inicial. A questão do acesso precisa ser para todos, com destaque para as camadas populares, bem como se devem garantir condições de permanência dos alunos nas universidades, possibilitando o desenvolvimento e o sucesso acadêmico desses discentes, o que se constitui num desafio atual para as políticas públicas de educação.

Sousa Júnior (2011, p. 7) destaca um importante avanço do processo de expansão da UFPB: a incorporação de uma dinâmica democratizadora extremamente importante com relação aos setores historicamente excluídos do acesso ao ensino superior de qualidade. Destacou que no plano da inclusão social, aprovou-se a criação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFPB, desenvolvendo políticas permanentes de acessibilidade em favor dos estudantes com deficiência, articulando e consolidando as ações já efetivadas na Instituição através da sistematização de informações sobre grupos de estudantes com deficiência e seu desenvolvimento acadêmico; a construção de rampas de acesso para deficientes físicos nos ambientes de cada coordenação de curso; a implantação de programa de tutoria para alunos com deficiência; o aumento em 20%, ao ano, do número de vagas no Cursinho pré-vestibular oferecido em cada campus; a expansão do número de alunos de graduação com atividades de Extensão como bolsistas ou colaboradores; a expansão do número de Projetos de Extensão articulados ao projeto político-pedagógico dos cursos de graduação e às demandas sociais locais. Importante ressaltar, ainda

segundo os estudos do autor supracitado, que das três universidades públicas existentes na Paraíba, tão-somente a UFPB abraçou uma política de cotas que resguardou a questão étnica.

Apesar de diversos dados que demonstram o crescimento exponencial e alguns novos mecanismos de regulação e inclusão social, instituídos à educação superior, não significa dizer que o ensino superior brasileiro proporcionou uma significativa abertura a estratos sociais e a públicos menos tradicionais neste nível de ensino. Do mesmo modo, não refletiu em comprometimento com a qualidade das funções que a universidade deveria cumprir mediante recursos consistentes, os quais não foram disponibilizados suficientemente às instituições públicas. Ilustrando essa afirmação, destaca-se o insuficiente aporte de recursos e as condições de oferta do REUNI que, conseqüentemente, favorecerão tão somente a precarização da instituição e um ensino de qualidade duvidosa.

Como se pode inferir pelo exposto, a educação superior pública tem respondido ao desafio de crescer quantitativamente, todavia esse crescimento tem favorecido enormemente o setor privado em detrimento da esfera pública. Essa tendência na política da educação superior assenta-se em determinações oriundas do capitalismo central e dos organismos que estão ao seu serviço, os quais tem convertido essa política em um produto, uma mercadoria passível de comercialização. Logo, na esteira da mercantilização da educação superior, movida pelo poderoso e organizado setor privado, temos o fortalecimento da concentração institucional, a financeirização e a internacionalização da educação superior. Nesse conjunto aponta a prioridade da expansão do ensino privado e não a ampliação e democratização da educação superior pública, cujo objetivo ainda parece ser um sonho distante.

5. REUNI NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA: ALGUMAS PARTICULARIDADES ACERCA DA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O Programa REUNI UFPB foi projetado para o período de 2008 a 2012, cuja finalidade, era, sobretudo, ampliar o acesso da população de estudantes secundaristas, particularmente oriundos de escolas de ensino médio da Paraíba, aos cursos universitários da UFPB. Essa inserção ocorreria seja por aumento na oferta de vagas em cursos já existentes, seja pela criação de novos cursos, ou até mesmo pela constituição de novos campi no interior do estado da Paraíba.

De acordo com o Projeto UFPB-REUNI (2007), para viabilizar os objetivos e metas do referido programa, além das despesas com o pessoal adicionalmente contratado, outras despesas de custeio têm que ser concebidas como sendo dessa mesma natureza continuada. Dentre essas despesas, foram destacadas aquelas concernentes a bolsas acadêmicas e de promoção estudantil, especialmente nas novas modalidades, e as despesas com assistência estudantil⁶.

Subsidiado por essa preocupação, o aludido total de recursos orçamentários para as Despesas de Natureza de Pessoal Ativo foi de 62,6%; as Despesas de OCC-Manutenção, 21,5%; as Despesas com Programas de Bolsas Estudantis, 10,7%; e as Despesas com Assistência Estudantil, 5,2%. A evolução prevista para cada uma dessas despesas, ao longo dos anos de 2008 a 2012, é a que se apresenta em seguida:

Quadro 1 – Evolução anual das despesas de natureza continuada (2008-2012)

Despesas de Natureza Continuada	Evolução Anual					Total
	2008	2009	2010	2011	2012	
Despesas de Pessoal	9.160.410	10.137.181	9.891.657	7.480.210	5.803.080	42.472.538
Despesas de Custeio	4.422.788	5.540.519	5.520.724	5.536.623	4.318.351	25.339.005
OCC- Manutenção	2.140.000	2.539.000	2.960.000	3.314.000	3.596.170	14.549.170
Programas de Bolsas	1.498.788	2.055.519	1.750.224	1.463.123	522.181	7.289.835
Assistência Estudantil	784.000	946.000	810.500	759.500	200.000	3.500.000
Total Anual	13.583.198	15.677.700	15.412.381	13.016.833	10.121.431	67.811.543
Total Acumulado	13.583.198	29.260.898	44.673.279	57.690.112	67.811.543	67.811.543

Fonte: BRASIL. Projeto UFPB-REUNI, 2007, p. 07.

Tais dotações de recursos orçamentário-financeiros destinam assegurar ao Plano “um elevado teor de realismo”. Elas viabilizarão o financiamento dos investimentos, despesas de pessoal e despesas de custeio que fundamentam o suporte dos meios materiais e humanos necessários à expansão das atividades acadêmicas, projetadas para o período 2008-2012. “Essa base de condições-meio está dimensionada para atender, também, o que está sendo proposto em termos de melhoria da gestão acadêmico-administrativa institucional, o sentido da modernização, eficácia e qualidade.” (BRASIL. Projeto UFPB-REUNI, 2007, p. 07).

O Projeto também referencia que a estrutura técnico-material da UFPB será recuperada, expandida e modernizada, nos seus elementos básicos: salas de aula, laboratórios, bibliotecas, ambientes para professores, residências e restaurantes universitários, órgãos acadêmico-administrativos, sistemas de energia elétrica, segurança, informática e tecnologia da informação. Essa nova dotação de infraestrutura será fundamental para a introdução de importantes inovações na vida acadêmica e administrativa institucional capazes de elevar os padrões de eficiência e qualidade, nos seguintes aspectos essenciais: a) ocupação de vagas ociosas, b) redução das taxas de reprovação, evasão e retenção de alunos, c) reestruturação acadêmica, d) renovação pedagógica, e) integração da pós-graduação com a graduação e desta com educação básica e f) inclusão social e assistência estudantil.

A adesão, da UFPB ao Programa REUNI, foi bastante conturbada, dada a urgência na sua aprovação, que foi votada no dia 01/11/2007. Embora o ato de aderir pressuponha ato voluntário, a não adesão nesse contexto, conforme Leite (2013, p. 155-156) “[...] implicaria em deixar de ter acesso a recursos historicamente reclamados. Ou seja, para receber recursos novos, extra-orçamentários, restava às universidades aderir ou aderir”. Por essas e outras razões encontrou grande resistência dos três setores da Universidade: o movimento docente, o movimento dos servidores e o movimento estudantil, sendo este último o mais

expressivo em termos de discussão e manifestações oposicionistas, o que estabeleceu um clima de tensão e impasse sobre a votação do Programa.

As duas principais reclamações dos estudantes compreenderam a ausência da participação da categoria e de outras entidades representativas da comunidade universitária na elaboração do projeto, assim como discursavam que o programa não representava melhoria na qualidade do ensino oferecido pela universidade pública.

Em se tratando de dados específicos da relação UFPB e REUNI, Jezine et al. (2014, p.155) ratifica que as políticas consolidadas nos anos de 2000-2010 possibilitaram um crescimento considerável nas oportunidades de acesso na UFPB no período de 2001 a 2010. O aumento de 2.500 vagas no período de 2007 (com 4.500 vagas) a 2010 (7.000 vagas) é explicado pela adesão ao Reuni.

Não obstante, ainda sob a pesquisa desenvolvida por Jezine et al. (2014), mediante dados coletados junto ao STI da UFPB, encontramos a relação da quantidade de vagas ofertadas, o número de matrículas efetivadas e a quantidade de alunos diplomados e evadidos entre 2007 (ano de implantação do Reuni) e 2011. Os dados revelaram um considerável aumento do número de vagas ofertadas (2.690) e de alunos matriculados (9.448). No entanto, da mesma forma, vislumbramos o número crescente de alunos evadidos (1.458). As autoras destacam que a evasão e a desistência são os grandes desafios das metas voltadas à ampliação da democratização do acesso e à permanência do aluno na UFPB. Explicam que, dentre as situações que tendem a causar a evasão, relacionam-se baixas condições socioeconômicas do alunado, a má escolha do curso e a deficiência na formação em nível médio, sobretudo, aquela realizada nas escolas públicas.

De outro modo, a evasão – compreendida como o abandono definitivo ou temporário de estudantes das instituições de ensino – também pode ser um fator determinado pela condição de trabalhador do estudante, cujo perfil vem crescendo largamente nas últimas décadas,

o que põe grandes desafios ao modelo de educação superior ainda vigente. A condição de estudante-trabalhador significa, comumente, escasso tempo de dedicação aos estudos e às participações de qualquer outra atividade acadêmica além do ensino, sendo um dos elementos igualmente relevante para a qualidade na formação.

Conforme assimilado, a dimensão da ampliação/manutenção da oferta de educação superior pública está intimamente ligada com a redução das taxas de evasão escolar, problemática que apresenta causas múltiplas, dentre as quais podemos destacar as dificuldades na escolha do curso, as baixas condições socioeconômicas e a deficiência da formação em nível médio, sobretudo nas redes públicas. Na UFPB, particularmente, os dados disponíveis sobre os índices de evasão nos diversos cursos e centros da instituição “apontam para uma taxa média de evasão em torno de 35% nos cursos de graduação” (BRASIL, Projeto REUNI-UFPB, 2007, p. 08).

Diante das informações, reduzir para 10% as atuais taxas de evasão e retenção na UFPB, conforme prescreve o REUNI, é uma necessidade urgente visto que a permanência do estudante na universidade está integrada e envolvida com o desenvolvimento social de toda a sociedade, sendo um problema que afeta o resultado dos sistemas educacionais. Em geral, as perdas de estudantes que iniciaram, mas não terminaram seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos.

Sousa Júnior (2011, p. 5) destaca outro importante avanço do processo de expansão da UFPB: a incorporação de uma dinâmica democratizadora extremamente importante com relação aos setores historicamente excluídos do acesso ao ensino superior de qualidade. Destacou que no plano da inclusão social, aprovou-se a criação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFPB, desenvolvendo políticas permanentes de acessibilidade em favor dos estudantes com deficiência, articulando e consolidando as ações já efetivadas na Instituição através da sistematização de informações sobre grupos

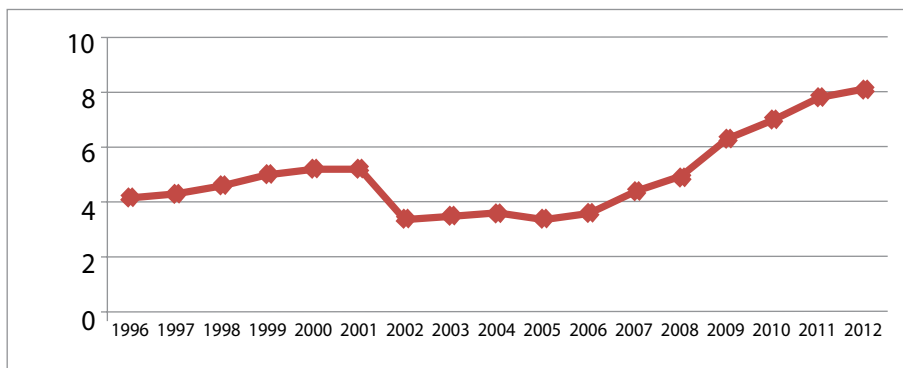
de estudantes com deficiência e seu desenvolvimento acadêmico; a construção de rampas de acesso para deficientes físicos nos ambientes de cada coordenação de curso; a implantação de programa de tutoria para alunos com deficiência; o aumento em 20%, ao ano, do número de vagas no Cursinho pré-vestibular oferecido em cada campus; a expansão do número de alunos de graduação com atividades de Extensão como bolsistas ou colaboradores; a expansão do número de Projetos de Extensão articulados ao projeto político-pedagógico dos cursos de graduação e às demandas sociais locais.

Recentemente, através da Resolução n.º 04/2009, o Conselho Universitário da UFPB deliberou, com recursos disponibilizados pelo REUNI, a criação do Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR). Localizado no bairro de Mangabeira, na cidade de João Pessoa, o CTDR oferece quatro cursos presenciais (Tecnologia de Alimentos, Tecnologia da Produção Sucroalcooleira, Tecnologia em Gestão Pública e Gastronomia) e um à distância (Administração Pública). Ademais, em 2011 foi criado o Centro de Informática (CI), também localizado no bairro de Mangabeira, o qual abriga atualmente três departamentos, três cursos de graduação, três cursos de pós-graduação e um núcleo de pesquisa e extensão (NPE LAVID).

Conforme Castelo Branco (2014), nos aspectos organizacionais e operacionais, o REUNI/UFPB funcionou com três coordenações: uma Coordenação Geral e de Infraestrutura; uma Coordenação de Expansão e Desenvolvimento Acadêmico e uma Coordenação de Recursos Humanos, sendo todas as coordenações vinculadas ao Gabinete do Reitor. Juntamente com a Coordenação de Expansão e Desenvolvimento Acadêmico, funcionou, de maneira interligada, porém independente, a Comissão Própria de Avaliação (CPA). As duas comissões trabalharam, até 2012, desenvolvendo ações conjuntas de avaliação dos programas acadêmicos da UFPB, dos cursos novos e da instituição propriamente dita.

Um dos principais aspectos que nos chama atenção é o demonstrativo do número de vagas ofertadas na UFPB durante o período que antecede a implementação do REUNI e pós-REUNI, vejamos os dados do Gráfico VI.

Gráfico 1 – Números de vagas ofertadas na UFPB no período de 1996 a 2012



Fonte: Censo da Educação Superior, MEC/INEP, 2012

Diante dos dados, verifica-se a diminuição do número de vagas ofertadas no ano 2002, justificada pelo processo de desmembramento ou redução dos campi da UFPB com a criação da UFCG. Diferentemente, encontramos no período de 2005 a 2010 um crescimento significativo das vagas, possivelmente explicadas pelas políticas e mecanismos de expansão e democratização do acesso das instituições públicas de ensino superior do Governo Federal, protagonizados pelo Programa Expandir e pela adesão da UFPB ao REUNI.

Além da real expansão de vagas, é claramente visto alguns outros avanços potenciais das metas básicas do REUNI propostas para a UFPB. Cabe traçarmos um breve paralelo avaliativo dos avanços e das fragilidades entre o período de realização e final da implantação do REUNI, 2008-2012, tendo como parâmetro as pretensões almejadas para a Instituição em termos de dimensão, desempenho acadêmico e eficiência social, vejamos o quadro a seguir:

Quadro 2 – Indicadores programados e realizados pelo REUNI na UFPB (2008-2012)

Programado REUNI Realizado	REUNI-UFPB 2008-2012
99 cursos presenciais de graduação;	130 cursos presenciais de graduação;
7.376 vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais de graduação;	8.070 vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais de graduação;
Taxa de conclusão de cursos pelos alunos de graduação igual a 90%;	Em 2007 tivemos 2.200 diplomados (TCG 70,56%); em 2008 foram 2.347 diplomados (TCG 69,83%); em 2009, 2.370 diplomados, diminuindo novamente a TCG.
80% dos seus cursos de graduação avaliados com os dois mais altos conceitos atribuídos pelo ENADE;	47,2% dos seus cursos de graduação com conceito 4 ou 5 no ENADE;
1.985 professores no quadro docente;	2.175 professores no quadro docente;
2.928 servidores técnicos administrativos;	3.568 servidores técnicos administrativos;
Construção de 41.150 m ² de novas edificações;	Construção de 50.325 m ² de novas edificações;
Relação alunos de graduação/ matrícula projetada por professor igual a 18.	Em 2007, a relação aluno-matriculado professor foi 14,92; em 2008 16,00; em 2009 16,20; em 2010 17,95; em 2011 19,58 e em 2012 19,57.

Fonte: Elaboração Própria com dados de Leite (2013), p. 158.

Efetivamente, como apresentam os dados expostos no quadro acima, vislumbramos aspectos potenciais do incentivo à expansão do ensino superior na UFPB, com grandes ressalvas mediante indicadores

que revelam fragilidades na realização da programação dada pelo REUNI. Destaca-se, pois, a superação da programação do REUNI pela realização das metas nos seguintes indicadores: ampliação de cursos presenciais (aumento de 31,3%) e de vagas ofertadas (acréscimo de 9,4%); crescimento do número de docentes (aumento de 9,47%) e de servidores técnicos administrativos (acréscimo de 21,85%); além da ampliação de novas construções (aumento de 22,30%).

Em contrapartida temos aspectos que revelam reduções das metas, expressando fragilidades alarmantes no que se refere aos conceitos avaliativos atribuídos pelo ENADE aos cursos, onde o esperado era de 80% mas o resultado foi de apenas 47,2% dos cursos de graduação com conceito 4 ou 5. Outro dado bastante preocupante é a relação aluno-professor, em que o Programa REUNI prevê o parâmetro de 18 alunos para cada docente. Os resultados apresentados por Leite (2013) informam que essa relação foi menor que 18 alunos-professor durante os anos 2007-2010, mas revelou que no decorrer dos anos o parâmetro cresceu de 14,92 (em 2007) para 17,95 (em 2010). Esse crescimento continua nos anos seguintes chegando a superar o parâmetro de 18 alunos-professor, 19,58 em 2011 e 19,57 em 2012.

Antes de tudo, parece importante resgatar que no Brasil, a média da relação aluno-professor, em 2007, ano de implantação do Programa, estava em torno de 11,9 alunos por professor (BRASIL. MEC: SESu, 2007, apud ARAÚJO, 2011, p. 114-115). E, como vimos, a meta global definida no REUNI é a ampliação desse índice para 18 alunos por professor. As críticas em relação a essa meta foram intensas, particularmente do movimento docente organizado, que ressaltam que o cumprimento da meta representa a intensificação e a precarização do trabalho docente, dado que se exigirá maior dedicação à atividade de ensino, com ampliação quantitativa de turmas e vagas, conforme realidade visualizada anteriormente no Quadro 2.

Compreende-se, assim, que o processo de consolidação do REUNI UFPB não apenas refletiu uma ampliação meramente numérica

do acesso dos estudantes e de cursos presenciais, da contratação (com número insuficiente em relação aos discentes) de docentes e técnicos administrativos e da construção de novas obras, mas demandou uma complexa precarização da vida acadêmica e dos seus processos administrativos, sobretudo, em termos de resultados avaliativos dos cursos e pela deterioração das condições de trabalho docente.

Essa precarização/deterioração demonstra o decréscimo na qualidade do ensino superior e que as medidas estão surtindo efeito contrário ao esperado em termos qualitativos, mesmo quando o Projeto REUNI-UFPB tenha contemplado em suas metas um arrojado projeto de avaliação da vida acadêmica da UFPB, que previa um acompanhamento criterioso, através da avaliação da sua implementação e dos seus resultados ao longo desses anos, como também após o seu fechamento.

4. CONCLUSÃO

Pretendeu-se com o estudo, fundamentalmente, analisar o atual processo de expansão e democratização da educação superior, com ênfase nos impactos promovidos pela adesão ao REUNI nas universidades públicas brasileiras. Particularmente, investigou-se as implicações deflagradas por efeito do REUNI na Universidade Federal da Paraíba.

Por meio da revisão da literatura e do arsenal documental em torno de legislações concernentes à área da educação superior e do REUNI, do projeto de adesão da UFPB ao Programa, além dos relatórios de dados da Superintendência de Tecnologia da Informação, dentre outros, foi possível verificar que as atuais investidas no ensino superior intensificam, de forma exponencial, seus ajustes às exigências do mercado, amparada por uma guinada neoconservadora na educação superior no Brasil, nos moldes do ideário neoliberal e na racionalidade e

lógica mercantil, descomprometidos com o direito à educação pública de qualidade e a acessibilidade às camadas populares da sociedade.

De outro modo, ao retomar o sentido de democratização da educação superior, entendida de modo geral como a probabilidade de incrementar o acesso de alunos de classes sociais menos favorecidas e de garantir a inclusão e a permanência, sendo orientado na perspectiva da discussão das políticas de expansão e de democratização da educação superior, lembra-nos que ele envolve não apenas a expansão quantitativista da oferta de vagas, mas, sobretudo, mecanismos de inclusão de minorias sociais na educação superior.

Essa perspectiva remete ao entendimento de que, dentre as condições iniciais para a democratização da educação superior, tem-se o seu acesso universal como um dos pilares fundamentais. Contudo, não basta oferecer vagas para todos, se fazendo necessário também garantir as condições de permanência dos alunos nas universidades, para o desenvolvimento acadêmico desses discentes e a criação futura de oportunidades de melhoria de qualidade de vida e exercício da cidadania.

Pode-se concluir, portanto, que, embora tenha sido implementado de modo frágil mediante decreto, que indisponibiliza tempo para as devidas discussões no âmbito das IES e a construção de consensos com os setores políticos e a população brasileira, concordamos com Maciel (2014) quando afirma que o REUNI demonstra a necessidade de continuidade da política, por ser um marco que precisa ser compreendido como etapa de um processo que precisa ser contínuo, com garantia da qualidade, aperfeiçoando e corrigindo distorções por avaliação e acompanhamento, além da participação de professores, servidores técnico-administrativos e alunos na definição das prioridades sociais da educação.

REFERÊNCIAS

ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior). **Análise do Projeto de Lei nº 7200/2006 – A Educação Superior em perigo!** Brasília, 2007. Disponível em: http://www.anped11.uerj.br/analise_PL7200_06.pdf Acesso em: 03 jan. 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, Rhoberta Santana de. **Implantação do Reuni na Universidade Federal do Pará**: um estudo de caso do Campus Universitário de Altamira. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2011. (278f).

BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Brasília, 10 de janeiro de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm Acesso em: 24 mar. 2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Instituem o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Brasília, 24 de abril de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 31 jul. 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9.394/96. Brasília, 1996.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. In: Cadernos MARE da reforma do estado. V. 1. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/1998/A_reforma_do_Estado_dos_anos_90.pdf. Acesso em 01/06/2016.

CASTELO BRANCO, U. V.; FARIAS, M. da S. B. de. POLÍTICAS DE EXPANSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: o REUNI na UFPB sob a ótica de coordenadores e professores. In: **Anais Do XXII Seminário Nacional Universitas/BR**. Natal/RN, 2014, p. 1071-1088.

CASTELO BRANCO, U. V.; FARIAS, M. da S. B. de. Concepções de universidade e de avaliação institucional. In: TRINDADE, H. (org.). **Universidade em ruínas: na república dos professores**. Petrópoles, RJ: Vozes/Rio Grande do Sul: CIPEDS, 1999. [149-169].

JEZINE, E.; PRESTES, E. M. T. Democratização do acesso à educação superior no Brasil. In: **Políticas de expansão na educação superior e a democratização do acesso**. Germania, Espanha, 2012.

JEZINE, E. et all. Democratização do acesso à educação superior: a UFPB no período de 1990-2010. In: ROTHEN, C.; SILVA, E. P. e. **Políticas públicas para a educação superior**. São Paulo: Xamã, 2014. p. 145-160.

LEITE, Romero Antônio de Moura. **Transmutação da Educação Superior no Brasil e a UFPB no Limiar do Século XXI (2000-2012)**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. 158f.

MACIEL, Danilo Alain Simões. **Políticas Públicas e Democratização Educacional: o acesso e a permanência no ensino superior através do programa REUNI**. Dissertação (Mestrado)

Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Univesidade, Salvador, 2014. 90f.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. Educ. Soc. Vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

MEC/SESu/DIFES. Reuni-2008, **Relatório de Primeiro Ano**. Outubro de 2009.

MÉSZÁROS, Isteván. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópoles: Vozes, 2001

RISTOFF, Dilvo. A expansão da educação superior brasileira: tendências e desafios. In: FERNÁNDEZ LAMARRA, Norberto e PAULA, Maria de Fátima Costa de (orgs.). **Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina**. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2011.

SOARES, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. Questões de nossa época, n. 78. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUSA JÚNIOR, L. A expansão da universidade pública: uma experiência de democratização do ensino superior. In: **XXV Simpósio Brasileiro e II Congresso Híbero-americano de política e administração da educação**. São Paulo. Cadernos ANPAE. Niterói: Anpae, 2011. v. 1. p. 310-311. STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios**. 4 ed. São Paulo: Futura, 2002.

POLÍTICAS DE INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DISCENTES COM DEFICIÊNCIA NA UFPB

*Lidiane Ramos da Silva
Edineide Jezine*

1. INTRODUÇÃO

As discussões sobre inclusão nos contextos sociais têm sido abordadas como um processo em construção que contempla a diversidade e que reconhece todos os sujeitos como seres de direitos. No âmbito educação nacional, quando relacionada às discussões sobre o acesso na educação superior, a inclusão tem se apresentado no cerne das políticas públicas, sobretudo a partir da década de 1990, como um imperativo legal, social e econômico, configurando-se e materializando-se, desde então, pela promoção de atividades diferenciadas.

A educação para a ser uma condição essencial para a inclusão social em todos os níveis de ensino. Em especial, considerando o avanço da globalização econômica mundial e da informação de maneira cada vez mais diversa, cheia de incertezas e ambiguidades. A promoção da educação foi se confirmando como uma oportunidade de integrar as pessoas ao mercado de trabalho, em razão das demandas de conhecimento e de produção advindas das transformações e exigências internacionais. Como asseveram Waismann; Corsetti (2015, p. 124), passando, então, a ser “percebida como instrumento para promover o crescimento e reduzir a pobreza”. Um caminho para classes historicamente marginalizadas terem acesso a direitos sociais.

Entretanto, a legislação nacional e/ou a construção de diferentes documentos de extrema relevância para a reconfiguração das políticas

de promoção à educação para todos iam sendo construídas em conformidade com as discussões e influências oriundas dos eventos promovidos por organismos internacionais, dos quais o governo brasileiro tinha participado. O Estado passou a intensificar a adoção de políticas no encaminhamento de serviços sociais. Nesse sentido, para além de cumprir um direito social, a educação visava atender a interesses de um sistema econômico globalizado.

Em 1990, tivemos a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien – Tailândia, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Ela evidenciava a necessidade de um processo educacional que contemplasse a diversidade e as minorias, com equidade e igualdade nas oportunidades; pela UNICEF, que levantava a bandeira para promoção de uma educação integral e de qualidade, que atendesse às necessidades básicas dos educandos; pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que acreditava que, com a melhoria qualitativa da educação junto aos resultados quantitativos, se alcançaria o crescimento econômico; e pelo Banco Mundial (BM), que se voltava, de modo mais atento, ao gerenciamento dos recursos (Gadotti, 2000, p. 28). A Conferência Mundial sobre Educação para Todos teve como pauta a discussão sobre estratégias para atendimento às necessidades fundamentais de aprendizagem e, como produto do acordo entre os países participantes, a construção da Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

Em 1994, foi realizada a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, na cidade de Salamanca, pelo governo espanhol e pela UNESCO. Essa conferência culminou com a produção da Declaração de Salamanca, que discutiu sobre o acesso e a qualidade dos sistemas educacionais e reiterou que os países envolvidos teriam que se comprometer e assegurar educação para todos, sobretudo considerando os princípios e ações para contemplar e incluir pessoas com necessidades educacionais especiais e/ou com deficiência nesses

sistemas. A inclusão, a partir desta Declaração, tornou-se um princípio para a organização de um sistema educação formal de educação para todos.

Nessa mesma década (1990), a UNESCO mobilizava-se, promovendo eventos e discussões sobre os desafios para a reestruturação da política do ensino superior. Todos eventos, discussões e consultas visaram à preparação para a Conferência Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação, realizada na sede da UNESCO, em Paris, no segundo semestre de 1998 (UNESCO, 1998, s/p). Na conferência foi construída a Declaração Mundial Sobre Educação Superior no Século XXI, propondo, para esse nível de ensino, mudanças alinhadas com “as transformações sociais, culturais e econômicas do século XXI”.

Deve-se facilitar ativamente o acesso à educação superior dos membros de alguns grupos específicos, como os povos indígenas, os membros de minorias culturais e linguísticas, de grupos menos favorecidos, de povos que vivem em situação de dominação estrangeira e pessoas portadoras de deficiências, pois estes grupos podem possuir experiências e talentos, tanto individualmente como coletivamente, que são de grande valor para o desenvolvimento das sociedades e nações. Uma assistência material especial e soluções educacionais podem contribuir para superar os obstáculos com os quais estes grupos se defrontam, tanto para o acesso como para a continuidade dos estudos na educação superior. (UNESCO, 1998, s/p, grifos nosso)

A declaração pontuava que a educação superior deveria passar por mudanças, a fim de oferecer condições viáveis para o acesso e a continuidade nos estudos nesse nível de ensino para grupos específicos, incluindo pessoas com deficiência (Colleoni, 2011, p. 6).

Segundo Castelo Branco; Jezine; Nakamura (2016, p. 4), sem alguns desses documentos, “os direitos às diferenças e às diversidades

não seriam assegurados”, considerando que as reivindicações e os movimentos organizados dessas pessoas, notadamente destas últimas, refletiram como precedentes para outros movimentos, despertando e aguçando o anseio por mudança no contexto social.

Considerando esse contexto, o presente trabalho situa algumas políticas de inclusão na educação superior, buscando apreender as contribuições dessas para os discentes com deficiência na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a partir de um estudo de caso no âmbito do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA).

2. POLÍTICAS DE INCLUSÃO E O DISCENTE COM DEFICIÊNCIA NA UFPB

O processo educacional voltado às pessoas com deficiência vem se estruturando pouco a pouco, buscando romper barreiras e preconceitos construídos durante anos. Por muito tempo, a organização de serviços sociais para estas pessoas foi protelado. Mazzotta (2005, p.16) assertiva que “a falta de conhecimento sobre as deficiências em muito contribuiu para que as pessoas portadoras de deficiência, ‘por serem diferentes’, fossem marginalizadas, ignoradas”. Assim, quando percebidas, eram apenas como seres “deficientes”; portanto, doentes, inválidos e incapazes de desenvolver quaisquer habilidades.

No contexto geral, poucas são as pesquisas que têm como objeto de estudo as pessoas com deficiência e as políticas de inclusão na educação superior, dificultando a elaboração e a promoção de mais estratégias para inclusão desse público no âmbito da educação superior. Entretanto não é por acaso que isso acontece, se por um lado, as pessoas com deficiência passaram por um longo histórico de marginalização em toda a sociedade – assim como afrodescentes, pobres, índios – por outro lado, o acesso às instituições de educação superior, por muito tempo, foi-lhes renegado, sendo privilégio de uma classe muito limitada⁷.

Nessa perspectiva, no conjunto de formulações das políticas nacionais que se pautam nos princípios de inclusão, coube o desafio aos sistemas de ensino e às instituições educacionais, de assumir a responsabilidade de promover o acesso e a permanência a um número cada vez maior de pessoas, de considerar as diferenças, de promover a igualdade de oportunidades, em especial àquelas que, por muito tempo, foram marginalizadas.

O acesso das pessoas com deficiência na educação superior, a sua manutenção e o incentivo às competências individuais nos cursos de ingresso, para além de uma obrigação legal, tornou-se uma exigência ética e um desafio constante de adaptação dos meios disponíveis aos processos didático-pedagógicos e à convivência cotidiana no espaço acadêmico, ou seja, os mecanismos que venham possibilitar o acesso, a participação e a permanência, para que os discentes possam concluir os cursos com sucesso. Implica que não basta oferecer oportunidade de ingresso às Instituições de Ensino Superior (IES), como já diziam Mazzoni; Torres; Andrade (2001).

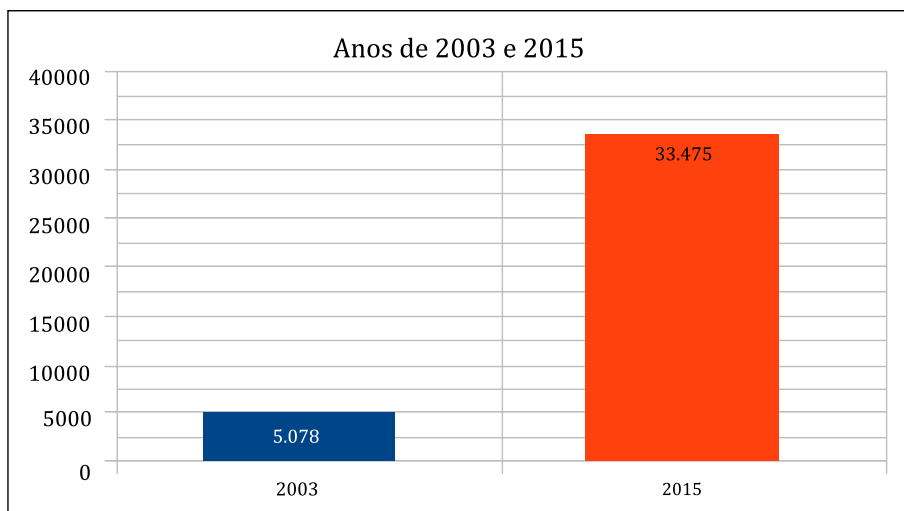
[...] o bom atendimento a esses alunos exige, de imediato, que sejam adotadas soluções criativas pelas Universidades, de forma a permitir um atendimento mais ágil e eficiente. [...] Sendo a educação um processo contínuo, faz-se necessária a elaboração de políticas institucionais universitárias que contemplem a situação das pessoas portadoras de deficiências em seus distintos níveis de participação, ou seja, não apenas na situação de aluno, mas também na de professor e de funcionário (MAZZONI; TORRES; ANDRADE, 2001, p. 125).

Entretanto, não podemos ignorar que, em meio às controvérsias existentes entre o discurso, as palavras e os fatos, houve, nos últimos 20 anos, uma tentativa de acertos e/ou avanços quanto às políticas públicas nacionais de inclusão das pessoas com deficiência nos ambientes

educacionais. Segundo pensamento de Cruz (2012, p. 53), “na visão de alguns legisladores [...] as políticas públicas de inclusão social seriam as grandes responsáveis pelo aumento no número de pessoas com deficiência matriculadas nas universidades”.

De acordo com indicadores do Censo da Educação Superior, divulgado pelo documento “A consolidação da Educação Especial no Brasil 2003 a 2016”, o número de estudantes com deficiência que obtiveram acesso à educação superior cresceu, entre os anos 2003 e 2015 (559%), considerando as IES públicas e privadas. Enquanto em 2003 tínhamos um número de 5.078, em 2015 o número chegou a 33.475.

Gráfico 1 – Matrícula de discentes com deficiência na Educação Superior



Fonte: Elaboração com base no documento de A Consolidação da Educação Especial no Brasil 2003 e 2016 (2016)

Apesar do crescimento no número de matrículas, de todo aparato legal para promoção de um “sistema educacional inclusivo”, em todos os níveis de ensino, muito precisa ser feito para garantir a inclusão das pessoas com deficiência na Educação Superior. Efetivamente em

conformidade com os acordos internacionais e como ação ou programa específicos do MEC/SESU/SECADI, voltados à inclusão de pessoas com deficiência na educação superior, destaca-se o Programa Incluir: Acessibilidade no Ensino Superior. Outrossim, conforme sintetizado no Esquema 1, serão apresentadas políticas e programas que contribuíram ou contribuem para o processo de inclusão destas e de outras pessoas na educação superior.

Esquema 1 – Programas/políticas nacionais de educação superior

PROGRAMAS	LEGISLAÇÕES
 REUNI expansão	Instituído pelo Decreto n.º 6.096/2007 (implantação 2007 – 2012)
INCLUIR permanência	Universalizado em 2012 – instituído por meio do Decreto n.º 7.612/2011
PNAES permanência	Instituído em 2007 – Portaria Normativa/MEC n.º 39/2007 e regulamentado em 2010 pelo Decreto n.º 7.234/2010
SISU acesso	Instituído pela Portaria Normativa n.º 02/2010
COTAS acesso	Criado pela Lei n.º 12.711/2012 e regulamentado pelo Decreto n.º 7.824/2012

Fonte: Elaboração com base em programas do MEC (2016).

O Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) é considerado um dos principais programas de expansão implantado pelo governo federal. Em meados da primeira década

do séc. XXI, o REUNI foi apresentado às universidades federais como uma oportunidade para que estas se expandissem física, acadêmica e pedagogicamente, objetivando a democratização e a ampliação do acesso e da permanência à comunidade em geral (BRASIL, 2017e, s/p).

De acordo com a V Diretriz, constante no Art. 2º do Decreto que instituiu o REUNI, especificamente no que diz respeito ao compromisso social da instituição, por meio da ampliação de “políticas de inclusão e assistência estudantil” (BRASIL, 2017e, s/p), foi necessária a implementação de várias políticas que dessem suporte ao Programa para alcance dos objetivos, buscando viabilizar igualdade de oportunidades. Sobretudo a expansão e o consequente acesso, para que os discentes do ensino superior – pertencentes aos grupos social e economicamente marginalizados – tivessem condições de permanência.

Como Vieira et al. (2014, p. 358) mencionaram, esse fato demandou um repensar as políticas institucionais para garantir aos discentes os recursos e os meios necessários a participarem e desenvolverem suas atividades acadêmicas com o máximo de autonomia e sucesso. Assim, para acontecer de fato a democratização, segundo Ristoff (2008, p. 45), “precisa de ações mais radicais – ações que afirmem os direitos dos historicamente excluídos, que assegurem o acesso e a permanência a todos os que seriamente procurem a educação superior.” Considerando esse contexto de impasses para prover as universidades de condições direcionadas à expansão/ao acesso/à permanência, com igualdade de oportunidades, os programas destacados no Esquema 1 foram desenvolvidos e/ou (re)estruturados.

No estado da Paraíba, especificamente na UFPB, com a adesão ao REUNI, houve não só a ampliação no número de alunos que passaram a ter acesso à educação superior, como também um considerável aumento na infraestrutura. Entretanto, uma vez expandido e ampliado esse acesso, outras políticas seriam necessárias para contribuir com a manutenção e a permanência dos discentes no ensino superior. Com essa finalidade, o governo federal implantou, em 2010, do Plano

Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), adotado pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) com o compromisso de promover ações para assistência estudantil, especialmente para viabilizar e/ou ampliar as condições e estratégias para a permanência de jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2017f, s/p).

Na UFPB, no mesmo ano da adoção do PNAES, em 2010, a criou a Pró-Reitoria de Atenção e Promoção ao Estudante (PRAPE). Em 2011, junto com o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), a PRAPE implantou o Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência (PAED), com vistas a contemplar diretamente os alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais, disponibilizando equipamentos e materiais para uso acadêmico e assistência de um aluno/bolsista apoiador ou atendente pessoal⁸.

Ainda no contexto, no ano de 2010, a UFPB criou a Mobilidade de Ingresso por Reservas de Vagas (MIRV), através da Resolução CONSEPE nº 09/2010 (UFPB, 2017b), para os processos seletivos a partir de 2011, com 25% das vagas de todos os cursos destinadas a alunos de escolas públicas, sendo distribuídas entre negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência (5%).

Com a Lei Nacional de Cotas (2012), que estabeleceu um prazo para que as IFES reservassem 50% das vagas a estudantes oriundos do ensino médio da rede pública, negros e índios, os demais 50% seriam destinados à ampla concorrência, podendo ser adicionados critérios diferenciados, inclusive para contemplar pessoas com deficiência (BRASIL, 2017c, s/p). Esse foi o caso da UFPB, que até o último processo para ingresso, a partir do termo de adesão junto ao Ministério de Educação (MEC), reservou 5% das vagas de ampla concorrência a candidatos autodeclarados com deficiência. Entretanto, com a aprovação da Lei nº 13.409/2016, a Lei de Cotas (2012) foi alterada, e as vagas destinadas às cotas passaram a contemplar, também, por curso e turno, as pessoas autodeclaradas com deficiência (BRASIL, 2017h, s/p).

Embora não seja especificamente uma política de educação superior, vale realizar algumas considerações sobre o Exame Nacional do Nível Médio (ENEM). Este foi instituído desde 1998, com o objetivo de avaliar o rendimento escolar e as competências apreendidas pelos alunos que concluíssem o ensino médio, última etapa da educação básica. Porém, registra-se que, em 2001, mais de 200 IES aceitaram o resultado desse Exame como “requisito parcial, ou não, associado ao vestibular, válido para ingresso no ensino superior.” (Leite, 2002, p. 92).

Assim como outras políticas, o ENEM poderá possibilitar o desenvolvimento de outras, como é o caso do Sistema de Seleção Unificada (SISU) instituído como um sistema informatizado de responsabilidade da Secretaria Nacional de Educação Superior (SESU). Por meio dele, muitas IES disponibilizam vagas para os cursos superiores de graduação, com exclusividade para candidatos que se submeterem ao ENEM (BRASIL, 2017i, s/p).

Para tanto, o MEC, por meio do INEP, vem possibilitando e aperfeiçoando o atendimento especializado no processo do ENEM. Os editais para inscrição no exame propõem viabilizar o atendimento especializado e específico, respeitando o nome social. Todavia os participantes deverão solicitar e comprovar sua condição e/ou diagnóstico que justifique tal solicitação. Podem, inclusive, obter tempo adicional, “de até 60 minutos”, para cada dia de realização das provas. Atendem, assim, a orientações do Art. 27, do Decreto n.º 3.298, de dezembro de 1999.

No último processo do ENEM (2016), o INEP registrou 9.276.329 inscrições, das quais 93% foram confirmadas. Ou seja, 8.627.195 poderiam se submeter ao exame, enquanto 7% desconhecidos não confirmaram – 649.134. Desses 8.627.195, 407 solicitaram uso do nome social, 68.907 atendimentos especializados, e 101.896 atendimentos específicos (INEP, 2017, s/p).

Em 2015, 87.849 candidatos com alguma deficiência, necessidade educacional e/ou condição especial se inscreveram no ENEM. Destes,

53.065 (60,40%) solicitaram algum tipo de recurso ou atendimento especializado; os demais, 34.784 (39,59%), não solicitaram, conforme demonstrado no Gráfico 2.

De acordo com o MEC (ver Gráfico 3), só em 2015, mais de 50.000 candidatos informaram e solicitaram atendimento específico ou especializado; entre eles: pessoas com autismo, déficit de atenção, discalculia, deficiências visual (baixa visão e cegueira), auditiva, física, intelectual, entre outras. Essa iniciativa de atendimento especializado busca responder a algumas das recomendações legais constantes no citado Aviso Circular n. 277/MEC/GM, de 1996, destinado aos reitores das IES, bem como as orientações da Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência – Decreto n.º 3.298/1999 e Decreto n.º 5.296/2004, os quais estabelecem “normas gerais e critérios para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida” (BRASIL, 2013).

A Lei da Inclusão, no seu Art. 30, ratifica, renova e reforça algumas orientações no que diz respeito às necessidades básicas que deverão ser viabilizadas nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos promovidos pelas IES e Instituições de Educação Profissional e Tecnológica, nas redes públicas ou privadas.

I – atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;

II – disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;

III – disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;

IV – disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;

V – dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;

VI – adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;

VII – tradução completa do edital e de suas retificações em Libras (BRASIL, 2017g, s/p).

Todavia há de se considerar que, apesar de o ENEM buscar responder às orientações legais, algumas IES, após sua adesão, perderam a autonomia em participar da organização direta e/ou monitoramento no que concerne ao atendimento especializado oferecido aos candidatos com deficiência e com necessidade educacional especial durante o processo de seleção. Podemos destacar, entre estes, aqueles que dependem presencialmente de profissionais habilitados. Como exemplo, ressaltamos que, quando os processos de seleção ficavam sob a responsabilidade das antigas comissões de vestibulares ou empresas contratadas pelas IES, e os candidatos diagnosticados com deficiência auditiva total solicitavam atendimento especial, além de provas diferenciadas, elaboradas por profissionais qualificados, na maioria das vezes, elas também poderiam contar com especialistas para auxiliá-los na aplicação e correção das provas, tais como intérpretes e tradutores de LIBRAS. Hoje, nem sempre as pessoas contratadas para trabalhar no dia e local de aplicação das provas do ENEM e assistir às demandas de um candidato com deficiência estão preparadas profissionalmente para a função que assumem, o que pode prejudicar os referidos candidatos.

Em se tratando especificamente das políticas ou programas de educação superior que se configura como prática voltadas apenas as pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, temos, exclusivamente, o Programa Incluir, que objetiva proporcionar melhor convivência e desempenho na formação profissional. Também, proporcionar a permanência, com a máxima qualidade, no aproveitamento do desempenho acadêmico, por meio da superação de deficiências institucionais e/ou eliminação de barreiras existentes no ambiente universitário. Deficiências institucionais que podem constituir obstáculos e empecilhos, manifestadas na falta de acessibilidade para a participação ativa daqueles que ingressam na educação superior. Segundo Sasaki (2010), por meio de barreiras atitudinais (preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade em relação às pessoas com deficiência), arquitetônicas, pedagógicas, metodológicas, programáticas (embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e de comunicação.

O Programa Incluir surgiu 2005 e se estendeu anualmente até o ano de 2011 sob sistemática sistemática de editais públicos. Entretanto, no ano de 2012 esse Programa foi “universalizado” às IFES. A partir de então, estas tiveram que criar ou reestruturar seus núcleos, comitês ou órgãos para viabilizar uma política institucional com vistas em promover apoio especializado, acessibilidade e inclusão às pessoas com deficiência inseridas na instituição, com subsídio financeiro previsto nas suas respectivas matrizes orçamentárias, considerando os eixos: a. Infraestrutura; currículo, comunicação e informação; programa de extensão; e programas de pesquisa. (BRASIL, 2017b, pp.13-14).

Na UFPB, o CIA foi institucionalizado para se responsabilizar pela política inclusão e acessibilidade na instituição. Entre as várias ações que sob responsabilidade pedagógica e administrativa do CIA, destacamos o PAED, inicialmente, buscando responder orientações do Decreto 7.234/2010, que dispõe sobre o PNAES (BRASIL, 2017f, s/p). Também, ao encontro de um dos objetivos estratégicos destacados

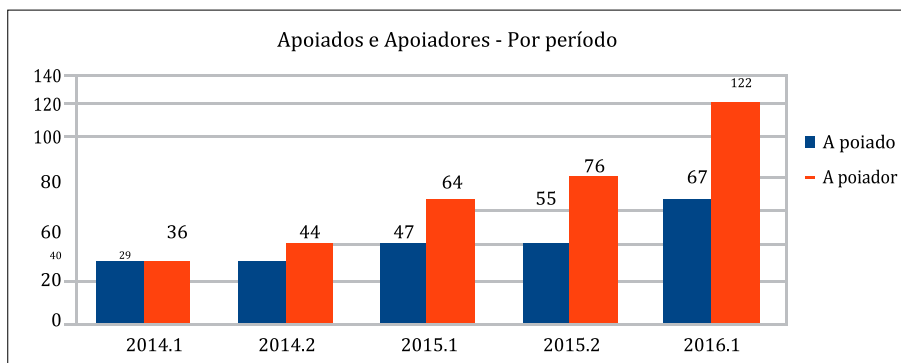
no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), “Estruturar a UFPB para possibilitar uma ampla inclusão social, especificamente no que se refere à acessibilidade, à permanência e à orientação pedagógica” (UFPB, 2017a, p. 13).

Atualmente, o PAED4 é desenvolvido com apoio da atuação de discentes bolsistas, a maioria como alunos apoiadores, os quais são selecionados para auxiliar discentes com deficiência em atividades acadêmicas. Também, o PAED também é responsável pela aquisição e disponibilização de materiais de custeio e equipamentos específicos para atender algumas das demandas para viabilização de processos de aprendizagem dos discentes que apresentam necessidades específicas.

As atribuições sob responsabilidade dos apoiadores são planejadas e estabelecidas de maneira compatível com a necessidade de cada discente com deficiência dentro da instituição, podendo ser ajustadas quando há necessidade, desde que sejam identificadas pelo Comitê ou apresentadas pelos discentes apoiados ou o próprio apoiador.

Saliente-se que, entre os períodos letivos 2014.1, 2014.2, 2015.1, 2015.2, 2015.2 e 2016.1, houve um crescimento considerável quanto ao número de alunos contemplados no PAED, tanto apoiados quanto apoiadores.

Gráfico 2 – Quantidade de discentes contemplados no PAED



Fonte: Elaboração a partir de dados do PAED/PRAPE (2016).⁹

É possível observar no Gráfico 2 que não só o número de alunos com deficiência e necessidade de educação especializada cresceu (131,03%), como de bolsistas contemplados (238,88%), inclusive numa proporção de quase dois apoiadores por alunos. Levando em consideração que um aluno apoiador não pode exceder vinte horas de apoio ao discente apoiado, essa proporção nos leva a inferir que, provavelmente, o discente com deficiência demanda apoio em mais de um turno, e/ou seus compromissos na instituição excedem quatro horas diárias, durante os cinco dias letivos por semana, inclusive com atividades integrais ou no contraturno, quiçá, assistindo às demandas provenientes, além do ensino, das atividades de sala de aula.

Relevante evidenciar que um dos eixos do Programa Incluir, “currículo, comunicação e informação”, prevê o oferecimento de condições para possibilitar a garantia do pleno acesso, participação e aprendizagem às pessoas contempladas no programa. Nessa perspectiva, busca atender às demandas oriundas dos discentes, por meio dos serviços oferecidos pelo PAED.

Essa atenção nos leva a refletir sobre o sentido que vem se configurando nas estratégias para permanência, tendo em vista que, aparentemente, excedem a oferta de políticas assistenciais que, muitas vezes, voltam-se mais para questões materiais, como se inclusão dependesse apenas de recursos, de uma infraestrutura adequada, de uma bolsa ou auxílio para ajudar nas despesas com custeio de materiais e serviços.

É certo que a permanência pode ser favorecida por esse tipo de assistência, porém, além disso, ela envolve aspectos relacionados às diversas possibilidades de “participação plena” na educação superior, tais como programas que potencializam a atuação e o envolvimento dos discentes em atividades de ensino, pesquisa e extensão e/ou quaisquer outras oferecidas no âmbito acadêmico. Há pesquisadores que alertam sobre as especificidades das políticas de permanência e de assistência, alegando não se tratarem da mesma coisa. Honorato e Heringer (2014, p.

325); Honorato (2015, p. 146) destacam que as políticas de permanência são mais amplas do que as de assistência. Desse modo, estas últimas estão contidas nas primeiras, as quais se direcionam a dotar os discentes de recursos mínimos que viabilizem a frequência às aulas e às demais atividades.

3. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

Como mencionado, essa investigação se trata de um estudo de caso realizado no ano de 2016 no CCTA, sob o enfoque metodológico da abordagem qualitativa e aproximação de orientações da análise de conteúdo (Bardin, 2006). Introduzimos, nos instrumentos da investigação questionamentos sobre a compreensão com relação à inclusão; pontos favoráveis, barreiras ao acesso e à inclusão do discente com deficiência na UFPB; conhecimentos específicos sobre programas nacionais e institucionais ou ações especializadas voltadas à inclusão dos discentes com deficiência na UFPB.

Outros procedimentos consistiram na utilização de análises de documentos e entrevistas semiestruturadas. Com o intuito de proporcionar uma visão multidimensional na investigação, os participantes foram distribuídos em grupos distintos, considerando que a inclusão é um processo em construção que envolve muito mais que alunos. Envolve uma diversidade de fatores, uma diversidade de pessoas. Precisa do apoio de muitos, para assim poder apoiar a todos. Carvalho (2006, p. 26) alega que, para que tenhamos um debate profícuo sobre o paradigma da inclusão, é necessário o envolvimento de diferentes atores e componentes de sociedade.

Com relação aos principais sujeitos, consideramos a matrícula dos discentes com deficiência do semestre 2016.1. Dos 1.774 discentes com matrícula ativa no CCTA, 12 (0,67%) apresentavam diagnóstico de deficiência ou alguma necessidade educacional especial, dos quais, 6

(50%) com diagnóstico de deficiência física, 4 (33,33%) visual total, 1 (8,33%) visual parcial e 1 (8,33%) com Transtorno de Déficit de Atenção com Altas Habilidades (TDAH). Porém, desses 12 discentes, apenas 6 (50%) participaram das entrevistas, sendo dois com deficiência física e quatro com deficiência visual.

Além dos supracitados discentes com deficiência, a investigação teve como sujeitos 7 servidores do CCTA, dos quais seis docentes coordenadores de cursos; um técnico-administrativo do CCTA; a gestora da política institucional de inclusão e cinco discentes apoiadores vinculados ao PAED.

4. RESULTADOS

4.1 Compreensão sobre a inclusão

Vimos como a compreensão acerca da inclusão ainda é se apresenta como limitada, sendo associada por 16,67% dos discentes com deficiência (Dcd's) à política de cota e 33,33% apenas à inserção da pessoa com deficiência ou necessidade especial no contexto educacional, ignorando as demais pessoas que, historicamente, foram apartadas do sistema educacional, especialmente da educação superior. E, aparentemente, por 50% dos 8 servidores de maneira vaga.

Ao mesmo tempo, 33,33% Dcd's, 80% dos apoiadores e 25% dos servidores indicaram a aproximação da inclusão no seu sentido amplo: a garantia do acesso e das condições de participação de todos os envolvidos, através de diversos mecanismos e estratégias diferenciadas.

Sem deixar claro o que realmente compreende sobre inclusão, 33,33% dos Dcd's e 12,5% dos servidores reconhecem a necessidade dela na prática, porque em termos de proposta ela já existe, sendo necessária uma preparação social para que se efetive.

Algumas falas dos sujeitos indicaram, também, no caminho das reflexões de Carvalho (2006; 2007) e de Torres González (2009), que associam a inclusão ao reconhecimento e à valorização da diversidade, que, por sua vez, envolve muito além das pessoas com deficiência.

4.2 Pontos favoráveis à inclusão do discente com deficiência na UFPB

Quanto aos pontos favoráveis à inclusão e permanência na UFPB 83,33% dos Dcd's, 20% dos apoiadores e 25% dos servidores evidenciaram o CIA e/ou as funções desempenhadas por este Comitê. Também, 50% dos Dcd's e 12,5% dos servidores evidenciaram o NEDESP6 ou órgãos de apoio especializado como estratégia favorável à inclusão.

O PAED, especificamente o Projeto Aluno Apoiador, teve relevante reconhecimento, tendo em vista que 100% dos apoiadores e 37,5% dos servidores o indicou como ação institucional favorável à inclusão. Na prática, avaliação do PAED pelos apoiadores demonstra um reconhecimento do Programa do qual estes participam, considerando que “Projeto Aluno Apoiador” é a principal ação do PAED; o reconhecimento unânime do trabalho que estes podem desenvolver para contribuir à permanência dos discentes com deficiência na UFPB, enquanto protagonistas do Programa.

Entretanto, além dessa indicação, 16,67% dos Dcd's indicaram as práticas de alguns docentes, a disposição e a capacidade de mobilização de alguns discentes com deficiência, a política de acesso da UFPB para candidatos com deficiência como questões também favoráveis. Sendo, esta última, também indicada por 12,5 % dos servidores.

É imprescindível destacar que as principais indicações dos sujeitos como questões favoráveis à inclusão – o CIA e a existência do aluno apoiador na UFPB – são ações oriundas de políticas inclusivas do governo federal para favorecer, entre outras coisas, o acesso e a

permanência de discentes nas IFES. O primeiro, pelo Programa Incluir que apoia as instituições com recursos financeiros para criação das políticas voltadas especificamente às pessoas com deficiência, incluindo desde discentes a servidores docentes e técnicos nelas lotados. O segundo, pelo PNAES, que se destaca como uma das principais ações do governo federal junto às IFES no que diz respeito à possibilidade de promoção de condições de igualdade de oportunidades, especialmente para discentes em situação de vulnerabilidade, por intermédio de ações institucionais que culminem na ampliação das condições e das estratégias de permanência.

Além, dessas duas políticas nacionais inclusivas intrinsecamente destacadas nas falas dos sujeitos, evidenciamos o destaque a política institucional de acesso, que independente da política nacional de cotas, na ocasião da entrevista, ainda não tinha a obrigatoriedade de contemplar os candidatos com deficiência, mas já destinava, aproximadamente, 5% das vagas de ampla concorrência às pessoas com deficiência.

4.3 Barreiras e impedimentos à inclusão e permanência do discente com deficiência na UFPB

Em diferentes proporções as barreiras arquitetônicas/físicas, pedagógicas, atitudinais e comunicação/informação foram indicadas por 100% das representações de sujeitos. Para tanto, considerando os registros de falas dos discentes com deficiência, 33,33% não apresentaram quaisquer impedimentos, inclusive um deles enfatizou que a UFPB, especialmente com a intervenção do CIA, “é uma mãe” e que a pessoa “não conclui o curso se não quiser”. Já 20% dos apoiadores indicaram que o estresse pessoal, inerente a quaisquer pessoas, independentemente de deficiência, pode ser um impedimento ou algo que prejudique a conclusão do curso.

De acordo com as orientações normativas e na legislação em vigor, notadamente a Lei de Acessibilidade, ratificadas pela Lei Brasileira de Inclusão, barreiras são “entraves, obstáculos, atitudes ou comportamentos” que impedem a participação das pessoas na sociedade e/ou aos diferentes serviços sociais, entre eles, “o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.” (BRASIL, 2017g, s/p). Para tanto, podem se manifestar, entre urbanística, arquitetônica ou física, nos transportes, nas comunicações e nas informações, nas atitudes e nos meios tecnológicos.

Nessa perspectiva, podemos dizer que os sujeitos pontuaram barreiras comuns presentes em muitas instituições sociais, justificando, inclusive, as reiteradas legislações e orientações normativas voltadas, neste caso, à inclusão social das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida aos serviços sociais.

Conhecimento específico sobre programas nacionais e institucionais ou ações especializadas voltadas aos discentes com deficiência na UFPB.

Quando direcionamos o questionamento relacionado aos conhecimentos de programas institucionais ou ações especializadas voltadas a discentes com deficiência aos seis Dcd's e aos sete servidores, especificamente os docentes coordenadores de cursos e TAE, apenas 28,57% dos servidores informaram que desconhecem quaisquer estratégias ou políticas e 14,28% mencionaram o conhecimento vago sobre a existência de um projeto de acessibilidade no curso de arquitetura.

Também, 66,66% dos Dcd's e 42,85% informaram ter conhecimento de um comitê ou órgão de apoio; 50% dos Dcd's e 28,57% dos servidores informaram conhecer o NEDESP; enquanto 14,28% demonstrou conhecimento acerca do “aluno apoiador”.

É interessante evidenciar que o conhecimento das políticas, ações ou estratégias é apresentado pelos sujeitos como superficial.

Inclusive, 14,28% ressalta que a política de inclusão da UFPB “não é disseminada a nível institucional”.

Outrossim, consideramos importante ressaltar que, apesar de discentes com deficiência e alguns servidores terem informado conhecer estratégias institucionais para permanência, notadamente o CIA, quando questionados sobre o PAED, a maioria de cada representação de sujeito informou que não o conhece. Dos sete servidores, 57,14% não conhecem e 42,85% sabem que ele envolve o aluno apoiador.

Dos seis discentes com deficiência, 33,33% também associaram o PAED ao aluno apoiador e 66,66% não indicaram conhecimento a respeito. Destes, 50% estão intrinsecamente envolvidos no referido Programa, inclusive como beneficiário, seja como aluno apoiado por meio do aluno apoiador – a principal ação deste Programa –, seja por meio dos materiais e equipamentos adquiridos e disponibilizados para favorecer a permanência e a participação nas atividades acadêmicas, tais como: lupas, gravadores, regletes, assinador, computadores, cadeiras de rodas, entre outros.

Dos seis discentes com deficiência (100%) apenas 33,33% não têm apoiadores. Quicá, por isso, quando questionados sobre em que contribui o aluno apoiador no desempenho acadêmico do apoiado, apenas 16,67% não tenha respondido, enquanto 83,33% indicaram que os apoiadores ajudam. Os quatro apoiados (100%) especificaram que os apoiadores auxiliam o professor e aluno em sala de aula, na adaptação de materiais, na autodescrição de conteúdos e slides, na interlocução entre docente e as demandas por atividades especializadas, bem como na locomoção dentro da instituição, inclusive conduzindo-os a setores de apoios especializados. Entretanto, se, por um lado, todos destacaram que o apoio oferecido por seus respectivos apoiadores é positivo, “fundamental”; por outro lado, reforçaram que, de maneira geral, os docentes não estão preparados para trabalhar com a pessoa com deficiência em sala de aula e que acabam sobrecarregando os apoiadores. Além disso, nem sempre são comunicados, com

antecedência, que receberão discentes com deficiência; tampouco têm conhecimento das estratégias que poderão ser trabalhadas para viabilizar a aprendizagem.

Já quando os apoiadores foram questionados sobre suas atribuições junto ao PAED estes acabaram confirmando o que os discentes haviam apontado, possivelmente, porque, no caso específico do CCTA, todos os apoiados têm diagnóstico de deficiência visual, sendo 3 com perda total e 1 com baixa visão. Inclusive, este último é auxiliado por dois apoiadores. Neste caso, a maioria classificando como um trabalho de mediação junto aos docentes e setores de apoio. Também, responsáveis pela locomoção do apoiado dentro da instituição e até o auxílio nas atividades em sala e extraclasse.

Os apoiadores também foram questionados sobre como “experiência de trabalho” junto ao discente com deficiência. Esses, por unanimidade, destacaram a experiência como positiva, com ênfase na aprendizagem, na colaboração com a sua vida acadêmica, na mudança de concepção, na superação de preconceitos. Tal como destacaram, “uma relação de dedicação, proveitosa” e “que proporciona crescimento pessoal”.

Apesar de não ter sido objetivo da pesquisa avaliar a relação apoiador/apoiado, identificamos o quão é positiva a experiência não só a partir dos adjetivos apresentados pelos próprios apoiadores, mas também da ênfase que estes deixaram transparecer quanto à mudança de visão e – por consequência – atitudinal com relação às pessoas com deficiência e como aprendem com estas.

Fernandes e Costa (2015, p. 01) concluem, no relato de pesquisa que trata das “Possibilidades da Tutoria de Pares para Estudantes com Deficiência Visual no Ensino Técnico e Superior”, que a estratégia de tutoria entre discentes é promissora no processo de inclusão de discentes com deficiência nas IES, como é o caso da “díade” apoiador/apoiado. Entretanto, destacam a escassez de estudos no Brasil sobre a temática que envolve essa estratégia pedagógica de parceria entre estudantes

com e sem deficiência, bem como as contribuições possíveis para com o processo de inclusão de pessoas com deficiência (FERNANDES e COSTA, 2015, p. 04).

Consideramos, pois, que essa estratégia apoiador/apoiado é um tipo de acessibilidade pedagógica que, de maneira “assistida”, pode viabilizar e intermediar acesso a algumas condições relevantes para a aprendizagem, não devendo, portanto, essa estratégia confundir-se ou transformar-se numa relação de dependência. Para tanto, também questionamos os apoiadores se suas atribuições junto ao apoiado geravam ou poderiam gerar dependência. E, apesar mencionarem que seus apoiadores buscam ser independentes, 100% também indicaram que “às vezes”, que “talvez”, ou “dependendo”, que a relação apoiador-apoiado poderia gerar dependência.

O conceito de acessibilidade já traz consigo a possibilidade de uma condição “assistida” (BRASIL, 2017g, s/p), o que, a priori, pode aproximar-se da dependência. Todavia não é interessante confundir, permitindo que essa condição assistida substitua a apropriação do conhecimento, o engajamento e o esforço individual dos aprendizes. A condição assistida seria apenas uma estratégia, um meio, para intermediar o processo de aprendizagem.

Novamente, quando os discentes com deficiência, apoiadores e servidores foram questionadas, especificamente se conheciam o Programa Incluir, apenas 14,28% dos servidores afirmaram ter conhecimento, todavia, após uma cobrança do MEC, por ocasião da elaboração ou atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

Destarte, inferimos, mais uma vez, que os poucos sujeitos entrevistados que conhecem o CIA e os programas, políticas e/ou estratégias para favorecer o acesso e permanência na UFPB, desconhecem a origem das suas propostas, quicá o que representam e as políticas que respondem.

Com base nas reflexões já apresentadas, podemos perceber que, apesar de muitas barreiras ainda existentes no âmbito da UFPB,

as estratégias e ações vinculadas ao PAED têm sido reconhecidas e ratificadas como possibilidade de apoio humano e material para viabilizar sua permanência e participação nas diferentes atividades oferecidas pela instituição.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de inclusão não se limita ao arcabouço de leis, tampouco à simples criação de programas com propostas inclusivas. É preciso viabilizar a permanência, além de oportunizar o acesso aos sistemas de ensino, por meio de ações e estratégias concretas, tais como: investimentos em materiais, capacitação e qualificação de profissionais de educação – sobretudo os professores – e infraestrutura apropriada para responder às diversas necessidades. Enfim, disponibilizar condições de acessibilidade em todos os sentidos, inclusive no que concerne às barreiras atitudinais, para romper com posturas preconceituosas e discriminatórias.

Os debates que envolvem o paradigma educacional da inclusão, muitas vezes, são remetidos aos processos de escolarização das pessoas com deficiência, conduzindo-nos a uma compreensão cerceada sobre a inclusão enquanto processo que se volta à educação para todos, como se sua necessidade, no contexto educacional, fosse apenas das pessoas com deficiência e/ou daquelas que necessitam ou necessitaram de uma educação especializada.

Faz-se mister ter em mente que a ideia do paradigma da inclusão educacional/educação inclusiva ou inclusão escolar está além dessas pessoas. Assim como estas, muitas outras que estiveram ou ainda estão excluídas da sociedade precisam ser reconhecidas e incluídas nas instituições educacionais, tanto da educação básica quanto da educação superior.

Contudo, ao encontro do nosso questionamento e de acordo com a apuração dos resultados, a adoção dessas políticas de inclusão pela UFPB tem contribuído para inclusão das pessoas com deficiência, possibilitando não só a ampliação do acesso à instituição, como a promoção de estratégias de permanência nos cursos superiores, especialmente, sob responsabilidade do CIA e parceiros institucionais.

Entretanto, muitos desafios ainda precisam ser superados, indicados, notadamente, como algumas barreiras por meio das verbalizações dos sujeitos da investigação, tais como: atitudinais, pedagógicas, de comunicação ou informação e arquitetônicas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2006.

BRASIL. Câmara dos deputados. **Legislação brasileira sobre pessoas com deficiência**. 7ª ed. - Brasília: Edições Câmara, 2013.

BRASIL. **A consolidação da inclusão escolar no Brasil 2003 a 2016**. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/a-consolidacao-da-inclusao-escolar-no-brasil-2003-a-2016.pdf/view>. Acesso em: 26 out. 2017a.

BRASIL. Ministério da educação. **Documento orientador programa incluir** – acessibilidade na educação superior – SECADI/SESu-2013. Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13292&Itemid=. Acesso em: 26 out. 2017b.

BRASIL. Ministério da educação. **Lei de Cotas**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/sobre-sistema.html>. Acesso em: 26 out. 2017c.

BRASIL, Presidência da república. **Decreto 5.296/2004**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 26 out. 2017d.

BRASIL, Presidência da república. **Decreto n. 6.096/2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 26 out. 2017e.

BRASIL. Presidência da república. **Decreto nº 7.234/2010**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 26 out. 2017f.

BRASIL, Presidência da república. **Lei n.º 13.146/2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 26 out. 2017g.

BRASIL, Presidência da república. **Lei 13.409/2016**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm. Acesso em: 26 out. 2017h.

BRASIL, **Sistema de Seleção Unificada (SISU)**. Portaria Normativa n.º 21. Disponível em: sisu.mec.gov.br/arq/portaria_sisu.pdf. Acesso em: 26 out. 2017i.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. 4. ed. Porto Alegre/RS:Mediação, 2006.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreira para aprendizagem**: educação inclusiva. 6. ed. Porto Alegre: Meditação, 2007.

CASTELO BRANCO, U. V., JEZINE, E., e NAKAMURA, P. H. **A UFPB nos anos da expansão (2008 a 2012)**: quantos e quem somos e o que mudou no perfil dos nossos alunos? Disponível em: <http://docplayer.com.br/12186265-A-ufpb-nos-anos-da-expansao-2008-a-2012-quantos-e-quem-somos-e-o-que-mudou-no-perfil-dos-nossos-alunos.html>. Acesso em: 08 nov. 2016.

COLLEONI, C. A declaração mundial sobre educação superior no século XXI – adequação da educação superior à lógica do capital. In: **Anais do 5º Seminário nacional estado e políticas públicas – as políticas sociais nas transições latinoamericanas no século XXI: tendências e desafios.** UNIOEST/Cascavel/PR: 2011.

CRUZ, R. de L. **Inclusão no ensino superior:** um estudo das representações sociais dos acadêmicos com deficiência visual da UFPB. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

FERNANDES. W. L.; COSTA, C. S. L. da. **Possibilidades da tutoria de pares para estudantes com deficiência visual no ensino técnico e superior.** (Relato de Pesquisa) Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, V. 21, n. 1, p. 39-56, Jan-Mar, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1413-653820150001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: set. 2017.

GADOTTI, M. Da palavra à ação. In: **Educação para todos:** avaliação da década. Síntese do I Seminário Nacional sobre Educação para Todos (Brasília, 10 e 11/6/1999 – publicado em 2000) Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/174>. Acesso em: 15 mai. 2016. pp. 27 – 31.

HONORATO, G. A distribuição de apoio social e atividades complementares entre estudantes das IFES por cor e condição de ingresso (cotista e não cotista). In: HONORATO, G.; HERINGER, R. **Acesso e sucesso no ensino superior:** uma sociologia dos estudantes. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras: FAPERJ, 2015. pp. 142 – 162.

HONORATO, G.; HERINGER, R. Políticas de permanência e assistência no ensino superior público e o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). In: BARBOSA, M. L. de O. (Org.) et. al. **Ensino**

superior: expansão e democratização. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014. pp. 315 – 350.

INEP. **Exame nacional do nível médio (ENEM)**. Disponível em <http://enem.inep.gov.br/download.html>. Acesso em: 26 out. 2017.

Leite, D. Sistemas de avaliação das instituições de ensino superior no Brasil. In: Oliven, A. C. et al; Trigueiro, M. **A Educação Superior no Brasil**. Porto Alegre/Caracas: Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC – Unesco, 2012.

MAZZONI, A. A.; TORRES, E. F.; ANDRADE, J. M. B. **Admissão e permanência de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior**. *Acta Scientiarum*, Maringá, 2001. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/2751>. Acesso em: 14 jan. 2017.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil:** história e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, J. F. de. *et al*. Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. In: BRITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F. de; MOROSINI, (Orgs.) **Educação superior – 10 anos pós-LDB**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), 2008. pp. 71-88 (Coleção INEP 70 anos, v.2)

RISTOFF, D. Educação Superior no Brasil – 10 anos pós-LDB: da expansão à democratização.

BRITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F. de; MOROSINI, (Orgs.) In: **Educação superior – 10 anos pós-LDB**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), 2008. p p. 39-50(Coleção INEP 70 anos, v.2)

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

TORRES GONZÁLEZ, J. A. **Análisis de los procesos de inclusión social y educativa:** nuevos retos para suprimir las desigualdades y compartir las diferencias. Contextos educativos – Revista Educación, 12, 2009, p. 31-56. Disponível em: <https://publicaciones.unirioja.es/ojs/index.php/contextos/article/view/610/573>. Acesso em: 26 out. 2017.

UFPB. **Plano de desenvolvimento institucional 2014 – 2018** – PDI. Disponível em: www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/pdi_ufpb_2014-2018.pdf . Acesso em: 26 out. 2017a.

UFPB. **Resoluções** (CONSEPE). Disponível em: https://sigrh.ufpb.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf;jsessionid=6B730CB5BA4350E8DB805BAC67798FD7.sistemas-a. Acesso em: 26 out. 2017b.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre educação superior no século XXI. (1998)** Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>. Acesso em: 06. Dez. 2016.

VIEIRA, F. R. L. *et al.* Núcleo de acessibilidade e apoio a estudante com necessidades especiais na Universidade Federal de Rio Grande do Norte. In: MARTINS, L. de A. R.; PIRES, G. N. da L.; PIRES, J. **Caminhos para uma educação inclusiva:** políticas, práticas e apoios especializados. João Pessoa: Ideia, 2014.

WAISMANN, M; CORSETTI, B. O banco mundial e as políticas para educação superior no Brasil: um estudo a partir de trajetória dos docentes, da relação dos concluintes e da remuneração dos trabalhadores com educação superior. (1995/2012). In: SILVA JUNIOR, J. dos R. e et. al. (Org) **Educação superior: internacionalização, mercantilização e repercussões em um campo de disputas.** 1. Ed. Belo Horizonte/MG: Fino Traço, 2015.

PLANEJAMENTO E GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA UFCG: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – 2010 A 2014

*Honório Patrício Neto
Éder da Silva Dantas*

1. INTRODUÇÃO

A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) apresenta uma execução orçamentária que em valores absolutos supera os principais municípios da Paraíba. Isso acontece, principalmente devido ao aumento significativo dos investimentos na educação superior por parte do Governo Federal. Vale salientar que com o aumento do volume de recursos em sua execução orçamentária, a UFCG tem gastos semelhantes a qualquer município do Estado da Paraíba. Assim sendo, o conhecimento e aprimoramento das técnicas usadas por esta instituição para planejar suas ações possibilitará a elaboração de métodos e técnicas que poderão ser aplicadas em qualquer ente público municipal, ou, dependendo do seu porte, estadual. Neste contexto, o planejamento adequado das ações ganha suma importância, porque somente com o conhecimento prévio das ações e metas que a administração precisa realizar e atingir sucessivamente é que a administração pode empregar os recursos públicos de modo eficiente.

No que se refere ao planejamento, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI é o principal documento do planejamento das instituições de ensino superior. Por isso, deve ser elaborado dentro dos padrões estabelecidos na teoria administrativa. Nesse documento,

deve constar a caracterização da instituição em todas as suas dimensões, sejam elas, culturais, políticas e econômicas. Devem ser apresentados ainda no PDI, os objetivos e as metas que deverão ser alcançadas até o final da sua vigência.

No âmbito educacional, o planejamento ganha contornos de imprescindibilidade, uma vez que no seu bojo tem que incluir além dos objetivos econômicos e sociais, a realidade cultural da sociedade a quem se destinarão as suas ações. Ou seja, o sistema educacional deve ser planejado de modo a se conectar aos objetivos da sociedade a que pertence.

Assim sendo, o presente trabalho se propõe a analisar o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI elaborado pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG para o período de 2014 a 2015. Aqui apresentaremos uma análise crítica do planejamento realizado pela UFCG, contextualizado histórica e teoricamente. Outro objetivo deste trabalho é realizar uma leitura multidimensional da prática de planejamento da UFCG, por meio de uma abordagem cultural, política e econômica. Então a análise ora realizada se apresenta como uma radiografia das práticas de planejamento efetivadas pela UFCG, desde a sua criação em 2002 até o ano de 2014.

O referencial teórico deste trabalho busca inicialmente identificar como a concepção de Estado presente na sociedade influencia na finalidade social destinada à universidade e à educação superior como um todo. Esta finalidade social se destaca como um fator determinante para o modo como a gestão universitária irá realizar o planejamento de suas ações, e, por conseguinte, na elaboração do seu plano de desenvolvimento institucional. A segunda parte do referencial teórico destaca como as ferramentas da ciência contábil podem servir de suporte para a elaboração deste plano.

Para tanto, utilizamos como recursos metodológicos uma abordagem hermenêutica e compreensiva weberiana cujo mister foi identificar a mensagem implícita nas práticas de planejamento da UFCG,

sobretudo nas suas ações de planejamento quando da elaboração dos planos de desenvolvimento institucional daquela instituição. A pesquisa foi do tipo qualitativa e quantitativa com o emprego das seguintes técnicas: pesquisa bibliográfica, observação participante, e, principalmente, a análise de documentos.

Depois da análise foram identificados os dois problemas mais relevantes para a prática de planejamento da UFCG quais sejam: as ações de planejamento da Universidade Federal de Campina Grande carecem de maior participação da comunidade universitária e não existe interação entre as ações de planejamento e execução orçamentária da Universidade Federal de Campina Grande.

Por fim, será apresentada uma metodologia para elaboração do plano de desenvolvimento institucional a partir das teorias do planejamento da educação e com o auxílio das ferramentas da ciência contábil, concluindo-se, então que o caminho é longo e árduo, mas, plenamente possível de ser percorrido.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa utiliza uma abordagem compreensiva e hermenêutica como paradigma do método, com o uma vez que buscamos identificar essência entre a teoria e a prática, entre o discurso e a ação e por fim entre a norma e a realidade factual.

Nesse caso, conforme Hermann (2002, p. 24), “a hermenêutica tem a função de tornar explícito o implícito, de descobrir a mensagem, de torná-la compreensível”.

É importante salientar que a pesquisa histórica como método de procedimento, em nosso caso, é necessária uma vez que não será possível compreender essencialmente os procedimentos utilizados na UFCG sem conhecermos as razões pelas quais esses procedimentos foram definidos, de modo que conforme Richardson (1999, p. 245) “os

acontecimentos atuais só têm significado com relação ao contexto dos fatos passados dos quais surgiram”. Aplicamos esse mesmo raciocínio, quando avaliamos como e porque os planejadores da UFCG escolhem os métodos de planejamento desta instituição. Cabe ressaltar ainda que tendo em vista o fato de que nossa análise estará restrita a uma única instituição, nosso método de procedimento também terá um caráter de estudo de caso.

Como vemos, nesta pesquisa, a metodologia predominante é do tipo qualitativa, com uma contribuição complementar de procedimentos inerentes às pesquisas em ciências sociais aplicadas, na forma de pesquisa documental, que diferem, conforme afirmado por Beuren (2004, p. 89), da pesquisa bibliográfica tendo-se em vista a natureza de suas fontes.

Quanto aos objetivos, é possível afirmar que esta pesquisa é do tipo exploratória e descritiva, uma vez que se objetiva avaliar os métodos usados nas ações de planejamento da UFCG, descrevendo-os, identificando as suas limitações para ao final propor soluções para atenuar as limitações identificadas.

Deste modo, de início foi realizada uma pesquisa documental com o fito de estabelecer os conceitos que serão desenvolvidos ao longo da pesquisa e aprofundar os conhecimentos acerca dos procedimentos administrativos e contábeis utilizado pela Universidade Federal de Campina Grande, bem como estabelecer a base teórica necessária para analisar como os gestores da UFCG se utilizam das informações contábeis para planejar sua execução orçamentária.

Assim, podemos afirmar que o levantamento bibliográfico realizado foi capaz de estabelecer os conceitos que serão desenvolvidos ao longo da pesquisa e aprofundar os conhecimentos acerca dos procedimentos administrativos e contábeis utilizado pela Universidade Federal de Campina Grande. De modo que os procedimentos utilizados consistiram em uma leitura analítica e esquematizada das referências encontradas bibliográficas encontradas. De acordo com Lakatos e

Marconi (2010, p.30), “a primeira fase da análise e da interpretação é a crítica do material bibliográfico, sendo considerada um juízo de valor sobre determinado material científico”.

A segunda fase da pesquisa foi realizada por meio de uma pesquisa de campo. Neste momento, utilizamos de três procedimentos distintos. O primeiro deles foi a realização de uma análise documental, especificamente os documentos de constituição da UFCG, os relatórios de gestão dos exercícios de 2011 a 2014, os relatórios de avaliação institucional do período do 2010 a 2014, os relatórios de avaliação dos ciclos de 2004 a 2006 e dos ciclos 2007 a 2008, tudo, no intuito de identificar como os processos de elaboração do planejamento estão normatizados na UFCG e como de fato eles são realizados.

Para a análise desses documentos, a abordagem do método compreensivo de Max Weber (2006, p. 73) se mostrou adequada uma vez que “a atividade historiográfica se defronta com a tarefa de determinar em cada caso particular a proximidade entre a realidade e o quadro ideal”.

Desta maneira, o uso da hermenêutica para interpretar os textos dos documentos ora analisado justifica-se em virtude de que o ideal aqui é compreender o fenômeno na sua concreção singular, percebendo como a Universidade Federal de Campina Grande é o que veio a ser. (GADAMER, p. 39).

O segundo momento desta fase da pesquisa foi a análise dos planos de desenvolvimento institucional realizado pela Universidade Federal de Campina Grande. Este procedimento visou subsidiar, juntamente com a análise documental efetuada na segunda fase, a contextualização da participação da comunidade universitária no processo de elaboração dos planos de desenvolvimento institucional e sua correlação com a execução orçamentária desta universidade.

O terceiro procedimento realizado nessa fase da pesquisa partiu da observação e descrição dos sistemas de informação contábil utilizados no âmbito da Universidade Federal de Campina Grande, com ênfase na contribuição dada por eles aos sistemas de

planejamento da UFCG. Por meio de observação participante do sistema de contabilidade e de planejamento da UFCG, foi possível identificar como os processos de elaboração do planejamento estão normatizados na UFCG e como de fato eles foram realizados. A escolha da técnica da observação participante para esta etapa se deu, tendo-se em vista, a familiaridade do pesquisador com os sistemas de informação contábil da UFCG, na forma como a que foi definida por Richardson (1999, p. 261), para quem na observação participante, o pesquisador “se coloca na posição e ao nível dos outros elementos humanos que compõem o fenômeno a ser estudado”. Nessa fase, foram utilizadas a análise das demonstrações contábeis, notadamente, a análise vertical e horizontal, ferramentas típicas da ciência contábil para auxiliar na compreensão e contextualização das ações da gestão da instituição com base sobretudo nas prestações de contas e relatórios anuais de gestão da UFCG. Desse modo, a pesquisa conseguiu compreender a forma como a instituição realizou a elaboração de seus planos de desenvolvimento institucional, identificando as principais falhas no planejamento daquela instituição.

Como terceira e última fase desta pesquisa, desenvolvemos um roteiro para elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional cuja característica principal a utilização de conceitos inerentes à gestão educacional, tendo como princípio a gestão participativa, subsidiado pelo uso de ferramentas das ciências contábeis com ênfase articulação entre o Plano de Desenvolvimento Institucional e a execução orçamentária da Universidade Federal de Campina Grande.

Vale dizer ainda que, em que pese a predominância de características comuns às pesquisas educacionais, este trabalho se utilizou de uma contribuição complementar de procedimentos inerentes às pesquisas em ciências sociais aplicadas, na forma de pesquisa documental.

3. ANÁLISE DOS DADOS: A GESTÃO DA UFCG E SUAS DIMENSÕES SOB O PRISMA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

3.1 Dimensão cultural

3.1.1 Território de Atuação Institucional

Criada por meio da Lei Federal nº 10.419 de 09 de Abril de 2002, a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba, a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG é uma instituição de ensino superior, mantida pelo Governo Federal brasileiro, com área de atuação no interior do Estado da Paraíba. Sua principal característica é atuar como uma instituição *multicampi*, com sede no município de Campina Grande – PB, com centros de ensino, pesquisa e extensão nos municípios de Cuité, Sumé, Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras, todos no Estado da Paraíba. Deste modo, a Universidade Federal de Campina Grande - UFCG destaca-se como a principal universidade na região interiorana da Paraíba.

O território em que a UFCG atua apresenta um alto grau de heterogeneidade. Dentre estes o município de Campina Grande merece um destaque especial, não somente por sediar a universidade, mas pela importância econômica que este detém para a região territorial em que a UFCG está inserida.

Outra característica importante que destaca o mercado de trabalho campinense é fato de não apresentar uma média salarial muito superior aos demais municípios.

Entretanto, é importante salientar ainda a importância do setor de serviços no mercado de trabalho desses municípios. Neste aspecto, o setor de serviços e o comércio foram responsáveis por mais da metade

dos empregos formais nos municípios citados. Logo, podemos concluir que a UFCG atua em um território de economia predominantemente comercial.

Importante informar que a Universidade Federal de Campina Grande não atua sozinha no mercado da educação superior na região interiorana. Ao seu lado, atuam instituições públicas e privadas, onde é fácil perceber a liderança da UFCG em oferta de cursos, uma vez que oferecer quase o dobro de cursos que a Universidade Estadual da Paraíba, 2ª colocada em oferta de cursos.

Ante os dados expostos, podemos facilmente comprovar o protagonismo exercido pela Universidade Federal de Campina Grande no que se refere à educação superior no interior do Estado da Paraíba.

Para exercer esse protagonismo a UFCG se relaciona com a sociedade, sobretudo, através de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, realizar parceria com as seguintes instituições nas diversas esferas de atuação tais como : Ministério da Educação (MEC); Ministério da Saúde (MS); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Rede Nacional de Pesquisas (RNP); Agência Nacional do Petróleo (ANP); Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB); Governo do Estado da Paraíba; Prefeitura Municipal de Campina Grande dentre outras.

Como vemos a atuação da UFCG é contextualizada em consonância com a missão da instituição presente no Plano de Desenvolvimento Institucional especialmente no que se refere a “sua inserção no desenvolvimento regional socialmente comprometido, sem perder de vista o contato com o mundo contemporâneo e princípios como a manutenção do espaço onde a ética e a democracia são os balizamentos para as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. (UFCG, 2014, pp.17-18)

Desse modo, observamos a preocupação desta instituição federal em contribuir para o desenvolvimento regional do território em que atua. Nesse caso cabe destacar que de acordo com Costa (2014, p. 617) o planejamento envolve necessariamente o lugar, aqui concebido como o território política e economicamente dominado e espaço de atuação do sujeito. Logo, observamos que o presente plano se aproxima, neste aspecto da teoria de planejamento.

O território interno da UFCG é composto por 07 *campi* instalados nas cidades de Campina Grande, Cuité, Sumé, Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras, todas situadas no interior do Estado da Paraíba. A sede da Reitoria está localizada no campus de Campina Grande. Este campus está dividido em centros quais sejam: o Centro de Humanidades - CH, o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS, o Centro de Engenharia Elétrica e Informática - CEEI e o Centro de Tecnologia e Recursos Naturais - CTRN. É relevante ressaltar a heterogeneidade dos profissionais que são formados neste campus. Ou seja, o campus de Campina Grande forma profissionais nas mais variadas áreas de conhecimento. Ali graduam-se bacharéis das ciências sociais, docentes, profissionais de saúde, do mesmo modo que profissionais das ciências exatas e da tecnologia.

No campus de Patos, o Centro de Saúde e Tecnologia Rural - CSTR, predominam as ciências agrárias, com um destaque para a medicina veterinária, entretanto, a partir de 2010, as ciências biológicas passaram a dividir o espaço do centro, sobretudo com a implantação do curso de Graduação em Odontologia em 2012, que apresenta cerca de 350 (trezentos e cinquenta) alunos matriculados e uma taxa de aprovação de 90%. (UFCG, 2015, p.32).

O Centro de Ciências Jurídicas e Sociais - CCJS, no município de Sousa, no sertão paraibano, dedicava-se exclusivamente à formação de profissionais da área jurídica. Somente em 2009, é que foi instalado o curso de graduação em Ciências Contábeis, em 2011, criado o curso de Administração de Empresas e em 2014, a graduação em Serviço Social.

Uma informação relevante sobre o território do CCJS, é que este centro teve sua sede transferida para o novo endereço, com espaço maior, uma vez que a sede anterior não compunha o patrimônio imobiliário da UFCG.

Em Cajazeiras, o Centro de Formação de Professores – CFP forma docentes nas áreas das Ciências Sociais (História e Geografia), das Ciências Exatas (Matemática, Física e Química), das Ciências da Vida (Biologia), das Letras (Língua Portuguesa) e da Educação (Pedagogia). Mais recentemente, além dos docentes, este centro recebeu a incumbência de formar profissionais de saúde, especificamente, médicos e enfermeiros.

O campus de Cuité foi criado com vocação para formar docentes nas áreas de biologia, química, matemática e física; e profissionais de saúde, notadamente, enfermeiros, farmacêuticos e nutricionistas.

Com implantação em 2007, o campus de Pombal abriga o Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar – CCTA, cuja missão primordial é a formação de profissionais para atuar nas áreas das Ciências Agrárias e de Tecnologia Ambiental e de Alimentos.

Ao município de Sumé, foi destinado o Centro de Desenvolvimento do Semi-árido – CDSA, cujos cursos se voltam às necessidades específicas de profissionais que se dedicarão ao desenvolvimento da região semi-árida paraibana. Este centro atua em duas vertentes: a primeira, de cunho tecnológico, forma profissionais nas áreas da Engenharia de Produção, de Biotecnologia e Bioprocessos, de Biosistemas e Tecnologia em Agroecologia; enquanto a segunda, de cunho social, dedica-se a formação específica de docentes que atuarão em zonas rurais, de docentes em sociologia e formar tecnólogos para atuar na gestão pública dessa região.

Por fim sobre o território cabe ainda observar a área de atuação da UFCG está totalmente inserida no semiárido paraibano e distribuída em cerca de 50% do território deste Estado.

3.1.2 Atores Institucionais

De acordo com o dicionário, a palavra ator significa o agente do ato. Assim podemos definir o ator institucional como o sujeito cujos atos têm relevância suficiente para ter consequências nos resultados e realidades presentes e futuros da instituição. “O ator, para Matus (1994b) deve preencher três critérios: ter base organizativa; ter um projeto definido e controlar variáveis importantes para a situação”. (ARTMANN, 2014, p.4). Ainda, de acordo com Artmann (2014, p. 4), “alguém deve sempre responder pelo plano”.

Por isso, identificamos o Reitor da Universidade Federal de Campina Grande, o Prof. Dr. José Edilson de Amorim como principal ator institucional da UFCG, no período de elaboração do PDI. Este fato pode ser confirmado uma vez que o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Campina Grande foi aprovado *ad referendum* pelo magnífico reitor por meio da Resolução nº 05/2014 do Colegiado Pleno do Conselho Universitário da Universidade Federal de Campina Grande. Vale informar ainda que os Pró-reitores de Gestão Administrativo-Financeira, de Ensino, de Pesquisa e Extensão, de Assuntos Comunitários; os Secretários de Planejamento e Orçamento, de Recursos Humanos e o Prefeito Universitário atuam como subatores institucionais, uma vez que são os responsáveis por implantar e viabilizar as decisões tomadas na esfera estratégica da Reitoria.

Em que pese o fato de que o reitor seja o principal ator institucional da UFCG, convém considerar o Presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Campina Grande – ADUFCG, o Presidente do Diretório Central dos Estudantes também como atores institucionais com alta relevância na UFCG. Essas entidades de caráter sindical e estudantil, respectivamente, deram provas de que são tem capacidade de influenciar nas decisões estratégicas da UFCG ao obstaculizar sistematicamente a transferência da administração do

Hospital Universitário Alcides Carneiro e Hospital Universitário Júlio Bandeira para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH.

Dentre os atores que transitam fora da área de governabilidade da UFCG, devemos ressaltar, sobretudo, os gestores das instituições parceiras da UFCG. Dentre estes, para os *campi* de Cuité, Pombal e Sumé, destacamos o papel dos prefeitos destes municípios cuja articulação política no âmbito local tornou viável a cessão dos imóveis onde foram instalados estes *campi*.

Do ponto de vista teórico, para Pontes (2013, p. 177), “vários atores sociais enfrentam-se, com objetivos conflitantes ou mesmo convergentes, mas com soluções divergentes, e todos eles têm a capacidade de surpreenderem-se mutuamente com seus planos”.

3.1.3 Histórico Institucional em Planejamento e Avaliação

Inicialmente, cabe recordar que a Universidade Federal de Campina Grande, foi instituída a partir do desmembramento dos *campi* de Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras, outrora pertencentes à Universidade Federal da Paraíba, por força da Lei Federal Nº 10.419, de 09 de Abril de 2002. Ora, é fundamental notar que a data da instituição da UFCG ocorreu no meio do exercício financeiro e orçamentário de 2002, de modo que ficou inviabilizada a destinação de orçamento próprio para a instituição federal de ensino superior ora criada. Por isso, no início de suas atividades, a universidade recém-criada dependeu orçamentária e financeiramente da UFPB.

Acima, podemos constatar que nos instantes iniciais de sua existência, a prioridade da UFCG era consolidar a sua implantação, por esta razão, tomou para si o modelo organizacional, jurídico e institucional da UFPB, fato este que também se verificou no planejamento da instituição, uma vez que a UFCG, adotou inicialmente, o planejamento

estratégico da UFPB e consequentemente o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPB vigente à época.

Em que pese o fato de que em 2002 foi inviável a UFCG ter um orçamento próprio, a decisão de adotar o planejamento da instituição de origem foi antes de tudo contraditória. Essa assertiva encontra seu fundamento na própria origem da UFCG. Apesar de ter surgido legalmente em 2002, a origem desta universidade está vinculada à criação da Escola Politécnica de Campina Grande em 1952 e da Faculdade de Ciências Econômicas em 1955, ainda no alvorecer do ensino superior no Estado da Paraíba. Essa condição teria dado ao campus de Campina Grande uma identidade distinta do campus de João Pessoa, quando junto aos *campi* de Patos, Sousa e Cajazeiras compunham a Universidade Federal da Paraíba (UFCG, 2015, p. 14). No que se refere à configuração da UFCG englobando os *campi* do interior, é fácil inferir que a proximidade geográfica entre os municípios facilita de sobremaneira a gestão dessas unidades de educação superior. Nesse caso, a contradição consiste em adotar o planejamento de uma instituição, suas metas e objetivos, com uma identidade organizacional tão diversa a ponto de justificar uma cisão nesta organização.

Para Chiavenato (1994, p. 187), a análise organizacional interna é uma das etapas do planejamento estratégico. Esta análise, primordialmente, resume-se a identificar e descrever as condições ambientais inerentes ao interior da organização. Para isso, é imprescindível, que a cultura organizacional e, principalmente, a identidade da organização seja levada em consideração. Eis o principal fundamento de que a adoção do planejamento da UFPB pela UFCG pode ser considerada contraditória e contrária à teoria administrativa.

O primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Campina Grande foi elaborado em 2004. Esse plano foi elaborado para o quadriênio de 2005 a 2008 e foi elaborado basicamente seguinte esquema: descrição de panorama situacional e metas apresentadas. De acordo com as informações obtidas na entrevista,

a arquitetura desse documento foi realizada da seguinte forma: as pró-reitorias de Ensino, de Pós-Graduação, de Pesquisa e Extensão, de Gestão Administrativo-Financeira, a Secretaria Recursos Humanos e a Prefeitura Universitária construíram um panorama situacional da UFCG, definiram suas metas e encaminharam os respectivos panoramas e metas por área para a Secretaria de Planejamento e Orçamento que ficou com a incumbência de consolidar todas as informações e submetê-las ao crivo da comunidade universitária, o que foi feito por meio da publicação do Plano na página eletrônica da UFCG. Todavia, esse procedimento, além de não garantir a ampla participação da comunidade universitária, não contemplou a sociedade de um modo geral, e especificamente aquela do entorno da UFCG. É importante notar que as metas estabelecidas neste plano se configuram, basicamente, em objetivos genéricos e sem qualquer instrumento ou indicador de avaliação do cumprimento destas.

Destarte, a primeira experiência relevante em planejamento na Universidade Federal de Campina Grande foi concretizada nos moldes tradicionais de planejamento e em dissonância com a prática recente de planejamento em educação.

Com a edição do Decreto Federal nº 6.096, de 24 de Abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, a UFCG elaborou um novo planejamento com vistas à adesão a este programa em atendimento ao artigo 4º da norma supracitada. (BRASIL, 2007).

Assim, de acordo com as informações em obtidas na entrevista, o plano de metas estabelecido para adesão da UFCG ao REUNI, funcionou como Plano de Desenvolvimento Institucional para o período de 2007 a 2014, no qual as metas estabelecidas para o REUNI, foram de fato as metas a serem perseguidas pela UFCG neste período. Mais uma vez, o processo de planejamento participativo ficou prejudicado, tendo a elaboração da proposta ficando a cargo de uma equipe de assessoramento técnico indicada pela Reitoria da UFCG.

Com o final da vigência da proposta do REUNI, foi aprovado *ad referendum* o atual Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da UFCG, por meio da Resolução nº 05/2014 do Colegiado Pleno do Conselho Universitário da Universidade Federal de Campina Grande, com vigência de 2014 a 2019.

Do mesmo modo que os planos anteriores da UFCG, a construção do atual PDI se deu totalmente na esfera administrativa desta universidade. A entrevista revelou que tanto a aprovação *ad referendum*, bem como construção desse planejamento com participação limitada à administração da UFCG foram realizadas dessa forma tendo em vista que a proposta do REUNI só estabelecia metas até o ano de 2012, logo não poderia ser mais utilizado como substitutivo ao PDI. Nesse caso a ausência do PDI faria com que a UFCG deixasse de atender o disposto no Decreto Federal nº 5.773 de 09 de Maio de 2006. Contudo, é importante salientar que a entrevista revelou também que este plano, apesar de já ter sido encaminhado ao Ministério da Educação, é considerado como em construção pela Reitoria da UFCG e que deveria ser revisto ainda no exercício de 2015, ocasião em que deveria ser amplamente discutido com a comunidade universitária, o que não encontramos evidências de ter acontecido.

Por outro lado, a experiência com avaliação institucional na UFCG nasce juntamente com a aprovação do Regimento da Reitoria da UFCG, em 2005, que dedica todo o seu segundo capítulo à Coordenação de Avaliação Institucional. Assim, observamos que no período de 2002 e 2003 a avaliação institucional ficou a cargo desta coordenação, contudo, vale registrar que não encontramos documentos relativos à avaliação realizada deste período.

Com o advento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela Lei Federal nº 10.861, de 14 de Abril de 2004, apesar de constar no arcabouço normativo da UFCG a Coordenação de Avaliação Institucional teve suas atividades transferidas para a Comissão Permanente de Avaliação em obediência àquele

dispositivo legal. Por isso, a avaliação interna dos cursos, atividades, programas, projetos e setores tem sido realizada por esta comissão. Após análise dos relatórios de avaliação realizados por esta comissão no período de 2004 a 2014, observamos que esta adota o método estatístico para realização dos seus trabalhos. Nesse caso, a comissão retira uma amostra relevante do universo das atividades que são o objeto da avaliação e elabora seu juízo de valor a partir dos critérios estabelecidos na legislação aplicável a cada caso avaliado.

Enfim, a partir do histórico acima, podemos afirmar que a UFCG não apresenta tradição em planejamento participativo e dialógico. Nesse caso, há a hipótese de que a UFCG não apresenta quadros com expertise neste assunto para coordenar esses processos. Por outro lado, cabe observar que anteriormente a implantação do SINAES, a avaliação institucional já era uma preocupação estratégica desta instituição.

3.2 Dimensão política

O artigo 207 da Constituição Federal de 1988 afirma que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, (grifo nosso) e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (BRASIL, 1988). Essa autonomia, apesar de relativa sobretudo, nos aspectos de gestão financeira, transforma as universidades em espaços políticos e de construção ideológica. Por estes motivos, podemos afirmar que as universidades apresentam intensas relações de poder.

No ambiente externo, a capacidade da Universidade Federal de Campina Grande em produzir conhecimento atrai grupos de interesse que necessariamente não estão vinculados administrativamente à UFCG.

O principal grupo de natureza externa são as organizações parceiras que financiam as pesquisas realizadas na UFCG. Constituídos principalmente por agências governamentais e empresas, estes têm potencial pautar a produção científica e tecnológica desta Universidade.

Outro grupo externo que destacaremos tem natureza mercadológica são os fornecedores da UFCG, interessados na sua capacidade de compra e de investimento. É importante notar que a execução orçamentária da UFCG só é inferior a Prefeitura de Campina Grande, no universo da região interiorana do Estado da Paraíba. É importante perceber ainda que a UFCG além dos seus servidores efetivos, manteve em 2014, contratos de terceirização de mão de obra que geraram 3.062 postos de trabalho, de acordo com seu Relatório de Gestão de 2014 (pp. 114-121).

Há ainda as prefeituras dos municípios circunvizinhos à Campina Grande e naqueles em que a UFCG mantém um *campus* que se beneficiam da capacidade de crescimento econômico e das atividades de extensão promovidas pela UFCG.

Para finalizar o ambiente externo convém destacar ainda as empresas que buscam na UFCG os profissionais que comporão seus quadros. O perfil do profissional exigido por elas influencia diretamente na formação dos programas de ensino elaborados por esta universidade.

Para analisar o ambiente interno, devemos inicialmente identificar três grupos distintos que se relacionam na UFCG: o corpo docente, o corpo discente e os servidores técnico-administrativos.

Dentre estes, o grupo dos docentes aparece como o mais empoderado, em virtude do disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei Federal nº 9.394/1996, conforme preceitua o seu artigo 56. (BRASIL, 1996).

Ou seja, apesar de estabelecer a gestão democrática como um princípio no *caput* do artigo, o parágrafo único logo a seguir estabelece uma supremacia política dos docentes sobre o corpo de discente e dos servidores técnico-administrativos.

Isto explica o porquê de todos os cargos estratégicos da UFCG (as pró-reitorias, secretarias de planejamento, de recursos humanos e prefeitura universitária), terem sido ocupados até 2014 exclusivamente por pessoal docente.

Ante o exposto, concluímos que o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação influencia diretamente na estrutura organizacional da UFCG que está estabelecida no seu estatuto social e é composta de:

- Conselho Social Consultivo;
- Órgãos da Administração Superior;
- Centro;
- Unidade Acadêmica (UFCG, 2004).

De acordo com o artigo 15 do Estatuto da UFCG, os órgãos da administração superior são o Conselho Universitário, o Conselho Curador e a Reitoria.

O Conselho Universitário “é o órgão máximo de funções normativa, deliberativa, de planejamento e de fiscalização da UFCG” (UFCG, 2004) e a ele compete formular a política geral da Universidade. Além do Colegiado Pleno, este órgão é suplementado pelas Câmaras Superiores que atuam nos segmentos da atividade universitária, e de acordo com o Artigo 20 do Estatuto da UFCG. É importante observar que a composição destas câmaras é contém representantes dos docentes, discentes e servidores técnicos administrativos, de modo a atender os critérios de democracia que devem nortear a universidade. Ou seja, as Câmaras são sempre presididas pelo pró-reitor da pasta, tendo um representante docente por Centro, e aos discentes e servidores técnico-administrativos terão 15% da quantidade de membros da câmara, cada categoria, como representação.

O Conselho Curador é a instância fiscalizadora e deliberativa da UFCG para assuntos de natureza patrimonial, financeira e econômica. Sobre a Reitoria, é correto afirmar que esta se constitui na maior instância executiva da UFCG. Estatutariamente, é de acordo com o Artigo 29, “o órgão executivo da Administração Superior que coordena, fiscaliza e superintende as atividades da Universidade”. (UFCG, 2004). É importante

salientar que apesar do tamanho do rol de atribuições da Reitoria, esta não tem poder de veto às decisões das Câmaras Superiores, ou do Colegiado Pleno. A estrutura da Reitoria é composta dos seguintes órgãos: Gabinete do Reitor; Pró-Reitorias; Secretarias; Assessorias Especiais; Órgãos Suplementares e Comissões Permanentes.

No entanto, dos órgãos citados acima, somente as Pró-reitorias, e as Secretarias de Recursos Humanos e de Planejamento e Orçamento se destacam de modo relevante nas relações políticas do ambiente interno da UFCG.

De um modo geral as Pró-reitorias são as responsáveis de fato pela implantação das políticas da UFCG no que se refere ao ensino, à pesquisa e à extensão. Essa função as posiciona estrategicamente no processo administrativo em viabilizar ou não qualquer projeto ou programa da UFCG.

Dentre as pró-reitorias da UFCG, a Pró-reitoria de Gestão Administrativo-Financeira – PRGAF desempenha um papel fundamental estrutura da política interna da UFCG. Isso acontece devido ao fato que esta pró-reitoria é a responsável pela execução orçamentária da UFCG. Ou seja, ela aglutina todos os procedimentos relativos às compras do campus de Campina Grande, o processamento de todas as despesas e o controle exclusivo dos repasses financeiros para as demais unidades gestoras da UFCG.

Entrementes, a Secretaria de Planejamento e Orçamento – SEPLAN exerce um papel político similar àquele desempenhado pela PRGAF, uma vez que todas as despesas realizadas pela UFCG necessitam de autorização orçamentária para a sua realização. Isso significa na prática que todas as despesas necessitam ser autorizadas pela SEPLAN. Outro fator de empoderamento da SEPLAN se encontra na atribuição que esta tem, atualmente, de consolidar as informações inerentes à elaboração do relatório anual da gestão da UFCG.

Os Centros, organismos previstos no artigo 41 do Estatuto da UFCG, são instâncias deliberativas e normativas no seu âmbito, que

efetuem a articulação acadêmico-administrativa entre as Unidades Acadêmicas, para execução de atividades afins, de ensino, pesquisa e extensão, sendo compostos de: a) Diretoria; b) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e c) Conselho Administrativo. (UFCG, 2004). Nesse caso é importante, para fins de empoderamento político, distinguir os Centros instalados na sede daquelas instalados nos *campi* fora da sede. Enquanto os primeiros têm seu valor político baseados na quantidade de votos ali presentes e na capacidade de produção científica da sua pós-graduação, uma vez que sob o ponto de vista da execução orçamentária e da realização de suas despesas dependem totalmente da administração central; os segundos têm a seu favor uma maior autonomia administrativa em relação à administração central, uma vez que todo o processamento de suas compras e de realização de suas despesas de custeio ocorrem dentro de sua estrutura administrativa.

Ou seja, é factível enquadrar a prática de gestão utilizada pela UFCG, nos paradigmas da administração clássica, em detrimento do modelo democrático proposto na sua norma estatutária. A Teoria Clássica concebe a organização como se fosse uma estrutura e está preocupada com a divisão no nível dos órgãos que compõe a organização, isto é, com os departamentos, divisões, seções e unidades cuja divisão do trabalho se dá em duas direções: uma divisão vertical, que refere-se aos níveis de hierarquia e responsabilidade presentes na instituição e b) uma divisão horizontal, que está preocupada com as diferentes tipos de atividades realizadas pela organização para alcançar seus objetivos. (CHIAVENATO, 2011)

A partir daquilo que foi relatado acima, constatamos que a Universidade Federal de Campina Grande apresenta uma estrutura funcional totalmente hierarquizada, com competências e atribuições definidas no seu estatuto social.

Enfim, a partir da figura na página anterior fica demonstrado que no que se refere ao ambiente interno, a UFCG apresenta relações políticas hierarquizadas e categorizadas com uma prevalência da

categoria dos docentes com pouca influência dos estudantes e dos servidores técnico-administrativo no processo decisório e político desta instituição.

3.2.1 *Estrutura de Propriedade e Controle*

Sobre as estruturas de propriedade e controle, podemos afirmar que estas ficam a cargo basicamente de duas instâncias: a Pró-reitoria de Gestão Administrativo-Financeira e Coordenação de Controle Interno.

A Pró-reitoria de Gestão Administrativo-Financeira está organizada de modo a executar as funções de controle interno exigidas tanto pelo conjunto das normas do Direito Público Brasileiro, quanto das boas práticas gerenciais e contábeis.

A sua estrutura patrimonial permanente (bens móveis e imóveis) é controlada por meio de sistemas de tecnologia da informação. Os imóveis de uso da Universidade Federal de Campina Grande são registrados no SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União. Enquanto os bens móveis têm seu registro e tombamento realizado no Sistema SAP, que é um *software* destinado a controlar o fluxo, a movimentação e a localização dos bens móveis pertencentes à UFCG.

Para a administração e controle de seu patrimônio a Universidade se divide em 14 Unidades Gestoras – UG.

Os materiais de consumo são controlados no Almoxarifado Central da UFCG, que registra a movimentação de entrada e, sobretudo, o consumo desses materiais indicando qual setor e/ou órgão realizou este consumo.

No que se refere à execução orçamentária, o controle é realizado em conjunto com a Secretaria de Orçamento e Planejamento. Nesse caso, cabe à PRGAF o controle sobre a regularidade do gasto público, e, sobretudo, a contabilização orçamentária destas despesas, enquanto à SEPLAN cabe gerenciar e controlar o uso dos recursos orçamentários.

Vale salientar que nos hospitais universitários e nos campi fora de sede, o papel ora desempenhado pela PRGAF é desempenhado pelas respectivas Diretorias.

Por causa da sua natureza pública, é imperativo que a UFCG adote políticas de *accountability* (prestação de contas) e de segregação de funções como mecanismos de controle. O *accountability* é exercido por meio do sítio eletrônico da UFCG e pelo Portal da Transparência do Governo Federal. A segregação de funções consiste em estabelecer responsabilidades distintas para cada etapa da realização do gasto público.

Da mesma maneira da UFCG, a PRGAF também apresenta uma estrutura hierarquizada conforme podemos observar no seu organograma funcional, vigente em 2014.

A Coordenação de Controle Interno responde pelas atividades de auditoria interna como forma de coibir a malversação do dinheiro público sob a responsabilidade da UFCG.

Sobre o controle intelectual, consideramos que existe um controle normativo na forma indicada por Chiavenato . (2011, p. 278), ou seja, baseado em valores sociais.

3.2.2 Relações de Organização do Processo de Trabalho

A força de trabalho da Universidade Federal de Campina Grande é composta basicamente de 02 quadros: um quadro efetivo, dividido em docentes e servidores técnico-administrativos e outro quadro composto por mão de obra terceirizada.

Sobre o quadro efetivo desta instituição é importante ressaltar que os docentes representam 49,8% do total de servidores, enquanto os servidores técnico-administrativos representam 50,2% dessa força de trabalho. Observemos então que existe um equilíbrio na força de

trabalho que, como discutimos anteriormente, não se reflete nas relações de poder entre as categorias.

No que se refere a qualificação, de acordo com a Secretaria de Recursos Humanos da UFCG, a ampla maioria dos docentes é portadora do título de doutorado, senão vejamos:

Com efeito, a quantidade de docentes qualificados com o curso de doutorado é quase o dobro da qualificação com mestrado e mais que o quádruplo da qualificação com pós-graduação *latu sensu*.

Na pesquisa percebemos que a ampla maioria dos servidores efetivos da UFCG têm no mínimo a graduação em um curso superior. Há de se ressaltar ainda que a força de trabalho dos servidores técnico-administrativos conta com 587 especialistas, pouco menos de 40% dessa categoria; 116 mestres, cerca de 7% dessa categoria; e 363 doutores, perto de 25% da categoria. Ou seja, mais de 70% dos servidores técnico-administrativos são qualificados em cursos de pós-graduação.

Sobre a mão de obra terceirizada, esta está distribuída em contratos de prestação de serviços administrativos em funções não contempladas no plano de cargos e carreiras dos servidores das instituições federais de educação superior, em serviços de limpeza e vigilância ostensiva. Como informamos anteriormente, essa força de trabalho é composta por mais de 3.000 trabalhadores, de modo que, em quantidade quase atinge o número de servidores efetivos desta instituição.

A principal forma de acesso para o quadro efetivo da UFCG é, por força da norma constitucional, o concurso público. Por outro lado, legal e contratualmente a UFCG não pode ter qualquer ingerência na composição da força da mão de obra terceirizada, limitando-se nesse caso a especificar o serviço que será prestado por esses trabalhadores nas dependências desta instituição. A responsabilidade pela seleção e contratação destes trabalhadores é de responsabilidade única e exclusiva da empresa contratada para execução do serviço.

Por este motivo, é correta a afirmação de que a UFGC tem sua força de trabalho fortemente baseada na qualificação de seus servidores.

3.3 Dimensão econômica

A produção do conhecimento na UFGC é capitaneada pelas atividades de pesquisa e sobretudo pela produção dos cursos de pós-graduação *strictu sensu* realizados por esta

universidade. Com uma tradição de mais 45 anos com cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, essa universidade conta com 36 cursos desse tipo organizados em 25 programas e distribuídos da seguinte forma: 21 cursos de mestrado acadêmico; 2 de mestrado profissionalizante; 2 de mestrado em rede (PROFMAT e PROFLETRAS) e 11 cursos de doutorado.

Como observamos, a grande maioria dos cursos de mestrado tem o conceito 03 da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, tal fato se justifica e consideramos que a grande maioria dos cursos foi implantada a partir de 2007, tendo sido avaliados somente uma vez.

Percebemos, portanto que há uma prevalência dos conceitos 04 e 05, o que demonstra claramente que a produção de conhecimento desses programas se encontram em níveis considerados satisfatórios. Tal fato pode ser comprovado, quando observado a evolução da produção de teses no período de 2006 a 2013.

No que diz respeito às atividades de extensão, de acordo com o Relatório de Autoavaliação do Ano Base 2014, a comunidade universitária não conhece essas ações e principalmente não tem percepção se estas se coadunam com o planejamento institucional.

A prestação de serviços às empresas privadas é realizada com a intermediação da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba e essa

produção não está citada nos documentos de avaliação da gestão da UFCG.

Sobre as parcerias com entidades públicas destacam-se as parcerias com a Agência Nacional do Petróleo – ANP, das quais resultaram dois programas de formação de mão de obra qualificada, o PRH 25 e o PRH 30.

Neste cenário, apresentamos a produção de conhecimento da UFCG cujo ponto mais forte que encontramos foi a produção dos programas de pós-graduação *strictu sensu* e as parcerias realizadas com a Agência Nacional do Petróleo – ANP, que contribui para a formação de recursos humanos de alta qualificação para o mercado de trabalho.

3.3.1 Inovação

Em que pese as características de administração clássica, de modelo burocrático weberiano, a Universidade Federal de Campina Grande apresenta inovações se consideramos o conceito de inovação adotado por Cassiolato e Lastres (2007, p. 154) onde a “inovação é um processo de aprendizado interativo, não-linear, cumulativo, específico da localidade e dificilmente replicável.”

Por esta causa, devemos considerar a opção feita pela organização da atividade pedagógica e administrativa, em unidades acadêmicas com uma administração colegiada feita logo na elaboração do estatuto, em detrimento do modelo departamental tradicionalmente utilizado nas universidades.

Das parcerias intraorganizacionais realizadas pelo Serviço de Tecnologia da Informação da UFCG resultaram no desenvolvimento de 12 sistemas de informação para auxiliar na gestão das atividades acadêmicas e administrativas da UFCG.

No rol das inovações, deve ser creditado à UFCG a modernização do sistema de administração patrimonial dos bens móveis que antes eram

um sistema de mono-usuário e passou para a plataforma da internet. Some-se a isso, a mudança de postura da gestão no que se refere à adoção dos procedimentos para regularização e compatibilização entre o sistema de controle patrimonial da UFCG e o Sistema SIAFI.

A expansão da UFCG, com a criação dos *campi* em Cuité, Pombal e Sumé também se constituiu como um processo de inovação, uma vez que para adequar-se ao seu novo tamanho a UFCG precisou mudar alguns paradigmas de gestão, tais como a descentralização das despesas com diárias e passagens, e a criação de unidades gestoras em todos os Centros, incluindo também os Centros do campus de Campina Grande.

Sob o ângulo das atividades de ensino, podemos identificar processos inovatórios na expansão com a criação de novos cursos. Com a adesão ao REUNI, mais 10 cursos de graduação foram implantados na UFCG, só no exercício de 2009: No campus de Campina Grande foram criados os cursos de Enfermagem (diurno), Música (diurno), Filosofia (noturno), Geografia (noturno), Engenharia de Petróleo e Dutos, Licenciatura em Física (diurno) e Engenharia de Alimentos (diurno). Em Sousa foi criado o curso de Administração (noturno). Na cidade de Patos, no CSTR, foi criado o curso de Odontologia (diurno) e no campus de Cuité, o curso de Nutrição (diurno). Ainda em 2009, a instalação do Centro de Desenvolvimento do Semiárido – CDSA no município de Sumé tornou possível a criação, naquele centro, dos cursos de Engenharia de Biossistemas (diurno), Engenharia de Produção (diurno), Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos (diurno), Licenciatura em Ciências Sociais (noturno) e Licenciatura em Educação no Campo (diurno/noturno).

Em 2010, com o fito de atender às metas do REUNI mais 9 cursos de graduação sendo: em Campina Grande, os cursos de Psicologia (noturno), Arquitetura e Urbanismo (diurno), Estatística (diurno), Comunicação Social (diurno e noturno), Geografia (diurno); em Sumé, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (noturno) e o Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia (diurno); em Patos, o curso

de Ciências Biológicas (diurno); e em Sousa, o curso de Serviço Social (diurno).

Finalmente em 2014, foi instalado o curso de Engenharia Civil no campus de Pombal.

Com o relato acima, as principais inovações realizadas pela UFCG estão elencadas.

3.3.2 *Financiamento*

Quanto ao financiamento, podemos dizer que a UFCG é mantida fundamentalmente com recursos do Tesouro Nacional. De acordo com o relatório de Gestão de 2014, a despesa inicial fixada no Orçamento da União equivaleu ao montante de R\$ 547.612.640,00. Entretanto, as alterações ocorridas no exercício resultaram em créditos adicionais no montante de R\$59.960.619,00. Logo, é fácil deduzir que a UFCG dispôs de R\$ 607.573.259,00 para financiar suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em face desse cenário, há uma contradição na ação do planejamento porque ele executa menos, exatamente onde haveria uma maior liberdade no processo decisório de destinação dos recursos orçamentário da UFCG.

Outra análise possível acerca do financiamento das atividades da UFCG pelo Tesouro Nacional diz respeito a sua execução orçamentária. Inicialmente, é imprescindível informar que esta universidade executa seu orçamento através de duas Unidades Orçamentárias – UO, a UO de código nº 26252 e a de código 26388, pertencentes a Universidade Federal de Campina Grande e ao Hospital Universitário Alcides Carneiro, respectivamente. Nesse caso cumpre informar que a execução total vem variou positivamente do exercício de 2013 para 2014, na despesa total realizada com créditos orçamentários originários em R\$ 39.555.793,12. Isso representa um crescimento bruto de 9,01% no valor aplicado pela UFCG na educação superior da Paraíba.

Por meio da celebração de termos de cooperação, A UFCG também realiza despesas com créditos recebidos de outros órgãos do Governo Federal. No Relatório de Gestão, estes recursos estão consignados como créditos de movimentação. A observação desses números permite inferir sobre a capacidade desta universidade em realizar parcerias com os demais órgãos públicos da esfera federal. Com isso, verificamos um crescimento na aplicação de recursos dessa natureza na ordem de 23,81%, o que significa que a UFCG ampliou sua capacidade de realizar parcerias com os demais órgãos federais.

3.3.3 Comercialização

A partir das informações que constam no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, podemos deduzir que a UFCG ainda engatinha no tocante à comercialização de bens produzidos. Porque após uma breve olhada já revela que as taxas de inscrição em cursos e concursos ocupa a primeira posição neste *ranking*. Concordamos, então que a arrecadação própria não fez sequer sombra quando comparados aos valores dispendidos pelo Governo Federal.

Chama a nossa atenção o valor referente à prestação de serviços de estudos e pesquisa, o baixo valor de arrecadação desta receita não significa que a produção de ciência e tecnologia da UFCG seja irrisória e/ou desprovida de apelo mercadológico. Ao invés disso, parece indicar que as receitas obtidas por meio de prestação de serviços estejam sendo viabilizadas junto às Fundações de Apoio ou outros parceiros e longe do controle institucional da UFCG.

No que se refere à aquisição de bens e serviços, a UFCG, por força das Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002; e dos Decretos Federais de nº 3.555/2000 e nº 5.450/2005, que juntos formam o arcabouço jurídico a ser observado na realização de compras pelas entidades públicas. A exigência de que as compras sejam realizadas preferencialmente na

modalidade pregão na forma eletrônica (BRASIL, 2005) faz com que cerca de 90% das compras e contratações efetuadas pela da UFCG sejam realizadas deste modo. O restante das aquisições, basicamente se refere às obras e aos serviços de engenharia, aqui com uma prevalência da modalidade concorrência com cerca de 7% das contratações realizadas.

3.3.4 *Investimentos*

A contabilidade pública classifica orçamentariamente os investimentos em obras e bens móveis como despesa de capital. No caso da UFCG não foi identificada quaisquer variações significativas. Sobre os resultados acima é preciso ponderar sobre o seguinte:

Anteriormente, informamos que utilizamos como referência a despesa liquidada por esta identificar o momento em que a despesa foi realizada; e no caso específico das obras, a liquidação se dá na medida em que esta avança. Daí, que, com relação aos investimentos em obras e instalações é importante também observarmos o valor da despesa empenhada no período que nos informará o valor programado para investimentos em obras e instalações no exercício de 2014. Assim, a partir do cálculo da razão entre eles, é possível construir um indicador financeiro para acompanhamento da realização de obras e instalações no ambiente da UFCG, que denominaremos IFROB – Indicador Financeiro de Realização de Obras. Este indicador será do tipo “quanto mais próximo de 1, melhor” será calculado com a seguinte fórmula:

$$\text{IFROB} = \text{Despesa Liquidada} \div \text{Despesa Empenhada}$$

Observação: Para este cálculo devem ser consideradas as despesas com obras e instalações contabilizadas no elemento de despesa nº 4.4.90.52 – Obras e Instalações.

Desta maneira, a tabela a seguir demonstra os resultados obtidos pela UFCG nos últimos cinco anos:

Quadro 1 – Execução financeira de obras e instalações realizadas pela UFCG no período de 2010 a 2014

Valores em R\$

Obras e Instalações	EXERCÍCIOS				
	2010	2011	2012	2013	2014
Despesa Empenhada	15.012.963	20.697.669	16.199.888	18.332.320	16.431.650
Despesa Liquidada	3.803.909	4.654.970	5.487.811	9.885.348	8.371.457
IFROB	0,25	0,22	0,34	0,54	0,51

Fonte: SIAFI GERENCIAL/Relatórios de Gestão de 2011, 2012, 2013 e 2014

Vale notar que a Universidade Federal de Campina Grande, no melhor dos cenários só conseguiu realizar pouco mais da metade dos serviços de construção que contratou nos de 2011 e de 2013. Em 2014, as restrições financeiras e o contingenciamento de recursos imposto pelo Ministério da Educação (UFCG, 2014, p. 13) parecem ter prejudicado essa evolução provocando uma leve queda no IFROB. Porém, de todo modo, vale ressaltar que há um longo percurso até a situação ideal que seria um índice igual ou próximo de 1, nosso índice até 2014, acabou próximo de 0,5; o que denota que a UFCG está na “metade do caminho”.

Sobre os equipamentos é importante salientar que este grupo representou em 2014 a maior parte dos investimentos realizados pela UFCG, ou seja, 63% dos investimentos foram destinados à aquisição bens móveis, sobretudo, equipamentos laboratoriais.

Somente com recursos do programa Pró-equipamentos da CAPES, 35 laboratórios dos cursos de pós-graduação foram contemplados com 93 equipamentos, dentre estes, cerca de 23 estações de trabalho computacional e o restante em equipamentos laboratoriais.

Ainda sobre os investimentos o Relatório de Gestão de 2014 da UFCG elenca as seguintes ações como exemplo de melhoria da infraestrutura existente na UFCG:

- conclusão de novas centrais de aulas;
- conclusão de novos ambientes de professores;
- execução de pavimentação de sistemas viários;
- ampliação da capacidade das instalações de água e esgotos e de energia elétrica;

Nestes termos, constatamos que há um equilíbrio os principais vieses de investimento da UFCG são a realização de obras e a aquisição de equipamentos laboratoriais.

3.3.5 *Consumo*

Nos resultados encontrados, ao contrário do que poderíamos imaginar, o maior componente de custos da UFCG está relacionado à prestação de serviços. É importante considerar que juntos a locação de mão de obra e os serviços prestados por pessoas jurídicas respondem por 46% dos gastos com custeio. O percentual de 23% obtidos por estes gastos são superiores em quase 50% dos gastos com material de consumo, das categorias seguintes, material de consumo e auxílio alimentação. No entanto, se considerarmos que o auxílio-alimentação é pago aos servidores que prestam serviços na UFCG e o agruparmos a essa classe de gastos, esse percentual aumentará para 62%.

Vale informar que nos serviços prestados por pessoas jurídicas estão contabilizadas as despesas com os serviços de telefonia, fornecimento de energia, fornecimento de água potável, segurança e vigilância armada, limpeza, manutenção de equipamentos, dentre outros. Na categoria locação de mão de obra está contabilizada a contratação de mão-de-obra terceirizada que atua na UFCG. A categoria “Demais” contempla várias despesas cujo valor isoladamente não apresenta relevância demasiada.

Enquanto isso, a categoria material de consumo se refere às aquisições de insumos a serem consumidos pela UFCG, tais como: material de expediente; material para manutenção elétrica, hidráulica e da construção civil; material de informática; material laboratorial, dentre outros.

Ainda sobre o consumo da UFCG é preciso salientar aquisições é realizada por meio da realização de licitações

que a ampla maioria das na modalidade de pregão eletrônico. É oportuno comentar também que tendo em vista o caráter nacional dos pregões eletrônicos através do Portal Comprasnet do Governo Federal, o material de consumo adquirido pela UFCG tem origem em vários estados do país, com uma predominância, evidentemente, daqueles da região Sudeste.

Todavia, os serviços adquiridos pela UFCG são prestados em sua ampla maioria por empresas sediadas em Campina Grande. Ou seja, as aquisições de serviços da UFCG injetaram cerca de R\$ 40 milhões na economia do Estado da Paraíba no ano de 2014. Este fato demonstra a importância econômica da UFCG para o crescimento da região em que está inserida. Por fim, diante do que foi discutido e explanado é que concluímos que as ações de planejamento necessitam de uma fundamental contribuição da contabilidade de custos produzindo informações contábeis confiáveis e oportunas. Deve-se, no entanto, salientar que essas informações de custos devem estar coadunadas aos sistemas de informação já utilizados na administração pública. Deste

modo é que o planejamento será realizado de maneira a propiciar uma execução capaz de, eficientemente, atingir suas metas de bem-estar coletivo e social.

4. UMA PROPOSTA DE ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL À LUZ DA TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL COM O AUXÍLIO DAS FERRAMENTAS DA CIÊNCIA CONTÁBIL

Ao longo da análise do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFCG 2014 – 2019 identificamos basicamente dois pontos a serem abordados:

- a. as ações de planejamento da Universidade Federal de Campina Grande carecem de maior participação da comunidade universitária;
- b. não existe interação entre as ações para elaboração do plano de desenvolvimento institucionais e a execução orçamentária da Universidade Federal de Campina Grande. Todavia, as teorias aplicadas tanto ao planejamento educacional quanto ao planejamento empresarial concordam que quanto mais participativo for o planejamento maior a sua probabilidade de ser bem-sucedido. Para Garrison, Noreen e Brewer “o enfoque participativo de elaboração do orçamento é particularmente importante quando é usado para controlar o desempenho do administrador” (2007, p. 316). No âmbito do planejamento educacional, Danilo Gandin (2008) considera que o planejamento participativo tem como pressuposto uma leitura de mundo na qual a sociedade é injusta e que essa participação acaba se configurando em um mecanismo

de distribuição de poder. Nesse contexto, é correto afirmar que “o projeto de uma gestão participativa e democrática, portanto, constitui o resultado da construção social dos envolvidos” (BRAVO, 2007, p. 27).

Vale lembrar que o artigo 16 do Decreto Federal nº 5773/2006 estabelecem as informações mínimas que devem estar presentes no PDI.

Assim sendo, a seguir será proposto um roteiro para elaboração de um Plano de Desenvolvimento Institucional para a Universidade Federal de Campina Grande que leve a efeito a participação democrática da comunidade universitária, com o auxílio das ferramentas de uso da ciência contábil, especialmente no que se refere ao dimensionamento e alocação dos recursos da UFCG. É fundamental registrar que essa proposta de roteiro será uma adaptação para a gestão universitária do modelo proposto por Danilo Gandin, na obra “A prática do planejamento participativo” (2008), combinada com o método de planejamento organizacional elaborado por Djalma de Pinho Rebouças de Oliveira (1993), na obra “Planejamento estratégico: conceitos, metodologias e práticas”.

Preliminarmente, é preciso considerar ainda que o planejamento deve ser realizado em dois momentos distintos: o primeiro, de cunho estratégico e o segundo de cunho mais operacional, ambos precedidos de uma análise diagnóstica da gestão.

No primeiro momento, o planejamento necessariamente precisará do envolvimento de toda a comunidade universitária, com a participação dos docentes, discentes, dos servidores técnico-administrativos e da comunidade na qual a UFCG está inserida. A metodologia a ser utilizada deverá garantir o maior grau possível de democracia. Esse momento servirá para que se tenha um diagnóstico da realidade na qual a UFCG está inserida, bem como os anseios da comunidade universitária permitindo uma visão de futuro para a instituição.

De modo simples, podemos dizer que esse planejamento servirá para responder as seguintes questões: qual a universidade que temos? Qual a universidade que queremos? Assim, nesta fase serão definidas as prioridades e metas centrais que nortearão as políticas e ações a serem implantadas no período no qual aquele instrumento de planejamento estiver em vigência.

No segundo momento, quando já estiverem definidos os eixos e as metas centrais, a administração deverá planejar tática e operacionalmente, a luz daquilo que foi concebido no primeiro momento, quais os caminhos que deverão ser percorridos para atingir as metas estabelecidas. É fundamental que deste momento participem representantes das diversas áreas da universidade. Devem participar servidores que atuam nas atividades meio e que atuam nas atividades fim.

A metodologia a ser utilizada neste momento deverá ter duas cautelas fundamentais: primeiro, a participação não pode se restringir a equipe de planejamento da instituição; e segundo, devem ser adotadas técnicas que evitem que a categoria funcional a que pertença o indivíduo (docente ou não-docente), as posições hierárquicas (cargos de chefia) e quaisquer outros empoderamentos não sejam motivo de cerceamento de opiniões.

Em ambos os momentos, se deve ter o cuidado de misturar representantes dos diversos segmentos da comunidade universitária.

É importante ressaltar que as unidades que deverão executar as soluções propostas neste processo participem das ações de planejamento para que entendam quais objetivos e metas necessitam ser alcançados e tenham, por isso, um maior compromisso com elas. Nesse caso, vale recordar que o planejamento não se encerra no ato da conclusão do plano, mas prossegue durante todo o processo, incluindo-se aí a sua avaliação final.

As recomendações acima têm o objetivo claro de permitir que tanto o diagnóstico da realidade encontrada, a análise de seus problemas quanto as soluções que vierem a ser propostas, sejam elaborados a

partir de um paradigma multidimensional que leve em consideração as dimensões culturais, políticas e econômicas da instituição.

Neste contexto, recordemos que a UFCG está vinculada à política para educação superior do Governo Federal, e que apesar da autonomia garantida na Constituição, suas receitas, despesas e investimento estão submetidos ao planejamento governamental normativo que se consubstanciam no Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual. Porém, ao invés de serem considerados como uma limitação ao poder de decisão da UFCG, tais instrumentos devem ser considerados como ponto de orientação por expressarem a vontade da sociedade brasileira como um todo.

Com efeito, percebemos que na Universidade Federal de Campina Grande os gestores fazem pouco uso das informações contábeis para fins gerenciais. O sintoma maior deste fato está na ausência de programação de recursos orçamentários e financeiros nos dois planos de desenvolvimento institucional elaborados pela UFCG. Outra evidência clara dessa subutilização das informações contábeis reside no fato de apenas dois servidores terem perfil de acesso aos sistemas de informação do Governo Federal: o SIAFI Gerencial, e, atualmente o seu sucessor, o Tesouro Gerencial.

Feitas as considerações iniciais, passemos ao roteiro para elaboração do plano de desenvolvimento institucional para a Universidade Federal de Campina Grande.

O passo inicial para elaboração do plano de desenvolvimento institucional é a formalização de uma comissão de preparação que será responsável pela condução de todo o processo de preparação do PDI. A esta comissão daremos o nome de Comitê de Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional. Essa comissão deverá ser composta de forma igualitária com representantes do corpo docente, discente, dos servidores técnico-administrativos e da administração central da UFCG. Deve ser formada também uma equipe de assessoramento para

o comitê de elaboração do PDI cuja função será consolidar os dados e auxiliar na interpretação dos diagnósticos realizados.

Em que pese haver indissociabilidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, para fins de planejamento dividiremos a ação universitária em eixos e sub-eixos conforme a ilustração abaixo:

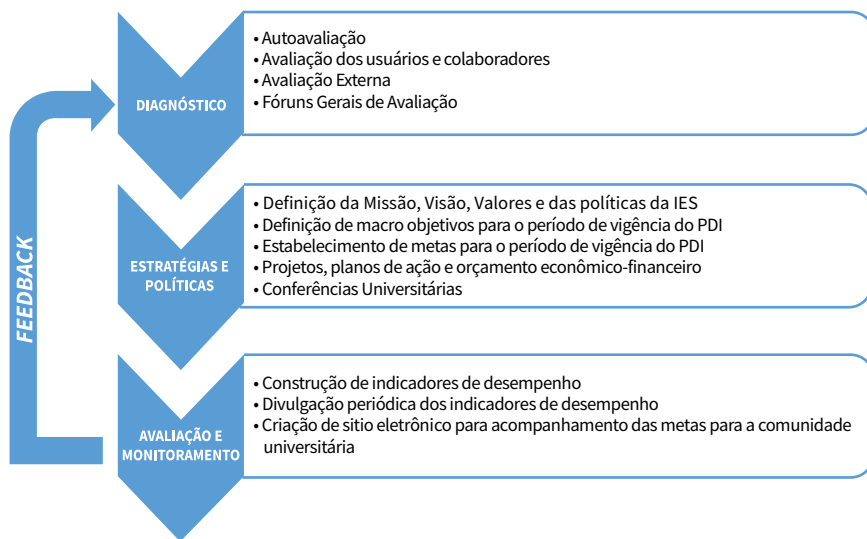
Figura 1 – Proposta de eixos e sub-eixos para elaboração do PDI



Neste sentido, podemos inferir que o planejamento deverá ser levado a cabo para cada eixo e sub-eixo citados acima. No entanto, é imprescindível que atentemos para o fato de que algumas ações podem ser transversais, ou seja, podem ser utilizadas por mais de um eixo, do mesmo modo que algumas necessidades diagnosticadas também podem ter sua origem em mais de um eixo ou ser comum a todos eles.

O fluxograma abaixo foi elaborado com base nas ideias de Oliveira (1993, p. 68) e Gandin (2008, p. 34), no intuito de nortear o processo de planejamento no âmbito de cada eixo e sub-eixo.

Figura 2 – Fluxograma proposto para elaboração do PDI



Como vemos a preparação do planejamento de cada eixo, deve seguir etapas distintas quais sejam: o diagnóstico, as estratégias e políticas e, finalmente a avaliação e o monitoramento dos planos. Note-se, ainda que o processo deva ser realimentado (*feedback*) para fornecer informações ao diagnóstico e permitir ajustes e revisões no plano de desenvolvimento institucional.

A seguir, detalharemos os procedimentos a serem adotados em cada etapa acima citada.

A fase diagnóstica tem como objetivo principal traçar um panorama sobre a Universidade Federal de Campina Grande visando conhecer a realidade em que esta instituição está inserida. Nesse caso, salientamos que adotaremos, neste trabalho o conceito dado por Danilo Gandin (2008, p. 40) para a realidade, segundo o qual a realidade pode ser concebida como global, incluindo todo o complexo sócio-econômico-cultural; ela é assim classificada por abranger a totalidade, tanto de conteúdo natural e humano, como de espaço; do campo de

ação do grupo ou da instituição que planeja; esta realidade se restringe. Assim à educação, ao sindicalismo, à saúde ou a qualquer outro setor da atividade humana dentro do que opera a instituição ou grupo que planeja; do grupo ou da instituição, realidade restrita e específica do processo planejado. Por conseguinte, o conhecimento da realidade em nosso caso se dará na forma conceituada pela teoria das contingências, que como já vimos, implicar na análise da organização, sobretudo, enfatizando o modo como a Universidade Federal de Campina Grande se relaciona com o ambiente no qual está inserida. Isso tudo a partir das perspectivas dos usuários (clientes), dos colaboradores, dos processos internos e do crescimento da instituição, como foi pensado no *balanced scorecard*.

Isto posto, dividimos a análise diagnóstica em quatro momentos distintos: a auto-avaliação; a avaliação dos usuários e dos colaboradores; a avaliação externa e os fóruns gerais de avaliação.

A auto-avaliação é o momento em que as instâncias de gestão realizam sua autocrítica sobre os resultados obtidos até o presente momento, quais as dificuldades encontradas, quais avanços foram alcançados, quais foram os pontos fortes e fracos da gestão, quais as ameaças e oportunidades estão presentes no seu ambiente externo. Essa avaliação deve fornecer também uma análise financeira e orçamentária do custo das ações realizadas no âmbito do eixo avaliado. Ressaltamos, ainda, que os relatórios da auto-avaliação de cada eixo devem contemplar no que couber, o atendimento às exigências de descrição contidas no artigo 16 do Decreto Federal nº 5.773/2006.

O momento da avaliação dos usuários e colaboradores consiste em ouvir a opinião dos estudantes, dos docentes e dos servidores técnicos administrativos sobre a atuação da UFCG em cada eixo de planejamento. Nesta hora, a ferramenta a ser utilizada será a estatística descritiva, ou seja, os dados serão obtidos por meio de um *survey*, que poderá ser amostral ou global, de acordo com a escolha do Comitê de Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, que para

isso, levará em consideração a disponibilidade de tempo de recursos para tanto. Após isso, as opiniões deverão ser consolidadas, tabuladas e verificadas, no que couber, a média aritmética e a moda dos dados.

No que se refere à avaliação externa, deverão ser considerados os relatórios de auditoria realizados no período, no âmbito de cada eixo, especialmente, aqueles que fundamentaram a avaliação do SINAES e da Comissão de Avaliação Institucional, que apesar de não ser externo à UFCG, também avalia o desempenho da Instituição.

Os fóruns gerais de avaliação são o momento final da fase diagnóstica, e, por assim dizer, representam o principal instrumento de participação direta da comunidade universitária no processo de avaliação da instituição. Um cuidado especial é requerido na realização destes fóruns, neles, é fundamental que participem, na mesma proporção, representantes das categorias docente, discente e dos servidores técnico administrativos. Nesse espaço de discussão, caberá ao Comitê de Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, apresentar, no momento inicial, uma compilação da auto-avaliação, da avaliação dos usuários e colaboradores e da avaliação externa.

Sobre os fóruns, devemos salientar as recomendações feitas por Gandin (2008, p. 121), no sentido de que três momentos estejam presentes e interligados nestas reuniões: o individual, o de subgrupo e o do plenário. Assim devemos considerar o momento individual como aquele em que cada pessoa apresenta o seu posicionamento. O momento do subgrupo é aquele das organizações das idéias e de decisão quanto ao mérito e ao conteúdo. Finalmente, o momento do plenário é o da globalização e de reencaminhamento quanto a métodos, técnicas e processos.

Ante o exposto, inferimos que os fóruns gerais de avaliação são as instâncias em que os problemas e obstáculos a serem vencidos no Plano de Desenvolvimento Institucional serão definidos.

A fase das estratégias e políticas se refere ao planejamento propriamente dito. Esta fase foi dividida nos seguintes momentos:

definição da missão, da visão, dos valores e das políticas da UFCG para cada eixo; definição dos macro-objetivos para cada eixo; estabelecimento de metas para o período de vigência do PDI; projetos, planos de ação e orçamento econômico-financeiro e as conferências universitárias. Nesta fase, a realização das conferências universitárias aparece como o principal instrumento de participação. Com as mesmas características dos fóruns gerais de avaliação, nesta etapa, as conferências devem ser divididas em duas etapas: a primeira será destinada à definição da missão, da visão, dos valores e das políticas; dos macro-objetivos; das metas para o período de vigência do PDI e dos projetos, planos de ação; a segunda será exclusivamente destinada à distribuição dos recursos financeiros e orçamentários ao projeto e planos de ação definidos na primeira parte da conferência.

Sobre a fase das estratégias e políticas, ainda é oportuno conceituar missão, visão, valores e políticas visando facilitar a compreensão do planejamento. Sertek, Guindani e Martins (2011, pp. 128-129), definem a missão da empresa como “o *propósito da organização*. Em suma é a definição do que a empresa faz, para quem faz, como faz, quais são os seus diferenciais e por que faz”. Ainda de acordo com esses autores “a visão da empresa descreve como queremos a organização no futuro, isto é, os resultados aos quais almejamos e as características que precisamos desenvolver para chegarmos a tais resultados”. Os valores devem ser entendidos como o conjunto dos princípios éticos que norteiam a atuação da Universidade Federal de Campina Grande. As políticas, neste roteiro de elaboração do PDI, são conceituadas de acordo com Oliveira (1993, p. 206), que as define como “parâmetros ou orientações que facilitam a tomada de decisões pelo administrador (isto para qualquer nível dentro da empresa”.

É necessário ainda, que apresentemos os conceitos de macro-objetivos, que são definidos como “o alvo ou ponto a que se pretende chegar” (OLIVEIRA, 1993, p. 136), ou como definiu Danilo Gandin (2008, p. 105), “os objetivos são ações concretas que mudam a estrutura existente,

criam algo e se esgotam.” Por este motivo, os objetivos devem ser diferenciados das metas, que “são a quantificação, com prazos definidos, do objetivo estabelecido. E para serem alcançados exigem esforço extra, ou seja, pressupõem a alteração do *status quo*” (OLIVEIRA, 1993, p. 136).

Sobre os projetos e planos de ação, convém explicar que estes se referem às estratégias e ações a serem implantadas na vigência do PDI, bem como as atividades permanentes da Universidade Federal de Campina Grande. Neste momento, é oportuno recordar que a decisão sobre os objetivos, metas, sobre os projetos e ações a serem incluídas no PDI, deve ir de encontro à solução dos problemas encontrados na fase diagnóstica, no sentido de melhorar a realidade encontrada naquela fase, garantindo assim os avanços necessários ao desenvolvimento institucional da UFCG.

O momento do orçamento econômico-financeiro se traduz na alocação de recursos para custear as ações propostas para o PDI. Vale lembrar ainda, que esse instrumento também está destinado a demonstrar a viabilidade e sustentabilidade das ações ali propostas, ao mesmo tempo, em que precisa estar intrinsecamente articulado com orçamento destinado à UFCG pelo Governo Federal. Eis aí, o motivo para que este momento ocupe sozinho a segunda parte das conferências universitárias.

Destarte, para a elaboração do orçamento econômico financeiro, é necessário que sejam adotadas as seguintes providências preliminares:

- Realização de estimativa do valor anual dos recursos orçamentários a serem disponibilizados no período de vigência do PDI.

Por meio do uso do método dos mínimos quadrados, tomando por base os dados financeiros e orçamentários dos últimos 10 (dez) exercícios fiscais é possível realizar uma estimativa segura sobre o valor a ser disponibilizado para a UFCG nos exercícios vindouros.

- Articulação entre as ações a serem implantadas no PDI e o orçamento geral da UFCG.

Para esta articulação ser possível, primeiramente apresentaremos dois conceitos do SIAF: a unidade gestora responsável (UGR) e o plano interno (PI). De acordo com o Manual do SIAFI, a unidade gestora responsável é “unidade responsável pela realização da parcela do programa de trabalho contida num crédito” (STN). Do mesmo modo, o plano interno é definido como o “instrumento de planejamento e de acompanhamento da ação programada, usado como forma de detalhamento de um projeto/atividade, de uso exclusivo de cada Ministério ou Órgão, podendo desdobrar-se ou não em etapas”. (STN)

Sobre o plano interno, lembramos que a Portaria nº 04 de 04 de novembro de 2014, pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação disciplina, em seu artigo 2º, o modo como as universidades federais devem utilizar o PI. Nesse caso observemos que o inciso V, do primeiro parágrafo desse artigo, reserva a nona e a décima posições do código ao uso livre da universidade. Logo, para articular o orçamento geral da UFCG com o plano de desenvolvimento institucional devemos adotar para a nona e décima posição do PI, a mesma codificação adotada para as ações elencadas no PDI. Nesse mesmo sentido, o código da unidade gestora responsável pelo recurso no SIAFI, deverá ser o mesmo, utilizado no PDI para a unidade que será responsável por realizar determinada ação ou atividade.

Dessa maneira, a execução orçamentária e as ações propostas no PDI estarão articuladas o que facilitará no momento seguinte o monitoramento dessas ações, sob o ponto de vista financeiro e orçamentário.

- Estimativa de custo das ações propostas na primeira etapa da conferência universitária.

Observamos, anteriormente, que na primeira etapa das conferências universitárias foram definidas ações, planos, projetos e

atividades permanentes como forma de enfrentamento aos obstáculos encontrados na fase diagnóstica. Contudo, surge uma questão: essas ações, planos, projetos e atividades permanentes, são viáveis do ponto de vista financeiro? Haverá recursos suficientes para realizá-las?

A elaboração de um orçamento de custo deverá ser suficiente para elucidar as dúvidas anteriores. Para construir esse orçamento, mais uma vez recorreremos ao método dos mínimos quadrados, para aquelas ações já implantadas ou já realizadas pela UFCG. Nesse caso, deverão ser considerados os valores dos últimos 10 (dez) anos da despesa liquidada no âmbito destas ações, para determinar o provável custo dessas ações no futuro.

Daí, de posse da estimativa de valor dos recursos orçamentários a serem disponibilizados para UFCG e da estimativa dos custos das ações sugeridas na primeira etapa da conferência universitária, o processo de alocar recursos e, caso necessário, priorizar algumas ações terá informações suficientes para fundamentar as decisões a serem tomadas na segunda e última etapa da conferência universitária.

No presente roteiro, após a realização da conferência universitária é esperado que o Plano de Desenvolvimento Institucional em elaboração esteja com suas ações definidas e com os recursos alocados para a sua consecução. Logo, é necessária a criação de mecanismos que permitam monitorar e avaliar o desempenho da gestão em executar o PDI. Assim, a preparação deste instrumento chega a fase de avaliação e monitoramento, composta dos seguintes momentos: a construção de indicadores de desempenho, a divulgação periódica dos indicadores de desempenho e criação de sítio eletrônico para acompanhamento das metas pela comunidade universitária.

De certo, podemos afirmar que a avaliação e o monitoramento do PDI, se dará por intermédio de indicadores. Nesse caso, é importante ressaltar que a construção desses, necessariamente partirá por dois vieses principais: um viés de desempenho organizacional e outro especificamente voltado para a gestão da educação no âmbito da UFCG.

Em ambos os vieses, deve ser considerada a visão da administração multidimensional, na forma pensada por Benno Sander. Ou seja, o trabalho da avaliação deve refletir a gestão como um todo, embora existam óticas distintas.

De todo modo, podemos considerar as taxas de execução das metas como os principais indicadores de monitoramento do PDI. Esse indicador medirá em termos percentuais, o quanto de cada meta do PDI, já foi alcançado pela UFCG.

No que se refere à avaliação do desempenho da gestão, o modelo sugerido por Kaplan, o *balanced scorecard*, se mostra compatível com a ótica multidimensional porque este conjunto de indicadores possibilitar enxergar a gestão sob quatro perspectivas diferentes. Abaixo, apresentamos uma adaptação à especificidade da UFCG, de uma tabela elaborada por Kaplan e Norton (1997, p. 44), relacionando as perspectivas e medidas de desempenho.

Tabela 1 – Medidas de desempenho administrativo

Perspectiva	Medida
Financeira	Percentual de Investimentos realizados, Razão entre a Despesa Fixada e a Despesa Liquidada
Dos Usuários	Satisfação, Quantidade de estudantes graduados
Interna	Qualidade dos serviços, tempo de resposta, custo e criação de novos cursos
Aprendizado e Crescimento	Satisfação e Qualificação dos servidores

No campo da gestão educacional, podemos afirmar que o monitoramento e a avaliação constituem-se em estratégia de acompanhamento e assessoramento baseados em conhecimento objetivo e específico da realidade e prática educacional em seus diversos

desdobramentos, sem o qual a gestão não se torna efetiva. Portanto, atende às necessidades da gestão, que se constitui em processo que focaliza a implementação de planos de ação, a realização de processos e de atividades exercidos de forma sistêmica, sistemática e contínua. (LUCK, 2013, p. 48). Ou seja, o planejamento deve ser monitorado e avaliado de modo sistematizado e permanentemente de modo a permitir que sejam feitos ajustes em casos de desvios ou contingências não previstas anteriormente. Para a avaliação no âmbito educacional, sugere-se também a utilização de indicadores, no moldes do *balanced scorecard*, só que as perspectivas restringem-se a área educacional, senão vejamos, tendo sido as perspectivas adaptadas, de acordo com a proposta de Heloísa Luck (2013, p.90):

Tabela 2 – Medidas de desempenho acadêmico

Perspectiva	Medida
Ensino	Taxa de aprovação/retenção, permanência/evasão, taxa de frequências às aulas, taxa de capacidade ociosa
Pesquisa	Quantidade de artigos publicados, quantidade de laboratórios/pesquisador
Extensão	Quantidade de serviços oferecidos, quantidade de usuários beneficiados
Infra-estrutura	Área destinada exclusivamente a atividades de ensino, pesquisa e extensão

Neste instante, é importante registrar que as medidas ora sugeridas não são imutáveis. As ações escolhidas na preparação do PDI serão o fator determinante para a escolha dos indicadores mais eficazes para avaliar e monitorar a execução do PDI. Pois, como afirma Gandin (2008, p.115), “a avaliação significativa se faz no próprio processo, como parte dele, enquanto ele se desenvolve, sem que para isto, se deva sempre realizar uma parada formal”.

Ainda sobre a avaliação, é forçoso recordar que as avaliações externas contêm informações que permitem a comparação de desempenho da UFCG com outras universidades federais. Portanto, é recomendável que o processo avaliativo leve em conta os resultados dessas avaliações.

Além disso, deve haver por parte da gestão a preocupação em divulgar os resultados, não somente em atendimento à Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, que em seu artigo 6º afirma que cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação. (BRASIL, 2011b), mas, sobretudo como forma de prestar contas à comunidade universitária e desta maneira estimular a participação no processo decisório e de preparação do PDI. Nesse sentido, os momentos de divulgação periódica dos indicadores e criação de sítio eletrônico para acompanhamento das metas pela comunidade universitária se apresentam como um mecanismo propício para concretizar esse controle das ações por parte da comunidade universitária.

Ao superarmos a fase de avaliação e monitoramento, o Plano de Desenvolvimento Institucional estará concluído e pronto para ser submetido ao Conselho Universitário, que, após sua aprovação entrará em vigor.

Abaixo, apresentamos um cronograma para a preparação do PDI:

Quadro 2 – Cronograma proposto para preparação do PDI

Atividades	Meses											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
A												
B												
C												
D												
E												
F												
G												

Legenda:

- A – Auto-avaliação
- B – Avaliação dos Usuários e Colaboradores
- C – Fóruns Gerais de Avaliação
- D – Conferências Universitárias (Etapa I)
- E – Elaboração das Estimativas Orçamentárias
- F – Conferências Universitárias (Etapa II)
- G – Aprovação do PDI

Apesar de concluída a apresentação de um roteiro para elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Campina Grande, é substancial esclarecer que, em princípio, uma campanha de sensibilização junto à comunidade universitária deve ser realizada com o fito de motivá-la a participar desse processo decisório participativo, porque sem a adesão em massa das categorias que compõem a UFCG (corpo docente, discente e servidores técnico-administrativos) todo e qualquer esforço para um planejamento de caráter participativo será inócuo.

No entanto, se todos participarem, será possível realizarmos um planejamento mais democrático, e que apesar de se utilizar de ferramentas da ciência contábil, comumente usadas pelas entidades empresariais, tratará a educação superior como um bem social e direito de todos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi possível realizar uma reflexão, embora de natureza teórica, sobre como o tipo de Estado e seus aspectos políticos e econômicos se relacionam com a produção de conhecimento realizada pelas universidades. Para isso, efetuamos um passeio pela história das universidades.

Em virtude de todos os fatores e argumentos expostos é possível deduzir que, de fato, o modelo de Estado adotado por uma sociedade influenciará diretamente na sua concepção de universidade que será adotada por essa mesma sociedade, e, principalmente, terá poder para indicar a relevância do conhecimento ali produzido.

Nesse meio tempo, as crises do capitalismo global, o advento do neo-liberalismo e o surgimento do Estado Gerencial modificaram a maneira de gerenciamento da coisa pública. Ou seja, do gerenciamento governamental, é exigido os mesmos paradigmas da gestão empresarial. Ora, se isso ocorreu em toda a gestão pública, com as universidades federais não foi diferente. Da escassez de investimentos na década de 1990 à expansão realizada na década seguinte, ficou evidente a necessidade de um melhor planejamento nas ações das universidades. A exigência normativa de um plano de desenvolvimento institucional para as universidades federais é uma prova disso.

Todavia, a maioria dos teóricos da administração educacional apresenta sérias críticas à inclusão de modelos da administração empresarial na gestão da educação, com o argumento de que a educação é um bem público e por isso não pode ser reduzida à mera prestação de serviços.

Em que pese, considerarmos a educação como um bem público, o estudo teórico revelou que não existem muitas incongruências entre as ideias dos teóricos da gestão educacional e as teorias da administração de empresas. O estudo do Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Campina Grande demonstrou isso.

Por meio de uma abordagem compreensiva e se valendo da hermenêutica como ferramenta de interpretação foi possível analisar crítica e detalhadamente a gestão da Universidade Federal de Campina Grande e descrever com ela vem elaborando o seu plano de desenvolvimento institucional. Ficou constatado ainda que há uma contribuição pode ser dada pela teoria de gestão da educação e do planejamento educacional para a elaboração do PDI da UFCG, especificamente, no que se refere ao planejamento participativo. Observamos ainda que as ferramentas da ciência contábil podem servir de suporte ao processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, fornecendo informações capazes de subsidiar a tomada de decisões.

Finalmente, com o apoio das teorias do planejamento educacional e de alguns conceitos e ferramentas da ciência contábil este trabalho foi capaz de propor um roteiro para elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional para a Universidade Federal de Campina Grande, cuja ênfase está na maior participação da comunidade universitária na escolha das ações a serem implantadas como o PDI.

Cumpramos reconhecer os limites desta pesquisa em virtude do fato de que no período da coleta de dados as informações referentes ao Relatório de Gestão ainda não estavam disponíveis, de modo que não foi possível incluídos na abordagem. Outro limite a ser conhecido, é a ausência da análise dos convênios que a Universidade Federal de Campina Grande celebra com entidades empresariais, e, daqueles em parceria com a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, cuja divulgação não é realizada no endereço eletrônico desta instituição impossibilitando o acesso da pesquisa a esses dados.

Convém reconhecer também que esta pesquisa se trata de um estudo de caso, cujas conclusões limitam-se à Universidade Federal de Campina Grande. No entanto, abrem-se horizontes para que outras instituições sejam analisadas sob a perspectiva de seus planos de desenvolvimento institucional. Por outro lado, o roteiro aqui proposto,

que ainda está no campo teórico, deve ser testado na prática para que ajustes sejam feitos e maior detalhamento das ações sejam realizadas.

Em suma, consideramos que os objetivos deste trabalho foram alcançados. Assim, concluímos com a certeza de que é preciso dar um novo significado à concepção de universidade, devolvendo-lhe a condição de bem público. Todavia, essa “re-significação” só será possível se vier acompanhada de maior democratização institucional, com universalização do acesso e com autonomia acadêmica, administrativa e financeira livre de quaisquer pressões de ordem política ou econômica. Assim construiremos uma universidade capaz de formar quadros para o mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que produzirá um saber científico que atenda às demandas sociais e de avanços tecnológicos.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, C.A. O contexto social do planejamento educacional. In: COOMBS, P. H.; ANDERSON, C.A.; POIGNANT, R.; HALLAK, J.; BEEBY, C.E. Fundamentos do Planejamento Educacional. São Paulo: Cultrix, 1981.

AMARAL, Nelson Cardoso. Financiamento da educação superior no Brasil: gastos com as IFES – de Fernando Collor a Luiz Inácio Lula da Silva. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira; MOROSINI, Marília (Orgs.). *Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB*. Brasília-DF: INEP, 2008.

ARTMANN, Elisabeth. **O planejamento estratégico situacional no nível local: um instrumento a favor da visão multissetorial**. Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/repositorio/sites/default/files/arquivos/O%20Planejamento%20Estrat%C3%A9gico%20Situacional%20no%20n%C3%ADvel%20local%20um%20instrumento%20a%20favor%20da%20vis%C3%A3o%20multissetorial.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2015.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**. Campinas, vol. 14, nº 01, Junho, 2008, p. 43-64. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/op/v14n1/02.pdf>. Acesso em: 05 de Fevereiro de 2017

BALL, Stephen J.; GEWIRTZ, Sharon. Do modelo de gestão do “Bem-Estar Social” ao “novo gerencialismo”: mudanças discursivas sobre gestão escolar no mercado educacional. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jeferson.(Orgs.) **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 4ª ed. Brasília:

STN, 2011. Disponível em <http://www.stn.fazenda.gov.br>. Acesso em 02 de setembro de 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 12/08/2015.

BRASIL. Lei Federal nº 10.861 de 14 de Abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm. Acesso em 30 de dez. de 2016

BRASIL. Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LCP/Lcp101.htm. Acesso em 12/08/2015

BRASIL. Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm Acesso em 30 de dez. 2016

BRASIL. Lei Federal nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996..

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 13/08/2015

BRASIL. Lei Federal nº 13.005 de 25 de Junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm Acesso em: 20/06/2016

BRASIL. **Lei Federal nº 4.320 de 17 de Março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320compilado.htm Acesso em: 22/06/2016

BRASIL. **Lei Federal nº 10.419 de 09 de Abril de 2002.** Dispõe sobre a criação da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, e dá outras providências.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10419.htm Acesso em: 22/06/2016

BRASIL. Decreto Federal nº 5.773 de 09 de Maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato200406/2006/decreto/D5773compilado.htm. Acesso em 12 de ago. de 2015.

BRASIL. Decreto Federal nº 6.096, de 24 de Abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em 30 dez 2016

BRASIL. Decreto Federal nº 5.450 de 31 de Maio de 2005. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5450compilado.htm. Acesso em 12/08/2015

BRASIL. Ministério da Educação. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. **Portaria nº 04 de 04 de novembro de 2014.** Institui o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamentação e Custos para as unidades orçamentárias e gestoras do Ministério da Educação - MEC, por meio da adoção da Subação Orçamentária e do Plano Interno – PI. Disponível em http://www.lexeditora.com.br/legis_26139628_

[PORTARIA_N_4_DE_4_DE_NOVEMBRO_DE_2014.aspx](#). Acesso em 29/12/2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.466 de 12 de Julho de 2001**. Dispõe sobre a autorização para funcionamento de cursos fora da sede por universidades. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 de julho de 2001, Seção 1, p. 36.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.051 de 09 de Julho de 2004**. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861 de 14 de Abril de 2004. Disponível em [http://www.avaliacaoinstitucional.unir.br/downloads/4710_2004_portaria_mec_\(portaria_no_2051_de_9_de_julho_regulamenta_os_procedimentos_de_avaliacao_do_sinaes\).pdf](http://www.avaliacaoinstitucional.unir.br/downloads/4710_2004_portaria_mec_(portaria_no_2051_de_9_de_julho_regulamenta_os_procedimentos_de_avaliacao_do_sinaes).pdf). Acesso em: 02 jan. 2017

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Portaria nº 07 de 19 de Março de 2004**. Dispõe sobre as modificações no PDI oriundas de inclusão ou exclusão de cursos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 de março de 2004, Seção 1, p. 06

BRASIL. Ministério da Educação. Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior – SAPIEnS. **Instruções para Elaboração de Plano de Desenvolvimento Institucional**. jun.2007. Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html>. Acesso em: 02 jan. 2017

BRAVO, Ismael. **Gestão educacional no contexto da territorialização**. Campinas: Alínea, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Versão de 02 de março de 2006. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=1976>. Acesso em 06 de Outubro de 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Administração Pública Gerencial: estratégia e estrutura para um novo Estado**. Brasília: MARE/ENAP, 1996.

BURNS, T.; STALKER, G.M.. **The management of innovations**, Tavistock, Londres. 1966.

CASTRO, Domingos Poubel de; GARCIA, Leide Maria. **Contabilidade Pública no Governo Federal**: guia para reformulação do ensino da lógica do SIAFI nos governos estaduais e municipais com utilização do Excel. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 2008. CFC. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC Nº 750 de 29 de Dezembro de 1993.

Dispõe sobre os princípios contábeis

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena M. M. Inovação e Sistemas de Inovação: relevância para a área de saúde. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação & Inovação em Saúde**. Rio de Janeiro, RJ, v.1, n.1, pp. 153-162, jan-jun., 2007

CHANDLER, Alfred D. **Strategy and structure**: chapters in the history of the American Industrial Enterprise. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1962

CHAUÍ, Marilena, **Modernização versus democracia**. In: Escritos sobre a Universidade. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: Teoria, processo e prática**. 2ª Edição. São Paulo: Makron Books, 1994.

COSTA, Francisco de Assis. O momento, os desafios e as possibilidades da análise econômica territorial para o planejamento do desenvolvimento nacional. **Nova Economia**. Belo Horizonte, MG, v. 24, n. 3, pp. 613-644, setembro-dezembro de 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6351/1788>. Acesso em: 12 de agosto de 2015

CUNHA, Luiz Antônio. **Reforma Universitária em crise: gestão, estrutura e território**. In: TRINDADE, H. Universidade em ruínas: na república dos professores. Petrópolis: Vozes / Rio Grande do Sul: CIDEPEs, 1999.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28>. Acesso em 31 de Julho de 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental**. 15ª ed. Petrópolis: Vozes: 2008.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental**. 15ª ed. Petrópolis: Vozes: 2008.

GARRISON, Ray H.; NOREEN, Eric W.; BREWER, Peter C. **Contabilidade Gerencial**. 11ª Edição. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

GENTILI, Pablo A.A. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: GENTILI, Pablo A.A.; SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 16ª Edição. São Paulo: Atlas, 2012.

GUEDES, Eleanara Pereira; SCHERER, Flávia Luciane. O processo de elaboração do plano de desenvolvimento institucional (PDI): um estudo de caso na Universidade Federal do Paraná. **Perspectivas em Gestão e Conhecimento**. João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 240-253, jul/dez. 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc>. Acesso em: 02 jan. 2017

HALLAK, J. Custos e Despesas em Educação. In: COOMBS, P. H.; ANDERSON, C.A.; POIGNANT, R.; HALLAK, J.; BEEBY, C.E. **Fundamentos do Planejamento Educacional**. São Paulo: Cultrix, 1981.

HERMANN, Nadja. **Hermenêutica e Educação**. Coleção "O que você precisa saber sobre...Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

HOLANDA, Victor Branco de (Org.); LATTMAN-WELTMAN, Fernando (Org.); GUIMARÃES, Fabrícia. **Sistema de informação de custos na administração pública federal: uma política de Estado**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

INEP. Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira. **Indicadores Financeiros Educacionais**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-financeiros-educacionais>. Acesso em 20 de junho de 2016.

IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Custos**. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 1993

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **A estratégia em ação: balanced scorecard**. 26ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KOHAMA, Heilio. **Balanços Públicos: teoria e prática**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KUENZER, Acácia. Da dualidade assumida à dualidade negada: O discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2428100.pdf>

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

LAWRENCE, Paul R.; LORSCH, Jay W. **O desenvolvimento das organizações: diagnóstico e ação**. São Paulo: Edgar Blücher, 1972.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Custos: planejamento, implantação e controle**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LUCK, Heloísa. **Avaliação e monitoramento do trabalho educacional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MACHADO, Nelson; HOLANDA, Victor Brando de. Diretrizes e modelo conceitual de custos para o setor público a partir da experiência no Governo Federal do Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 44(4):791-820, Jul./ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n4/v44n4a03.pdf>. Acesso em: 23 de Junho de 2016.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística Geral e Aplicada**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATTOS, Enlison; TERRA, Rafael. Conceitos sobre eficiência. In. BOUERI, Rogério; ROCHA, Fabiana; RODOPOULOS, Fabiana (orgs). **Avaliação da qualidade do gasto público e mensuração da eficiência**. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2015. (pp. 211 a 234).

MATTOS, Geraldo. **Dicionário Júnior da Língua Portuguesa**. 3ª ed. São Paulo: FTD, 2005.

MATUS, Carlos. **Planificación, libertad y conflicto**: fundamentos de la reforma de sistema de planificación en Venezuela. Cuadernos de YVEPLAN nº 1. Caracas, 1981. Disponível em: http://www.terras.edu.ar/biblioteca/17/17GSTN_Matus_1_Unidad_4.pdf. Acesso em 29/03/2016.

MAUSS, César Volnei; SOUZA, Marcos Antônio de. **Gestão de Custos Aplicada ao Setor Público**: modelo para mensuração e análise da eficiência e eficácia governamental. São Paulo: Atlas, 2008

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Curso Básico de Contabilidade Pública**. Brasília: 2006.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologias e práticas. 7ª.edição. São Paulo: Atlas, 1993.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico**: como construir o projeto político pedagógico da escola. 5ª ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2005.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Sistemas de informações contábeis**: fundamentos e análise. São Paulo: Atlas, 1998.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

POCHMANN, MARCIO. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v25n87/21462.pdf>

PONTES, Jorge Marques. Elaboração e Gestão de Políticas Públicas: O Diferencial do Planejamento Estratégico Situacional – PES. **Diálogos Interdisciplinares**. Mogi das Cruzes, SP, v. 2, n. 2, p. 164-182, 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, José Augusto de Souza *et al* (colaboradores). **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 1999.

SANDER, Benno. **A administração da educação no Brasil**: genealogia do conhecimento. Brasília: Liber Livro, 2007.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. O PDI como referente para avaliação de instituições da educação superior: lições de uma experiência. **Ensaio: avaliação de políticas públicas educacionais**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 17, p. 149-168, abr/jun, 2005.

SERTEK, Paulo; GUINDANI, Roberto Ari; MARTINS, Tomas Sparano. **Administração e planejamento estratégico**. 3ª Edição. Curitiba: Ibpex, 2011.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública**: um enfoque na contabilidade municipal. São Paulo: Atlas, 2001

SOUZA, José. Carlos Vitorino de. **Gestão universitária em instituições particulares:** Os documentos institucionais como indicadores do modelo de gestão. 2007. 208 f. Tese. Doutorado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. Ministério da Fazenda. **Guia básico do Siafi gerencial.** Disponível em: http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/download/GuiaBasico_gerencial.pdf Acesso em: 23/06/2016

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informação de Custos.** Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/sistema-de-informacoes-de-custos. Acesso em: 23/06/2016

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual do SIAFI.** Disponível em <http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/020000/020400/>. Acesso em: 29/12/2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). **Proposta de Criação da Universidade Federal de Campina Grande.** Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/ufs/arquivos/ufcg_proposta_criacao.pdf. Acesso em: 13/08/2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). c2003-2015. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/index1.php>. Acesso em 13/08/2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). **Regimento da Reitoria da Universidade Federal de Campina Grande.** Resolução nº 05/2005. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/administracao/documentosOficiais/regimentoDaReitoria.htm>. Acesso em 12/08/2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). **Estatuto da Universidade Federal de Campina Grande.** Campina Grande: Editora Universitária, 2004. Disponível em <http://www.ufcg.edu.br/administracao/documentosOficiais/estatutoDaUfcg.pdf>. Acesso em 13/08/2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2004 – 2009**. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/administracao/documentosOficiais/planoDeDesenvolvimentoInstitucional.html>. Acesso em: 12/08/2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). **Proposta da UFCG ao Reuni**. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/reuni/proposta_reuni.pdf. Acesso em 12/08/2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). Plano de Desenvolvimento Institucional – **PDI (2014-2019)**. Campina Grande: Outubro, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). **Relatório de Gestão do Exercício 2014**. Campina Grande. Março, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). **Resolução nº 06/2010 do Colegiado Pleno do Conselho Universitário**. Campina Grande. Maio, 2010. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~costa/resolucoes/res_12062010.pdf

WAMPLER, Brian. A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: “boas práticas” devem ser promovidas?. **Opinião Pública**. Campinas, vol. 14, nº 01, Junho, 2008, p. 65-95. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/op/v14n1/03.pdf>. Acesso em: 05 de Fevereiro de 2017

WEBER, Max. **A objetividade do conhecimento em ciências sociais**. São Paulo: Ática, 2006.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo; SALLOTI, Bruno Meireles. **Informação Contábil**: estudo sobre a sua divulgação no mercado de capitais. São Paulo: Atlas, 2006.

PARTE II

Saúde

CUIDADOS PALIATIVOS: RELAÇÃO DIALÓGICA ENTRE ENFERMEIROS E PACIENTES EM FASE TERMINAL

Adriana Marques Pereira de Melo Alves

NOTA PRÉVIA - RESUMO

Nota prévia da pesquisa qualitativa que utiliza como referencial teórico a teoria humanística de enfermagem proposta por Paterson e Zderad (1979) e norteada pelas cinco fases descritas: a preparação do enfermeiro cognoscente para chegar ao conhecimento; o enfermeiro conhece intuitivamente o outro; o enfermeiro conhece cientificamente o outro; o enfermeiro sintetiza de forma complementar as realidades conhecidas; a sucessão do múltiplo para a unidade paradoxal. Este estudo foi realizado com enfermeiros que assistem pacientes em cuidados paliativos na clínica médica A e B de um hospital público do município de João Pessoa-PB, cujo objetivo foi de analisar a relação dialógica entre enfermeiros e pacientes em fase terminal sob cuidados paliativos, à luz da Teoria Humanística de Enfermagem. A análise preliminar dos dados revelou que a comunicação como estratégia do cuidar, é entendida como um processo complexo que envolve a percepção, a compreensão e a transmissão de mensagens na interação entre pacientes e profissionais da saúde. Ressalte-se que o exímio controle de dor e demais sintomas, o trabalho em equipe interdisciplinar, a utilização adequada de habilidades de comunicação e o relacionamento interpessoal constituem a tríade básica que sustenta os cuidados paliativos. A comunicação é um processo que possui duas dimensões: a verbal, que ocorre por meio da expressão de palavras faladas ou escritas; a não verbal, caracterizada

pela maneira e tom de voz com que palavras são ditas, por gestos que acompanham o discurso, por olhares e expressões faciais, pela postura corporal, pela distância física que as pessoas mantêm entre si.

1. APRESENTAÇÃO

Trata-se de uma tese na modalidade de artigo, estrutura adotada pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba, que inclui três artigos, um de fundamentação teórica e dois relacionados aos resultados obtidos a partir do material empírico da pesquisa de campo conforme descritos a seguir:

Artigo 1: CUIDADOS PALIATIVOS E COMUNICAÇÃO: ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Artigo 2: COMUNICAÇÃO COM O PACIENTE TERMINAL EM CUIDADOS PALIATIVOS: ENFOQUE NA TEORIA HUMANÍSTICA DE ENFERMAGEM.

Artigo 3: COMUNICAÇÃO COM O PACIENTE TERMINAL EM CUIDADOS PALIATIVOS À LUZ DA TEORIA HUMANÍSTICA: EXPERIÊNCIA DE ENFERMEIROS.

Convém mencionar que além dos artigos, a presente tese encontra-se organizada em Considerações Iniciais acerca da Temática, Fundamentação Teórica, Trajetória Metodológica, Reflexões Finais e Referências. Sua formatação segue as normas de estrutura de tese em formato de artigo científico recomendadas pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba.

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DA TEMÁTICA

O cuidar deve ter como fio condutor o respeito à dignidade do ser humano, sendo, portanto imprescindível considerar o paciente na sua singularidade e totalidade. O cuidado reportar-se ao dia a dia, ao ambiente onde ocorrem os acontecimentos, revelações, particularidades concernentes à dimensão existencial intrínseco a vida e as relações humanas (SEBOL et al, 2016). Isto significa dizer, reconhecer as diferenças individuais considerando os aspectos biopsicossocial e espiritual e a necessidade de proporcionar uma assistência singular, principalmente quando o ser que carece de cuidado vivencia a fase final de vida.

Neste sentido, França (2014) destaca que o cuidar é uma relação afetiva que se configura numa atitude de abertura para o outro e para o mundo, propiciando o envolvimento do cuidador com o ser cuidado. Assim, busca desenvolver empatia, humildade, cordialidade, ternura, preocupação, responsabilização, mediante o estabelecimento de uma relação de confiança. O cuidado, nessa perspectiva, é humanizado, onde as relações entre cuidador e receptor de cuidados são implementadas de sujeito para sujeito, sejam eles crianças, adultos ou idosos, principalmente quando estes se encontraram em fase terminal de vida.

O paciente encontra-se em fase terminal quando a sua doença, independente de medidas terapêuticas adotadas, evoluirá de forma irreversível para a morte. Contudo, faz-se necessário que seja prestada uma assistência qualificada de modo a contemplar, de maneira holística, todas as queixas desse paciente e atendê-lo, sempre que possível, na perspectiva de proporcionar-lhe o alívio da dor, de sintomas físicos, psicológicos, sociais e espirituais, nesse contexto, destacam-se os Cuidados Paliativos. (BIFULCO; CAPONERO, 2016).

Araújo e Silva (2012) assinalam que o papel de destaque da comunicação, referenciada no relacionamento interpessoal entre o profissional de enfermagem e o paciente na terminalidade está pautada na relação de confiança entre eles, estabelecida a partir da leitura dos

sinais verbais, sendo estes alegres e otimistas, onde o paciente pode vir a reafirmar o desejo de conversar sobre a sua doença e outros aspectos a ela relacionados, bem como dos sinais não-verbais, através dos gestos corporais, palavras e toque apresentando a presença compassiva que consola e conforta. Sendo assim, é estabelecida a relação dialógica verbal e não verbal entre o enfermeiro e o paciente sem possibilidades terapêuticas de cura, sendo um recurso terapêutico importante e efetivo por trabalhar os sentimentos que a situação de vivenciar esta fase da vida lhes desperta.

Diante das considerações apresentadas, o interesse em estudar acerca dos Cuidados Paliativos, parte de minha experiência profissional como docente da disciplina Semiologia e Semiotécnica da Enfermagem II durante o desenvolvimento de atividades práticas hospitalares com discentes da Graduação em Enfermagem, em Unidades de Clínica Médica. Nesta oportunidade, pude acompanhar em vários momentos o processo de cuidar de pacientes em fase terminal. Então, percebi a relevância da prática dos Cuidados Paliativos na promoção da assistência de enfermagem a este paciente com ênfase na comunicação.

Neste sentido, realizei um curso de especialização à distância oferecido pela Pinus Editora Longaeva - São Paulo (SP), sobre Cuidados Paliativos na busca por enriquecer a minha experiência docente e consequentemente subsidiar cada vez mais a assistência prestada ao paciente na terminalidade. Além disso, poder contribuir disseminando o conhecimento adquirido mediante a elaboração de artigos científicos, trazendo benefícios para outros profissionais da saúde e em especial, para a equipe de enfermagem. Nesta ocasião, tive a oportunidade de ler várias obras, dentre elas merecem destaque: *Humanização e cuidados paliativos* (PESSINI; BERTACHINI, 2010), *Cuidados Paliativos: diretrizes, humanização e alívio dos sintomas* (SANTOS et al, 2011), *Cuidados Paliativos: conversa sobre a vida e a morte na saúde* (BIFULCO; CAPONERO, 2016), *A comunicação médico-paciente no tratamento oncológico* (CAPONERO, 2015) e *Enfermagem em cuidados paliativos* –

cuidando para uma boa morte (SILVA et al, 2013). Pude, ainda, ampliar os meus conhecimentos no campo dos Cuidados Paliativos conhecendo o trabalho de dissertação de França (2011) e tese de doutorado de Moraes (2016), ambos utilizando a Teoria Humanística de Enfermagem, proposta por Paterson e Zderad (1979).

A partir de tais experiências, emergiu o meu interesse em realizar um estudo tendo como suporte teórico a Teoria Humanística de Enfermagem para fundamentar a prática dos cuidados paliativos ao paciente na terminalidade, tendo como fio condutor a comunicação entre enfermeiros e o paciente.

Contudo, o estudo visa os seguintes objetivos:

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a relação dialógica entre enfermeiros e pacientes em fase terminal sob cuidados paliativos, à luz da Teoria Humanística de Enfermagem.

2.1.1 Objetivos Específicos

Investigar a compreensão de enfermeiros assistenciais no que concerne aos cuidados paliativos Identificar estratégias de comunicação empregadas por enfermeiros para a promoção dos cuidados paliativos aos pacientes em fase terminal. Como ocorre a relação dialógica entre enfermeiros e pacientes em fase terminal sob cuidados paliativos

3. REFERENCIAL TEÓRICO TEORIA HUMANÍSTICA DE ENFERMAGEM

A enfermagem ao longo dos anos vem acumulando um corpo de conhecimentos, técnicas científicas e desenvolvendo teorias relacionadas entre si que procuram explicar fatos à luz do universo

natural. Enquanto ciência e arte no mundo do cuidar, a Enfermagem apresenta a possibilidade de reconhecer o ser que necessita de ajuda (PATERSON; ZDERAD, 1979).

As teorias de enfermagem foram elaboradas para explicitar a complexidade e a multiplicidade dos fenômenos presentes no campo da Saúde e para servir como referencial teórico/metodológico/prático aos enfermeiros que se dedicam à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de investigações e à assistência no âmbito da profissão (SCHAURIC; CROSSETTI, 2010).

Assim, a Teoria Humanística apresenta a Enfermagem por meio do projeto fenomenológico e visa a obter uma visão ampliada das experiências humanas e de valorizar as escolhas realizadas pelos indivíduos, e ainda reconhecer o outro em sua individualidade, no processo de *vir-a-ser*, de confirmar sua existência e entendê-la, mediante a situação vivenciada entre o cliente e a enfermeira, pela qual as dimensões da Enfermagem Humanística derivam da situação humana onde a Enfermagem é vivida (PATERSON; ZDERAD, 1979).

Sob esse prisma, a Enfermagem humanística é considerada um diálogo vivo que envolve *o encontro*, o qual possibilita a expectativa de alguém para atender e alguém para ser atendido; *a presença*, na qualidade de ser receptivo e recíproco para outra pessoa; *o relacionamento*, aonde um vai em direção ao outro, possibilitando presença autêntica; e *um chamado e uma resposta*, que se apresentam na forma de comunicação verbal e não verbal.

Portanto, a Enfermagem fenomenológica é uma metodologia que subsidia a apreciação existencial do fenômeno de enfermagem a partir de cinco fases: preparação da enfermeira cognoscente para chegar ao conhecimento; a enfermeira conhece intuitivamente o outro; a enfermeira conhece cientificamente o outro; a enfermeira sintetiza complementariamente as realidades conhecidas; sucessão do múltiplo para a unidade paradoxal como processo interno da enfermeira (PATERSON; ZDERAD, 1979) descrita pelas teóricas, da Teoria Humanística

de Enfermagem, e apresentadas consecutivamente de modo a descrever como será realizada a relação dialógica entre enfermeiro e pacientes na terminalidade, como recurso de cuidados paliativos.

Preparação da pesquisadora para vir a conhecer: Nessa fase, a pesquisadora, na busca de vivenciar subjetivamente o ser enfermeiro frente aos cuidados paliativos direcionados aos pacientes terminais que vivenciam o processo de finitude, pautada na relação dialógica, a partir da essência dos Cuidados Paliativos, inicialmente, intensificará suas reflexões sobre a sua maneira de ser e de agir, integrando-se ao universo de suas vivências, como também de sua subjetividade, através da leitura de obras literárias, bem como do seu conhecimento de filmes que versavam sobre a essência do ser humano e suas diversas formas de percepção e relação com o mundo.

A pesquisadora conhece intuitivamente o outro: Nessa fase, a pesquisadora vivenciará essa relação com os enfermeiros prestadores do cuidado com o paciente terminal, a partir de sua inserção no campo de estudo. Nessa etapa, buscará demonstrar uma visão aberta e sem preconceitos, visualizando o modo de percepção relacional de cada um, frente à relação dialógica como recurso dos cuidados paliativos, tudo isso mediado por um conhecimento profundo e autêntico deles.

A pesquisadora conhece cientificamente o outro: Na perspectiva de conhecer cientificamente os enfermeiros referenciados e viabilizar a coleta de dados, nessa fase da Enfermagem Fenomenológica, será utilizada a técnica da entrevista, seguindo um roteiro semiestruturado, contemplando questões que lhe propiciaram ir ao encontro do fenômeno estudado.

A pesquisadora sintetiza de forma complementar as realidades conhecidas: Nessa fase, com o objetivo de firmar de maneira mais precisa a observação dos relatos das falas dos enfermeiros, a pesquisadora procurará se afastar do objeto de estudo e realizar diversas e sucessivas leituras dos discursos transcritos, por meio de uma observação minuciosa e individual, codificando cada depoimento com a finalidade de

interpretar, categorizar e acrescentar o conhecimento das experiências vivenciadas nas fases anteriores, comparando suas conformidades e distinções, sintetizando-os, a fim de se obter uma apreensão mais abrangente do fenômeno experienciado.

Sucessão do múltiplo para a unidade paradoxal como processo interno da enfermeira: Essa fase do processo evoluirá, mediante a descrição dos fenômenos vivenciados pelos enfermeiros, considerando os preceitos dos Cuidados Paliativos. É importante assinalar que, nesse momento, a pesquisadora buscará expandir o seu próprio ponto de vista, consciente das múltiplas realidades apresentadas, considerando suas relações, mediante reflexão e análise dos mesmos, para compreender mais o fenômeno investigado.

4. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O estudo proposto foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de campo de natureza qualitativa, consubstanciada na teoria Humanística de Enfermagem proposta por Paterson e Zderad (1979) e norteadas pelas cinco fases descritas: a preparação do enfermeiro cognoscente para chegar ao conhecimento; o enfermeiro conhece intuitivamente o outro; o enfermeiro conhece cientificamente o outro; o enfermeiro sintetiza de forma complementar as realidades conhecidas; a sucessão do múltiplo para a unidade paradoxal.

Esta pesquisa foi desenvolvida em uma instituição pública de saúde, localizada na cidade de João Pessoa-PB. Trata-se de um hospital de ensino, autarquia federal vinculado ao Ministério da Educação, com uma estrutura de saúde de referência para o estado da Paraíba polarizando atendimento da clientela advinda da capital, e outros municípios do estado.

O cenário de investigação foram unidades de internação em Clínica Médica A e B do referido hospital. Como campo de pesquisa as

unidades foram escolhidas por serem locais de atuação de enfermeiros que assistem pacientes em Cuidados Paliativos, neste ambiente os profissionais vivenciam frequentemente o cuidar de pacientes em Cuidados Paliativos e na terminalidade.

A população do estudo envolveu 20 enfermeiros que prestam cuidados direcionados a pacientes em Cuidados Paliativos atendidos no referido hospital. Considerando a natureza do estudo, a amostra foi por acessibilidade. Segundo Richardson (2010), esse tipo de amostragem não exige rigor estatístico, portanto é indicada para estudos qualitativos. Minayo (2014) reforça que, na pesquisa qualitativa, não importa a quantidade de participantes envolvidos no estudo, mas a profundidade com que o fenômeno ocorre.

Ressalte-se que durante todo o desenvolvimento da pesquisa, foram mantidos os aspectos éticos relativos à pesquisa com seres humanos, dispostos na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2013), quais sejam: avaliação do projeto de investigação por um Comitê de Ética em Pesquisa para apreciação e avaliação; obtenção de consentimento livre e esclarecido dos enfermeiros participantes da pesquisa, por escrito, em duas vias, após terem sido informados, com clareza e acessibilidade, sobre os objetivos da pesquisa e os procedimentos a serem realizados, ficando uma via com o participante da pesquisa (profissional) e outra com a pesquisadora; respeito à sua privacidade e sigilo das informações; e a manutenção da liberdade do participante de se recusar a participar do estudo ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízos ou constrangimentos.

A inserção da pesquisadora na instituição selecionada antecedeu a coleta de dados, buscando uma aproximação maior com a realidade concreta da referida instituição. Após a anuência dos enfermeiros para participarem da pesquisa, foram agendados os encontros, como maneira de considerar data, local e horário que sejam oportunos a eles.

A coleta de dados ocorreu após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética e Pesquisa – CEP. Saliente-se que, para viabilizar a obtenção do material empírico, foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada (APÊNDICE A), por meio de um roteiro estruturado contendo as questões norteadoras do estudo. Será empregada, também a técnica de observação assistemática, o sistema de gravação que possibilitará a descrição livre e precisa.

Vale ressaltar que a observação assistemática consiste numa técnica não estruturada, denominada como espontânea, circunstancial e ocasional na qual recolhe e registra os fatos da realidade experienciada sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou necessite fazer perguntas diretas (PRODANOV; FREITAS, 2013).

O material empírico do estudo foi analisado qualitativamente, a partir das cinco fases da Enfermagem Fenomenológica proposta por Paterson e Zderad (1979): preparação da enfermeira cognoscente para chegar ao conhecimento; a enfermeira conhece intuitivamente o outro; a enfermeira conhece cientificamente o outro, a enfermeira sintetiza complementariamente as realidades conhecidas; sucessão do múltiplo para a unidade paradoxal como processo interno da enfermeira.

De acordo com Minayo (2014), a análise qualitativa objetiva compreender um saber intersubjetivo, descritivo e compreensivo, para desvelar, perceber e explorar o fenômeno na maior diversidade possível, para organizar os dados. Este estudo será analisado qualitativamente à luz da Teoria Humanística da Enfermagem e com base nas literaturas pertinentes ao tema abordado.

1. Artigo

CUIDADOS PALIATIVOS E COMUNICAÇÃO: ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

*PALLIATIVE CARE AND COMMUNICATION:
BIBLIOMETRIC STUDY*

*CUIDADOS PALIATIVOS Y COMUNICACIÓN:
ESTUDIO BIBLIOMETRICO*

RESUMO

Objetivo: Analisar os indicadores bibliométricos acerca da produção científica sobre cuidados paliativos e comunicação disseminados em periódicos online no campo da saúde. Método: - Estudo bibliométrico cuja amostra foi composta por 67 artigos, publicados no período de 2007-2016 nas bases de dados *Lilacs*, *MedLine* e *Scielo*.

Resultados: A análise dos indicadores mostrou que houve crescimento expressivo das publicações sobre cuidados paliativos e comunicação, nos últimos dez anos, mesmo de forma não progressiva. O ano de 2016 se destacou como o de maior produção de estudos (22%). Verificou-se a internacionalização dos estudos sobre a temática, tendo em vista que a maioria foi publicada em periódicos internacionais (80,6%), na língua inglesa (76,2%).

Conclusão: Existe a necessidade do desenvolvimento de pesquisas com maior nível de evidência na área dos cuidados paliativos

e da comunicação, para que possam ser aplicados na assistência ao paciente.

DESCRIPTOR: Cuidados paliativos, Comunicação, Bibliometria.

2. Artigo

COMUNICAÇÃO COM O PACIENTE TERMINAL EM
CUIDADOS PALIATIVOS:

ENFOQUE NA TEORIA HUMANISTICA DE
ENFERMAGEM.

RESUMO

Objetivo: Identificar estratégias de comunicação empregadas por enfermeiros para a promoção dos cuidados paliativos aos pacientes em fase terminal.

Método: Pesquisa qualitativa que utiliza como referencial teórico a teoria humanística de enfermagem proposta por Paterson e Zderad, realizada com vinte enfermeiros assistenciais que atuam na Clínica Médica de um hospital público de João Pessoa.

Resultados: da análise preliminar emergiram as seguintes categorias: Importância da comunicação como instrumento para assistir o paciente em fase terminal; estratégias verbais para o diálogo com paciente em cuidados paliativos e estratégias não verbais adequadas citadas na interação com o paciente em Cuidados Paliativos.

DESCRIPTOR: Cuidados paliativos, estratégias de Comunicação, teoria humanística

3. Artigo

COMUNICAÇÃO COM O PACIENTE TERMINAL EM CUIDADOS PALIATIVOS À LUZ DA TEORIA HUMANÍSTICA: EXPERIÊNCIA DE ENFERMEIROS.

RESUMO

Objetivo: Como ocorre a relação dialógica entre enfermeiros e pacientes em fase terminal sob cuidados paliativos.

Método: Pesquisa qualitativa que utiliza como referencial teórico a teoria humanística de enfermagem proposta por Paterson e Zderad, realizada com vinte enfermeiros assistenciais que atuam na Clínica Médica de um hospital público de João Pessoa. A coleta de dados ocorreu nos meses de junho a agosto de 2017, por meio de uma entrevista gravada e observação assistemática.

Resultados: da análise preliminar emergiu a seguinte categoria: comunicação e o relacionamento interpessoal do enfermeiro com o paciente em fase terminal sob cuidados paliativos

DESCRIPTORIOS: Cuidados paliativos, teoria humanística, enfermeiros

RESULTADOS ESPERADOS

Tendo em vista a subjetividade e complexidade do processo de comunicação na terminalidade, e no sentido de aprofundar a compreensão do fenômeno estudado, evidencia-se a necessidade de uma análise mais detalhada sob diversas óticas metodológicas.

REFERÊNCIAS

França JFRS, Costa SFG, Lopes MEL, Nóbrega MML, França ISX. Importância da comunicação nos cuidados paliativos em oncologia pediátrica: enfoque na Teoria Humanística de Enfermagem. Rev Latino-Am Enfermagem [Internet]. 2013 Jun [acesso em 2017 jun. 23];2013; 21(3):780-6. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692013000300018>

Araújo MMT, Silva MJP. Estratégias de comunicação utilizadas por profissionais de saúde na atenção à pacientes sob cuidados paliativos. Rev esc enferm USP [Internet]. 2012 jun [acesso em 2017 maio. 27];46(3):626-32. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342012000300014>

PRODANOV, C.C.; FREITAS, E.C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico-2ª ed.** Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (2014). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec.

ARAUJO, M. M. T.; SILVA, M.J.P. Estratégias de comunicação utilizadas por profissionais de saúde na atenção à pacientes sob cuidados paliativos. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 626-632, Jun, 2012.

BIFULCO, V. A.; CAPONERO, R. **Cuidados Paliativos: conversas sobre a vida e a morte na saúde.** Barueri, SP: Minha Editora, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012.** – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CAPONERO, R. **A comunicação médico-paciente no tratamento oncológico**: um guia para profissionais de saúde, portadores de câncer e seus familiares. São Paulo: Mg editores, 2015.

FRANÇA, J. R. F. S. **Cuidados paliativos**: relação dialógica entre enfermeiros e crianças com câncer. 2011. 181f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

PATERSON, J. G.; ZDERAD, L. T. **Enfermería humanística**. México: Editorial Limusa, 1979.

PESSINI, L. A filosofia dos cuidados paliativos: uma resposta diante da obstinação terapêutica. In: PESSINI, L.; BERTACHINI, L. (Org.). **Humanização e cuidados paliativos**. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010. Cap.12, p. 181-204.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo. Atlas, 2010.

SANTOS, F. C. **Cuidados paliativos**: diretrizes, humanização e alívio de sintomas. São Paulo: Atheneu, 2011. Cap..1, p.3-13.

SILVA, R.S. et al. **Enfermagem em Cuidados Paliativos** – cuidando para uma boa morte. São Paulo: Martinari, 2013.

O CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE SOBRE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DAS SALAS DE VACINAS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE

*Ana Cristina Rodrigues Luna e Silva
Cristine Hirsch Monteiro*

1. INTRODUÇÃO

O Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (GRSS) é entendido como o conjunto de ações de gestão planejadas, implantadas e implementadas, com bases técnico-científicas, normativas e legais, objetivando minimizar a produção de resíduos gerados e adequar um encaminhamento seguro, de forma eficiente, ter em vista à proteção dos trabalhadores, a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente (BRASIL, 2013). Neste contexto, segundo o manual de normas e procedimentos para vacinação, o descarte e a destinação final de frascos, seringas e agulhas utilizados, seguindo as normas técnicas vigentes, constituem competência da esfera municipal (BRASIL, 2014).

O processo do gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde deve seguir normas técnicas legais, com o objetivo de minimizar a produção de resíduos e proporcionar aos resíduos gerados, um encaminhamento seguro, de forma eficiente, visando à proteção dos trabalhadores, a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente, contemplando as etapas intra e extra estabelecimento no gerenciamento de resíduos dos serviços de saúde, as quais envolvem as fases de segregação, acondicionamento, identificação, transporte interno, armazenamento temporário, armazenamento externo, coleta

externa, tratamento e disposição final, onde todo gerador deve ter um Plano de Gerenciamento de Resíduos dos Serviços de saúde PGRSS (ANVISA RDC 306, 2004).

O Sistema único de Saúde (SUS) está hierarquizado em níveis de atenção, sendo eles atenção primária, secundária e terciária, a vacinação constitui ação prioritária de Atenção Primária à Saúde (APS) e é de grande impacto nas condições gerais de saúde da população. Contudo, apesar dos bons resultados do Programa Nacional de Imunização (PNI), estudos apontam deficiências em salas de vacina, no Brasil (OLIVEIRA, 2014).

Diversos tipos de resíduos são gerados, o manejo, a segregação, a coleta, o tratamento (aplicação de método que modifique as características dos resíduos, diminuindo ou eliminando o risco de contaminação, de acidentes ocupacionais ou de dano ao meio ambiente), o transporte e a destinação final desses resíduos merecem especial atenção tanto em face dos riscos sanitários envolvidos quanto devido às normas legais vigentes no País. A Rede de Frio é composta pelas instâncias Nacional, Estadual, Regional, Municipal e Local, sendo essa última instância final, destinada às atividades operacionais de vacinação, que está em contato direto com o usuário (BRASIL, 2014).

Cerca de 45% dos municípios brasileiros não possuem coleta especial para resíduos de serviços de saúde. O lixo produzido pelo descarte inadequado dos resíduos dos serviços de saúde (RSS) tem sido associado à falta de saneamento básico muito comum nos municípios brasileiros. Os dados mostraram que 80% das doenças e 65% das internações hospitalares por diarreia são o resultado desta associação. Dentre os diversos grupos que compõem os resíduos sólidos contaminantes em saúde, os imunobiológicos merecem destaque e precisam passar por tratamento prévio especial antes do descarte final (ASSUNÇÃO, 2014).

Pinheiro e Zeitoune afirmam que a análise dos riscos ocupacionais depende de um conhecimento prévio do processo de trabalho a fim de identificar riscos nele existentes e que os riscos inerentes à profissão

poderão ser gerados em virtude do desconhecimento do profissional em evitar danos à saúde (2008).

Nesse artigo vamos trabalhar os resíduos do grupo A1, que são os frascos de vacinas, cujo tratamento é a autoclavação, os resíduos do grupo A5, que contemplam aqueles resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais com suspeita ou certeza de contaminação por agentes infectantes (príons, vírus, fungos, bactérias ou parasitas) e o grupo E, que abrange os materiais perfurocortantes (agulhas e ampolas de vidros). (ANVISA RDC 306, 2004).

O objetivo desse artigo é investigar o nível de conhecimento dos profissionais que atuam nas salas de vacinas, acerca do processo de geração, gerenciamento e destinação final dos resíduos das salas de vacinas, que compõem a atenção básica no município de Campina Grande-PB.

Esse artigo apresenta um recorte dos resultados encontrados, na coleta de dados do projeto de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

2.1 Tipo de pesquisa

A presente pesquisa apresentou recorte metodológico com abordagem descritiva da problemática. É um estudo transversal, com abordagem quanti-qualitativa.

Os formulários utilizados para coleta de dados incluíram perguntas objetivas e subjetivas abordando conhecimento dos profissionais acerca das etapas do processo de geração, gerenciamento e destinação final dos resíduos das salas de vacinas, além do conhecimento

sobre a legislação vigente, aplicabilidade na prática e sobre as consequências do processo de gerenciamento e destinação final dos resíduos, para a qualidade de vida do trabalhador.

2.2 Local da pesquisa

A pesquisa, devidamente autorizada pela Secretaria de Saúde do Município de Campina Grande, vem se desenvolvendo desde agosto de 2017 e vem sendo realizada nas salas de vacinas da Atenção Básica à Saúde do município de Campina Grande, que possui 78 salas de vacina cadastradas no Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização (SIPNI), sendo 8 na zona rural e 70 na zona urbana da cidade.

2.3 População e amostra

A população alvo desta pesquisa inclui profissionais de saúde (enfermeiros, técnicos e/ou auxiliares de enfermagem) que atuam nas 78 salas de vacinas da atenção básica no âmbito do SUS do município de Campina Grande que estão cadastradas no SIPNI (incluindo cerca de 156 profissionais entre Enfermeiros/Enfermeiras e Técnico/Técnica ou Auxiliar de Enfermagem), localizadas nas zonas urbana e rural. A amostra foi composta por amostragem probabilística, aleatória simples, buscando alcançar 60% desta população, nesse artigo descrevemos os resultados para uma amostra correspondente a 17,3% da população.

Como critérios de inclusão na pesquisa selecionamos os profissionais de saúde que atuam nas salas de vacinas da atenção básica (Enfermeiros/Enfermeiras e Técnico/Técnica ou Auxiliar de Enfermagem) no âmbito do SUS do município de Campina Grande/PB e que aceitem participar da pesquisa assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para tanto, estarão excluídos da pesquisa profissionais de saúde que atuam nas salas de vacinas da atenção básica no âmbito

do SUS com outra formação profissional (que não sejam Enfermeiros/ Enfermeiras e Técnico/Técnica ou Auxiliar de Enfermagem) ou da unidade de saúde que não atuem nas salas de vacinas, além dos profissionais que não aceitem participar da pesquisa.

2.4 Coleta de dados nas salas de vacina

Para coleta de dados foi utilizado como instrumento, um formulário semiestruturado, abordando questões sobre Resíduos do Serviço de Saúde, dividido em três blocos, onde o primeiro bloco trata sobre como são realizadas as etapas do descarte dos RSS, a segunda parte é a contemplada nesse artigo, versa sobre o conhecimento dos profissionais quanto ao gerenciamento dos RSS e a terceira parte avalia as consequências do processo de gerenciamento dos resíduos, para a qualidade de vida do trabalhador.

As questões sobre o nível de conhecimento dos profissionais, que fazem parte do recorte desse artigo, investigam sobre o saber do entrevistado no que se refere ao acondicionamento correto dos resíduos gerados nas salas de vacinas, a exemplo de seringas, agulhas, frasco de diluentes e frascos contendo resíduos de imunobiológico, oferecendo como opções de respostas, acondicionamento em garrafas, latas, lixo comum ou recipiente destinado a coleta de material perfurocortante.

O formulário aborda ainda sobre o saber desses profissionais, a respeito capacidade de utilização da caixa destinada a coleta de material perfurocortante, tendo os entrevistados entre as opções de escolhas: utilização da caixa até a metade da capacidade total, utilização da caixa até a marca indicada, utilização da caixa até o seu limite máximo ou até chegar uma nova caixa.

Os entrevistados foram questionados ainda sobre a necessidade de programação para o recolhimento externo desses resíduos e a periodicidade como essa coleta externa deve ocorrer.

Entre as questões abordadas aos profissionais entrevistados, investigou-se ainda sobre o conhecimento deles quanto a necessidade de lacrar as caixas destinadas a coleta de material perfurocortante após utilização, além do acondicionamento em saco plástico após o lacre, bem como sobre a necessidade de identificação dessas caixas.

Também fizeram parte das questões referentes ao conhecimento dos profissionais, o julgamento deles sobre quem deve manipular as caixas de recipientes destinados a coleta de material perfurocortante após a utilização e após o lacre, oferecendo como possibilidades de respostas: os profissionais de enfermagem, profissionais da higienização e profissionais da empresa contratada.

Foram realizadas visitas às salas de vacinas com entrevistas e aplicação do formulário de coleta de dados junto aos profissionais que atuam nas salas de vacinas da atenção básica no município pesquisado.

2.5 Processamento e análise dos dados

Realizar-se-á o tratamento estatístico dos dados coletados utilizando-se do software EPIINFO 8.0, além da literatura pertinente.

2.6 Aspectos éticos

A pesquisa é fundamentada e delimitada pela Resolução CNS Nº. 466/12 que regulamenta a pesquisa com seres humanos e aplica as normas necessárias ao desenvolvimento da mesma. Os pesquisadores, responsáveis pela coleta, análise e publicação dos dados fundamentarão seu trabalho nos princípios da bioética, como autonomia; beneficência; não-maleficência e justiça.

O projeto para pesquisa foi exposto e aprovado à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa- CEP da Universidade Federal da Paraíba – CEP/UFPB.

Como reza a Resolução CNS Nº. 466/12, será garantido sigilo de toda e qualquer informação referente aos sujeitos da pesquisa que dela participarão de modo voluntário, podendo se desligar a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Os sujeitos da pesquisa foram convidados a participar e, após devido esclarecimento de todas as etapas da pesquisa, assinaram duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, uma das quais permanecendo em poder do sujeito, contendo as informações relevantes sobre a pesquisa, como identificação dos pesquisadores, objetivos e procedimentos, explicitação dos possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa, além dos benefícios esperados, segurança no consentimento de voluntariedade e livre participação, estabelecendo que a qualquer momento, poderá sair da pesquisa, sem prejuízo.

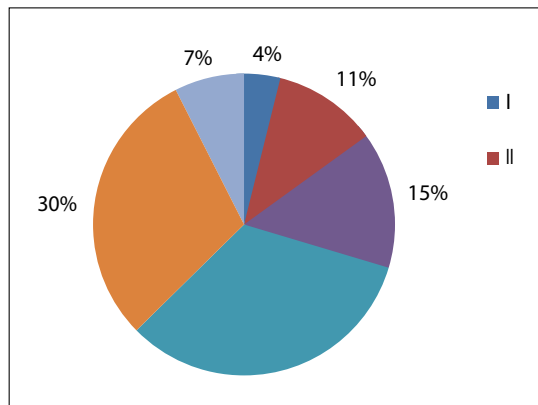
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Perfil da amostra

Os dados aqui apresentados correspondem aos resultados parciais do Projeto de Pesquisa de mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, referem a 17,3% da população alvo.

Até o momento foram entrevistados 27 profissionais de Enfermagem, distribuídos por seis dos oito Distritos Sanitários que compõem a Atenção Primária à Saúde no município de Campina Grande (Fig.1).

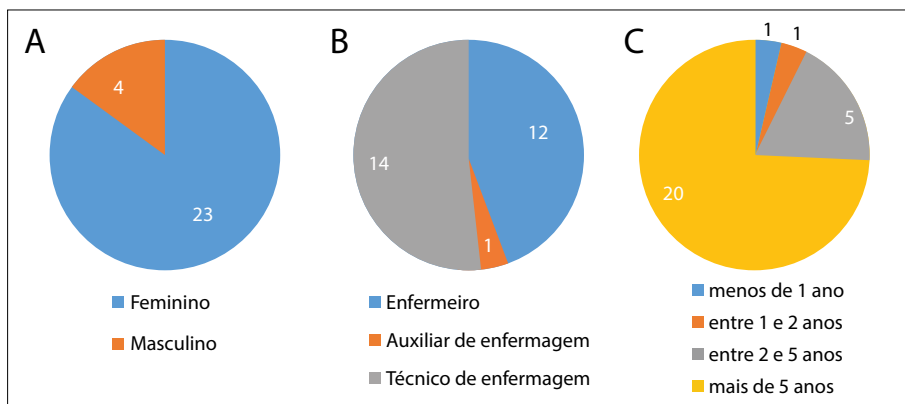
Figura 1 – Representação dos distritos sanitários na amostra pesquisada (n=27).



Fonte: Pesquisa direta, 2017

Os profissionais entrevistados (n=27) foram na sua maioria mulheres, enfermeiros ou técnicos de enfermagem e apresentaram mais de 5 anos de serviço (Fig.2).

Figura 2 – Perfil da amostra (n=27) quanto ao gênero (A), função na sala de vacina (B) e tempo de serviço (C).



Fonte: Análise dos questionários.

Conforme orientações do Ministério da Saúde, as atividades da sala de vacinação são desenvolvidas pela Equipe de Enfermagem, formada pelo Enfermeiro, que é o responsável pela supervisão do trabalho na sala de vacina, e pelo Técnico ou Auxiliar de Enfermagem, treinados e capacitados para os procedimentos de manuseio, conservação, preparo e administração, registro e descarte dos resíduos resultantes das ações de vacinação, incluindo a destinação adequada dos resíduos da sala de vacinação (BRASIL, 2014).

3.2 Conhecimento dos profissionais das salas de vacina

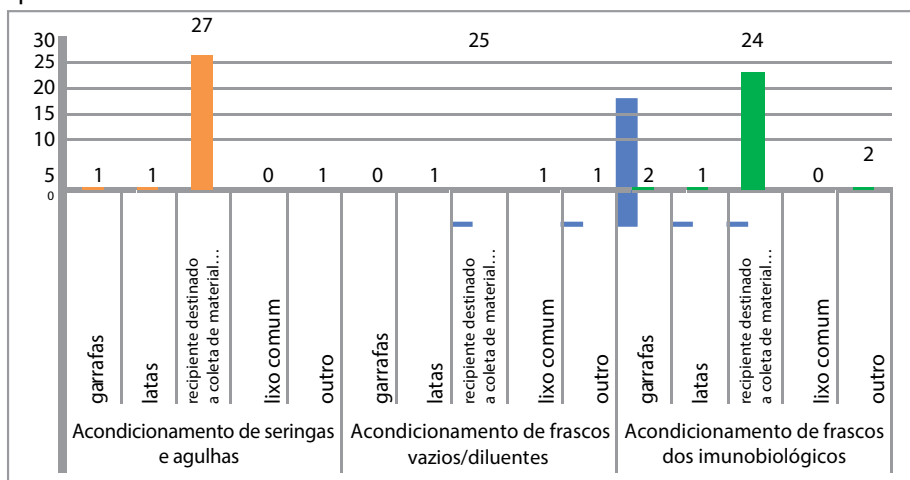
Os profissionais da área da saúde estão sujeitos a diversos fatores que são inerentes ao cotidiano desses trabalhadores e que podem influenciar sua qualidade de vida. Esta temática que vem despertando crescente interesse nos últimos anos, tendo em vista a importância dos fatores envolvidos no contexto do trabalho (BORGES, 2015).

Embora a literatura seja carente em relação aos registros de acidentes secundários à aplicação de vacinas, os riscos ocupacionais que acometem os trabalhadores das instituições de saúde podem ser oriundos de fatores físicos, químicos, psicossociais, ergonômicos e biológicos. O acondicionamento incorreto de materiais perfurocortantes podem contribuir para a ocorrência de acidentes, entre os profissionais de que trabalham com administração de vacinas, uma vez que os profissionais suscetíveis estão se expondo, potencializando os riscos de contaminação (MACÊDO, 2013).

Os profissionais dos seis Distritos Sanitários entrevistados (n=27) demonstraram apresentar noção adequada quanto à maneira de se acondicionar seringas, agulhas, frascos utilizados de diluentes ou de imunobiológicos, pois poucos indicaram, inadequadamente, a possibilidade da utilização de latas ou garrafas (Fig. 3). Houve ainda uma resposta incluindo o processo de esterilização ainda na unidade

de saúde como alternativa de uso para destinação desses resíduos. Outros entrevistados acrescentaram que o uso do recipiente destinado à coleta de material perfurocortante deveria ser diferente para seringas e frascos, enquanto que outro entrevistado sugeriu o recolhimento dos frascos dos imunobiológicos pela coordenação de imunização, ao invés da empresa contratada. Nestes casos, fica clara a necessidade de providenciar capacitação sobre o assunto para tais profissionais (Fig.3).

Figura 3 – Distribuição das respostas dos profissionais de enfermagem das salas de vacina da atenção básica à saúde do município de Campina Grande-PB (n=27) quanto ao acondicionamento dos resíduos das salas de vacinas.



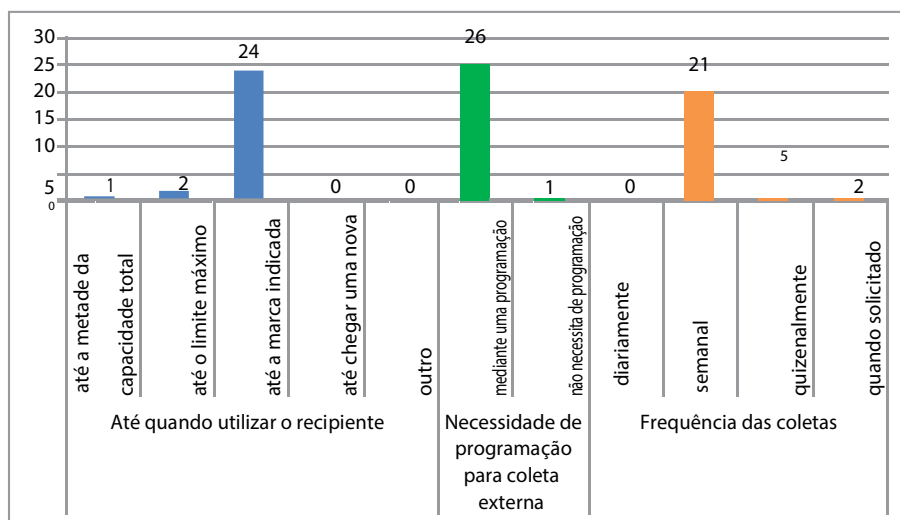
Fonte: Análise dos questionários.

A Resolução CONAMA Nº. 358/2005 estabelece a destinação final dos resíduos dos serviços de saúde (CONAMA, 2005), que antes devem ser acondicionados em caixas coletoras específicas para material perfurocortante, frascos vazios de imunobiológicos, seringas e agulhas usadas.

Apesar da maioria dos entrevistados afirmarem conhecer o limite de um terço, indicado na caixa destinada à coleta de material perfurocortante, um entrevistado afirmou que a caixa deve ser utilizada

até a metade da sua capacidade total e outros dois, até o seu limite máximo, o que indica fragilidade no conhecimento dos entrevistados. A grande maioria dos entrevistados afirma a necessidade de uma programação para a realização da coleta externa dos resíduos, quanto à frequência da coleta externa, essa é peculiar a cada serviço, tendo em vista que as necessidades são diversas (Fig. 4).

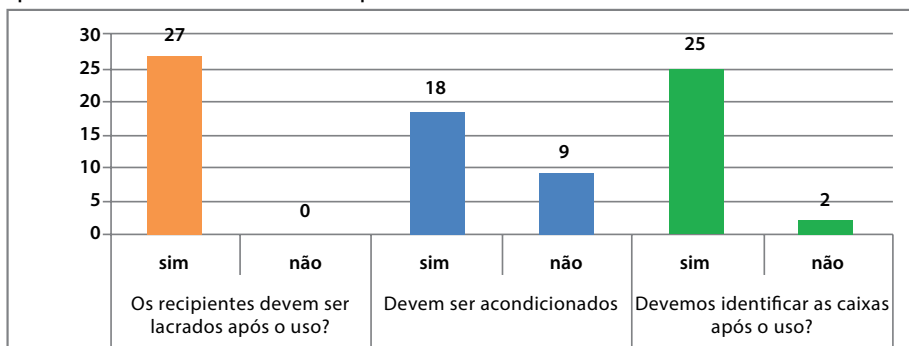
Figura 4 – Distribuição das respostas dos profissionais de enfermagem das salas de vacina da atenção básica à saúde do município de Campina Grande-PB (n=27) quando ao recipiente, frequência e coleta dos resíduos.



Fonte: Análise dos questionários.

Todos os entrevistados afirmaram acertadamente que os recipientes destinados à coleta de material perfurocortante devem ser lacrados após o uso, embora a adequação das respostas não seja a mesma sobre a necessidade de acondicionar as caixas em saco plástico após lacradas, onde um terço dos entrevistados afirmou a não necessidade desse procedimento (Fig. 5).

Figura 5 – Distribuição das respostas dos profissionais de enfermagem das salas de vacina da atenção básica à saúde do município de Campina Grande-PB (n=27) quanto aos cuidados com o recipiente de descarta dos RSS.



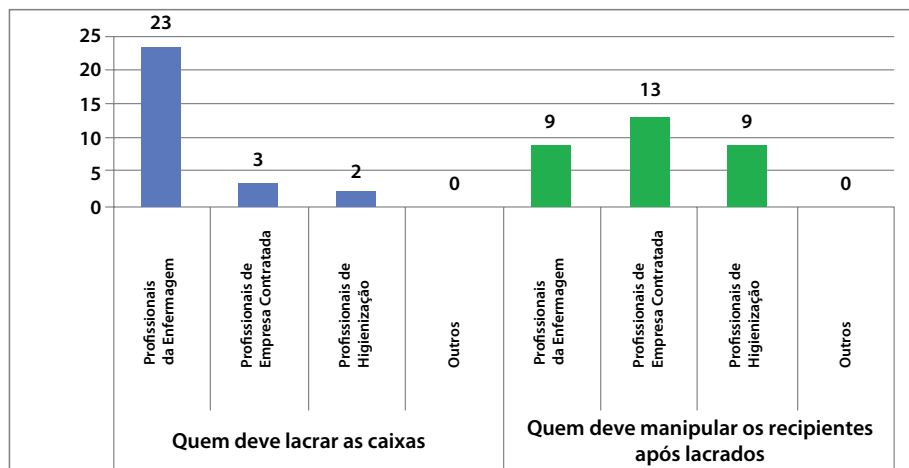
Fonte: Análise dos questionários.

Durante a coleta de dados foi observado importante insegurança por boa parte dos entrevistados que, por vezes, respondiam ao questionário com novas perguntas, como por exemplo: “É preciso colocar em saco plástico? Mas a caixa num já tem o saco?...”. A maioria deles também afirma a necessidade de identificar a caixa após o uso, embora a caixa possua identificação própria de infectante, assim como o saco no qual deverá ser acondicionada a caixa coletora após lacrada, tais respostas demonstram a falta de conhecimento dos profissionais no que se refere ao acondicionamento correto dos resíduos das salas de vacinas e reforçam a necessidade de educação permanente das equipes envolvidas no processo de vacinação da atenção básica no município de Campina Grande.

As caixas coletoras para material perfurocortante deverão ser acondicionadas em sacos plásticos, na cor branco leitosa e serem encaminhados para a Central de Material e Esterilização (CME) na própria unidade de saúde ou em outro serviço de referência a fim de que os resíduos sejam inativados por autoclavagem (15 minutos x 121°C e 127°C) (BRASIL, 2014).

A maioria dos entrevistados afirma, quem deve lacrar as caixas destinadas a coleta de material perfurocortante é os profissionais de enfermagem, embora quando questionados sobre quem deve manipular esses recipientes as respostas tenham sido menos expressivas, onde 13 dos entrevistados afirmam ser de responsabilidade da empresa contratada a manipulação dos recipientes, 9 acreditam ser responsabilidade do pessoal da higienização e 9 afirmam ser responsabilidade da enfermagem (Fig. 6).

Figura 6 – Distribuição das respostas dos profissionais de enfermagem das salas de vacina da atenção básica à saúde do município de Campina Grande-PB (n=27) quando aos responsáveis por lacrar e manipular os recipientes de descarte dos RSS.



Fonte: Análise dos questionários.

Para Oliveira (2014) o lixo produzido por serviços de saúde acentua os riscos à saúde da população bem como ao meio ambiente, tendo em vista seu alto risco de contaminação, as falhas ocorridas no gerenciamento desses resíduos podem acarretar problemas ambientais e na própria saúde do trabalhador. O gerenciamento dos resíduos sólidos no âmbito hospitalar sempre teve mais destaque com maior número de publicações, enquanto em unidades básicas de saúde o assunto é pouco discutido,

sendo esse tipo de serviço um produtor considerável de resíduos sólidos, inclusive os das salas de vacinas.

4. CONCLUSÃO

A partir do monitoramento do conhecimento dos profissionais que atuam nas salas de vacinas da atenção básica no município de Campina Grande, foi possível observar que embora a maioria dos profissionais demonstre conhecimento adequado no que se refere à destinação correta dos resíduos provenientes das salas de vacinas, alguns entrevistados desconhecem a legislação específica e consequentemente contribuem para a destinação inadequada dos resíduos ali gerados, impondo em risco a saúde da população, deles mesmos e do meio ambiente.

Com a perspectiva de mantermos o mesmo perfil para as respostas, acreditamos na necessidade da realização de atividades de educação permanente para a qualificação dos profissionais envolvidos no processo, assim como a adequação do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde no município de Campina Grande, colaborando assim com a preservação da saúde pública e a qualidade do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, J. C. et al. Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde de uma unidade de Saúde da Família. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 977-983, 2014. Disponível em: <http://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/issue/viewIssue/16/25>> Acesso em: 4 jul. 2016.

BORGES, T.; BIANCHINI, M. A. Qualidade de vida dos profissionais de enfermagem de um hospital universitário do interior de São Paulo.

Arquivos de Ciências da Saúde, v. 22, n. 1, p. 53-58, mar. 2015.
Disponível em: <http://www.cienciasdasaude.famerp.br/index.php/racs/article/view/29>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

BRASIL. **Manual de Normas e Procedimentos para vacinação**.
Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL, Resolução 466/12, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, Seção1, p. 59-72, 2013. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

BRASIL. Manual Rede de Frios. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
BRASIL. **Agência nacional de vigilância sanitária. ANVISA**. RDC 306, 2004.

PRÁTICAS DE AUTOCUIDADO REALIZADAS POR PESSOAS COM DIABETES TIPO 2 EM UM SEGUIMENTO AMBULATORIAL DE JOÃO PESSOA

*Cizone Maria Carneiro Acioly
Marta Miriam Lopes Costa*

1. INTRODUÇÃO

O DM é considerado um sério problema de saúde pública por ser uma das doenças crônicas que mais afetam o homem contemporâneo e que acomete populações de todo o mundo, independentemente de seu nível de desenvolvimento econômico e social, podendo levar a complicações e incapacitações (MENEZES, 2013).

Um dos entraves que dificulta o controle desta doença pela pessoa trata-se do fato de ser esta uma doença silenciosa. Muitas vezes as pessoas descobrem que tem diabetes por meio das manifestações das suas complicações, dificultando e onerando o tratamento. Corroborando Marinho et al. (2011), em sua pesquisa sobre análise de custos da assistência à saúde as pessoas com DM e hipertensão arterial em uma unidade de saúde pública de referência em Recife – Brasil, que enfatiza a importância de identificar os custos dos serviços de saúde, pois desta forma se conhecerá os setores e as ações que precisam ser otimizados de forma a reduzir gastos, eliminar desperdícios com eficiência e preservar a qualidade do atendimento prestado.

DM não é uma única doença, mas um grupo heterogêneo de distúrbios metabólicos que apresenta em comum a hiperglicemia, resultante de defeitos na ação da insulina, na secreção de insulina ou em

ambas (SBD, 2016). A classificação proposta pela Associação Americana de Diabetes (ADA, 2011) inclui quatro classes clínicas: Diabetes Mellitus Tipo 1 (DM1), Diabetes Mellitus Tipo 2 (DM2), outros tipos específicos de Diabetes Mellitus e Diabetes Mellitus gestacional.

A do tipo 1, geralmente, acomete crianças e jovens e é de causa hereditária associada a fatores ambientais. É uma condição poligênica, na maioria dos casos, sendo que os principais genes envolvidos estão no sistema do antígeno leucocitário humano (HLA) classe II. Esses alelos podem suscitar o desenvolvimento da doença ou proteger o organismo contra ela. Entre os fatores ambientais potenciais para o desencadeamento da autoimunidade em indivíduos geneticamente predispostos estão certas infecções virais, fatores nutricionais (p. ex., introdução precoce de leite bovino), deficiência de vitamina D e outros (SBD, 2016); no diabetes tipo 2 tanto pode ocorrer uma deficiência da produção de insulina como uma resistência do organismo a esse hormônio e geralmente acomete pessoas adultas, estando relacionada ao sedentarismo e obesidade (MARINHO et al., 2012).

O fato do DM tratar-se de uma doença crônica degenerativa, com índices elevados de morbimortalidade, principalmente, o tipo 2 (DM2), vem se destacando como um importante problema de saúde pública. Isso porque a cada ano sua incidência aumenta na população mundial, gerando gastos com tratamento e, conseqüente, interferência na qualidade de vida das pessoas que sofrem dessa enfermidade (POLICARPO, 2014).

As projeções feitas acerca do DM no mundo indicam que 387 milhões de pessoas tem o Diabetes e alcance 471 milhões em 2035 (SBD, 2016), o que representaria 10,4% da população mundial entre 20 e 79 anos (IDF, 2015). Segundo dados da Vigitel (2016), no Brasil, cresceu em 61,8% o número de pessoas diagnosticadas com diabetes, passando de 5,5% em 2006 para 8,9% em 2016 da população de adultos que autorreferem Diabéticas, sendo que 7,8% homens e 9,9% mulheres; e João Pessoa com 7,2% da população com Diabetes.

O Ministério da Saúde (2015), no Pacto pela Saúde, estima que na Paraíba 5,3% da população é diabética, ou seja, 209.032 paraibanos são diabéticos. Na capital, a estimativa é de 4,7% da população, composta por 37.680 pessoenses portadores de diabetes. Considerando dados do IBGE (2016), cuja população da Paraíba é de 3.944.000 habitantes e de João Pessoa 801.680 habitantes. Tal fato tem-se atribuído ao aumento da obesidade, envelhecimento e urbanização, que vem ocorrendo, principalmente, nos países em desenvolvimento.

Conviver com problemas de saúde não é fácil, principalmente quando se trata de doença crônica, que requer uma mudança de hábitos para uma vida toda. E desta adaptação depende o controle da sua doença. Transformação esta que requer na vida das pessoas acometidas, uma revisão de atitudes e comportamentos, apoio de familiares e profissionais de saúde, bem como engajamento do portador.

Sabendo-se que a DM é associada a uma alta carga de morbimortalidade, a prevenção desta síndrome metabólica e de suas complicações constitui uma prioridade na saúde pública atual. Portanto, o cuidado integral ao paciente diabético e sua família é um desafio para a equipe de saúde, especialmente no que condiz aos hábitos de vida. Nesse panorama, a enfermagem exerce um papel importante, uma vez que em sua prática social, promove a saúde por meio do desenvolvimento de ações essenciais, desde as mais simples, como orientações sobre o uso da insulina, até as mais complexas, como prevenção de agravos e amputações, sempre voltadas para o bem-estar do paciente (MEDEIROS et al., 2014).

Um grande problema, no Brasil, é o acesso das pessoas com diabetes ao sistema de saúde, o que não possibilita o diagnóstico precoce. Mas, com a política de reorientação da Atenção Básica pela Estratégia de Saúde da Família (ESF), observa-se um grande avanço no acesso ao sistema de saúde. Uma das ações prioritárias da Estratégia é o atendimento ao diabético, além das ações de promoção e prevenção de saúde.

O profissional da saúde é um ser do cuidado, portanto compete-lhe estar junto ao ser que adoece, ajudando-o a atribuir um sentido autêntico à sua existência. O cuidar de alguém envolve oferecer-lhe parte do seu tempo, atenção, empatia e qualquer ajuda que se possa prover para que este possa se autocuidar e ter uma boa qualidade de vida. Além disto, a pessoa com diabetes vai desenvolvendo o medo do isolamento e a possibilidade de não mais poder participar da vida social. Ele teme o deterioramento físico e a perda da capacidade indispensável para executar seus afazeres, o que gera nele um desgaste psicológico, principalmente, no que tange o desrespeito, a humilhação e a curiosidade dos entes que vêm ao seu encontro (MOREIRA; SALES, 2009).

Diante disto, a adesão ao tratamento é fundamental para o melhor controle do diabetes e a redução das suas complicações, mas não é fácil de ser alcançada, devido à necessidade de tratamento contínuo e prolongado. Sendo assim, o paciente com diabetes necessita de uma abordagem integral por uma equipe interdisciplinar que estimule o vínculo do paciente com a equipe de saúde, fator importante para a adesão ao tratamento, o qual não se restringe ao uso das medicações quando necessárias, mas a um estilo de vida mais saudável.

Estudo realizado Moreira e Sales (2009) demonstra também a importância da família nesse processo, pois, ao narrar sobre sua relação familiar, os pacientes demonstram viver uma situação ambígua, isto é, apesar de sentirem-se angustiados ao perceberem que sua doença pode gerar sofrimentos aos seus entes queridos, eles sentem-se aliviados ao tê-los a seu lado e, principalmente, em compartilhar com eles momentos de tristeza e alegria.

Desse modo traçamos a questão central que orientará o processo de investigação: Quais as práticas de autocuidado realizadas por pessoas com DM2 em um seguimento ambulatorial de João Pessoa?

Esse estudo contribuirá para o repensar e, possíveis, mudanças nas ações de enfermagem durante a consulta do referido profissional à pessoa com diabetes tipo 2, de forma a elevar o autocuidado, colocando

o diabético como centro das decisões e construção conjunta de um plano de cuidados, humanizando as ações deste profissional e resgatando a essência da profissão.

1.1 Objetivo geral

Analisar as práticas de autocuidado realizadas por pessoas com DM2 em um seguimento ambulatorial de João Pessoa.

1.2 Objetivos específicos

Identificar nos discursos de pessoas com DM2 em um seguimento ambulatorial os requisitos de autocuidado universais.

Averiguar nos discursos de pessoas com DM2 os requisitos de autocuidado desenvolvimentais.

Identificar nos discursos de pessoas com DM2 os requisitos de autocuidado de desvios de saúde.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Buscando analisar as práticas de autocuidado realizadas por pessoas com DM2 em um seguimento ambulatorial de João Pessoa, optou-se por desenvolver uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Conforme descreve Polit e Beck (2011) a pesquisa qualitativa é aquela que enfatiza a experiência humana vivida, os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais dos fenômenos tentando captar a completude do contexto dos envolvidos. Esta será transversal, ou seja, dar-se-á em um único ponto de coleta.

O lócus da investigação deste estudo será o serviço ambulatorial de endocrinologia, localizado no andar térreo do Hospital Universitário Lauro Wanderley, João Pessoa-PB. A inserção da pesquisadora junto

ao cenário deu-se junto à equipe de enfermagem, no mês de março de 2016, buscando conhecer a rotina da consulta de enfermagem realizada pelo serviço, bem como me aproximar desses pacientes e de sua realidade. Neste período, a pesquisadora pode conversar e orientar algumas condutas de autocuidado com os pés, manejo da aplicação da insulina, importância do controle dietético e exercício físico.

A amostra será constituída por adultos com DM tipo 2, atendidos no referido serviço. Como critérios de elegibilidade serão: terem o diagnóstico definido há no mínimo 5 anos por acreditar que o impacto inicial já tenha passado e este encontra-se com maior conhecimento acerca da doença; mulheres e homens por acreditar que mudanças independem do gênero, bem como estarem conscientes e orientados. E como critérios de exclusão: serem menor de 18 anos, idosos, estarem descompensados e/ou desorientados. Vale salientar que será utilizado a saturação das respostas para seleção dos participantes. Esta dar-se quando “as informações fornecidas pelos novos participantes da pesquisa pouco acrescentariam ao material já obtido, não mais contribuindo significativamente para o aperfeiçoamento da reflexão teórica fundamentada nos dados que estão sendo coletados”. O ponto de saturação da amostra está diretamente relacionado aos objetivos da pesquisa, ao nível de profundidade a ser explorado (dependente do referencial teórico) e a homogeneidade da população estudada (FONTANELA; RICAS; TURATO, 2008, p.17).

Será usada a técnica de entrevista semipadronizada com questões abertas, uma vez que “o guia da entrevista menciona diversas áreas de tópicos, sendo cada uma delas introduzida por uma questão aberta e concluída por uma questão confrontativa. (...) As questões abertas podem ser respondidas com base no conhecimento que o entrevistado possui imediatamente à mão” (FLICK, 2009, p.149). Para Marcone e Lakatos (2017) a entrevista é um encontro entre duas pessoas, como forma de se obter informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional.

A entrevista será gravada após consentimento verbal e escrito dos participantes, realizada em local reservado, de forma que não haja interrupção e estes sintam-se confortáveis para falar. No entanto, não será determinado tempo, ficando em aberto de acordo com a interação e disponibilidade dos mesmos. A escolha da gravação se dará pelo fato de que estes aparelhos possibilitam algumas formas de análise de conversação, uma vez que a documentação dos dados coletados torna-se independente das perspectivas do pesquisador e dos sujeitos do estudo, permitindo, assim, um registro naturalista dos eventos ou um “plano natural” (FLICK, 2009).

Como instrumento utilizaremos um questionário semi-estruturado contendo questões abertas que, inicialmente, será validado junto a experts, a posteriore será aplicado um estudo piloto junto a pessoas com diabetes tipo 2 no referido seguimento ambulatorial e, após as possíveis correções e ajustes será aplicado junto a pessoas com diabetes tipo 2, iniciando desta forma a coleta de dados. Salientando que serão excluídas a primeira amostra que participar do estudo piloto como corrobora Moreira (2008).

Para Análise do estudo será utilizado a Análise de Conteúdo de Bardin que trata de “um conjunto de técnicas de análise das comunicações (...) cujo documentos e objetivos dos investigadores é pôr em evidência a ‘respiração’ de uma entrevista não diretiva, provar que os objetos da nossa vida cotidiana funcionam como uma linguagem” (BARDIN, 2011, p. 37-38). Nesta técnica, algumas regras de análise são aplicáveis: devem ser homogêneas (uma única linguagem); exaustivas (esgotar a totalidade do texto); exclusivas (um mesmo elemento do conteúdo não pode ser classificado em categorias diferentes, apesar de que codificadores diferentes devem chegar a resultados iguais); e adequadas ou pertinentes ao conteúdo e objetivo (BARDIN, 2011).

Dentre as análises utilizar-se-á a Análise Categorical que funciona por desmembramento do texto em unidades, em categorias, uma vez que esta é “rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos

diretos (significações manifestas) e simples” (BARDIN, 2011, p. 202). Para tal, seguiram-se as seguintes etapas recomendadas por Bardin (2011), respectivamente: a organização da análise; a codificação de resultados; as categorizações; as inferências; e, por fim, a informatização da análise das comunicações.

A pesquisa será conduzida de acordo com a Resolução nº466/12 do Conselho Nacional de Saúde que abordam as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012b), e com a Resolução COFEN nº 311/2007 (COFEN, 2007), que reformula o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Diante disso, a projeto de pesquisa será colocada na Plataforma Brasil e encaminhada ao Comitê de Ética e Pesquisa do Hospital Universitário Lauro Wanderley da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com vistas à apreciação e à aprovação. Após os esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa, será solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelo participante. Sendo concedida aos mesmos, a liberdade de desistência em qualquer etapa do estudo.

Os riscos são os mínimos possíveis, uma vez que a pesquisa se desenvolverá por meio de depoimentos. No entanto, não poderá descartar a possibilidade de possíveis constrangimento e aborrecimento em responder as perguntas feitas. Neste caso, será refeita a pergunta de forma que o participante se sinta confortável para responder ao seu modo e tempo. E quanto ao benefício, acredita-se que a pesquisa contribuirá para melhoria nas ações de saúde pública, de forma que os profissionais de saúde que cuidam das pessoas com diabetes tipo 2 os envolva e valorize ações para o desenvolvimento do autocuidado, como forma de assegurar a adesão ao tratamento dos mesmos.

3. RESULTADO ESPERADO

Espera que, ao analisar as práticas de autocuidado desenvolvidas por pacientes com diabetes tipo 2, possamos identificar possíveis lacunas

existentes que sejam determinantes para dificuldades na adesão e controle da doença e, desta forma, gerir ações que ajudem e favoreçam a minimização dessas lacunas na consulta de saúde pelo Enfermeiro.

Considerando que o Diabetes, quando descompensado, traz consequências graves no que concerne à perda da autonomia e independência, tornando o paciente limitado a desenvolver as atividades para o autocuidado em virtude das complicações advindas, e a enfermagem pode, através das ações de educação em saúde, contribuir para redução das complicações, a discussão desse tema torna-se de fundamental importância.

Para viabilizar a aquisição de conhecimento, a educação para o autocuidado é considerada essencial na gestão do DM, por constituir a base para a tomada de decisões sobre a dieta, realização de exercício físico, controle do peso, monitoramento dos níveis glicêmicos e uso coreto das medicações (RATHOD et al., 2014).

Há evidências de que as pessoas que são educadas para o autocuidado em DM têm seus níveis glicêmicos reduzidos, como também as taxas de complicações, constatando assim que o êxito na gestão do DM depende da capacidade de realizar práticas de autocuidado no dia a dia. Com isso, a educação se confirma como o centro do cuidado e do tratamento de DM (AL-MASKARI et al., 2013).

REFERÊNCIAS

AL-MASKARI, F. et al. Knowledge, attitude and practices of diabetic patients in the United Arab Emirates. **Plos One**, v.8, n.1, 2013. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3544806/>. Acesso em: 28 jun 14.

AMERICAN DIABETES ASSOCIATION (ADA). Standard of medical care in Diabetes. **Diabetes Care**, v. 34, s.1, p.S11-S61, jan. 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3. reimp. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 466/2012** da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). 2012b. Disponível em http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2013/06_jun_14_publicada_resolucao.html Acesso: 20 agosto 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde (Brasil). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Vigitel Brasil 2014: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico**. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2015.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN nº 311 de 8 de fevereiro de 2007**: dispõe sobre a Reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Rio de Janeiro: COFEN, 2007.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ed. Porto alegre: Artmed, 2009. 405p.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.24, n.1, p.17-27, jan, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de Dados do Estado da Paraíba. 2016. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pb>. Acesso: 04 maio 17.

INTERNATIONAL DIABETES FEDERATION (IDF). **Atlas do Diabetes 2015** – Atualização. Adaptado pela Sociedade Brasileira de Diabetes. 7 ed. 2015. Disponível em: <http://www.diabetesatlas.org/f>. Acesso: 2 mar 17.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARINHO, M.G.S et al. Análise de custos da assistência à saúde aos portadores de diabetes mellito e hipertensão arterial em uma unidade de saúde pública de referência em Recife – Brasil. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia Metabólica**, v.55, n.6, 2011.

MARINHO, N.B.P.; et al. Diabetes mellitus: fatores associados entre usuários da estratégias saúde da família. **Revista Acta Paulista de Enfermagem**, v. 25, n.4, 2012, p.595-600.

MEDEIROS, P.M. de; et al. Processo de cuidar do portador de diabetes mellitus: revisão integrativa da literatura. **Comunicação em Ciências da Saúde**, v.24, n.3, p.251-258, 2014.

MENEZES, Luciana Catunda Gomes de. **Autocuidado da pessoa com diabetes e pé em risco: contribuição ao cuidado clínico de enfermagem**, 2013.144p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

MILECH, Adolfo; et al. SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES (SBD). **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes: 2015–2016**. São Paulo: AC Farmacêutica, 2016. 348p. MOREIRA, R.C.; SALES, C.A. O cuidado autêntico ao ser com pé diabético sob o enfoque heideggeriano. **Revista Ciência Cuidado e Saúde**, v.8, n. 4, p. 515-522, out/dez, 2009.

MOREIRA, Herivelto. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina. 2008.248p.

POLICARPO, N.S.; et al. Conhecimentos, atitudes e práticas de medidas preventivas sobre o pé diabético. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v.35, n.3, p.36-42, set 2014.

POLIT, D.F.; BECK, C.T. **Fundamentos da pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática da enfermagem**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

RATHOD, G.B.; et al. Study of knowledge, attitude and practice of general population of Waghodia towards diabetes mellitus. **International Journal of Current Research**, v.8, n.1, 2014. Disponível em: <http://www.scopemed.org/?mno=151554> Acesso: 8 dez 15.

VIGITEL 2016. Disponível em www.portalsaude.saude.gov.br/pdf/2016/04/20160417.pdf. Acesso: 20 abr 17.

AS RELAÇÕES DE TRABALHO NOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS E O SURGIMENTO DA EBSEH COMO NOVA POLÍTICA DE GESTÃO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

*Clodoaldo Gomes de Oliveira
Éder da Silva Dantas*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho sintetiza os passos iniciais da pesquisa “Adesão da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH): repercussões na gestão e nas relações de trabalho no Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW)”, que está sendo executada no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV) da UFPB. O objetivo deste artigo é descrever a situação das relações de trabalho nos hospitais universitários federais (HUFs) no período anterior à criação da EBSEH e caracterizar este novo modelo de gestão dentro do contexto da Reforma do Estado no Brasil e das tendências hegemônicas nas políticas públicas de educação e saúde no nosso país e no mundo.

No Brasil, os Hospitais Universitários Federais (HUFs) têm por finalidade exercer o ensino, a pesquisa e a extensão, por meio da assistência à saúde de média e alta complexidade. São responsáveis por grande parte das pesquisas e da formação de um expressivo número de profissionais na área de saúde, em nível de graduação e pós-graduação. (SODRÉ, LITTIKE, DRAGO, PERIM; 2013)

Do ponto de vista da gestão, os HUFs estão vinculados a universidade federal à qual pertencem, e subordinados ao Ministério da Educação (MEC), devido a sua dimensão acadêmica, e ao Ministério da Saúde (MS), por sua inserção no Sistema Único de Saúde (SUS). Em linhas gerais, o MEC é responsável pela despesa de pessoal e pela manutenção e ampliação da estrutura física, enquanto ao MS cabe o financiamento do custeio das atividades médico-assistenciais através da pactuação de metas com o SUS. Este financiamento via MS se efetivou a partir da década de 1990, quando estes hospitais foram inseridos dentro da rede pública de saúde, em cumprimento ao artigo 45 da Lei Orgânica da Saúde¹⁰. (SODRÉ, LITTIKE, DRAGO, PERIM; 2013).

No dia 31/12/2010, o presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou a medida provisória (MP) 520, que autorizava a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A (EBSERH). Com a perda de validade da MP, a presidente Dilma Rousseff, sua sucessora, encaminhou um projeto de lei ao Congresso Nacional, que foi aprovado e se converteu na Lei nº 12.550, sancionada no dia 15/12/2011.

A EBSERH é uma empresa estatal de direito privado, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), que tem como objetivo principal a gestão dos Hospitais Universitários Federais (HUFs). Após sua criação, a empresa passou a ser o órgão do MEC responsável pela gestão do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf)¹¹. A Lei nº 12.550 define que:

Art. 3º A EBSERH terá por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, a autonomia universitária.

§ 1º As atividades de prestação de serviços de assistência à saúde de que trata o caput estarão inseridas integral e exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. (BRASIL, 2011)

Segundo Correia (2014), a EBSEH foi apresentada como a solução do governo federal para a denominada “crise” dos Hospitais Universitários Federais (HUFs), resultado da progressiva redução de pessoal que assolou o setor público e da falta de investimentos para dar conta de toda a missão de atenção social (ensino, pesquisa, extensão e assistência à saúde), característica dos HUFs.

No entanto, a reação da sociedade civil, em especial da comunidade universitária, não foi pacífica. Um conjunto de instituições e movimentos sociais, com destaque para a Federação de Sindicatos dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), que até então representava a principal categoria de trabalhadores dos HUFs, lhe opuseram firme resistência. O Conselho Nacional de Saúde e a Conferência Nacional de Saúde, espaços de controle social do Sistema Único de Saúde (SUS), aprovaram moções de repúdio à iniciativa. No dia 31/01/2013, o então Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4895) contra dispositivos da Lei 12.550/2011. Para Gurgel, a lei viola dispositivos constitucionais ao atribuir à EBSEH a prestação de um serviço público.

Alguns dos principais argumentos apresentados contra a criação da empresa pelas comunidades universitárias e demais setores empenhados no processo de resistência eram: 1) o risco de privatização dos HUFs, impondo a lógica empresarial de gestão, ao inspira-se em modelos hospitalares que contavam com dupla porta e cobrança de serviços, como o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), empresa pública federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), e do Grupo

Hospitalar Conceição (GHC), sociedade de economia mista vinculada ao Ministério da Saúde (MS); 2) quebra da autonomia universitária, pelo fato de o governo impor de cima para baixo um modelo de gestão para os HUFs; 3) desresponsabilização do Estado, quando o governo ignora o problema da falta de investimentos e de reposição do quadro de servidores estatutários e reduz a crise dos HUFs a um problema de gestão.

Mas apesar do movimento de resistência, hoje quase seis anos após a criação da empresa, a EBSERH se tornou um fato na gestão das universidades federais, estando 39 dos 50 HUFs¹² sob sua gestão. Dentre estes se encontra o Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW), órgão pertencente à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que assinou contrato de gestão com a empresa em 17 de dezembro de 2013.

No entanto, os três aspectos questionados pela comunidade universitária, pelo controle social em Saúde e pelo Ministério Público diante do modelo de gestão da EBSERH estão em sintonia com as tendências apontadas por vários estudos formulados por pesquisadores que discutem as políticas de Educação e Saúde no Brasil e no mundo, estudos estes que discutiremos mais abaixo.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente artigo se constitui em uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa. A escolha pela pesquisa descritiva se dá pela necessidade de atingir o objetivo geral de descrever a situação das relações de trabalho nos hospitais universitários federais (HUFs) no período anterior à criação da EBSERH e caracterizar este novo modelo de gestão. Para Richardson (1999, p. 66), a pesquisa descritiva é utilizada “quando se deseja descrever as características de um fenômeno”.

Já a opção pela abordagem qualitativa se deu pela especificidade do objeto estudado, que trata de relações sociais. Para Minayo (2009), a

pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, ocupando-se com um nível da realidade que não deveria ser quantificado, como: dos significados, das crenças, dos valores, das aspirações e das atitudes. Para a autora, esses fenômenos humanos podem ser entendidos como parte da realidade social. Uma vez que os seres humanos se distinguem principalmente por pensar sobre o que fazem e por interpretar suas ações a partir de suas relações sociais.

Quanto às técnicas de coletas de dados, este artigo lançará mão de pesquisa bibliográfica e documental.

Segundo Marconi e Lakatos (2010, pág. 157), “a característica da pesquisa documental que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Ou seja, a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornais, contratos, relatórios entre outros (GIL, 2012). Segundo Chizzotti (1991, p. 109), documento pode ser definido como:

[...] qualquer informação sob a forma de textos, imagens, sons, sinais etc., contida em um suporte material (papel, madeira, tecido, pedra), fixados por técnicas especiais como impressão, gravação, pintura, incrustação etc. Quaisquer informações orais (diálogo, exposições, aula, reportagens faladas) tornam-se documentos quando transcritas em suporte material.

Nesse sentido, utilizamos em nossa pesquisa vários documentos que contribuíram para atingir os nossos objetivos a exemplo de legislações, contratos, planos de carreira, etc.

3. O NEOLIBERALISMO E AS NOVAS POLÍTICAS GLOBAIS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E PARA A SAÚDE

Na nossa compreensão, o modelo de gestão implementado pela EBSEH se insere dentro das tendências hegemônicas identificadas nas políticas públicas de educação superior e de saúde no Brasil e no mundo.

O modelo do Estado de Bem-Estar, que passou a ser hegemônico nos países centrais do capitalismo após a II Guerra Mundial, caracterizado como um Estado intervencionista de inspiração keynesiana no plano econômico e provedor de serviços públicos no plano social, entra em crise a partir da década de 1980, marcando a ascensão do neoliberalismo. Segundo Jezine (2006, pág. 93), “a política neoliberal é traduzida em ações de privatização de instituições públicas, no capitalismo do livre mercado, subordinando governos falidos que se tornam cada vez mais dependentes”.

Santos (2004), ao avaliar as políticas de educação superior no cenário global, conclui que as universidades vivenciam uma crise histórica, que se desdobra nas crises de hegemonia, de legitimidade e institucional. Para o autor, a crise institucional foi acentuada a partir da década de 1990, impulsionada por dois processos concomitantes, que constituem os dois pilares do mesmo projeto global de política universitária, formulado por intermédio de agências como Banco Mundial (BM) e Organização Mundial do Comércio (OMC): de desinvestimento nas universidades públicas e expansão de um mercado global da educação superior. Este processo de mercadorização se manifesta em dois níveis (SANTOS, 2004): no primeiro há a privatização de parte dos serviços, enquanto a universidade mantém sua especificidade institucional; no segundo nível, se procura se eliminar a distinção entre universidade pública e privada, “transformando a universidade, no seu conjunto, numa empresa, numa entidade que não produz apenas para o mercado mas que se produz a si mesma como mercado” (SANTOS, 2004, p. 12).

Estas mudanças operadas no modelo de Estado capitalista tiveram um impacto significativo sobre as suas políticas de educação superior. Sguissardi (2004) aponta, que como consequência da hegemonia global do modelo neoliberal, o subsistema da educação superior no Brasil tende a se conformar num modelo **neoprofissional, heterônomo e competitivo**. A atual configuração deste subsistema se funda em concepções específicas de universidade que se encaixam nos próprios fundamentos do atual ajuste neoliberal da produção e do Estado (p. 1).

Para Sguissardi (2004), a educação superior no Brasil tende a ser neoprofissional porque está marcada por uma ênfase cada vez maior no ensino, na lógica da formação de um excedente de mão de obra capacitada para o mercado. E tende a ser heterônoma porque, em detrimento de sua autonomia, cada vez mais setores externos (principalmente o Estado e o mercado) tem maior poder de definição sobre os objetivos, a agenda e os serviços prestados pela universidade:

O modelo heterônomo não significaria que a universidade passa a ser subitamente governada por atores extra-universitários, mas sua prática cotidiana (suas funções, prioridades e **organização interna**, suas atividades, estrutura de prêmios e penas, etc.) estariam cada vez mais subsumidas pela lógica do mercado e do Estado. (SGUISSARDI, 2004, pág. 15)

Como consequência dessa heteronomia, principalmente por imposição do mercado, temos o fortalecimento da competitividade econômica, em que se busca uma “melhor preparação dos estudantes para o mundo do trabalho a um custo per capita menor e **efetiva e eficiente gerência do trabalho institucional e docente**”.

Interessante assinalar aqui que a mesma tendência hegemônica é identificada no âmbito das políticas públicas de saúde. Correia (2010, p. 16) destaca como um dos aspectos principais da aplicação das políticas públicas do Banco Mundial na área de Saúde a flexibilização do modelo de gestão:

(...) privatizando ou terceirizando serviços de saúde, com repasse de serviços e recursos públicos para as Organizações Sociais, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, Fundações de Apoio e Cooperativas de profissionais de medicina, além da implantação de duplo acesso em hospitais públicos e de mecanismo de co-pagamento. (CORREIA, 2010, p. 16)

4. AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E O MODELO GERENCIAL NO BRASIL

Estas tendências apontadas acima se encaixam no contexto do processo de reforma gerencial do Estado brasileiro, que toma corpo a partir de 1994, no primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), com o Plano Diretor de Reforma do Estado (PDRAE), elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), que teve como mentor o ex-ministro Bresser Pereira. Segundo Jezine (2006, pág. 107), este “passou a defender a flexibilização no âmbito do serviço público com relação à estabilidade, regime único, isonomia salarial e organização administrativa”.

Bresser-Pereira (2009), embora tenha desempenhado um papel destacado no governo FHC – reconhecidamente neoliberal, se afirma comprometido com a construção de um modelo de Estado social-liberal ou republicano, construção esta que envolve um contínuo processo de reformas institucionais, do qual a reforma da gestão pública é uma delas. Seu objetivo é criar, em consonância com o modelo da Terceira Via concebido pelo sociólogo britânico Anthony Giddens, novas instituições jurídicas e organizacionais que permitam transformar os burocratas profissionais em administradores públicos.

A Terceira Via, no conceito de Giddens (2007), é:

(...) uma série muito mais genérica de esforços, comuns a maioria dos partidos e pensadores de esquerda na Europa e em outras partes do mundo, para reestruturar as doutrinas esquerdistas. Existe um reconhecimento geral quase que por toda parte que as duas “vias” que têm dominado o pensamento político desde a Segunda Guerra Mundial fracassaram ou perderam a pujança. As ideias socialistas tradicionais, por serem radicais e reformistas, baseavam-se nas ideias de gestão e planejamento econômicos – uma economia de mercado é essencialmente irracional e refratária à justiça social. (GIDDENS, 2007, pág. 18)

Estas transformações ocorridas no pensamento de esquerda são decorrentes para Giddens (2007) de três mudanças estruturais ocorridas nas sociedades capitalistas: o avanço do processo de globalização, a reestruturação produtiva e a ascensão do individualismo. Para enfrentar esta nova realidade, o autor entende que a esquerda precisa “modernizar” seu programa. E dentro deste novo programa, “a reforma do governo e do Estado é uma alta prioridade” (pág. 23), o que significa superar o modelo de estado burocrático.

Segundo Bresser-Pereira (2009), “a administração burocrática clássica, baseada nos princípios administrativos do Exército Prussiano, resultou de uma série de reformas do serviço público implantadas na segunda metade do século XIX na Alemanha, na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos”. As economias capitalistas e liberais adotaram a administração burocrática, classicamente descrita por Max Weber como uma forma racional-legal de dominação, entre os séculos XVIII e XIX. No Brasil essa reforma começou nos anos 1930, durante o primeiro governo Vargas. (BRESSER-PEREIRA, pág. 206)

Bresser Pereira (2009) afirma que o modelo burocrático foi adotado em substituição à administração patrimonialista:

Ela veio para substituir a administração patrimonial – a forma tradicional de burocracia desenvolvida especialmente no império chinês – que atingiu seu caráter pleno na Europa com as monarquias absolutas. Na administração patrimonial, os patrimônios público e privado estavam essencialmente fundidos; o Estado era concebido como propriedade do soberano. (BRESSER-PEREIRA, 2009, pág. 206)

Para o autor, a reforma do serviço público aconteceu porque a administração patrimonial mostrou-se incompatível com o capitalismo industrial e com os regimes parlamentares político-liberais que surgiram no século XIX. As atividades empresariais necessitam de instituições que garantam o estado de direito, ou os direitos de propriedade e os contratos. Administração burocrática era delas. (BRESSER-PEREIRA, 2009, pág. 207)

No entanto, na medida que o pequeno Estado liberal do século XIX foi sendo substituído pelo grande Estado de Bem-estar Social do século XX, oferecendo uma ampla gama de serviços sociais, esse tipo de administração não garantiu que fossem prestados ao público serviços de boa qualidade ou de baixo custo. “A administração pública burocrática mostrou-se lenta, dispendiosa, autocentrada, autoritária e não-preocupada em atender às demandas dos cidadãos”. (BRESSER-PEREIRA, 2009, pág. 208)

No Estado de Bem-estar Social:

Em vez de o Estado se limitar a suas atividades exclusivas, contratou novos tipos de burocratas, e a administração pública burocrática estendeu-se a **serviços sociais e científicos**, a serviços públicos e, em certos casos, até mesmo a empresas comerciais, pois os funcionários das empresas estatais eram frequentemente vistos como servidores públicos. (BRESSER-PEREIRA, 2009, pág. 208)

Para o autor, o advento da globalização e a crise do Estado de Bem-estar Social, a partir da década de 80, desafiaram a legitimidade das burocracias estatais e da administração pública burocrática, propiciando um cenário favorável para a reforma da gestão pública. “Uma importante razão para a adoção desta reforma foi a pressão dos eleitores por dois objetivos aparentemente contraditórios: menos impostos e serviços públicos de qualidade.” (BRESSER-PEREIRA, 2009, pág. 212)

Mas, ainda segundo o autor, a reforma da gestão pública não deve ocorrer com a mesma intensidade em todos os setores do Estado:

Os principais valores envolvidos na administração pública burocrática são o profissionalismo, a segurança e a *efetividade*. É por isso que, no núcleo estratégico, onde tais características são importantes, eles devem estar presentes juntamente com a administração pública gerencial. Apesar disso, em outros setores, onde a eficiência e o foco nos clientes são cruciais em razão do grande número de servidores públicos e usuários envolvidos, o peso da administração pública burocrática deveria diminuir até desaparecer. Nas empresas estatais, por exemplo, à medida que forem sendo privatizadas ou, quando a privatização não se aplica ou deve ser adiada, à medida que forem sendo “administradas empresarialmente”

Os serviços públicos de Educação e Saúde, no modelo defendido por Bresser-Pereira (2009), mentor da Reforma do Estado no Brasil, por corresponderem a direitos humanos básicos, mas serem entendidos como atividades não-exclusivas de Estado, deveriam ser predominantemente financiados pelo Estado, apesar de serem executados por organizações públicas não-estatais, as organizações sociais (OSs). Estes serviços, assim como outros serviços sociais, “devem ser dirigidos de acordo com princípios gerenciais, mas, na medida em que são subvencionados pelo Estado, sendo fornecidos aos cidadãos gratuita ou quase gratuitamente,

não devem ser privados”. Importante salientar que, para o autor, embora as OSs tenham estatuto jurídico de direito privado, elas são públicas, porque seriam direcionadas para a obtenção de objetivos públicos. Quanto ao vínculo trabalhista de sua força de trabalho, as OSs não utilizam servidores públicos estatutários, mas sim funcionários submetidos à legislação trabalhista do direito privado.

Para consolidar a reforma do Estado, foram enviadas ao Congresso Nacional duas Emendas Constitucionais (PEC Nº 173 e 174/95), que alteravam dispositivos constitucionais que garantem a gratuidade do ensino superior nas instituições públicas e **o regime jurídico único dos servidores.**

No entanto, é importante sublinhar que apesar da resistência da comunidade universitária ter barrado a implementação da proposta, muitas das diretrizes do MEC, atendendo política neoliberal e à formulação do Estado mínimo, foram sendo implantadas nas IFES, a exemplo da oferta de vários serviços, como pós-graduação paga, projetos de extensão remunerados e prestação de serviços para a iniciativa privada. Outra iniciativa importante neste aspecto são as chamadas fundações de apoio, que se transformaram em importantes meios de captação de recursos e de desburocratização das ações financeiras das IFES, num processo de privatização interno.

No caso específico dos HUFs, as fundações de apoio cumpriram um papel importante na contratação de pessoal, como forma de compensar o déficit de servidores públicos nestes órgãos, que, por sua complexidade, exigem alta concentração de profissionais especializados, administrativos e de apoio operacional. Segundo a EMI (Exposição de Motivos Interministerial) nº 00383/2010/MP/MEC, que encaminhou ao presidente Lula a minuta de medida provisória que visava a criação da EBSERH:

A força de trabalho dos hospitais universitários é composta por 70.373 profissionais, dos quais 26.556

recrutados por intermédio das fundações de apoio das universidades, sob diversos formatos legais: pelo regime celetista (CLT), por contratos de prestação de serviços (terceirização) e outros formatos que caracterizam vínculos precários sob a forma de terceirização irregular.

Desde os anos 90, os hospitais universitários expandiram suas atividades sob bases institucionais frágeis e não sustentáveis em longo prazo. A instrumentalização das fundações de apoio para atender a suas necessidades de contratação e gestão da força de trabalho tem sido arranjo amplamente disseminado, acarretando distorções, problemas cumulativos e vulnerabilidade jurídica. (BRASIL, 2010)

Assim, a não-reposição do quadro efetivo de servidores cumpriu um papel importante na crise dos hospitais universitários, obrigando estes, para não fechar serviços, a contratar pessoal de forma precarizada, onerando os seus já escassos recursos de custeio com pagamento de pessoal.

Na nossa compreensão, a implantação do modelo de gestão representado pela EBSE RH nos HUFs tende a aprofundar a precarização das relações de trabalho nos hospitais universitários federais por vários fatores: 1) Distancia a relação entre gestão e a base, ao instituir altas gratificações para os gestores e impondo política de metas; a) substitui a força de trabalho principal (servidores RJU) por empregados públicos celetistas, que possuem um nível de estabilidade e direitos mais frágil; 2) fragmenta a força de trabalho, dividindo-a em três categorias de trabalhadores: trabalhadores primários, do próprio quadro permanente da universidade, instituição contratante; b) trabalhadores terceirizados, integrantes do quadro próprio da EBSE RH, empresa contratada; c) trabalhadores quarterizados, através de outras empresas subcontratadas pela estatal para prestar serviços específicos.

Esta fragmentação tende a dificultar a identidade de classe e os laços de solidariedade entre os trabalhadores, aumentando o nível de controle da gestão e a dificuldade de organização dos trabalhadores para a conquista de novos direitos e mesmo a manutenção dos direitos atuais, em especial num cenário de retomada do avanço liberal após crise capitalista mundial de 2008 e nacionalmente após o advento do Governo Temer no Brasil em 2016, com a aprovação da Reforma Trabalhista, a ameaça de Reforma Previdenciária draconiana e do atual pacote de medidas implementadas ou sendo formuladas contra os servidores públicos.

5. O ADVENTO DA EBSERH E AS MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NOS HUFs

Com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo central em 2003, iniciaram algumas ações no sentido de aliviar a crise financeira dos hospitais universitários, decorrente do peso assumido pela terceirização nos orçamentos de custeio dos hospitais. Exemplo disso foi a mudança no processo de contratualização com o SUS, que dava prioridade aos hospitais-escola na contratação de serviços de saúde por parte dos gestores municipais e estaduais. Além da contratação de novos servidores estatutários, que foram em número insuficiente para substituir o quadro de trabalhadores terceirizados/precarizados. O que fez estas medidas se constituírem apenas como paliativas.

A busca por uma solução efetiva para a superação da crise dos HUFs só passou a ser intensificada a partir do segundo governo Lula (2007-2010). O ministro da Saúde José Gomes Temporão capitaneou a articulação para a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 92/2007, que pretendia regulamentar as fundações estatais de direito privado (FEDP) no estado brasileiro. No entanto, a proposta recebeu ampla resistência e inclusive da base parlamentar do PT, que

identificavam as FEDPs com o modelo bresseriano e consequentemente ao Governo FHC e ao neoliberalismo.

Vai caber então ao Ministério da Educação tomar a iniciativa na busca da alteração do modelo de gestão dos HUFs, ao apresentar juntamente com o Ministério do Planejamento a proposta de criação de uma empresa estatal, a EBSEH, através da Lei nº 12.550/2011.

Com a criação da EBSEH, o governo federal além de retirar das universidades federais a gestão direta dos hospitais universitários, inicia um processo gradual de substituição de seu quadro de trabalhadores públicos. Neste, o quadro permanente de servidores técnico-administrativos, regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU) e integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), vai se reduzindo, devido às aposentadorias e eventuais remoções para outras unidades, e dando espaço para o ingresso de empregados públicos, integrantes do quadro da empresa, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e que possuem um Plano de Cargos, Carreira e Salários específico, que tem como referência o Plano de Cargos e Salários do Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA, o qual foi elaborado em parceria com a corporação britânica PriceWaterhouseCoopers – PwC, que possui uma lógica estrutural completamente diferente do PCCTAE.

Art. 10. O regime de pessoal permanente da EBSEH será o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e legislação complementar, condicionada a contratação à prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas as normas específicas editadas pelo Conselho de Administração. (BRASIL, 2010)

Quanto à situação dos servidores RJU, a lei estabelece o seguinte:

Art. 7º No âmbito dos contratos previstos no art. 6º, os servidores titulares de cargo efetivo em exercício na instituição federal de ensino ou instituição congênere que exerçam atividades relacionadas ao objeto da EBSEH poderão ser a ela cedidos para a realização de atividades de assistência à saúde e administrativas.

§1º Ficam assegurados aos servidores referidos no caput os direitos e as vantagens a que façam jus no órgão ou entidade de origem. (BRASIL, 2010)

No caso específico do Hospital Universitário Wanderley (HULW) da UFPB, apesar de o contrato de gestão 45/2013 celebrado com a EBSEH prever a possibilidade de cessão, a universidade, atendendo a reivindicação do movimento sindical, optou por não ceder formalmente seu quadro de servidores técnico-administrativos lotados no hospital-escola, embora estes passaram a estar subordinados à gestão da EBSEH.

Com isso, cria-se, com a consolidação da EBSEH, uma dualidade de regimes de trabalho dentro dos hospitais universitários federais, em que trabalhadores públicos, igualmente concursados e realizando as mesmas tarefas, possuem regimes trabalhistas, planos de carreira, pisos salariais e pacote de benefícios distintos. No caso do HULW, até a carga horária é diferente, já que os servidores técnico-administrativos adquiriram através da Resolução 33/2010 e 5/2011 do Conselho Universitário direito a jornada ininterrupta de seis horas diárias e 30 horas semanais.

6. CONCLUSÃO

Ao compararmos o modelo de gestão implantado pela EBSEH nos HUFs com o modelo de Estado concebido por Bresser-Pereira, mentor da Reforma do Estado no Brasil, tem um papel importante a questão das relações de trabalho, com o gradual processo de redução

do quadro de servidores estatutários, regido pelo Regime Jurídico Único (RJU). Os serviços de apoio foram sendo terceirizados, consoante com o que propõe para estas atividades o modelo gerencial.

Diante da não-reposição do quadro de servidores das demais funções, as universidades foram terceirizando também estas, o que é irregular pela legislação. Um mecanismo importante para isto foi a utilização das fundações de apoio, que cumpriram um papel importante na contratação de pessoal, como forma de compensar o déficit de servidores públicos nestes órgãos, que, por sua complexidade, exigem alta concentração de profissionais especializados, administrativos e de apoio operacional.

Como vimos acima, os argumentos para a criação da EBSEH estão em sintonia com as tendências hegemônicas das políticas de Educação Superior e de Saúde no Brasil e no mundo e com os fundamentos da reforma gerencial do Estado, que critica o modelo burocrático de Estado como ineficiente e engessado, e defende a flexibilização dos modelos de gestão e o fim do regime estatutário dos servidores públicos, o restringindo ao chamado núcleo estratégico e “atividades exclusivas de Estado”.

No entanto, o modelo utilizado para a flexibilização da gestão dos HUFs - empresa estatal é bem singular. Pelas características dos serviços prestados por estes hospitais, o modelo de gestão que se encaixaria pelo modelo gerencial seria o de organizações sociais (OSs). O modelo adotado pelos Governo Lula e Dilma, no entanto, foi o de empresa pública, que segundo o modelo bresseriano não deveria compor mais o aparelho de Estado ou manter-se nele apenas de forma residual, em algumas situações ou setores específicos, como vimos mais acima.

Para concluir, entendemos a adoção da EBSEH para a gestão dos HUFs como uma solução singular de administração pública, que necessita de um estudo mais aprofundado para a exata compreensão de seu sentido no cenário atual das políticas de educação superior e saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011. Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12550.htm. Acesso em: 27 out. 2017.

BRASIL. EMI (Exposição de Motivos Interministerial) nº 00383/2010/MP/MEC, 23 de dezembro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/Exm/EMI-383-MP-MEC-MPV-520-10.htm. Acesso em: 27 out. 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **Construindo o Estado republicano: democracia e reforma da gestão pública**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. Caps.12, 14 e 15.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 1991.

CORREIA, Maria Valéria Costa. A Saúde no Contexto da Crise Contemporânea do Capital: o Banco Mundial e as tendências da contra-reforma na política de saúde brasileira. 2010. (2011).

CORREIA, Maria Valéria. EBSEH: lutas e resistências à lógica mercantil nas universidades. **A saúde nos governos do Partido dos Trabalhadores e as suas lutas sociais contra a privatização**. Rio de Janeiro: Uerj, Rede Sirius, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

JEZINE, Edineide. A Crise da universidade e o compromisso social da Extensão Universitária. João Pessoa, editora da UFPB, 2006 [pp. 75 – 138].

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p.

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. **A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>

SGUISSARDI, Valdemar. **A Universidade Neoprofissional, Heterônoma e Competitiva**. In: MANCEBO, Dayse. FÁVERO, Maria de Lurdes de Albuquerque (Orgs.). **Universidade: Política, Avaliação e Trabalho Docente**. São Paulo: Ed. Cortez, 2004. Disponível em: 26reuniao.anped.org.br/trabalhos/valdemarsguissardi.rtf

SODRÉ, F., LITTIKE, D., DRAGO, L. M. B., & PERIM, M. C. M. **Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares: um novo modelo de gestão?** In: *ServServ. Soc. Soc.* no.114 São Paulo Apr./June 2013 365-80.

A ATENÇÃO PRIMÁRIA COMO COORDENADORA DO CUIDADO E ORDENADORA DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA/ADOLESCENTE EM CONDIÇÃO CRÔNICA¹³

Elenice Maria Cecchetti Vaz

Neusa Collet

Altamira Pereira da Silva Reichert

1. INTRODUÇÃO

O Brasil e o mundo vêm atravessando uma importante transição epidemiológica, com o crescimento das condições crônicas das populações^(1-2,3). E as situações de saúde de crianças e adolescentes não diferem desse panorama.

A saúde de crianças e adolescentes na contemporaneidade é resultado dos avanços tecnológicos⁽⁴⁾ e de um conjunto de determinantes sócio-históricos e de políticas públicas que impactam na sua qualidade de vida e padrões de adoecimento. Ao contrário da elevada morbidade e mortalidade por agravos infecciosos e parasitários evidente no passado, na atualidade, prevalecem as doenças crônicas⁽⁵⁾.

Desde a década de 1980, nos Estados Unidos, observou-se que a prevalência das doenças crônicas na infância e na adolescência vem aumentando; em que 14% tem um diagnóstico confirmado de doença crônica e 9,6% tem confirmação de mais de um diagnóstico⁽⁶⁾. Já no Brasil, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁽⁷⁾, realizada em 2008, evidenciou que 29,8% de crianças e adolescentes na faixa etária de zero a dezenove anos tem pelo menos uma doença

crônica. Ademais, 9,1% de crianças de 0 a 5 anos, 9,7% de 6 a 13 anos e 11% de adolescentes de 14 a 19 anos do total geral dessa população já tinham doença crônica. Importante destacar que doenças crônicas se incluem na classificação de Condições

Crônicas (CC), que são de longa duração e quase sempre sem perspectiva de cura⁽⁸⁾. Considera-se condição crônica em crianças e adolescentes quando esta permanece por mais de três meses ou quando ocorrem episódios clínicos três vezes ou mais no último ano, com provável reincidência. Pode estar relacionada ou não a fatores genéticos e a fatores pré e pós-neonatais, acompanhados por alterações nas condições físicas, emocionais, de desenvolvimento e comportamentais e que necessitem de cuidados de serviços de saúde, além dos usuais, e de cuidados domiciliares primários⁽⁹⁾.

Essas alterações impõem uma reorganização do modo de atender às necessidades dessas crianças, buscando a continuidade do cuidado, de forma a garantir sua qualidade de vida. Porém, esse cuidado não está sistematizado no contexto da Atenção Primária à Saúde (APS)⁽¹⁰⁾.

A APS, para instituir-se como estratégia de organização do Sistema Único de Saúde (SUS), na perspectiva das Redes de Atenção à Saúde (RAS), tem que ter a função resolutiva de atender a mais de 90% dos problemas de saúde mais comuns, não necessariamente os mais simples; a função coordenadora de ordenar os fluxos e contrafluxos de pessoas, produtos e informações ao longo das RAS; e a função de responsabilização pela saúde da população usuária que está adstrita às equipes de Estratégia Saúde da Família (EqSF)^(2,11).

As Redes de Atenção à Saúde são organizações poliárquicas de conjuntos de serviços de saúde, vinculados entre si por uma missão única, por objetivos comuns e por uma ação cooperativa e interdependente, que permitem ofertar, à determinada população, uma atenção contínua nos níveis primário, secundário e terciário, e uma atenção integral com intervenções promocionais, preventivas, curativas, cuidadoras, reabilitadoras e paliativas, coordenada pela APS – prestada

no tempo e lugar certos, com custo e qualidade certos, de forma humanizada, segura, eficiente e com equidade –, com responsabilidades sanitária e econômica pela população adstrita e gerando valor para essa população^(2:19,3:24).

A assistência à saúde da criança e do adolescente ainda se encontra em processo de construção, em um movimento de mudança paradigmática do modelo centrado na patologia e na criança/adolescente, para um modelo de construção de redes, em prol da inclusão da família e da integralidade do cuidado⁽¹²⁾, necessitando de organização do sistema de saúde como uma rede integrada, sendo a Estratégia Saúde da Família (ESF) o contexto eleito para essa finalidade⁽¹³⁾.

A ESF deve operar integrando o conjunto dos demais serviços e níveis de cuidado, garantindo o acesso oportuno, integral e de qualidade a toda população⁽¹⁴⁾. A garantia de oferta de serviço à população caracteriza a APS/ESF como porta de entrada prioritária do sistema de saúde, constitucionalmente fundada nos princípios da universalidade, acessibilidade, integralidade e equidade do SUS, tornando-se centro ordenador das RAS^(1,15).

Todavia, estudos apontam para fragilidades na continuidade do cuidado das crianças e dos adolescentes em condições crônicas, relacionadas a uma assistência fragmentada, pontual e desarticulada entre os serviços da RAS, e que não supre as demandas inerentes a essa população, uma vez que persistem importantes barreiras organizacionais para acesso, os fluxos estão pouco ordenados, a integração da APS à rede ainda é incipiente e inexistente coordenação entre APS e atenção especializada⁽¹⁶⁻¹⁷⁾.

Para dar respostas às necessidades de saúde da população, a ESF deve estar baseada nos atributos essenciais da APS, dentre eles, o de coordenação, tendo em vista sua amplitude de conceito na RAS, uma vez que implica na garantia da continuidade da atenção e no reconhecimento dos problemas que necessitam de seguimento constante, ordenando o fluxo dentro da rede de cuidados^(18,19). Os vínculos estabelecidos

entre a população e os serviços de saúde devem permanecer, mesmo na ocorrência de encaminhamentos, preservando a integralidade e garantindo os registros e a comunicação entre profissionais de níveis de atenção diferentes, ou seja, a referência e a contrarreferência^(18,20).

Para uma melhor coordenação do cuidado à criança/adolescente/família em condição crônica, é necessário que o sistema de saúde conheça o papel e responsabilidade da atenção primária, secundária e terciária, bem como trabalhe com o vínculo entre elas. Também é importante que os serviços, em cada nível de atenção, sejam organizados em forma de redes para atender às necessidades dessa população específica⁽²¹⁾.

Considerando a coordenação da atenção em saúde e sua concepção integral do processo de saúde-doença, a ESF deveria tornar-se o espaço preferencial para a promoção da saúde da criança e do adolescente em condição crônica, uma vez que estes costumam acessar com maior frequência os pontos da rede de atenção; têm contato com diferentes categorias profissionais; e requerem cuidado contínuo e efetivo por longo prazo e, muitas vezes, durante toda a vida⁽²²⁻²³⁾.

Diante dessas reflexões, cabem os seguintes questionamentos: Como tem ocorrido a coordenação do cuidado à criança/adolescente/família em condição crônica na Estratégia Saúde da Família? Como os profissionais da Estratégia Saúde da Família e gestores da Atenção Primária à Saúde percebem a Rede de Atenção à Saúde no cuidado à criança/adolescente/família em condição crônica? Quais os desafios enfrentados pelas Equipes de Saúde da Família e gestores da Atenção Primária à Saúde na coordenação do cuidado à criança/adolescente/família em condição crônica? Como as atividades dos profissionais e gestores integram a Rede de Atenção à Saúde no cuidado à criança/adolescente/família em condição crônica?

A APS, para ser a ordenadora da RAS, precisa conhecer sua população, saber de suas necessidades e organizar o acesso aos outros pontos de atenção e, para exercer a coordenação do cuidado

individual, precisa trabalhar como centro de comunicação dessa rede, compartilhando o cuidado com os outros serviços⁽²⁴⁾.

Assim, o objetivo deste estudo foi analisar a coordenação do cuidado à criança/adolescente/família em condição crônica na Estratégia Saúde da Família, e esta como ordenadora da Rede de Atenção à Saúde.

Portanto, o estudo da coordenação do cuidado na atenção à criança/adolescente/família em condição crônica poderá trazer elementos importantes para a avaliação do desempenho da ESF como provedora de atenção primária e ordenadora da RAS à saúde dessa população, que regularmente precisará de acolhimento de suas demandas e da oferta de serviços resolutivos para sua qualidade de vida.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de um estudo descritivo-exploratório com abordagem qualitativa e com sustentação teórica de Mendes^(1-2,8,11).

A pesquisa de campo foi realizada no contexto das Unidades de Saúde da Família, localizadas no município de João Pessoa – PB, com 26 profissionais da Atenção Primária, distribuídos em 11 gestores (1 diretor da AB/SMS, 4 diretores técnicos dos DS e 6 apoiadores matriciais do NASF), 4 médicos, e 11 enfermeiros da ESF que se co-responsabilizam pelo cuidado às crianças/adolescentes/famílias em condição crônica, atendidas nas USF do município de João Pessoa-PB.

Os critérios de inclusão foram: gestores municipais – ser gerente da Atenção Básica, coordenador da Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente; diretores (geral, técnico e administrativo) de Distrito Sanitário, e apoiadores matriciais. Profissionais de saúde – médicos e enfermeiros – estar atuando na ESF há mais de um ano e ter experiência de cuidado às crianças, adolescentes e suas famílias em condição crônica em seu cotidiano na USF. Já os critérios de exclusão foram: gestores, médicos e enfermeiros que estavam de licença ou férias ou que não puderam se ausentar dos serviços no período da coleta de dados.

Para a coleta de material empírico foi utilizado a técnica de grupo focal (GF), que ocorreu entre junho e julho de 2016. Inicialmente foi realizado um levantamento por integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde da Criança e do Adolescente que buscaram informações com médicos, enfermeiros, apoiadores matriciais e agentes comunitários de saúde (ACS), e identificaram 20 Unidades de Saúde da Família pertencentes aos cinco DS, que atendem crianças e adolescentes em condição crônica e suas famílias, totalizando 42 equipes de saúde.

No processo de recrutamento foram criados cinco grupos de participantes. Dentre os quais, quatro grupos formados equitativamente por profissionais médicos (as), enfermeiros (as) e apoiadores (as) matriciais para que pudessem participar dos GF e ter representatividade de cada um dos profissionais e de cada uma das unidades elencadas. E, um grupo formado pelos gestores da APS, incluindo o gerente da AB, o coordenador da área da criança/adolescente e os diretores dos DS.

Para os Grupos Focais 1 e 2 foram convidados 20 profissionais para cada GF, da mesma forma para os Grupos Focais 2 e 3 em que foram convidados 16 profissionais. Já para o Grupo Focal Gestor (GFG) foram convidados 17 gestores. Ao todo foram entregues 89 cartas-convite.

A coleta de dados ocorreu a partir dos cinco grupos focais. Os encontros com médicos, enfermeiros e apoiadores matriciais foram realizados em uma sala de aula de uma universidade pública, por considerá-lo um ambiente agradável, confortável e neutro para os participantes, com menor possibilidade de interrupção por ruídos, pessoas ou quaisquer outros componentes que interferissem no processo. Já o GFG foi realizado em uma sala de reunião da SMS-JP por escolha do próprio gerente da AB, que alegou facilitar a presença dos diretores de DS.

Em cada sessão a pesquisadora assumiu o papel de moderadora e contou com o suporte de uma apoiadora e uma observadora, durando em média noventa minutos. As falas foram gravadas em aparelhos digitais, mediante autorização prévia.

Foi seguido um roteiro para conduzir os GF, norteado pelas questões: Como tem ocorrido a coordenação do cuidado à criança/adolescente/família em condição crônica na Estratégia Saúde da Família no município de João Pessoa? Como vocês percebem a Rede de Atenção à Saúde no cuidado à criança/adolescente/família em condição crônica? Quais os desafios que vocês enfrentam na coordenação do cuidado à criança/adolescente/família em condição crônica? Como as atividades das Equipes de Saúde da Família e gestores da Atenção Primária Saúde integram a Rede de Atenção à Saúde no cuidado à criança/adolescente/família em condição crônica?

Os discursos coletivos foram gravados por meio digital após anuência dos participantes e transcritos na íntegra para posterior análise, sendo encerrados a partir do critério de suficiência, uma vez que os cinco GF realizados produziram material satisfatório, sendo suficiente para a reincidência e saturação das informações, e que alcançassem aos objetivos propostos e a compreensão e contextualização do objeto de pesquisa.

A partir das narrativas advindas dos grupos focais, mediante os relatos de experiências e percepções dos participantes, foi possível compreender práticas cotidianas, que, direta ou indiretamente, influenciam na coordenação do cuidado à criança/adolescente em condição crônica e sua família e na ordenação da RAS do município de João Pessoa.

O material empírico foi submetido aos processos analíticos preconizados pelo método da Análise de Conteúdo (AC) de Bardin⁽²⁵⁾, especificamente a técnica de análise categorial temática. Seguindo as diferentes fases da AC, o material empírico foi organizado em torno de três pólos cronológicos: inicialmente foi realizada a pré-análise, em que se fez a descrição das características do texto, resumida após tratamento; em seguida houve a exploração do material, conhecida como fase intermediária; e, finalmente, o tratamento dos resultados mediante inferência, interpretação e significação das falas⁽²⁵⁾.

Esse estudo vincula-se a um projeto financiado pelo CNPq (Processo nº 474762/2013- intitulado 'Condições Crônicas na Infância: Cuidado na Atenção Primária à Saúde'. Atendeu à Resolução CNS Nº 466/12 do Ministério da Saúde, obtendo parecer favorável pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde, Protocolo nº 054/14 CAAE: 27102214.6.0000.5188.

Os participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. E foram identificados pela ordem dos grupos focais para médicos, enfermeiros e apoiadores matriciais (GF1, GF2, GF3, GF4), e GFG para gestores, tendo em vista que cada membro é representante legítimo do grupo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os 26 participantes dos grupos focais, 24 eram do sexo feminino e dois do sexo masculino e a idade variou de 25 a 65 anos. O tempo de formação variou entre dois e 38 anos, o tempo de trabalho na ESF variou de um a 18 anos. Quanto à especialização, um entrevistado referiu não ter se especializado e 25 cursaram especialização.

Nesse estudo foi realizado o agrupamento dos elementos constitutivos dos textos e reagrupamento das características comuns destes elementos, classificando-os em três eixos temáticos: Percepção dos profissionais e gestores acerca da coordenação do cuidado e ordenamento da Rede de Atenção à Saúde da criança e do adolescente em condição crônica; Desafios enfrentados para a coordenação do cuidado e ordenamento da Rede de Atenção à Saúde da criança/adolescente/família em condição crônica; Atuação do Núcleo de Apoio à Saúde da Família na coordenação do cuidado à criança e adolescente em condição crônica e sua família.

Eixo Temático 1:

Percepção dos profissionais e gestores acerca da coordenação do cuidado e ordenamento da Rede de Atenção à Saúde da criança e do adolescente em condição crônica

Os avanços científicos e tecnológicos na área da saúde têm potencializado o diagnóstico precoce de diversas condições crônicas na infância e adolescência, e vêm contribuindo para o aumento da sobrevida e para mudanças no perfil epidemiológico dessa população, com declínio das taxas de mortalidade registradas nas últimas décadas^(10,4,26).

Nesse ínterim, os profissionais de saúde e gestores da atenção primária vêm enfrentando desafios constantes para garantir um cuidado integral e contínuo desses usuários ao longo da rede de atenção à saúde, conforme relatam os participantes do estudo: *Os desafios estão relacionados à mudança do perfil epidemiológico das doenças, que antes predominavam as infecciosas e parasitárias e agora está caminhando para as doenças crônicas* (GFG). [...] *Voltar o olhar para a criança com doença crônica e pensar na integralidade da assistência, de modo que realmente consigamos a permanência de vínculo e a continuidade do acompanhamento pelos serviços primários* (GF3).

As condições crônicas persistem por um período de duração mais ou menos longo e tendem a se apresentar de forma definitiva e permanente^(1-2,8). Isso requer cuidados especiais contínuos de diferentes profissionais, de forma proativa e integrada, para que os problemas de saúde da criança/adolescente sejam prontamente resolvidos, uma vez que precisam acessar os pontos da rede de atenção à saúde com maior frequência⁽²³⁾.

Porém, o que se observou no município estudado foi uma *rede frágil, pouco resolutiva e carente de profissionais especialistas na área pediátrica que dê conta da demanda específica dessa população. Para a*

criança e adolescente em condição crônica não se tem resolutividade (GF2). [...] A gente percebe certa fragilidade na rede (GF1). Precisariamos de uma rede mais consistente (GF3), com profissionais capacitados para atender e resolver o problema desse público específico (GF4).

A literatura⁽²⁷⁾ é enfática ao afirmar que um sistema de saúde resolutivo é aquele que dá resposta social às necessidades de saúde, que tenha capacidade de solucionar problemas de saúde de pessoas em situação de vulnerabilidade social e biológica, como a criança e adolescente, independente da complexidade ou nível de atenção.

Crianças e adolescentes com condições de saúde crônicas ou complexas requerem a implementação e coordenação de uma variedade de serviços e cuidados de saúde em diferentes níveis, desde cuidados primários até hospitalares, durante um longo período de tempo⁽²⁸⁾. Para tal, faz-se necessário a reorganização dos serviços na busca por uma assistência qualificada, integrada e resolutiva, minimizando as dificuldades de comunicação e cooperação entre os profissionais e serviços⁽²⁶⁾.

Na Bolonha-Itália, a continuidade dos cuidados recebeu mais atenção como resultado das mudanças nos sistemas de saúde, devido ao aumento de crianças/adolescentes com doenças crônicas e múltiplas e à crescente complexidade dos serviços de saúde⁽²⁸⁾.

Assim, para o estabelecimento de uma rede coordenada, é essencial uma ação comunicativa, implicando em relações interpessoais de interdependência, que garantem o acesso e a continuidade do cuidado, evitem procedimentos desnecessários ou mesmo sua duplicação e, por fim, agilizem o atendimento⁽²⁶⁾. *Para a continuidade do cuidado seria importante a gente da ponta (profissionais da ESF) ficar sabendo o que e como aconteceu a consulta ambulatorial para não repetirmos as mesmas condutas (GF1).*

Pesquisa⁽²⁰⁾ que avaliou a coordenação do sistema de saúde exercida pela atenção primária em um município do Nordeste do Brasil mostrou que os profissionais da ESF têm conhecimento sobre a procura

de seus usuários aos serviços especializados, no entanto, apontaram que há deficiência na contrarreferência para a atenção primária, sendo necessário fortalecer a comunicação entre a rede de atenção para se obter a integração do sistema.

Outra pesquisa acerca da rede de cuidados de crianças com necessidades especiais de saúde, desenvolvida em Santa Maria-RS, revelou que os serviços de atenção primária foram apontados como de difícil acesso e foram mencionadas dificuldades nos serviços de referência e na contrarreferência⁽⁴⁾.

Assim como no presente estudo, foi apontado como dificuldade a questão do profissional que está na atenção especializada e na atenção hospitalar de formalizar a contrarreferência (GFG). A criança vai para a rede especializada ou hospitalar e quando volta para a ESF, não chega com a contrarreferência. E é o profissional da ponta (ESF) que faz esse acompanhamento. Mas, a informação da não chega de uma forma efetiva (GF2).

Para mudar essa realidade, a comunicação entre os profissionais deveria ser concretizada mediante a efetivação do sistema de referência e contrarreferência, de tal forma que, quando uma criança/adolescente em condição crônica fosse encaminhada a um serviço especializado ambulatorial ou mesmo em situação de internação hospitalar, ao retornar para sua Unidade de Saúde da Família, tivesse o atendimento registrado em impresso próprio.

Existe a responsabilidade dos profissionais da rede de estarem realizando a referência e a contrarreferência (GF2). [...] Não adianta a rede ter a porta aberta para a especialidade, se os profissionais das redes especializada e hospitalar não emitirem a contrarreferência para o profissional da ESF que encaminhou a criança ou adolescente (referência) (GFG).

A coordenação do cuidado enquanto atributo da APS busca garantir continuidade de atenção à saúde, por reconhecer problemas que necessitam ser acompanhados nas RAS. Possibilita a disponibilização

de informações sobre problemas que afligem as pessoas, e também as tecnologias relacionadas para a atenção exigida. Para tanto, são necessários mecanismos de comunicação efetivos entre os diversos pontos de atenção, associados ao acesso aos serviços de referência para a resolução dos problemas de saúde e ao princípio do cuidado integral, como organizador do sistema de atenção à saúde⁽²⁹⁾.

Corroborando essa assertiva, estudo realizado nos Estados Unidos refere que a falta de coordenação do sistema de saúde, em geral, resulta na ausência de informação acessível e consolidada sobre a condição da criança⁽³⁰⁾.

Outra pesquisa concluiu que existem fragilidades na integração da RAS na Paraíba em relação ao ordenamento e definição do fluxo, em especial na contrarreferência, fato que pode comprometer a integralidade e o papel da APS de coordenar o cuidado e ordenar as redes⁽³¹⁾.

Portanto, os profissionais e gestores percebem que ocorrem falhas na comunicação entre gestores, profissionais de uma mesma equipe ou com os demais níveis de atenção da rede e os usuários. *Os próprios profissionais da rede não têm comunicação entre si (GF1) [...] um serviço não sabe o que o outro faz (GF3). [...] Os profissionais dentro de um mesmo serviço não sabem o que o outro faz (GF4). [...] O problema da rede é mesmo a falta de comunicação entre os profissionais (GFG).*

Eixo Temático 2:

Desafios enfrentados para a coordenação do cuidado e ordenamento da Rede de Atenção à Saúde da criança/adolescente/família em condição crônica

A proposta de criação de Redes de Atenção à Saúde surge como estratégia para superar a fragmentação do cuidado e melhorar a qualidade da atenção, a qualidade de vida das pessoas usuárias, os

resultados sanitários do sistema de atenção à saúde, a eficiência na utilização dos recursos e a equidade em saúde^(2,8).

O adequado manejo das condições crônicas exige que cada ponto da RAS seja efetivo e eficiente, permita a criação de vínculo e seja capaz de resolver as necessidades de saúde da população infanto-juvenil, centralizando na Atenção Primária a coordenação do cuidado e o ordenamento desses indivíduos.

Nesse sentido, a APS deveria ser resolutiva e ter papel fundamental no manejo e controle da condição crônica na infância e na adolescência, não só para reduzir as internações desnecessárias, mas também, se tornar a primeira opção de procura por atendimento ao cuidado desta clientela.

No entanto, na prática cotidiana, evidenciam-se fragilidades no manejo das condições crônicas na ESF, apresentando-se como um sistema fragmentado, desorganizado, isolado e desarticulado com os demais níveis^(1,19), corroborando a realidade da estrutura operacional da RAS no município estudado, no qual *faltam equipamentos, ferramentas e transportes para atendimentos domiciliares* (GF2). [...] Não existe prontuário eletrônico que facilite a comunicação entre os serviços (GF1). O próprio sistema de informação, o e-SUS, é de difícil manuseio (GFG). *Os dados não são digitados em tempo hábil para a devolutiva dos indicadores de saúde às equipes* (GF4). *Toda essa falta de estrutura operacional dificulta o trabalho em rede* (GF3).

A posição da ESF na RAS, sob a perspectiva das equipes de Saúde da Família e dos usuários, indica que as equipes atendam cada vez mais as diversas demandas, exercendo a função de filtro para a atenção especializada. Para que a atenção prestada seja integradora e integral são necessárias coordenação e cooperação entre os serviços assistenciais, visando a criação de uma rede de cuidados capaz de consolidar os princípios do SUS.

No que se refere à coordenação do cuidado à criança e adolescente em condição crônica, no município existe uma lacuna (GF4). [...] *Se não*

houver uma reorganização dos serviços em rede, a gente não consegue fazer com que essas famílias permaneçam vinculadas às nossas unidades (GF2). [...] Muitas vezes, a família de crianças e adolescentes em condição crônica quando encaminhadas uma vez para outros níveis de atenção à saúde, não retornam para a continuidade do cuidado pela atenção primária (GF1).

A estruturação da APS brasileira e a definição do papel da ESF predizem fluidez de demandas de saúde nos três níveis de atenção. Contrariamente a essa assertiva, comumente faltam padrões regulares ou previsíveis para o acompanhamento das famílias de crianças e adolescentes em condições crônicas na ESF. Ocorre que, na prática, a família necessita de apoio para realizar este trânsito pelo sistema de saúde, bem como de um serviço que, apesar de todas as especificidades e fragmentações de atendimento, lhe seja referência mais ampla, concreta e duradoura no enfrentamento da cronicidade, o que está potencialmente no papel das equipes de Saúde da Família⁽³²⁾.

Nesse estudo, percebeu-se que os profissionais da ESF reconhecem que o próprio familiar/responsável é quem vai buscar atendimento. *A gente enquanto atenção básica não tem muito o que fornecer para a criança/adolescente em condição crônica (GF2). [...] A família consegue um atendimento no hospital X porque a mãe dela trabalhou lá ou a avó trabalha lá. Mas pelo fluxo normal feito pela enfermeira, pelo médico, pela dentista, enfim, a gente faz os encaminhamentos e não acontece (GF1). [...] Muitas vezes, o usuário, a família mesmo é quem procura resolver suas situações. [...] Não tenho dúvida de que a família vai atrás para resolver o problema de seu filho (GF3).*

As famílias que vivenciam a doença crônica na infância percorrem uma trajetória que está relacionada à sua história de vida, seu modo de viver, costumes, valores, condições financeiras e vínculos estabelecidos. No momento da definição do diagnóstico da doença crônica da criança, os familiares sentem a necessidade de uma comunicação aberta, acessível, esclarecedora de dúvidas, já que, algumas vezes, não possuem

o conhecimento do que é dito⁽³³⁾. *Nem sempre essa comunicação ocorre de forma efetiva (GFG). [...] Muitas vezes o especialista atende a criança com doença crônica e não explica nada para a mãe (GF3). [...] E essa mãe, quando retorna para a gente (atenção primária), não sabe nos informar o que o colega fez ou deixou de fazer (GF1). Isso fragmenta o cuidado e dificulta o nosso acompanhamento, porque muitas vezes ficamos sem entender o que a família nos fala (GF2).*

Semelhante aos nossos achados, estudo realizado em Minnesota evidenciou que pais relataram existência de lacunas na comunicação entre os sistemas de saúde, levando à fragmentação e descoordenação do cuidado, tornando-se uma ameaça à saúde e bem-estar de seus filhos. Ademais, as barreiras ao compartilhamento de informações expressadas pelos pais incluíam um sistema de saúde fragmentado com uma função de coordenação de cuidados mal definida, responsabilidade, falta de informações abrangentes e acessíveis de saúde de sistemas cruzados e falta de políticas e processos padronizados de compartilhamento de informações⁽³⁰⁾.

Estudo realizado em um hospital do município de João Pessoa-PB, que objetivou analisar a atenção à criança com doença crônica na ESF, concluiu que a APS não conseguiu assumir de fato o papel de coordenadora desse cuidado, repercutindo em insatisfação dos familiares pela não resolutividade de suas demandas, o que os fazem buscar atendimentos nos níveis secundários e terciários. Essa cultura fragiliza a construção do cuidado em rede, rico e ampliado para resolutividade no nível primário de atenção à saúde⁽³⁴⁾.

Para mudar essa realidade e enfrentar os desafios, faz-se necessário que as equipes de Saúde da Família (EqSF) e os gestores reconheçam suas áreas adstritas e identifiquem as crianças/adolescentes/famílias em condições crônicas, organizando as ofertas de cuidado de acordo com suas especificidades. Isso faz com que as equipes e os gestores detenham conhecimentos que poderão ser construídos e utilizados no decorrer do tempo (acompanhamento longitudinal)

para coordenar melhor o cuidado nessas situações e compartilhar o atendimento com outros níveis de atenção, de forma a ordenar efetivamente a RAS.

Eixo Temático 3:

Atuação do Núcleo de Apoio à Saúde da Família na coordenação do cuidado à criança e adolescente em condição crônica e sua família

A APS, enquanto coordenadora do cuidado, deve ser capaz de garantir uma atenção contínua e integral à criança/adolescente em condição crônica e sua família no SUS. Portanto, para superar a assistência fragmentada e isolada ofertada pelos diversos serviços de saúde, é importante que os profissionais das EqSF e das equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) tenham uma comunicação efetiva entre si e com os demais profissionais das assistências ambulatoriais especializadas e hospitalares no cuidado à essa clientela específica.

Nessa questão da organização se não houver comunicação, a gente não consegue chegar até vocês (profissionais do NASF). Essa interação do agente de saúde, médico, enfermeiro, apoiador matricial, que é a referência que a gente está precisando no momento, a gente consegue fazer essa ponte para trazer o profissional ideal para poder nos ajudar e nos dar suporte necessário naquilo que a criança está precisando (GF3).

A presença dos NASF propicia a ampliação das ações e resolubilidade da APS, aumentando o escopo de intervenções no processo saúde–doença, favorecendo o cuidado da população e fortalecendo as EqSF. Esse núcleo é constituído por uma equipe de profissionais de diferentes áreas de conhecimento que, em conjunto com os profissionais das EqSF, compartilham e apoiam as práticas em saúde⁽³⁵⁻³⁶⁾.

A organização dos processos de trabalho dos NASF deve ter como foco o território sob sua responsabilidade, com ações interdisciplinares e intersetoriais, contribuindo com a educação permanente em saúde dos profissionais, desenvolvendo a integralidade, promoção da saúde e humanização. Deve priorizar o atendimento compartilhado e interdisciplinar, com troca de saberes, capacitação e responsabilidades mútuas, gerando experiência para todos os profissionais envolvidos⁽³⁵⁻³⁶⁾.

Os desafios enfrentados pela APS, devido ao aumento da demanda de crianças e adolescentes em condição crônica e suas famílias aos serviços da RAS, devem ser compartilhados com os NASF vinculados às EqSF, contribuindo para a resolutividade e a efetivação da coordenação integrada do cuidado dessa população. *O NASF tem suas limitações, mas é exatamente através dele que a gente tem mais acesso aos outros profissionais* (nutricionista, fisioterapeuta, fonoaudiólogo) (GF2). [...] *Apesar de toda dificuldade, de muitas vezes não estarem ali prontos para nos atender, mas em situações de urgências, conseguem articular o atendimento* (GF4).

Quanto maior o reconhecimento dos problemas dos usuários pelos profissionais do NASF e das EqSF, maior probabilidade há de alcançar a resolutividade desejada. As crianças e adolescentes com síndromes raras e doenças crônicas, exigirão das equipes determinado conhecimento que poderá ser construído de forma longitudinal para melhor fazer a coordenação do caso e compartilhar o atendimento com os outros níveis de atenção. Desse modo, as equipes NASF devem superar a lógica fragmentada do cuidado para a construção da RAS, corresponsabilizando-se pela coordenação do cuidado na APS.

O trabalho do NASF é orientado pelo referencial teórico-metodológico de apoio matricial ou matriciamento, uma estratégia de organização do processo de trabalho em saúde que acontece a partir da integração de profissionais generalistas das EqSF envolvidas na atenção às situações/problemas comuns de dado território, com núcleos de profissionais especialistas com conhecimentos específicos⁽³⁶⁻³⁷⁾. *Apesar*

do NASF em nosso município ter uma configuração diferenciada das demais cidades, que gera uma sobrecarga nas atividades dos profissionais, a gente sempre conta com o suporte deles (GF4).

Essa estratégia também garante a continuidade do cuidado, fundamental para crianças/adolescentes com necessidades especiais de saúde⁽³⁸⁾, ampliando o escopo de ações, bem como auxiliando na articulação de/com outros pontos de atenção da rede. Essas ações ocorrem por meio do compartilhamento de problemas, da troca de saberes e práticas entre os diversos profissionais e da articulação pactuada de intervenções, levando em conta a clareza das responsabilizações comuns e as específicas da EqSF e dos diferentes profissionais do NASF⁽³⁶⁾.

Assim, o NASF faz parte da APS, mas não se constitui como um serviço com espaço físico independente, mas sim, seus profissionais atuam na própria USF através de trabalho compartilhado e colaborativo, nas dimensões clínico-assistencial e técnico-pedagógica. A primeira dimensão produz ou incide sobre a ação clínica direta com os usuários; e a segunda produz ação de apoio educativo com e para as EqSF⁽³⁵⁻³⁶⁾.

A coordenação do cuidado significa para o NASF e para a EqSF assumir a população infanto-juvenil em condição crônica em três cenários: dentro da USF, quando são vistos por vários profissionais e suas informações são geradas em diferentes lugares; em outros serviços especializados que fornecerão aconselhamento ou intervenções de curta duração; e ainda, em serviços especializados, onde realizarão intervenções por um longo período de tempo, devido à presença da condição crônica⁽³⁵⁾.

Também compete à equipe NASF apoiar as EqSF na abordagem dos problemas e cuidados às crianças/adolescentes em condições crônicas que requerem encaminhamentos, em tempo oportuno, para serviços de referência especializados. Com o retorno destes usuários, devem realizar o matriciamento, ou seja, reuniões para discussão de casos, desenvolvendo projetos terapêuticos singulares (PTS), estratégias

educativas sistemáticas e formação de grupos terapêuticos com os familiares, dentre outras ações^(35, 39).

A equipe traça um projeto terapêutico singular/PTS para trabalhar casos com muitos problemas. Geralmente em condições crônicas elas estão associadas há muitos fatores juntos, interagindo sempre com o social e o familiar. [...] E chama o familiar, porque geralmente a criança incapaz, chama o familiar responsável para interagir com aquele projeto que a gente fez, se está de acordo. Porque se ela não fizer parte daquele projeto, ele se torna sem efeito para o protagonista da história. Enfim, se não houver uma articulação multidisciplinar dentro da equipe para poder projetar uma coisa para além daquele território e outros equipamentos, nada feito, nada adianta (GF3).

Cabe destacar que as equipes de APS apoiadas pelo NASF são consideradas referência para o cuidado da população infanto-juvenil em condição crônica no território sob sua responsabilidade sanitária. Para tal, devem acolher essa demanda, acompanhando essa população de maneira contínua por meio de ações de promoção, prevenção, tratamento, reabilitação, redução de danos, e coordenando o cuidado destas na RAS.

Contudo, para um efetivo fortalecimento das ações que buscam a resolutividade dos problemas de saúde enfrentados pelas crianças/adolescentes e suas famílias na RAS, emerge a necessidade de transformar os modos de pensar e de fazer saúde.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou a coordenação do cuidado à criança e adolescente em condição crônica e sua família na Estratégia Saúde da Família, e esta como ordenadora da Rede de Atenção à Saúde.

Os resultados evidenciaram que a RAS no município pesquisado apresenta lacunas importantes e requer maior articulação entre os

profissionais dos serviços primários com os níveis secundário e terciário de atenção à saúde, de forma a melhorar a comunicação e garantir a integração do cuidado.

A coordenação do cuidado ainda não está ocorrendo de maneira eficiente e eficaz no município. Portanto, para que esse cuidado se torne integral e integralizado, é preciso melhorias no manejo das necessidades de saúde da criança e adolescente em condição crônica, e ações conjuntas entre as equipes de Saúde da Família e o Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Também é importante que os profissionais estejam capacitados para lidar com as condições crônicas de saúde da população infanto-juvenil.

Torna-se premente que os gestores e as equipes de Saúde da Família, responsáveis por esses usuários, não somente os encaminhem a outros níveis de atenção, mas procurem apoio para a melhor condução do problema. Espera-se que as reflexões provocadas neste estudo possam ultrapassar não só as fronteiras do município estudado, mas também do Estado e outras regiões, estimulando a tomada de decisão que melhorem a qualidade de vida de crianças e adolescentes em condição crônica.

Dessa forma, urge a necessidade de estudos que busquem avaliar a coordenação do cuidado à criança e adolescente em condição crônica em outras realidades brasileiras; aprofundar o conhecimento acerca da temática; e identificar os pontos frágeis da rede, a fim de contribuir para que a atenção primária assuma e cumpra seu papel de ordenadora da rede de atenção à saúde desses usuários.

Consideramos como limitações do estudo o quantitativo de USF elencadas e a participação de pequena representatividade de profissionais de saúde e gestores nos grupos focais. No entanto, os dados qualitativos permitiram visualizar um panorama da realidade do município.

REFERÊNCIAS

Mendes EV. O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde: o imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família. **Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde**; 2012. 512p.

Mendes EV. A construção social da Atenção Primária à Saúde. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde; 2015. 193p.

Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. A Atenção Primária e as Redes de Atenção à Saúde. Brasília: CONASS; 2015. 127p.

Neves ET, Silveira A, Arrué AM, Pieszak GM, Zamberlan KC, Santos RP. Network of care of children with special health care needs. Text Context Enferm [Internet]. 2015 [acesso em 23 ago 2015]; 24(2):399-406. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v24n2/0104-0707-tce-24-02-00399.pdf>

Romano MCC. A saúde de crianças e adolescentes no mundo contemporâneo. **R. Enferm. Cent. O. Min** [Internet]. 2014 [acesso em 23 ago 2015]; 3(4):(editorial). Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/viewFile/1012/760>

National Survey of Children's Health. Child and Adolescent Health Measurement Initiative (CAHMI), "2011-2012 NSCH: Child Health Indicator and Subgroups SAS Codebook, Version 1.0" 2013 [Internet]. Maryland; 2013 [acesso em 07 jul 2017]. Disponível em: http://childhealthdata.org/docs/nsch-docs/sas-codebook_-2011-2012-nsch-v1_05-10-13.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: um panorama da saúde no Brasil, acesso e utilização dos serviços, condições de saúde e fatores de risco e proteção à saúde, 2008. Rio de Janeiro: IBGE; 2010. 245p.

Mendes EV. As redes de atenção à saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2011. 549p.

Moreira MCN, Gomes R, Sá MRC. Doenças crônicas em crianças e adolescentes: uma revisão bibliográfica. **Ciência Saúde Coletiva** [Internet]. 2014 [acesso em 23 ago 2015]; 19(7):2083- Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n7/1413-8123-csc-19-07-02083.pdf>

Duarte ED, Silva KL, Tavares TS, Nishimoto CLJ, Silva PM, Sena RR. Care of children with a chronic condition in primary care: challenges to the healthcare model. **Texto Contexto Enfermagem** [Internet]. 2015 [acesso em 15 jul 2017]; 24(4):1009-17. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v24n4/0104-0707-tce-24-04-01009.pdf>

Mendes EV. O acesso à Atenção Primária à Saúde. Trabalho realizado para o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS); 2017. 216p.

Araújo JP, Silva RMM, Collet N, Neves ET, Toso BRGO, Viera CS. História da saúde da criança: conquistas, políticas e perspectivas. **Rev. Bras. Enferm.** [Internet]. 2014 [acesso em 23 ago 2015]; 67(6):1000-7. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v67n6/0034-7167-reben-67-06-1000.pdf>

Oliveira VBCA, Veríssimo MLOR. Children's health care assistance according to their families: a comparison between models of Primary Care. **Rev. Esc. Enferm. USP** [Internet]. 2015 [acesso em 05 mar 2016]; 49(1):30-6. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v49n1/0080-6234-reusp-49-01-0030.pdf>

Costa AM, Santos FP, Melo EA. Por uma Atenção Básica para o SUS. **Divulg. Saúde Debate** [Internet]. 2014 [acesso em 23 ago 2015]; 51(editorial):4-5. Disponível em: <http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2014/12/Divulgacao-51.pdf>

Stábile AP, Braz JC, Furtado MCC, Mello DF. Indicadores de saúde infantil na estratégia saúde da família no Brasil: revisão integrativa da literatura. **Rev. Ciênc. Méd.** [Internet]. 2013 [acesso em 23 ago 2015]; 22(1):31-41. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/1999-4161-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/1999-4161-1-SM%20(1).pdf)

Nóbrega VM, Silva MEA, Fernandes LTB, Viera CS, Reichert APS, Collet N. Chronic disease in childhood and adolescence: continuity of care in the Health Care Network. **Rev. Esc. Enferm.** USP [Internet]. 2017 [acesso em 16 ago 2017]; 51:e03226. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1980-220x2016042503226>

Fausto MCR, Giovanella L, Mendonça MHM, Seidl H, Gagno J. A posição da Estratégia Saúde da Família na rede de atenção à saúde na perspectiva das equipes e usuários participantes do PMAQ-AB. *Saúde Debate* [Internet]. 2014 [acesso em 16 set 2015]; 38(especial):13-33. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v38nspe/0103-1104-sdeb-38-spe-0013.pdf>

Starfield B. Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO; 2002. 726p.

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). *Diário Oficial da União*; 2011.

Carneiro MSM, Melo DMS, Gomes JM, Pinto FJM, Silva MG. C. Avaliação do atributo coordenação da Atenção Primária à Saúde: aplicação do PCATool a profissionais e usuários. *Saúde Debate* [Internet]. 2014 [acesso em 12 out 2015]; 38(especial):279-95. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v38nspe/0103-1104-sdeb-38-spe-0279.pdf>

Souza GT, Alves BA, Tacla MTGM, Collet N, Toso BRGO. Avaliação do princípio da coordenação na atenção primária à saúde da criança em Londrina-PR. *Semina Ciênc Biol Saúde* [Internet]. 2015 [acesso em 05 mar 2016]; 36(1):39-46. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/18420-105543-1-PB%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/18420-105543-1-PB%20(3).pdf)

Bousquat A, Giovanella L, Campos SEM, Almeida PF, Martins CL, Mota PHS, et al. Primary health care and the coordination of care in health regions: managers' and users' perspective.

Ciênc Saúde Colet [Internet]. 2017 [acesso em 14 jul 2017]; 22(4):1141-54. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n4/en_1413-8123-csc-22-04-1141.pdf

Cady R, Looman W, Lindeke L, LaPlante B, Lundeen B, Seeley A, et al. Pediatric Care coordination: Lessons Learned and Future Priorities. *OJIN: The Online Journal of Issues in Nursing* [Internet]. 2015 [acesso em 26 jun 2017]; 20(3). Disponível em: <http://www.nursingworld.org/MainMenuCategories/ANAMarketplace/ANAPeriodicals/OJIN/TableofContents/Vol-20-2015/No3-Sept-2015/Pediatric-Care-Coordination.html>

Chueiri PS, Harzheim E, Gauche H, Vasconcelos LLC. Pessoas com doenças crônicas, as redes de atenção e a Atenção Primária à Saúde. *Divulg. Saúde Debate* [Internet]. 2014 [acesso em 23 ago 2015]; 52:114-24. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/142570/000992554.pdf?sequence=1>

Bardin L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70; 2012.

Astolpho MP, Okido ACC, Lima RAG. Rede de cuidados a crianças com necessidades especiais de saúde. **Rev. Bras. Enferm.** [Internet]. 2014 [acesso em 23 ago 2015]; 67(2):213-9. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v67n2/0034-7167-reben-67-02-0213.pdf>

Silva RM, Viera CS, Toso BR, Neves ET, Rodrigues RM. Problem-solving capacity in children health care: the perception of parents and caregivers. *Acta Paul Enferm* [Internet]. 2013 [acesso em 23 ago 2015]; 26(4):382-8. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/appe/v26n4/en_v26n4a13.pdf

Rucci P; Latour J; Zanello E, Calugi S, Vandini S, Faldella G, Fantini MP. Measuring parents' perspective on continuity of care in children with special health care needs. *Int J Integr Care* [Internet]. 2015 [acesso em 26 jun 2017]; 15:e046. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4843181/>

Silva RMM, Sobrinho RAS, Neves ET, Toso BRGO, Viera CS. Challenges in the coordination of children's healthcare. *Ciênc Saúde Colet* [Intenet]. 2015 [acesso em 05 mar 2016]; 20(4):1217-24. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n4/1413-8123-csc-20-04-01217.pdf>

Cady RG, Belew JL. Parent Perspective on Care Coordination Services for Their Child with Medical Complexity. *Children* [Internet]. 2017 [acesso em 26 jun 2017]; 4(6):45. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5483620/>

Protasio APL, Silva PB, Lima EC, Gomes LB, Machado LS, Valença AMG. Avaliação do sistema de referência e contrarreferência do estado da Paraíba segundo os profissionais da Atenção Básica no contexto do 1º ciclo de Avaliação Externa do PMAQ-AB. *Saúde Debate* [Internet]. 2014 [acesso em 05 mar 2016]; 38(especial):209-20. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v38nspe/0103-1104-sdeb-38-spe-0209.pdf>

Costa EAO, Dupas G, Sousa EFR, Wernet M. Children's chronic disease: family needs and their relationship with the Family Health Strategy. *Rev Gaúcha Enferm* [Internet]. 2013 [acesso em 23 ago 2015]; 34(3):72-8. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v34n3/en_a09v34n3.pdf

Zanello E, Calugi S, Sanders LM, Lenzi J, Faldella G, Rucci P, et al. Care coordination for children with special health care needs: a cohort study. *Ital J Pediatr* [Internet]. 2017 [acesso em 08 ago 2017]; 43:18. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5347827/>

Nóbrega VM, Damasceno SS, Rodrigues PF, Reichert APS, Collet N. Atenção à criança com doença crônica na Estratégia Saúde da Família. *Cogitare Enferm* [Internet]. 2013 [acesso em 23 ago 2015]; 18(1):57-63. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/28517-114840-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/28517-114840-1-PB%20(1).pdf)

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde; 2010. 152p.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Cadernos de Atenção Básica, n. 39. Brasília: Ministério da Saúde; 2014. 116 p.

Cunha GT, Campos GWS. Apoio matricial e atenção primária em saúde. *Saude Soc* [Internet]. 2011 [acesso em 08 ago 2017]; 20(4):961-70. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v20n4/13.pdf>

Zanello E, Calugi S, Rucci P, Pieri G, Vandini S, Faldella G, et al. Continuity of care in children with special healthcare needs: a qualitative study of family's perspectives. *Ital J Pediatr* [Internet]. 2015 [acesso em 08 ago 2017]; 41:7. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4328636/>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diretrizes para o cuidado das pessoas com doenças crônicas nas redes de atenção à saúde e nas linhas de cuidado prioritárias. Brasília: Ministério da Saúde; 2013. 28 p.

PARTE III

Meio Ambiente

A PERCEPÇÃO DOS GESTORES DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE – IFS CAMPUS LAGARTO ACERCA DAS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Fládson Ricardo Mendes dos Santos

Márcia Batista da Fonseca

José Osman dos Santos

1. INTRODUÇÃO

O termo sustentabilidade foi criado com vias à conscientização dos países acerca da necessidade de promover o crescimento de suas economias sem destruir o meio ambiente ou sacrificar o bem-estar das futuras gerações, transformando sobretudo, o mundo dos negócios.

Na prática, Savitz e Weber (2007) argumentam que a sustentabilidade pode ser encarada como a arte de fazer negócios num mundo interdependente, o que de pronto ratifica a necessidade de uma relação cada vez mais estreita e responsável, séria e compromissada, cujo propósito se resumirá ao bem comum e um ambiente totalmente equilibrado: economicamente, ambientalmente e socialmente.

Diante da importância e relevância do tema, a sustentabilidade passou a ocupar cada vez mais espaço nas discussões fomentadas por estudiosos, pelo governo ou pela sociedade em geral, mas perceptível são os olhares voltados com destaque para a Administração Pública, muito provavelmente pelo seu poder estatal e o seu dever constitucional de implementar políticas públicas que colaborem com a economia na utilização dos recursos naturais, garantindo sua preservação e contribuindo efetivamente com a possibilidade do provimento desses recursos para as gerações futuras.

A Administração Pública brasileira, responsável pela garantia do bem comum, inclusive no que diz respeito a preservação do meio ambiente, com vias a colaborar com a minimização dos impactos ambientais – apoiada pelo fato de ser o maior comprador nacional, com o poder de influenciar positivamente os demais entes públicos e privados e também a sociedade civil – inclusive a economia interna e externa, resolveu agregar valor às compras governamentais, implementando critérios sustentáveis ao processo de aquisições de bens e serviços no setor público.

Nesse contexto, o Governo Federal decidiu reestruturar seus métodos de aquisições de bens, serviços e obras, regulando através da Instrução Normativa nº 01/2010, para que todas as contratações públicas adotassem critérios de sustentabilidade nas especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, a saber:

Aquelas que priorizam a compra de produtos que atendem critérios de sustentabilidade, como facilidade para reciclagem, vida útil mais longa, geração de menos resíduos em sua utilização, e menor consumo de matéria-prima e energia. Para isso, é considerado todo o ciclo de fabricação do produto, da extração da matéria-prima até o descarte. Essas contratações abrangem, por exemplo, aquisição de “computadores verdes”, equipamento de escritório feitos de madeira legal, papel reciclável, transporte público movido à energia mais limpa, alimentos orgânicos para cantinas e sistemas de ar condicionado com soluções ecológicas mais evoluídas (MPOG, 2010).

Nesta mesma seara, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) definiu a licitação sustentável como sendo:

Um procedimento administrativo formal que contribui para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens, contratações de serviços e execução de obras (MMA, 2011).

Segundo estudos de Gunther e Scheibe (2006) e de Varnas, Balfors e Faith-Ell (2009), a compra pública sustentável é um processo de decisão especial, que consiste em várias etapas e, nelas estão envolvidas diferentes partes interessadas e tomadores de decisão de diferentes níveis – operacionais e estratégicos e cada um desses agentes envolvidos no processo pode ser um potencial obstáculo, retardando, acelerando ou mesmo bloqueando a compra pública sustentável.

A dificuldade de encontrar fornecedores capazes de entregar produtos ou serviços sustentáveis, a falta de capacitação dos operadores internos das licitações, para conduzir processos licitatórios utilizando critérios, mesmo que mínimos, baseados no desenvolvimento sustentável ou ainda a inércia do poder público são possíveis motivos do fracasso das compras sustentáveis.

Pensando nisso, o Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, criou e administra a Agenda A3P, que é um programa do Governo Federal, que surgiu como forma de incluir os entes públicos, preparando-os para inserção no contexto de gestão ambiental e sustentabilidade, atendendo ao princípio da eficiência, estabelecido pela Carta Magna de 1988 e com reconhecimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Pautada em cinco objetivos, a Agenda A3P se propõe: (i) sensibilizar os gestores públicos; (ii) promover da economia de recursos naturais e gastos institucionais; (iii) reduzir o impacto socioambiental, provocado pelas atividades cotidianas; (iv) contribuir para a revisão dos

padrões de produção e consumo, assim como adotar novos referenciais na administração pública; e (v) melhorar a qualidade de vida. (MMA, 2011)

Além disso, é importante que haja uma percepção de todos os agentes envolvidos no processo, corroborando com o sucesso das possíveis práticas sustentáveis em andamento ou aquelas a serem implementadas pelos agentes públicos, munindo-os de informações.

Penna (1982, p. 11), afirma que “perceber é conhecer”, e assim sugere que, quando a distância no espaço, ou ainda a limitação informativa, puderem excluir o ato perceptual, este seria limitado somente a uma situação de pensar ou imaginar.

Na ótica dos estudos baseados na percepção ambiental, na visão de Pacheco & Silva (2006), as perspectivas em pesquisas científicas, sociais ou políticas devem ser elucidadas sem a exclusão do ato perceptual, não estudando somente a relação entre homem e meio ambiente.

Pensando nas questões socioambientais, o Estado tem adotado novos paradigmas para compras públicas, criando uma política de compras baseada no seu poder de aquisição: compra de segmentos estratégicos e relevantes com vias a consolidação da Sustentabilidade e do Desenvolvimento Sustentável, e como parte integrante da a estrutura estatal, escolheu-se o IFS⁴ como ambiente para a pesquisa.

A partir dos conceitos de Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável, o estudo pretende responder a seguinte questão da pesquisa: como os gestores do IFS – *Campus* Lagarto percebem a licitação sustentável, de modo a torná-la uma ferramenta viável para aquisições de bens e serviços na instituição? Para responder a tal questionamento, o presente estudo tem como objetivo geral, diagnosticar a percepção dos gestores do IFS – *Campus* Lagarto acerca das licitações sustentáveis como alternativa viável para a aquisições de bens e serviços. Para se atingir o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) Identificar o grau de percepção sobre o conhecimento dos gestores do IFS – *Campus* Lagarto acerca das licitações sustentáveis;

- b) Identificar elementos que possam subsidiar a implementação de um processo formal de aquisições sustentáveis no IFS – *Campus* Lagarto;
- c) Usar a técnica de *clusters*, para calcular um índice denominado Grau de Visão sobre licitações Sustentáveis (GVLS), com vistas a capturar se o comportamento dos gestores é ecocêntrico ou antropocêntrico.

O objeto de estudo se faz importante para a Administração Pública e para o público em geral, pois trata de questões que impactam na economia de recursos naturais, com relação direta e indireta na preservação e manutenção da subsistência das gerações futuras – as Licitações Sustentáveis – também conhecidas como ecoaquisições ou compras verdes.

No intuito de atingir os objetivos propostos, além da introdução, o presente artigo apresenta outros quatro capítulos. O capítulo segundo traz o referencial teórico acerca do desenvolvimento sustentável, das licitações sustentáveis e da percepção ambiental. No capítulo terceiro, apresentam-se material e métodos utilizados no estudo. Já o capítulo quarto aborda os resultados e a discussão da pesquisa. As considerações finais encontram-se no quinto capítulo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO ACERCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, DAS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS E DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL

O Governo Federal, através de normas e programas, incentiva órgãos públicos a realizarem as licitações sustentáveis, bem como a compartilharem suas experiências com outras instituições públicas. Biderman *et. al.* (2011) reforçam este argumento, enfatizando que a licitação pode ser identificada como um dos instrumentos econômicos de mudança de comportamento que se encontram à disposição da Administração Pública, dessa forma, pode ser indutora de boas práticas, tanto pelos consumidores quanto pelos produtores. Este

capítulo apresenta um direcionamento em torno das discussões sobre o desenvolvimento sustentável e as licitações sustentáveis, bem como, uma visão mais aprofundada sobre a percepção ambiental dos agentes.

O Instituto Federal de Sergipe, cuja sigla é IFS, é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

2.1 Noções sobre desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável aparece na literatura pela primeira vez na reunião de Stocolmo, Suécia, no ano de 1972. Daí por diante as questões ambientais foram ganhando espaço ao longo dos tempos, e o conceito de desenvolvimento sustentável se concretizou com a publicação em 1987 do relatório “Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*), promovido pela Comissão Mundial do Meio Ambiente das Nações Unidas (ONU). Também conhecido como Relatório de *Brundtland*, este definiu que desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades (CAVALCANTI et al., 1994; DIEGUES, 1992).

O relatório de *Brundtland* ressalta os riscos de uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas e aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes (FREITAS, ALVES E BITTENCOURT, 2012 p. 204).

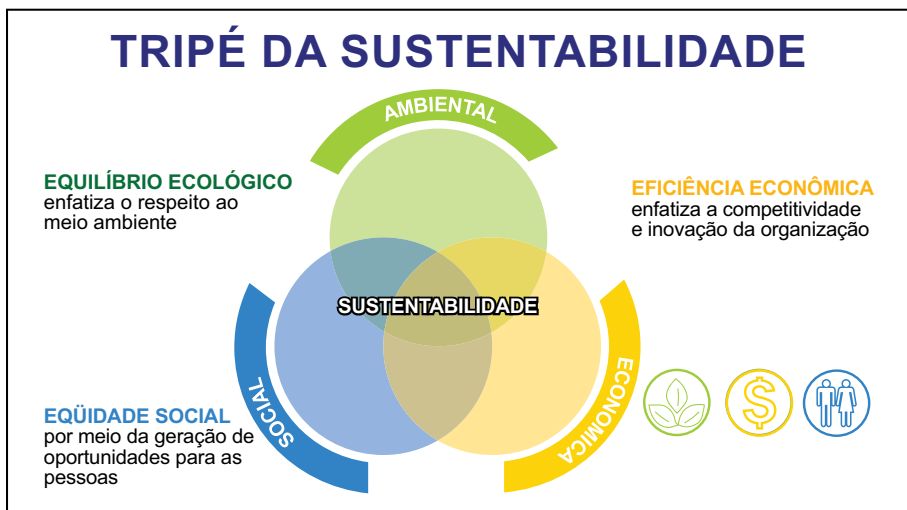
No ano de 1992, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro a Conferência da ONU, conhecida como Rio-92, sobre o meio ambiente e desenvolvimento, onde participaram 170 países. Neste evento

o desenvolvimento sustentável passou a ser o modelo almejado mundialmente (CABESTRÉ; GRAZIADEI; POLISEL FILHO, 2008).

Pode-se dizer que o Desenvolvimento Sustentável é a interação entre as pessoas, meio ambiente e sistemas econômicos ao longo do tempo, congregando a visão da mensuração do progresso através da qualidade de vida das pessoas.

Elkington (1994) criou e introduziu o conceito de *Triple Bottom Line*, ou Tripé da Sustentabilidade, que considera na perspectiva empresarial, o alinhamento de forma equilibrada da sustentabilidade em três dimensões: econômica, social e ambiental (CALSING, 2010).

Figura 1 – Tripé da sustentabilidade



Fonte: Instituto Ethos, 2010.

Conforme demonstrado na Figura 1, o desenvolvimento sustentável está pautado em três pilares, a saber:

Econômico: a eficiência econômica é abordada como condição necessária para alcançar uma melhor qualidade de vida para todos, ou seja, não é um objetivo em si mesmo, como nos ensina Sachs (2004).

Social: a dimensão social do desenvolvimento sustentável pode ser traduzida como forma de ampliação da equidade, a ampliação das oportunidades na visão de Veiga (2008).

Ambiental: o pilar ambiental é definido por Sachs (2004) como o imperativo ético da solidariedade entre as gerações, prezando pelo uso racional dos recursos naturais ao invés do crescimento selvagem e ambientalmente destrutivo.

Além disso, tanto o bem-estar social quanto o desenvolvimento econômico devem ser alcançados sem prejuízo ao meio ambiente, que deve estar ecologicamente equilibrado, necessitando ser mantido e preservado pela geração atual em benefício próprio e das futuras gerações, como já disposto no Relatório de *Brundtland*.

O objetivo da sustentabilidade ambiental deverá ser alcançado mais rapidamente quanto humanamente possível, não sendo possível falar em sustentabilidade ambiental enquanto houver milhares de pessoas passando fome e desabrigadas – uma realidade de muitos países, podendo-se complementar tal informação com a afirmativa de Andrade *et. al.* (2002) que asseguram, contudo, que a preocupação com as questões ambientais extrapolou a função exclusiva de proteção para se tornar também uma função da administração ou da gestão.

Na ótica de Bellen (2006), alcançar o progresso em direção à sustentabilidade é uma escolha da sociedade, das organizações, das comunidades e também dos indivíduos.

Portanto, o desenvolvimento sustentável deve ser considerado como um processo complexo e multidimensional, não devendo ser visto somente como sinônimo de elementos quantitativos simplificadores, tais como o crescimento econômico, mas sim a junção dos três pilares da sustentabilidade: a equidade social, a eficiência econômica e o equilíbrio ecológico.

Uma das ferramentas que podem colaborar com esse processo de desenvolvimento sustentável são as licitações sustentáveis, capazes de integrar os três pilares que formam o tripé da sustentabilidade.

2.2 Licitações sustentáveis

A licitação é um procedimento administrativo formal utilizado pelas entidades públicas para a aquisição de bens e serviços, pois diferentemente das organizações privadas, o setor público tem obrigação legal de formalizar suas aquisições exclusivamente através das licitações, salvo raras exceções, com procedimentos normatizados principalmente através de leis.

A Lei 8.666/93, estabelece normas gerais sobre as licitações e contratos administrativos para obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações, devendo obedecer obrigatoriamente aos princípios básicos constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Igualdade, Publicidade, Proibição Administrativa, Vinculação ao Instrumento Convocatório e Julgamento Objetivo das licitações.

Delgado (1983, p. 2) define que licitação é um “...procedimento administrativo, por reconhecê-la como sendo, formalmente, uma sucessão ordenada de atos praticados pelo administrador público com a finalidade de atingir o objetivo da Administração”. Em outras palavras, significa uma disputa isonômica entre os concorrentes com vistas a selecionar a proposta de maior vantagem para a administração pública, como bem define o art. 3º da Lei 8.666/93, na redação dada pela lei 12.349/2010.

A licitação atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos, como detalha Meirelles (2004, p. 241):

Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos.

Biderman *et. al.* (2011) enfatizam que a licitação poder ser identificada como um dos instrumentos econômicos de mudança de comportamento, que se encontra à disposição da Administração Pública e pode ser indutora de boas práticas, tanto de consumidores quanto dos produtores.

E a licitação sustentável? O Ministério do Meio Ambiente afirma que a licitação sustentável é conceituada segundo o art. 3º da Lei 8.666/93, com redação dada pela Lei 12.349/2010, como aquela que se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia⁵, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens, contratação de serviços e execução de obras.

O Decreto Federal nº 7.746/12, que regulamentou o art. 3º da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, afirma que em relação às licitações sustentáveis:

Art. 2º A Administração pública federal direta autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme disposto neste Decreto. Parágrafo único – A adoção de critérios de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Comumente ouve-se falar na questão dos preços de produtos/serviços sustentáveis em relação aos produtos/serviços convencionais, isto porque àqueles que são sustentáveis tem um preço maior porque costumam integrar em sua composição os custos com novas tecnologias e ainda porque em alguns produtos a economia de escala ainda não foi atingida, como afirma Biderman *et al.* (2011), devendo o comprador levar

em conta muito mais que o preço a pagar no momento da aquisição, mas todo o ciclo de vida desse produto, quais sejam: de compra, de operação, de manutenção e de disposição do produto.

Baseada no conceito estabelecido pelo documento *Procuring the Future* de junho de 2006, elaborado pela Força-Tarefa Britânica para Compras Públicas Sustentáveis (*UK Sustainable Procurement Task Force*), a definição mais utilizada para Compras Públicas Sustentáveis ou licitações sustentáveis, aceita em novembro de 2007, pela Força-Tarefa Marrakesh para Compras Públicas Sustentáveis (*Marrakesh Task Force on Sustainable Public Procurement*)⁶, é a descrita a seguir:

A Compra Pública Sustentável ou licitação Sustentável deve considerar as consequências ambientais, sociais e econômicas dos seguintes aspectos: elaboração de projeto, utilização de materiais renováveis, métodos de produção, logística e distribuição; uso, operação, manutenção, reuso; opções de reciclagem; e o comprometimento dos fornecedores em lidar com essas consequências ao longo de toda a cadeia produtiva (*UK SUSTAINABLE PROCUREMENT TASK FORCE, 2006*)

O processo de licitações sustentáveis, deverá satisfazer as necessidades da organização, em relação a aquisição de bens, obras e serviços, prezando pela economia de recursos naturais, financeiros e ainda nos benefícios gerados para toda a sociedade, ao passo em que deverá ser preocupar em minimizar os impactos e danos causados ao meio ambiente.

Segundo o MMA (2011), existem vantagens para a Administração nos processos de aquisição através da licitação sustentável, tais como a transparência para a sociedade, demonstrando o compromisso governamental de seus atos com a preservação ambiental, o desenvolvimento da economia local, incentivando o mercado e comércio locais, a redução de custos com a economia de energia elétrica

e água; a redução da poluição do ar através do uso de combustíveis mais limpos e ainda com a promoção da educação ambiental, aumentando a conscientização sobre temas ambientais.

2.3 Percepção ambiental e comportamento dos agentes

Os primeiros estudos sobre percepção ambiental datam do final da década de 1950 e início de 1960, advindos da intensa preocupação em se conhecer e tentar explicar quais eram as atitudes e valores atribuídos por determinada população ao que se referia sobre as questões ambientais, segundo afirmativa de Mendes (2006). Sobre percepção ambiental, Faggionato (2002, s/p) ensina que esta pode ser definida como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o ato de perceber o ambiente que está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar desse ambiente.

Ainda de acordo com Faggionato (2002), as percepções, reações e respostas às ações sobre o ambiente em que vivem são diferentes para cada indivíduo, deste modo, as respostas ou as manifestações decorrentes são resultados das percepções (individuais e coletivas), dos processos cognitivos, julgamentos e das expectativas de cada indivíduo.

Uma maneira da pessoa sentir as mudanças que a circundam, deriva do processo de percepção ambiental, de acordo com Masson, (2004, p. 34), e é justamente o processo que permite a interação do indivíduo com o meio onde vive. Ainda segundo Masson, (2004, p. 34), a modificação de padrões culturais determinados historicamente modifica a percepção sobre o ambiente, o que significa dizer que a quebra de paradigmas ajuda na construção de tal percepção.

A percepção ambiental dos indivíduos está fortemente ligada a educação ambiental, podendo ser compreendida como um processo contínuo e responsável pela tomada de consciência dos indivíduos em relação ao meio ambiente, tratando-se de conhecimentos, capacidade,

valores e experiências que possam ajudar a resolver problemas ambientais tanto no presente quanto no futuro, ratifica Stranz (2002).

O estudo da percepção ambiental é de fundamental importância para que se possa compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas, nos ensinamentos de Fernandes, *et al.* (2002), complementado por Panceri (1997), afirmando que toda forma de perceber envolve um saber, um relacionar e um agir.

Com a evolução dos estudos em percepção ambiental, houve uma ampliação das iniciativas de aplicação deste conceito, a exemplo disso foi a criação pela UNESCO no ano de 1973, do Projeto 13, denominado “Percepção de Qualidade Ambiental”, que destacou a importância da pesquisa em percepção ambiental para planejamento do meio ambiente. As diferentes percepções apresentam-se como dificuldades para a proteção dos ambientes naturais, visto que os indivíduos de diferentes culturas ou posições sócio econômicas desempenham funções distintas no plano social, nesses ambientes, como frisa Fernandes *et al.* (2002).

Pelos ensinamentos de Macedo (2000), a percepção ambiental é a precursora do sistema que estimula a conscientização do sujeito em analogia às realidades ambientais contempladas e Merleau-Ponty (1999) complementa que a análise não é realizada sobre o que as pessoas percebem dos espaços, mas como os espaços são percebidos pelas pessoas, de modo que, o reconhecimento das percepções torna-se extremamente relevante para fornecer subsídios ao processo de gestão e formulação de políticas públicas.

Na visão de Miranda (2007), a percepção ambiental diferencia e reúne os segmentos necessários para o entendimento das ciências, intervindo junto a conceitos socioambientais essenciais para a sociedade contemporânea, com contribuições para a construção de uma reflexão que propicie ações interdisciplinares, podendo haver sinergia com o presente estudo.

O conhecimento da percepção social, ou seja, a percepção ambiental por parte da sociedade, pode atuar também, como importante aliado no monitoramento da qualidade ambiental, na afirmativa de Fernandes (2002):

Assegurando maior proximidade entre as ações propostas pelos gestores daquilo que considerado prioridade pela comunidade, tratando-se, portanto, de apoiar-se na percepção de quem vivencia a realidade, que pode ser diferente daquela concebida pelos gestores, condição esta que pode aproximar e estimular a parceria entre os atores público e civil para gerir o meio ambiente.

Quando verificado que o ritmo natural do meio ambiente foi mudado em decorrência das necessidades humanas, através de intervenções, é importante que o ser humano reveja seus atos e as consequências das degradações ambientais, de modo que, percebendo-se pertencente ao meio, ele se sensibilizará, pois:

Percepção ambiental é uma representação científica, e como tal, tem sua utilidade definida pelos propósitos que embalam os projetos do pesquisador. [...] Discutir o conceito de percepção ambiental não é, portanto uma questão de dizer quais das representações parecem corresponder melhor à realidade, mas elucidar as perspectivas científicas, sociais ou políticas veiculadas através da utilização desse conceito. (PACHECO & SILVA, 2006 p.2).

Outro ponto que merece destaque na análise dos motivos e das preocupações que influenciam o comportamento pró-ambiental é a diferença entre comportamento ecocêntrico e antropocêntrico. Thompson e Barton (1994) afirmam que o comportamento ecocêntrico é detectado em pessoas que acreditam no valor intrínseco da natureza, considerando ser a própria natureza o principal motivo de preservação. Já o comportamento antropocêntrico é apresentado em indivíduos que acreditam no valor da natureza pelos benefícios materiais e físicos

que ela pode proporcionar, sendo o homem o principal motivo para a preservação.

Portanto, é possível afirmar que a percepção ambiental está diretamente relacionada ao comportamento dos agentes, possibilitando direcionar um direcionamento de políticas públicas, sob o prisma dos propósitos de preservação ambiental.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Quanto a abordagem, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, quanto aos objetivos como descritiva e quanto aos procedimentos como pesquisa de campo e revisão de literatura, e busca o alinhamento de sua proposta à realidade das Licitações no IFS – *Campus* Lagarto. Este capítulo descreve os procedimentos metodológicos utilizados no presente estudo.

3.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa de campo consistiu na aplicação de questionários estruturados, disponibilizados através da ferramenta Google Docs, como o intuito de inferir a percepção dos gestores do IFS – *Campus* Lagarto acerca das licitações sustentáveis como alternativa para aquisições de bens e serviços.

Na afirmação de Fonseca (2002), a pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.).

Para Marconi & Lakatos (2008), a pesquisa bibliográfica ou “revisão de literatura”, consiste num levantamento acerca dos principais trabalhos realizados e capazes de fornecer dados atuais e relevantes.

Em relação à forma de abordagem da pesquisa em comento, o presente estudo se caracterizou como qualitativo, ratificando os pensamentos de Marconi & Lakatos (2006), com a afirmativa que qualitativa é a pesquisa que visa conhecer características situacionais apresentadas pelos entrevistados, tendo o ambiente natural como fonte direta de dados e incluindo entre seus objetivos a análise detalhada acerca de atitudes e tendências de comportamentos de um determinado grupo.

Já, quanto aos objetivos, trata-se de um estudo descritivo, permitindo uma descrição detalhada da situação de percepção do grupo estudado quanto aos aspectos estabelecidos na pesquisa, sendo os que mais se adequaram à pesquisa, à luz dos ensinamentos de Gil (2007, p. 52), assevera que “exemplos são os estudos de opiniões e atitudes”.

3.2 Questionário estruturado

Para a coleta dos dados, utilizou-se o instrumento questionário estruturado, que segundo Marconi & Lakatos (2008) é constituído de uma série organizada de perguntas a serem respondidas por escrito pelos entrevistados.

Segundo Gil (2007), alguns cuidados devem ser tomados, como a inclusão de perguntas somente relacionadas ao problema, não constranger o respondente, devendo possibilitar uma única ideia e interpretação. As questões foram elaboradas de acordo com os objetivos geral e específicos da pesquisa, momento em que, optou-se pela divisão do questionário em 4 categorias, totalizando 25 perguntas.

Como possíveis respostas ao questionário, utilizou-se a escala *Likert*⁷, em cinco níveis. Mattar (2005, p. 236) explica esta escala como sendo uma série de afirmações em relação ao objeto pesquisado, onde o respondente não apenas concorda ou discorda da afirmação, mas indica o grau de concordância ou discordância e ainda, foram observadas as

normas contidas na Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, que aprovou diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

3.3 Definição da população

Considerando a proposta do estudo, alinhada aos objetivos da pesquisa, a população definida para a pesquisa foi àquela composta por todos os gestores que respondem como chefes dos respectivos setores que compõe a estrutura organizacional do IFS – *Campus* Lagarto. A escolha da população justifica-se pelo fato de que os líderes podem influenciar positivamente seus liderados, compartilhando as boas práticas e formando o capital intelectual da instituição. Desta maneira, não há que se falar em amostra, visto que para o estudo considerou-se a integralidade dos gestores da Unidade. Criada por Rensis Likert (1932), tal escala tem como objetivo medir atitudes.

3.4 Método de análise dos dados: análise de clusters e grau de visão sobre licitações sustentáveis - GVLS

Conquanto a pesquisa se caracterize como qualitativa, vislumbrou-se a possibilidade de quantificação dos dados, tratando-os por meio de técnica estatística. Para tanto, foi escolhida a técnica de análise de *clusters*, justamente para facilitar o agrupamento das variáveis.

Trata-se de um método multivariado¹⁴ usado para formar grupos de elementos a partir de características similares (MOTA, 1994, p.22-23; REYNOLDS, 1998, p. 189).

Recorreu-se ao *software Statistics Base* (SPSS)¹⁵, com o intuito de realizar uma estatística descritiva, permitindo agrupar e analisar os respondentes de acordo com suas similaridades, fazendo-se, portanto, a chamada *Análise Clusters*, também conhecida como agrupamento.

Deste modo, ratificando o entendimento de Stevenson (2001, p. 2), a estatística descritiva empregada permitiu organizar, resumir e simplificar os dados, com a finalidade de “tornar as coisas mais fáceis de entender, de relatar e de discutir”.

A análise de *clusters* foi usada para detectar grupos homogêneos nos dados, estes constituídos de variáveis relacionadas entre si. Não obstante a análise de *clusters*, optou-se pela criação de um índice para inferir o grau de Grau de Visão dos gestores do IFS – Campus Lagarto acerca das licitações sustentáveis, possibilitando a partir dos resultados, classificar esses gestores como: antropocêntricos ou ecocêntricos.

Com o índice GVLS, atribui-se a cada resposta do questionário um nível de variação de percepção, definidas a partir da escala *Likert*, conforme segue: atribuiu-se valores numéricos às respostas (variáveis), nos cinco níveis, onde: Não Sei Responder atribuiu-se 1 (um), Discordo totalmente, atribuiu-se 2 (dois), Discordo Parcialmente, atribuiu-se 3 (três), Concordo Parcialmente atribuiu-se 4 (quatro) e Concordo Totalmente atribuiu-se 5 (cinco), e nos casos das dicotômicas não e sim, atribuiu-se 1(um) e 2 (dois), respectivamente.

Para calcular o GVLS, somam-se os valores de cada variável respondida e esse total divide-se pela soma dos máximos possíveis de cada variável, obtendo-se desta maneira o GVLS, que não poderá ultrapassar o total de 1 ao final do cálculo.

O GLVS é definido pela equação abaixo:

$$GVLS = \frac{\sum_{i=1}^n X_i}{\sum_{i=1}^n X_{max_i}}$$

Onde X_i representa os valores assumidos pelas variáveis correspondentes a cada questão, sendo que $i = 1, \dots, n$, sendo n a n -ésima questão do instrumento aplicado no trabalho em tela. E X_{max} são os máximos valores assumidos pelas variáveis, de maneira que as respostas divididas em cinco (5) níveis o valor máximo assume valor igual a 5 (concordo plenamente).

Por fim, foi considerada a média do GVLS de cada respondente para inferir o grau de visão sobre licitações sustentáveis, remetendo a percepção ambiental dos gestores do IFS acerca do tema, a saber: respondentes abaixo da média foram classificados como antropocêntricos e respondentes iguais ou acima da média foram classificados como ecocêntricos.

Segundo a IBM, empresa detentora do *Statistics Base* (SPSS), este trata-se de um *software* de análise estatística que fornece recursos de análise do início ao fim do processo, auxiliando para melhor desempenho, condução de pesquisas e tomada de decisões.

O trabalho de Damasceno, Khan e Lima (2011), utilizou-se de índice similar, quando através do cálculo de um índice de Sustentabilidade (IS), aliado ao emprego agropecuário por hectare cultivado e da renda agropecuária por hectare cultivado foi possível mensurar o nível de desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares beneficiários e não beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) nos municípios de Baturité, Iguatu e Quixadá, localizados no estado do Ceará, e o efeito desse programa sobre a renda e o emprego, utilizando-se ainda a análise descritiva e a aplicação dos testes t de *Student*, Qui-Quadrado e U de Mann-Whitney, onde realizaram comparações entre os grupos de agricultores familiares selecionados.

O capítulo seguinte apresenta e discute os resultados encontrados na pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos questionários aplicados aos 39 (trinta e nove) gestores do IFS – *Campus* Lagarto, 34 (trinta e quatro) foram respondidos e 5 (cinco) não respondidos, totalizando 87,18% (oitenta e sete, virgula dezoito por cento) de adesão à pesquisa, o que tornou possível a análise da

população a que se pretendia: os gestores do *Campus* Lagarto e ainda demonstrou o interesse destes com relação ao debate sobre as questões ambientais.

Traçar o perfil dos respondentes foi de grande valia para se conhecer os gestores do IFS– *Campus* Lagarto, apresentando-se nos resultados uma distribuição majoritariamente masculina na ocupação dos cargos de gestão e identificando-se uma população numa faixa etária – de 31 a 40 anos (41,18%) e de 41 a 50 anos (26,47%), o que pode demonstrar maior grau de maturidade desses indivíduos, por terem teoricamente vivenciado as mudanças nas últimas décadas, no que diz respeito aos diversos aspectos relacionados a sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável.

Verificou-se também a existência de duas categorias funcionais, a de técnicos administrativos em educação e a de docentes, sob uma distribuição que pode ser considerada equilibrada, visto que se fez perceptível a preocupação da instituição em manter os servidores administrativos em funções estratégicas de gestão, enquanto que os docentes foram direcionados à gestão da atividade fim. Nessa categoria, observou-se que 70,59% dos servidores são TAE e 29,41% são docentes.

Analisando o perfil do respondente, notou-se ainda que apesar da faixa etária predominante estar em um patamar que demonstre maturidade desses indivíduos, com relação ao tempo de serviço na instituição, os dados demonstraram se tratar de um efetivo formado após as implementações por parte do Estado, dos normativos que regulam as licitações sustentáveis, o que demonstra maior facilidade de adesão a nova sistemática, mas que em contrapartida, requer maior capacitação desses indivíduos.

Um dado bastante positivo diz respeito ao grau de escolaridade dos gestores do IFS, aferindo-se que mais de 85% dos gestores tem formação de nível superior ou maior grau, com um percentual maior quando se considera de forma isolada os pós-graduados com grau de especialização, atingindo a marca de 52,9%.

Da análise das respostas aos questionários, preliminarmente, percebeu-se que as normas acerca das licitações sustentáveis são de conhecimento dos gestores do IFS – *Campus* Lagarto, entretanto, segundo os respondentes não há parâmetro advindo de outras instituições para facilitar a adoção das licitações sustentáveis no âmbito da instituição, e mais da metade dos gestores desconhecem a existência de alguma política para regular compras na instituição e não souberam responder sobre a existência ou não de objetivos e metas traçadas. Notou-se, contudo, que os gestores são favoráveis no sentido de que o IFS se preocupe de forma contínua com as questões ambientais em suas licitações, onde uma política voltada para licitações sustentáveis poderia colaborar de forma significativa com a gestão sustentável e ambiental.

Verificou-se ainda que que na percepção dos gestores, a qualificação dos agentes que operam diretamente as licitações no IFS é algo que deve ser observado, remetendo a necessidade de treinamento acerca da legislação e dos normativos que regem as licitações.

Ficou claro, segundo afirmaram os gestores, que as questões de preço não devem ser a grande preocupação na licitação, devendo se necessário, a instituição pagar mais caro por um produto que agrida menos o meio ambiente.

No que se refere às características funcionais de servidores, evidenciou-se principalmente a sensibilização dos gestores para que o IFS observe a contratação de fornecedores preocupados com as questões ambientais, com certificação ou selos de responsabilidade ambiental reconhecidos, mas apesar disso entenderam que a instituição enfrentaria dificuldades em encontrar no mercado fornecedores que se enquadrem nesses critérios, isto posto, no Brasil ainda é uma realidade, pois há poucos fornecedores habilitados nestes quesitos.

Quanto ao conhecimento e comunicação institucional, foi possível capturar a percepção dos gestores acerca do envolvimento dos servidores nos processos licitatórios e o conhecimento informacional

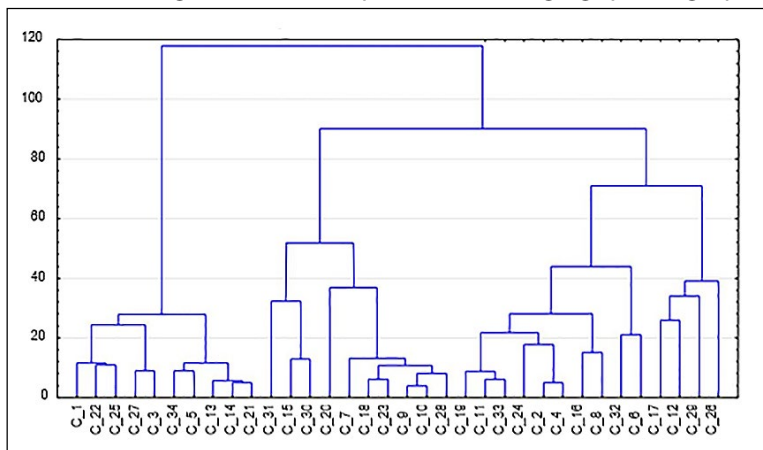
necessário para a inserção de critérios de sustentabilidade nesses processos, evidenciando-se novamente que haveria possibilidade de inserção dos critérios sustentáveis, todavia, considerando-se a estrutura administrativa atual existente poderia haver certa dificuldade.

As confirmações dos gestores com relação aos benefícios econômicos, sociais e ambientais advindos dos processos licitatórios, que respeitem os critérios de sustentabilidade, demonstram um importante alinhamento do seu pensamento com os propósitos do tripé da sustentabilidade, demonstrando características positivas para a instituição, limitando o surgimento de barreiras quando da implementação das licitações sustentáveis.

A percepção da maioria dos gestores é de que a inclusão de critérios de sustentabilidade nas licitações poderá aumentar a competitividade e o comércio local, visto que a região será fomentada pela inovação e se desenvolverá tecnologicamente, de modo que a instituição poderá alcançar com suas práticas, maior notoriedade, tanto interna quanto externa, inclusive em relação a responsabilidade socioambiental.

Com a inserção dos dados coletados pelo instrumento questionário, com o auxílio do *software* SPSS, efetivadas pela técnica de *cluster* (agrupamento) e aliados aos resultados obtidos com GVLS, possibilitou-se a obtenção da visão de percepção ambiental da população pesquisada acerca das licitações sustentáveis no IFS – *Campus* Lagarto, através de uma média que indicou esse grau de visão (individual e de grupo) classificando os gestores como antropocêntricos ou ecocêntricos.

Gráfico 1 – Diagrama de árvore para 34 casos - agregação de grupos



Fonte: Dados da pesquisa - Software SPSS

Da análise, verificou-se a concentração dos gestores em 2 grupos, sendo o segundo grupo composto por dois subgrupos, denominados subgrupo 2a e subgrupo 2b, de sorte que os agrupamentos ocorridos demonstraram visões parecidas devido ao padrão de similaridade nas respostas.

Encontradas as médias de variáveis de forma individualizada e agrupada, verificou-se no grupo 1 a presença marcante de indivíduos acima da média geral de 0,66, estabelecida para o GVLS e nenhum indivíduo abaixo da média. No que diz respeito a percepção destes gestores sobre questões ambientais nas licitações sustentáveis, confirmou tratar-se de uma visão ecocêntrica, pois o resultado apontou uma média geral de 0,68 (zero vírgula sessenta e oito) para o grupo 1. O fato desse grupo aparecer de forma isolada pode estar atrelado a elevada escolaridade desses gestores e ainda por trabalharem diretamente com as atividades ligadas a Gestão Administrativa nas atividades meio.

Já no grupo seguinte, denominado subgrupo 2a, analisando de forma individualizada, percebeu-se que 50% dos indivíduos estão abaixo da média geral do GVLS e os outros 50% ultrapassaram a média,

todavia na análise da média grupal, o subgrupo 2a permaneceu abaixo da média global, conferindo aos gestores deste grupo uma classificação de visão antropocêntrica, uma vez que o resultado apontou uma média geral de 0,65 (zero vírgula sessenta e cinco), o que aduz e pressupõe a necessidade de implementar ações de educação ambiental que reforcem a importância das licitações sustentáveis no âmbito da instituição, contudo se faz necessária uma investigação mais precisa por parte da instituição, para certificar-se onde encontram-se essas lacunas.

Ainda sobre o grupo 2, no subgrupo 2b, da análise de forma individualizada, demonstrou um GVLS acima da média para mais de 57% dos gestores, e ainda quando da análise do grupo, estes foram classificados como ecocêntricos, uma vez que o resultado apontou uma média geral de 0,66 (zero vírgula sessenta e seis), demonstrando a similaridade de respostas do grupo e confirmando que a maioria dos indivíduos deste grupo, tem uma percepção mais ambiental acerca das licitações sustentáveis.

Salvo raras exceções, os resultados obtidos com o índice GVLS, demonstram que a maioria dos gestores tem uma visão ecocêntrica com relação a percepção nas licitações sustentáveis no IFS – *Campus Lagarto*, o que certamente confirma que a percepção ambiental desses agentes está fortemente ligada a sua instrução educacional, e no contexto do presente estudo, o IFS é um ambiente propício às práticas pedagógicas das mais diversas tipologias.

As descobertas feitas a partir dos agrupamentos e do GLVS ao inferir o grau de percepção dos gestores do *Campus Lagarto* acerca das licitações sustentáveis, e da análise das respostas aos questionários, ratificaram a viabilidade para aquisições de bens e serviços adotando critérios sustentáveis no âmbito da instituição.

Assim, a percepção dos gestores acerca das licitações sustentáveis e o seu elevado GLVS, que classificou a maioria desses gestores como ecocêntricos, torna-se o principal elemento para subsidiar a implementação de um processo formal de aquisições sustentáveis no

IFS – *Campus* Lagarto, pois, demonstra como os agentes estão abertos aos conceitos do desenvolvimento sustentável, e ao que apontaram os resultados das análises, reagem de forma positiva quando se trata das questões ambientais, sensibilizando-se à possibilidade de mudanças de comportamento, seja de ordem funcional ou institucional.

5. CONCLUSÃO

A busca da conscientização dos países sobre a necessidade de promover o crescimento de suas economias sem destruir o meio ambiente ou sacrificar o bem-estar das futuras gerações, transformando sobretudo, o mundo dos negócios tornou-se um desafio na atualidade, ratificando a necessidade de uma relação cada vez mais estreita e responsável, séria e compromissada, cujo propósito se resume ao bem comum e a ter um ambiente totalmente equilibrado: economicamente, ambientalmente e socialmente.

Na medida em que o mundo tem discutido de forma massiva a preocupação com o efetivo provimento dos recursos naturais para as gerações futuras, o tema sustentabilidade tem se tornado cada vez mais presente nos diversos setores da sociedade, e nesse contexto a Administração Pública recebe olhares de destaque, possivelmente pelo seu dever constitucional em relação a implementação de políticas públicas que colaborem com a economia e utilização racional desses recursos, colaborando com a sua efetiva preservação.

Isto posto, o presente trabalho objetivou diagnosticar a percepção dos gestores do IFS – *Campus* Lagarto acerca das licitações sustentáveis como alternativa viável para aquisições de bens e serviços e identificou o grau de percepção sobre o conhecimento desses gestores acerca dessa ferramenta, e ainda, apontou elementos que podem porventura subsidiar a implementação de um processo formal de aquisições sustentáveis naquela instituição.

A partir do estudo, descobriu-se que, na percepção da maioria dos gestores da instituição, a inclusão de critérios de sustentabilidade nas licitações poderá aumentar a competitividade e o comércio local, pelo fato de que a região será fomentada pela inovação e se desenvolverá tecnologicamente, de modo que a instituição poderá alcançar com suas práticas, maior notoriedade, tanto interna quanto externa, inclusive em relação a responsabilidade socioambiental.

A classificação da maioria dos gestores do IFS como ecocêntricos (70,58%), tornou-se o principal elemento para subsidiar a implementação de um processo formal de aquisições sustentáveis no IFS – *Campus* Lagarto, visto que, demonstrou abertura ao conceitos dos desenvolvimento sustentável, e ao que demonstraram os resultados, reagem de forma positiva quando se trata de questões ambientais, sensibilizando-se sobre a possibilidade de mudanças de comportamento, seja de ordem funcional ou institucional, esperando-se como resultados, reflexos positivos à sociedade, à economia e ao meio ambiente.

Com base nos resultados apresentados no presente estudo, sugere-se ao IFS – *Campus* Lagarto, a implementação das Licitações Sustentáveis utilizando-se de:

- a. Regulamentação e padronização dos procedimentos licitatórios, formatando-se um Plano de Contratações Sustentáveis;
- b. Criação de Programas de Educação Ambiental extensiva a gestores e servidores;
- c. Aplicação de pesquisas periódicas de percepção ambiental, abrangendo a comunidade interna e externa;
- d. Fortalecimento da comunicação interna acerca de procedimentos e normas vigentes.

Nestes termos, conclui-se que os objetivos da pesquisa foram atingidos, esperando-se, sobretudo, que o presente estudo sirva de parâmetro para o IFS – *Campus* Lagarto implementar um Plano de Contratações Sustentáveis e ainda que possa contribuir para inspirar novos estudos envolvendo o assunto aqui abordado, não só em função de sua relevância, mas por também por sua incipiência, colaborando para que outros órgãos públicos possam captar a percepção dos seus gestores, ou em sua amplitude, de todos os seus servidores, no intuito de explorar em profundidade o tema Licitações Sustentáveis e suas variações de nomenclatura.

Sugere-se como continuidade ao presente estudo e a futuros trabalhos:

- a. Replicar esta pesquisa as demais unidades do IFS, com o intuito de institucionalizar um Plano de Contratações Sustentáveis;
- b. Abordar a educação ambiental como ferramenta para apoio na implementação das licitações sustentáveis em outros órgãos públicos;
- c. Explorar a percepção ambiental dos servidores públicos de outras instituições federais de educação onde já exista processos de licitações sustentáveis, com o intuito de aferir os resultados dos impactos econômicos, sociais e ambientais;
- d. Demonstrar quantitativa e qualitativamente os resultados de órgãos públicos que implementaram as licitações sustentáveis com o intuito de obter dados mensuráveis e exatos da sustentabilidade dessa ferramenta.
- e. Demonstrar como a classificação de indivíduos como ecocêntricos ou antropocêntricos podem ou não colaborar

nos processos de implementação das licitações sustentáveis em órgãos da administração pública.

- f. Identificar os obstáculos para colocar em prática as licitações sustentáveis, considerando a existência de normativos que determinam sua implementação.
- g. Identificar a existência de fornecedores ou potenciais fornecedores de produtos sustentáveis – locais regionais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. O. B.; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A. B. **Gestão Ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. 2ª ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2002.

BRASIL. Advocacia Geral da União. **Guia Prático de Licitações Sustentáveis** - 3ª Edição Disponível em: http://agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/138067. Acesso em: 10 de jul. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 04 de marc. 2016.

BRASIL. **Decreto Federal 7.746 de 5 de junho de 2012**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm. Acesso em: 04 de jun. 2016.

BRASIL. **Lei 8.666 de 21 de junho de 1993** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm. Acesso em 08 de jun. 2015.

BRASIL. **Lei 12.349, de 15 de dezembro de 2010.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em 04 de jul. 2016.

BRASIL. **Lei 12.349, de 15 de dezembro de 2010.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12349.htm. Acesso em 04 de jul. 2016.

BRASIL. CNS - Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Brasília, 2012 [citado 2016, jul 23]. Disponível em: http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_12.htm. Acesso em: 01 de fev. 2016.

BRASIL. MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Licitação sustentável.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/eixos-tematicos/item/526>. Acesso em: 10 de jul. 2015.

BRASIL. MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental na administração pública-Cartilha da A3P.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p> Acesso em: 18 de jul. 2016.

BRASIL. MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instrução Normativa 01 de 19 de janeiro de 2010.** Disponível em: <http://comprasnet.gov.br/legislacao/legislacaoDetalhe.asp?ctdCod=295> Acesso em: 18 de jul. 2016.

CALSING, E. **Ferramentas de gestão da responsabilidade social nas organizações.** Responsabilidade Social V. Brasília, série Rede SESI de Educação. Vol. 13. Brasília: SESI/DN, 2010.

CABESTRÉ, S. A; GRAZIADEI, T. M.; POLESEL FILHO, P. **Comunicação estratégica, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental: um estudo destacando os aspectos teóricos-conceituais e práticos.** Revista do Centro de Ciências da

Comunicação - CECC. v.7, 2008. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/%EE%80%80conexao%EE%80%81/article/viewFile/151/142>. Acesso em: 01 de jun. 2016.

Clóvis Cavalcanti (Org.) André Furtado, AndriStahel, Antônio Ribeiro, Armando Mendes, Celso Sekiguchi, Clóvis Cavalcanti, Dália Maimon, DarrellPosey, Elson Pires, Franz Brüseke, Geraldo Rohde, Guilherme Mammana, Héctor Leis, Henri Acselrad, Josemar Medeiros, José Luis D'Amato, Maria Lúcia Leonardi, Maurício Tolmasquim, Oswaldo Sevá Filho, Paula Stroh, Paulo Freire, Peter May, Regina Diniz, Antônio Rocha Magalhães. **DESENVOLVIMENTO E NATUREZA: Estudos para uma sociedade sustentável.** INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundacao Joaquim Nabuco, Ministério da Educacao, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro 1994. p. 262. Disponible en la World Wide Web: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>. Acesso em 12 de jun. 2015.

DAMASCENO, N.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. **O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará.** Rev. Econ. Sociol. Rural [online]. 2011, vol.49, n.1, pp.129-156. ISSN 0103-2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032011000100006>. Acesso em 21 de jan. 2017.

DELGADO, J. A. **Do conceito de licitação ao seu objeto.** Revista Forense, v.79, nº 283, p. 15-35, jul./set. 1983. Disponível em: http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/9542/Do_Conceito_de_licitacao_ao%20_seu_Objeto.pdf.

DIEGUES, A. C. S. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis.** São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v.6, n.1-2, p. 22-29, 1992.

FAGGIONATO, S. Percepção ambiental. Texto disponibilizado em 2002. Disponível em: http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt4.html
Acesso em: 21 de jul. 2016.

FERNANDES, R. S.; SOUZA, V. J. DE; PELISSARI, V. B.; FERNANDES, S. T. **Uso da Percepção como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental.** FCHT, Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica. Projeto Difusão Tecnológica em Recursos Hídricos. São Paulo, jun./2002.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREITAS, D. D. de; ALVES, F. D.; BITTENCOURT, J. A. N. **Ex-Libris Estudos Jurídicos da Ulbra campus Cachoeira do Sul/** Daniel Dottes de Freitas; Felipe Dalenogare Alves; João Alexandre Netto Bittencourt. São Paulo: Perse, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUNTHER, E.; SCHEIBE, L. **The Hurdle Analysis. A Self-evaluation Tool for unicipalities to Identify, Analyse and Overcome Hurdles to Green Procurement.** Corporate Social Responsibility and Environmental Management, v. 13, p.61-77, 2006.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

Licitações Sustentáveis – conceitos e princípios. Disponível em <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/eixostematicos/licita%C3%A7%C3%A3osustent%C3%A1>. Acesso em 20 de jun.2

MACEDO, R. L. G. **Percepção e conscientização ambiental.** Lavras, MG: Editora UFLA/FAEPE, 2000. 132p.

MARCONI, E. M.; LAKATOS, M. A. **Metodologia Científica: Ciência e Conhecimento Científico, Métodos Científicos, Teoria, Hipóteses e Variáveis, Metodologia Jurídica**/ Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARCONI, E. M.; LAKATOS, M. A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MASSON, I. **A Gestão Ambiental Participativa: possibilidades e limites de um processo de múltiplas relações**: Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental. 165 f. 2004.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005. 347p.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 29. Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

MENDES, R. P. R. **Percepção sobre o meio ambiente e Educação Ambiental: o olhar dos graduandos de ciências biológicas PUC-BETIM**. Dissertação (Mestrado). 2006.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MIRANDA, D. J. P. **Educação e Percepção Ambiental: O despertar consciente do saber ambiental para a ação do homem na natureza**. Revista eletrônica de Mestrado em Educação Ambiental, v.19, jul./dez. de 2007.

MOTA, J. A. **Modelo de desempenho econômico-financeiro de empresas do setor produtivo estatal através de análise discriminante**. Brasília: Universidade de Brasília, 1994

PACHECO, E.; SILVA, H. P. **Compromissos epistemológicos do conceito de percepção ambiental**. 2006. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/EserPacheco.pdf>. Acesso em 18 de jul 2016.

PANCERI, B. **O Campo do Saneamento Ambiental Rural: estudo das percepções hábitos e Gênero na visão comunitária e institucional**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental/UFSC, Florianópolis, 1997.

PENNA, A. G. **Percepção e realidade: introdução ao estudo da atividade perceptiva**. 3. ed. São Paulo: Mercúrio Star, 1982.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

SAVITZ, A. W., WEBER, K. **A Empresa Sustentável: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007

STEVENSON, W. J. **Estatística aplicada à Administração**. SÃO PAULO: HARBRA, 2001.

STRANZ, A. *et al.* **Projeto Universidade Solidária - Transmitindo Experiências em Educação Ambiental**. In: ZAKRZEWSKI, Sônia B. B., VALDUGA, Alice T. DEVILLA, Ivano A. (orgs). **Anais do I Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental**, II Simpósio Gaúcho de Educação Ambiental, XVI Semana Alto Uruguai do Meio Ambiente. Ed. EdIFAPES. Erechim – RS. p. 222. 2002.

THOMPSON, C. G.; BARTON, M. A. **Ecocentric and anthropocentric attitudes toward the environment.** Journal of Environmental Psychology, Thousand Oaks, CA, v. 14, n. 2, p. 149-157, June 1994.

UK SUSTAINABLE PROCUREMENT TASK FORCE. **Procuring the Future.** London: Department for Environment, Food and Rural Affairs, 2006. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/69417/pb11710-procuring-the-future-060607.pdf. Acesso em 21 de jul. 2016.

VARNAS, A; BALFORS B.; FAITH-ELL, C. Environmental consideration in procurement of construction contracts: current practice, problems and opportunities in green procurement in the Swedish construction industry. **Journal of Cleaner Production**, v.17, p.1214–1222, 2009.

VEIGA, J. E. D. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI.** 3ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. quando ao recipiente, frequência e coleta dos resíduos. Fonte: Análise dos questionários.

PROPOSIÇÃO DE UMA METODOLOGIA PARA COMPRAS SUSTENTÁVEIS NO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE – CAMPUS LAGARTO

Diná Faustino Bezerra

Márcia Batista da Fonseca

José Osman dos Santos

1. INTRODUÇÃO

As licitações públicas movimentam de forma expressiva a economia no Brasil e por isso, devem buscar integrar critérios de sustentabilidade. É perceptível o poder de compra do Estado através da Lei 12.349/2010 que inclui a terceira finalidade legal à licitação: a promoção do desenvolvimento sustentável, alterando o art. 3º da Lei 8.666/93. A esta integração dá-se o nome de compras públicas sustentáveis, que consistem numa importante ferramenta de estímulo ao desenvolvimento sustentável (Araújo al, 2016, p. 01).

A definição mais aceita para desenvolvimento sustentável surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas (ONU) para dar harmonia entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. Assim, segundo esta comissão, desenvolvimento sustentável é: “O desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro” (LEITE, 2011).

A sustentabilidade é formada por um tripé de conceitos básicos, desenvolvimento harmônico do ambiental, social e o econômico, cada um destes aspectos deve estar interligado de forma bem definida. A

manutenção do Meio Ambiente equilibrado é uma obrigação de todos, com conceitos estabelecidos em Lei.

O país enfrenta o desafio do desenvolvimento sustentável contraposto com uma correta consideração dos custos ambientais envolvidos. Neste momento, é de notoriedade a aplicação dos conceitos de sustentabilidade empregados no governo brasileiro. Como exemplo disso, é citada a prevalência de iniciativas não corroborantes com a degradação da natureza, diferentemente do passado, quando os recursos naturais eram explorados à exaustão. São exemplos destas medidas a tributação ambiental, a legislação vigente se posiciona favorável ao meio ambiente. XI

Apoiados pela legislação vigente em conjunto com a Sociedade a qual seus eventos em prol do movimento e das ações sustentáveis, houve uma multiplicação das compras sustentáveis nacionais e internacionais, objetivando atender os acordos e recomendações das Conferências das Nações Unidas, relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento humano. Outros eventos também impulsionam o movimento sustentável, a exemplo Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), cuja principal finalidade é o novo padrão de consumo, ecologicamente correto. Esta agenda é definida por Chelala (2012, p. 50) como:

[...] um projeto estratégico de gestão pública, iniciado no Ministério do Meio Ambiente, em 1999, cuja finalidade principal é promover uma revisão dos padrões de produção e consumo, e a adoção de novos referenciais em busca da sustentabilidade no âmbito da Administração Pública.

Silva (2016) mostra que as contratações sustentáveis no Brasil são insipientes, representam uma estimativa na proporção de 15% a 20% do Produto Interno Bruto (PIB), vem crescendo nos últimos anos e podem contribuir positivamente para que os agentes econômicos passem a investir na produção de bens e serviços ambientalmente sustentáveis.

Este fato levou o governo federal a investir, com maior ênfase, na normatização das denominadas compras públicas sustentáveis.

Este trabalho tem interesse complementar ao Instituto Federal de Sergipe (IFS), na visão de contribuir com ações sustentáveis. Em 2014, foi lançada a primeira proposta no viés socioambiental, o programa IFS Sustentável, iniciativa da Reitoria do IFS, que teve como foco a perspectiva de a Instituição ser consumidora de produtos ecologicamente corretos. Atualmente o nível de consumo de produtos sustentáveis é baixo, isso motiva a necessidade de conscientização e ações socioambientais através da adoção de novos padrões de consumo ecologicamente corretos.

E neste sentido, a partir das informações da coordenação de licitações, houve a constatação da não utilização dos critérios sustentáveis nas compras públicas num nível interessante diante apoio da legislação. Este estudo indaga se a existência de uma metodologia de compras sustentáveis no âmbito estatal, mais precisamente no Instituto Federal de Sergipe (IFS) *Campus* Lagarto facilitaria a adoção de licitações sustentáveis na instituição. Indaga-se ainda, quais os problemas enfrentados pelo IFS, no tocante a obtenção de produtos via compras sustentáveis.

O IFS - *Campus* Lagarto influencia a economia da cidade através dos contratos administrativos de prestação de serviços e manutenção, pois o órgão contrata pessoas dregião, por facilidade de deslocamento, redução de custos de locomoção, assim favorecendo a mão de obra local, gerando ação socioeconômica e ambiental positiva. A economia da cidade de Lagarto é expressivamente pautada nos produtos agrícolas, com destaque no cultivo de e plantas cítricas. Na criação têm-se os rebanhos bovinos, equinos, ovinos, suínos; e os galináceos. (IBGE, 2016).

A administração do *Campus* Lagarto mostra-se sensível a questão, e disposta a contribuir com a nova fase das licitações sustentáveis seguindo o exemplo dos demais órgãos e instituições de ensino, a exemplo da Advocacia Geral da União - AGU, Fundação Osvaldo Cruz

(FIOCRUZ), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Universidade de Santa Catarina (USC).

Pretende-se também com este trabalho avaliar o nível de percepção das pessoas envolvidas com setor de compras, acerca de sustentabilidade e compras públicas sustentáveis, além de identificar os principais entraves, a partir dos resultados, apresentar e construir uma proposta de forma a dinamizar as contratações incluindo parâmetros sustentáveis que servirão de base para as futuras contratações.

Parte-se, portanto da hipótese de que a reduzida quantidade de compras sustentáveis no IFS *Campus* Lagarto é fruto da inexistência de uma metodologia adequada que oriente os responsáveis pelas licitações a adquirirem produtos e serviços sustentáveis.

1.1 Objetivo geral

O objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta de metodologia de compras sustentáveis através de diretrizes normativas, a fim de fornecer ao IFS- *Campus* Lagarto um conjunto de ferramentas para auxiliar a Instituição no cumprimento da legislação acerca das compras sustentáveis

1.1.1 Objetivos Específicos

- Elencar os entraves no processo de compras sustentáveis;
- Identificar as modalidades de compras realizadas na esfera do IFS-*Campus* Lagarto, e as etapas nas quais serão inseridos os critérios ambientais e sociais;
- Propor os requisitos de sustentabilidade a serem pedidos para as diversas categorias de materiais de consumo e permanente;

- Investigar nível de percepção com os atores envolvidos com setor de compras, acerca de sustentabilidade e compras públicas sustentáveis.

1.2 Justificativa

No cenário da gestão de compras do IFS – Campos Lagarto constata-se pequenas compras sustentáveis a exemplo do papel reciclado. Estas compras são realizadas por adesão a atas de registro de preço (carona)¹⁶, na maioria das vezes da Reitoria. Pretende-se com este trabalho construir uma ferramenta que inclua parâmetros sustentáveis que servirão de base para as futuras contratações. A construção desta proposta irá facilitar as licitações sustentáveis, incorporadas a ações sustentáveis em suas práticas administrativas, conjuntamente com os programas já instituídos na esfera do governo federal.

O *Campus* Lagarto movimenta um volume de recurso expressivo, com um orçamento anual de R\$ 4.198.400,00 (quatro milhões cento e noventa e oito mil e quatrocentos reais), 55% deste orçamento é destinado as despesas de custeio, um valor significativo que movimenta a economia do Estado (SIAFI- SISTEMA INTEGRADO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL, 2016).

A relevância deste estudo está em propor uma mudança das formas de contratação do IFS *Campus* Lagarto, com inclusão de critérios de sustentabilidade.

Para tanto, o estudo utiliza-se da aplicação de um questionário com vistas a capturar informações dos gestores relacionados ao processo de compras da instituição acerca de principais entraves para adoção dos critérios de sustentabilidade.

Fazer das compras públicas um instrumento econômico capaz de estimular padrões de consumo e incluir critérios ambientais na aquisição de bens e serviços na administração pública, é um dos objetivos da

proposição de uma metodologia de compras sustentáveis. A aplicação do conceito de sustentabilidade é um desafio para os gestores públicos, tomadores de decisão e operadores do setor de compras, pois devem conciliar as dimensões econômica, ambiental e social nas licitações.

A adoção de práticas sustentáveis a médio e longo prazo, do ponto de vista de ambientalistas, garante um planeta em boas condições para o desenvolvimento das diversas formas de vida, inclusive a humana. E como resultado dessas boas práticas, a boa qualidade dos recursos naturais necessários para as próximas gerações. A criação de atitudes pessoais e empresarias voltada para o consumo consciente, gestão sustentável no setor público, diminui o desperdício de matéria-prima e promove o desenvolvimento de produtos com baixo impacto ambiental. Além de trazer vantagens econômicas, com base nos custos de médio e longo prazo – o que inclui todo o ciclo de vida do produto.

A equipe de licitações do IFS – *Campus* Lagarto não detém de forma plena, uma prática sustentável, nem metodologia para aquisição de produtos ecologicamente corretos, fato que fica evidente nos editais licitatórios desta instituição.

A execução desta pesquisa pode denotar um cunho de diretriz inovadora, ao nortear por meio de uma metodologia os procedimentos a serem adotados nas compras sustentáveis desta Instituição. Desta forma, a administração do IFS terá mais subsídios técnicos para avaliação de aquisição de produto ecologicamente corretos.

Reconhecidas pela Agenda 21¹⁷ como um instrumento para alcançar a sustentabilidade, as compras públicas sustentáveis são um instrumento para efetivação da política de produção, consumo sustentável e transição para uma economia verde, com a justificativa econômica e social (STEINER, 2011).

Segundo Barki e Silva (2012) o desenvolvimento sustentável, tema de discussões nas últimas décadas, é criticado por diferentes correntes teóricas, no que diz respeito a sua aplicação, sendo considerado como conceito político. Nesse contexto ele foi colocado em destaque com a

iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU, 1987) que inseriu a expressão em circulação em encontros internacionais que gerou a publicação do Relatório “Nosso Futuro Comum”. O conceito apresentado neste relatório revela a necessidade da harmonia das três dimensões sustentáveis.

Segundo o Ministério do Planejamento (2016), o conceito de sustentabilidade vem ganhando força nas discussões políticas da Administração Pública. O setor público está sensível a nova realidade com a aceitação do papel de disseminador de transformações estruturais nos setores produtivos e de consumo sustentáveis. A consequência disso é a consideração de critérios ambientais, econômicos e sociais na legislação brasileira. Dessa forma, o Estado passa a ser um detentor da proteção do meio ambiente e do desenvolvimento econômico e social.

O setor público destaca-se por estar entre os grandes consumidores do mercado. Assim, a primeira razão para incluir critérios ambientais nas contratações públicas e ajustar-se à nova realidade ambiental, se tornando um fator diferencial em competições internacionais do século XXI (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2016).

A segunda razão é o menor impacto ambiental desses produtos. O reconhecimento do maior custo dos produtos sustentáveis, comparando-se os benefícios a médio e longo prazo torna-se um problema contornável. Isso deve-se a redução dos gastos do Estado com reparação de danos ambientais, pois ao ter maior durabilidade, leva-se ao menor consumo de energia e materiais (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2016).

O dever do Estado de cuidar do meio ambiente é a terceira razão. Ele deve promover o desenvolvimento sustentável, por meio dos editais de licitações, de critérios ambientais, exigências sociais e econômicos nas contratações públicas.

2. CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS (CPS): ASPECTOS JURÍDICOS E DE GESTÃO PÚBLICA

As licitações públicas sustentáveis obtiveram importância significativa por ser o marco legal das contratações. Esta evolução tende a diminuir o número de processos judiciais entre os licitantes que poderiam ser obstáculos à essa prática. O Tribunal de Contas da União (TCU), decidiu sobre esta temática, que a administração pública deve inserir os critérios ambientais nas compras públicas, com a ressalva de ser inserido paulatinamente de modo a preparar os fornecedores a se adequar à nova realidade (MOURA, 2013, p. 29).

A legislação brasileira já dá passos ao norte das compras sustentáveis, ao verificar o citado pela Lei 12.349/ 2010, que inclui uma terceira finalidade legal a licitação, a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, alteração promovida no art. 3º da lei 8666/93, apresenta: A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos [...]

Neste sentido é perceptível que o Estado assuma a função de garantir a justiça social. Ao interpreta-se o artigo citado, a luz a Constituição Federal conclui-se que o desenvolvimento nacional sustentável comporta três valores: social, econômico e ambiental (ARAÚJO *al*, 2016).

A Instrução Normativa (IN) nº 01, de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), foi um dos marcos na implementação das contratações, e aponta a importância de se especificar com critérios ambientais bens, serviços e contratos de obras públicas nos órgãos da administração pública federal. Estes

critérios devem ser inseridos nas licitações como critérios de julgamento, além dos critérios do tipo melhor técnicos ou técnica e preço.

No artigo 12 da Lei nº 8.666, de 1993, destaca-se a contratação de obras e serviços de engenharia, a mesma, de suma importância no setor público por movimentarem valores financeiros expressivos. Este artigo dispõe sobre as especificações e exigências do projeto básico ou executivo, para contratação. Desta forma deve-se elaborar na visão da economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

Em relação ao custo dos produtos sustentáveis, devem-se levar em conta aspectos relevantes, tanto por parte dos consumidores, como por parte do fornecedor. Em algumas áreas os produtos ambientalmente sustentáveis já se situam em um patamar de preços semelhantes aos produtos tradicionais, como é o caso dos computadores. A Universidade de São Paulo, por exemplo, adquiriu dois mil computadores, livres de chumbo, com eficiências energéticas e componentes recicláveis (BIDERMAN et al, 2011).

Segundo Coelho e Couto (2015, p.541) o Decreto nº 7.746/2012 instituir regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, destaca-se também na legislação para as contratações no setor público federal: expressa a possibilidade de inserção de critérios de sustentabilidade nas contratações; criação da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISCP), com a função principal de propor a implementação de critérios, práticas e ações de sustentabilidade e implementação de Planos de Gestão de Logística Sustentável, cujo detalhamento encontra-se na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10/2012.

Para o Ministério do Planejamento (2016), os passos mais importantes da fase interna são¹⁸:

1º.. Relacionar e identificar: bens, serviços e obras mais adquiridos e analisar viabilidade de adotar critérios de sustentabilidade nas licitações futuras, escolher produtos equivalentes com menor impacto ambiental e exigir práticas sustentáveis nas execuções dos serviços e obras.

2º.. Pesquisar os produtos sustentáveis disponíveis. Acessar o Portal de Compra do Governo Federal com Critérios de Sustentabilidade: Catálogo de Materiais do Governo Federal.

3º.. Inserir critérios e práticas sustentáveis de forma gradativa, com especificações técnicas claras e precisas dos produtos, bens e construções sustentáveis.

4º.. Incluir novos critérios nos editais de compras, serviços e obras.

5º.. Buscar trocar informações e experiências com outros gestores.

2.1 Histórico das principais Leis Ambientais do Brasil

Para compreender toda a mudança do setor público na direção da proteção ambiental é preciso compreender a evolução da legislação ambiental no Brasil. A Lei 6.938/81 conhecida como Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) tem por objetivo a preservação, melhoramento e recuperação da qualidade ambiental ideal para vida, assegura melhores condições de desenvolvimento socioeconômico, dar segurança nacional e proteção a vida humana, desta forma torna-se possível estabelecer os limites e a legitimidade das ações de proteção ao meio ambiente. Como também a avaliação dos impactos ambientais ocasionados pelas atividades humanas, utilizando-se os instrumentos destinados ao seu controle (PEREIRA; SANTOS, 2010, p. 150).

Para Benjamin (1999), a Constituição Federal de 1988, inaugurou uma nova fase de proteção ambiental, a mesma dedicou todo um capítulo ao “meio ambiente”, complementado por outros dispositivos

esparços que, direta ou indiretamente, cuidam também da matéria, como norma básica, de caráter fundamental, está posta no art. 225, transcreve-se:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. (BENJAMIN, 1999, p. 54).

Segundo Nakagawara (2015), duas leis podem ser consideradas marcos na legislação ambiental, transcreve-se:

1º: Lei 9.605/1998 – Lei dos Crimes Ambientais – Reordena a legislação ambiental quanto às infrações e punições. Concede à sociedade, aos órgãos ambientais e ao Ministério Públicos mecanismo para punir os infratores do meio ambiente. Destaca-se, por exemplo, a possibilidade de penalização das pessoas jurídicas no caso de ocorrência de crimes ambientais.

2º: Lei 12.305/2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e altera a Lei 9.605/1998 - Estabelece diretrizes à gestão integrada e ao gerenciamento ambiental adequado dos resíduos sólidos. Propõe regras para o cumprimento de seus objetivos em amplitude nacional e interpreta a responsabilidade como compartilhada entre governo, empresas e sociedade. Na prática, define que todo resíduo deverá ser processado apropriadamente antes da destinação final e que o infrator está sujeito a penas passivas, inclusive, de prisão.

Os editais devem estabelecer de forma clara esses critérios e especificações, objetivando a sustentabilidade ambiental para melhor avaliação e classificação das propostas, considerando também os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos

e matérias-primas (OLIVEIRA, 2010). O quadro I apresenta informações sobre a evolução das CPS no Brasil.

Quadro 1 – Legislação aplicadas no Brasil, segundo o Ministério do Meio Ambiente: normas gerais.

I - Lei N° 8.666, de 1993, alterada pela Lei N° 12.349, de 2010, que modificou o art. 3º, caput, da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, com vistas à promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
II - Decreto N° 5.450, de 2005, que regulamentou o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns.
III - Instrução Normativa N° 1, de 2010, que estabeleceu critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Pública Federal.
IV-Decreto N° 7.746, de 2012, que regulamentou o art. 3º da Lei N° 8.666 de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP

Para Nakagawara (2015), outras leis importantes a serem citadas estão elencadas no Quadro 2:

Quadro 2 – Evolução da Legislação Nakagawara (2015).

1979	Lei 6.766/1979 - Lei do Parcelamento do Solo Urbano – Estabelece regras para loteamentos urbanos, proibidos em áreas de preservação ecológicas, onde a poluição representa perigo à saúde e em terrenos alagadiços.
1981	Lei 6.938/1981 - Institui a Política e o Sistema Nacional do Meio Ambiente - Estipula e define, por exemplo, que o poluidor é obrigado a indenizar danos ambientais que causar, independente da culpa, e que o Ministério Público pode propor ações de responsabilidade civil por danos ao meio ambiente, como a obrigação de recuperar e/ou indenizar prejuízos causados.
1985	Lei 7.347/1985 - Lei da Ação Civil Pública – Trata da ação civil pública de responsabilidades por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e ao patrimônio artístico, turístico ou paisagístico, de responsabilidade do Ministério Público Brasileiro.
1997	Lei 9.433/1997- Lei de Recursos Hídricos – Institui a Política e o Sistema Nacional de Recursos Hídricos - Define a água como recurso natural limitado, dotado de valor econômico.
2000	Lei 9.985/2000 - Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – Entre seus objetivos estão: a conservação de variedades de espécies biológicas e dos recursos genéticos, a preservação e restauração da diversidade de ecossistemas naturais e a promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais.
2006	Lei nº 11.284/2006 - Lei de Gestão de Florestas Públicas - Normatiza o sistema de gestão florestal em áreas públicas e com a criação do órgão regulador (Serviço Florestal Brasileiro) e do Fundo de Desenvolvimento Florestal
2007	Lei 11.445/2007 - Estabelece a Política Nacional de Saneamento Básico - Versa sobre todos os setores do saneamento (drenagem urbana, abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos).
2012	Lei 12.651/2012 - Novo Código Florestal Brasileiro – Revoga o Código Florestal Brasileiro de 1965 e define que a proteção do meio ambiente natural é obrigação do proprietário mediante a manutenção de espaços protegidos de propriedade privada, divididos entre Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL).

2.2 Licitações verdes

As licitações verdes representam a inserção de critérios ambientais e sociais nas compras e contratações realizadas pela Administração Pública, priorizar com menor impacto ambiental.

Sustentabilidade em termos de facilidade para reciclagem, vida útil mais longa, geração de menos resíduos em sua utilização, e consumo consciente de matéria-prima e energia (OLIVEIRA, 2010).

A licitação sustentável é também conhecida como “compras públicas sustentáveis”, “eco aquisição”, “compras verdes”, “compra ambientalmente amigável” e “licitação positiva” (BIDERMAN, 2008). Para Oliveira (2010), do ciclo de vida do produto até o preço, passa a ter outra concepção, porque nem sempre o mais barato significa a melhor, tanto em termos de gastos como em quesitos ambientais.

A Lei de Licitações e Contratos, Lei 8.666/1993, teve seu conteúdo alterado pela Lei nº 12.349/2010 cuja origem foi a Medida Provisória nº 495/10, nº art. 3º incluiu a finalidade o desenvolvimento nacional sustentável. Com essa alteração, a licitação passou a ter mais um objetivo e desafio: além de optar pela proposta mais vantajosa, respeitar a isonomia e ainda promover o desenvolvimento nacional sustentável, sua inserção definitiva ocorreu em 2010, especificamente na Lei de Licitações e Contratos (COSTA, 2012).

Nas licitações sustentáveis destacam-se diversas fases, dentre elas o planejamento: o que, e como contratar; comparativamente deve-se verificar produtos e serviços que gerem menos danos ambientais. A luz da legislação ambiental incidente, na fiscalização contratual e na destinação adequada dos resíduos ambientais decorrentes da contratação. Pode-se então conceituar licitação sustentável como um procedimento administrativo que objetiva escolher a proposta mais vantajosa para a Administração Pública com respeito ao princípio da isonomia levando em consideração ainda critérios sustentáveis (COSTA, 2012, p. 03).

O MPOG criou o sobre Compras Públicas Sustentáveis (CPS), com orientações, artigos e demais informações potencializando do desenvolvimento sustentável. A exemplos, os projetos:

“TCU ecologicamente correto”, “Senado Verde”, “Programa Viver Direito”, do TJDF, “Licitação de computador Verde”, USP, AGU Naj São Paulo, “Agenda 21”, retratam a preocupação dos órgãos em praticar essa nova tendência de desenvolvimento sustentável (OLIVEIRA, 2010).

Para atender às novas necessidades da administração, o gestor deve consultar e identificar as melhores oportunidades do mercado. Os órgãos públicos devem introduzir gradativamente os critérios ambientais em suas licitações, pois a sociedade ainda está em fase de adaptação. Assim irá estimular o mercado e produzir essa nova leva de produtos e serviços ambientalmente corretos. Ao gestor deve conciliar no procedimento licitatório sustentável de forma a não deixar restrição a competitividade, avaliando os impactos ambientais, além de verificar a viabilidade por meio da disponibilidade no mercado de produtos com as características definidas nos termos de referência (COSTA, 2012, p. 20).

2.3 Ordem econômica, meio ambiente e tributação ambiental

A ordem econômica brasileira tem como base a valorização do trabalho humano na iniciativa privada, com objetivo de garantir toda existência digna, nos ditames da justiça social. Deixa assegurado aos órgãos públicos livre exercício da atividade econômica, salvo nos casos previsto em lei (BRASIL, 1988).

A ordem constitucional econômica destaca-se não só pela defesa da dignidade humana, como também pela defesa do consumidor, meio ambiente, desigualdades sócias, regionais, empregos incentivo as pequenas empresas que não obtiveram destaque na Constituição de 1946 (BASTOS; MARTINS, 1990).

Já os fundamentos econômicos existem o Princípio do Poluidor pagador:

Um dos problemas do sistema econômico são as externalidades, representadas pelos custos ou benefícios, de atividades que impõe a outrem ou à coletividade, [...], ou seja, que alguns produtos circulam sem o respectivo reflexo em seus preços, referente às vantagens ou prejuízos suportados pela sociedade (MORAIS *apud* TUPIASSU, 2006).

O direito ao meio ambiente, instituído no art. 225 da Constituição Federal (CF) de 1988, assegura justiça social ao garantir ao povo o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para utilização comum de todos, cabe ao Estado defendê-lo e controlar as atividades econômicas causadoras de impactos ambientais negativos, pois os recursos naturais não são inesgotáveis (BRASIL, 2011).

Antes da CF/88, não havia grande preocupação com o meio ambiente, apenas quando se tratava de utilidades individuais como: direito de vizinhança, proteção econômica da propriedade. A proteção ambiental não era sistêmica, haviam dispositivos legais para alguns casos isolados (MORAIS, 2016).

O sistema de gestão moderna é resultado da conexão entre a economia e meio ambiente. É uma proposta de esverdeamento da economia, tornando-se um sistema moderno, esta reconfiguração de atividades econômicas, oferece melhores retornos sobre os investimentos em capital natural, humano e econômico (YOUNG, 2011).

No âmbito nacional mais especificamente no ramo do Direito Tributário o Estado, cria incentivos através de tributos ou de incentivos fiscais, estimula atitudes a favor do meio ambiente. Os tributos podem ser de natureza: arrecadatória (fiscalidade) ou ter natureza de conduta humana para o alcance de determinados fins (extrafiscalidade). Os tributos apresentam eficácia para preservação ambiental (exemplo: crédito de carbono), proporcionam aos Estados várias formas de agir a favor do meio ambiente. (MORAIS, 2016).

Dentre os meios de prevenção e combate à poluição, existe um instrumento ambiental capaz de estimular condutas conscientes, “a Tributação ambiental”. Promotora de atitudes e postura de preservação ambiental, a mesma concede benefícios fiscais, fixação de alíquotas progressivas e seletivas, ainda reduz bases de cálculo de alguns tributos. Os tributos ambientais são as prestações pecuniárias exigidas pelo governo com finalidade de conservação, melhoria e reparação do meio ambiente. Os incentivos fiscais principalmente através da isenção de impostos, a progressividade e até a seletividade dos tributos representam um meio de caráter extrafiscal, com a finalidade de proteger o meio ambiente, através da isenção fiscal utilizada pelo poder público para efetivação do direito ambiental (SPAGOLLA, 2008).

Para Moraes (2016), são Extrafiscaisidades Taxas, Contribuição de Melhoria e Impostos. As Taxas são cobradas em razão do poder de polícia, ou seja, da utilização de serviços públicos, para as finalidades ambientais, existem dois casos utilizadas pelo Estado, o primeiro a contraprestação em decorrência da fiscalização e atividades que exijam licenciamento ambiental, no segundo, são colocados à disposição de serviços públicos, como exemplo a coleta de lixo. “Os impostos são facilmente aplicados aos fins ambientais, [...], podem ser concebidos de modo a inviabilizar determinadas atividades pautadas na degradação ambiental, perfeitamente condizente com a aplicação do princípio da seletividade” (MORAIS apud TUPIASSU, 2016).

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Foi realizada análise de documentos institucionais e da legislação, relacionados às licitações, e se utilizará da aplicação de questionários semiestruturados com o objetivo de avaliar os principais obstáculos para adoção dos critérios de sustentabilidade. Além de capturar a percepção dos gestores internos do *Campus* Lagarto sobre o processo de comparas sustentáveis na instituição.

A pesquisa de cunho documental, de caráter qualitativo-descriptivo e que se utiliza de pesquisa bibliográfica com o objetivo de avaliar o cenário das licitações sustentáveis, as boas práticas, legislação vigentes para adoção dos critérios de sustentabilidade na administração pública. Além da aplicação de questionários semiestruturados, com o objetivo de avaliar os entraves para adoção dos critérios de sustentabilidade e capturar a percepção dos gestores internos do IFS, que atuam direta ou indiretamente com compras.

Entretanto, para definir as modalidades de compras realizadas na esfera do IFS-*Campus* Lagarto, realizou-se um levantamento dos processos de compras do *Campus* dos últimos dois anos, para verificar se os requisitos de sustentabilidade estão sendo atendidos para as diversas categorias de materiais: permanente, de consumo e obras.

A pesquisa bibliográfica apresenta informações em livros, artigos científicos, revistas da área de ciências ambientais, de direito e administração, além de teses, dissertações, Leis, Decretos, Instruções Normativas (IN), Portal Google acadêmico, capes e sites que tratem do assunto.

A área de estudo, foi a cidade de Lagarto onde o *Campus* fica situado. A cidade de Lagarto fica na região centro-sul do estado de Sergipe, maior cidade do interior, com população estimativa de 103.188 habitantes. Economicamente o Município possuiu um produto interno Bruto (PIB) de 1.187.423,09 (um milhão cento oitenta e sete mil quatrocentos e vinte e três reais e nove centavos) com um PIB per capto de 11.835,17 (onze mil oitocentos e trinta e cinco reais e dezessete centavos) dados de 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira etapa foi realizada pesquisa bibliográfica e documental. Esta etapa da pesquisa envolve documentos institucionais relevantes,

trata-se de processos de compras de material de consumo, permanente e contratação de serviços e solicitado relatórios institucionais do almoxarifado, através do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos-SIPAC. Foram relacionados documentos e informações do período de 2014 a 2016 deste *Campus*, dos quais se destacam os produtos mais adquiridos nesse período: apagador para quadro branco, caixa arquivo - plástico corrugado, papel a4, material apergaminhado, cor branca, pincel quadro branco, pilha recarregável AAA, copo descartável, material propileno, capacidade 200ml, lâmpada fluorescente 32 w, etc.

Os principais atores envolvidos tanto no planejamento, como na realização de CPS nesta fase estiveram apostos: o diretor, gerentes e coordenadores do almoxarifado e o Coordenador de licitações. Pode-se supor que um dos motivos de *Campus* Lagarto não usar das práticas sustentáveis seja a equipe de trabalho, bastante reduzida (em anos anteriores), um dos motivos de aderir a ata de registro de preço de outros *Campi*.

Na segunda etapa da pesquisa fora realizada a análise dos processos de compras de material de consumo, permanente e contratação de serviços. Constatou-se que:

1. O *Campus* Lagarto não realizou processos licitatórios de forma direta, as únicas licitações que realizadas foram o pregão 01/2015 (equipamentos para laboratório de física moderna, material permanente) e pregão 01/2016 (material de refrigeração, material de consumo). Segundo a Coordenadora de Licitações, as compras citadas não se utilizaram critérios de sustentabilidade.
2. As aquisições foram realizadas através de adesões a atas de registro de preço ou como órgão participante em pregões realizados por outros órgãos.

3. Em relação aos contratos de prestação de serviços analisados, evidencia-se aplicação dos critérios sociais nas contratações, por conta da fiscalização, se não for aplicado, o edital corre-se risco de impugnação. Geralmente só são exigidas as questões previstas na legislação trabalhista como: encargos trabalhistas e proibição de trabalho infantil (TEIXEIRA,2013).

Sistema de Registro de Preços importa algumas vantagens para a Administração Pública, dentre elas a possibilidade do “carona” é uma forma inteligente e vantajosa para ser utilizada pelos entes públicos (GONÇALVES, 2013).

A finalidade do processo de aquisição por carona é solicitar a compra de itens de pregões vigentes gerenciados por outros órgãos. É relevante a devida justificava, com comprovação que os itens desejados estejam previstos no edital do pregão, a Ata de Registro de Preço-ARP, durante sua vigência (terá validade máxima de um ano, Lei nº 8.666/93, art. 15), poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Pública, mediante anuência do órgão gerenciador. Esse procedimento o “carona” ou “adesão”, é regulamentado pelo Decreto nº 7892/2013⁴ (ALVARES, et al, VIEIRA, 2013).

4. Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

A principal aquisição sustentável do *Campus* Lagarto foi a compra poste Solar, através de ata de registro de preços do *Campus* Aracaju (pregão nº 30/2013), realizada em novembro 2013. Essa ata teve além do IFS Lagarto, participaram também Institutos Federais de outros Estados, a exemplo o instituto do Ceará e Paraíba.

Segundo o coordenador do almoxarifado, à época, a instalação definitiva dos 05 postes solares no *Campus* ocorreu em 15.02.2016, em virtude de procedimentos administrativos internos, o tombamento dos bens via sistema de controle patrimonial Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC). A etapa de instalação

foi complexa em virtude da dificuldade de aquisição de matérias e mão de obra especializada, isso ocasionou o atraso da instalação. Cada poste custou na época R\$ 2.916,00, foram adquiridos 05 postes, totalizando R\$ 14.580,00. Processo Administrativo nº 23290.000512/2013-86).

A grande massa dos envolvidos diretamente no processo compras na instituição de ensino, 91,7% não participaram de cursos e eventos, sobre a aquisição de compras sustentáveis no setor público. Com relação ao conhecimento das políticas ambientais da instituição, 46% dos envolvidos diretamente no processo de compras, conhecem parcialmente as ações que versam sobre a sustentabilidade na instituição.

A cerca dos conhecimentos sobre as principais legislações, sabe-se que a Lei 8666/1993 é conhecida pela maioria dos participantes 63% conhecem parcialmente e 17% conhece totalmente. A Lei 10.349/2010 que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, apenas 4% dos entrevistados conhecem totalmente, enquanto 42% desconhecem totalmente.

Conforme os resultados apontados, há barreiras de conhecimento para obtenção de informações sobre a Legislação vigente, sendo elencadas por grau de importância as dificuldades de acesso a cursos e treinamento juntamente com a disponibilidade de tempo, em segundo plano aparece a dificuldade de acesso as informações internas do IFS e acesso a livro, periódicos e cartinhas explicativas.

Foi afirmado através do resultado a não existência de metodologia de compras sustentáveis, somente cerca de 13% dos entrevistados conhecem parcialmente ou totalmente estas políticas localizadas.

Um ponto importante, no processo de compras sustentáveis está na adequação dos produtos as necessidades dos requerentes. No IFS *Campus* Lagarto, os servidores ao necessitarem de matérias de consumo, fazem solicitação ao almoxarifado. Destes produtos sustentáveis constantes no CATMAT, são requisitados pelos servidores papéis A3 e A4 (62,5%), canetas esferográficas (25%), e 12,5 % solicitam outras matérias ou não fazem solicitações de produtos sustentáveis.

Os entrevistados também evidenciaram dificuldades em relação ao CATMAT.

É válido salientar a discursão com coordenadores, foi destaque a crise e o momento de contingência de despesas, sendo um empecilho para compras sustentáveis evidenciados nesse estudo em média 40% a 77% mais caros que os tradicionais.

O pedido de compra de material (PCM) é feito no meio imerso de problemas, 85% dos participantes enfrentaram algum tipo de problema e 36% dos entrevistados alegaram ser difícil ou muito difícil as especificações do PCM. Estes problemas decorrem por não encontrar descrição do material no Catmat e Comprasnet, a incerteza em saber se realmente os produtos apresentam benefícios ambientais e especificações no produto e posterior descarte e até dificuldades de especificação de material.

As dificuldades apontadas também em relação a cotação de preços de materiais (orçamentos). Este entrave é apresentado por 75% dos respondentes, sendo esta dificuldade associada aos fornecedores, pois ao perceberem que se trata somente de cotações não enviam os orçamentos e não deixam claros as especificações dos produtos.

Para a implementação de compras públicas sustentáveis no *Campus*, foram destacados alguns empecilhos, estes foram avaliados pelos entrevistados se haveriam de fato, problemas para implementação das CPS no *Campus* nestes pontos, e assim avaliaram positivamente a existência destes problemas: custos (70,8%); oferta insuficiente de produtos sustentáveis no mercado (72,9%); Falta de conhecimento por parte dos licitantes sobre o meio ambiente (70,8%) e Adoção de critérios de sustentabilidade (83,3%).

Os participantes reconhecerem dificuldade quanto às especificações dos produtos, PCM, e termo de referência, e avaliam como muito importante o IFS criar uma metodologia de compras sustentáveis (70,8%), iria reduzir ou até mesmos sanar os problemas existentes.

5. CONSTRUÇÃO DE METODOLOGIA DAS COMPRAS SUSTENTÁVEIS NO SETOR PÚBLICO

A construção uma prática metodológica com inserção dos critérios ambientais nas compras facilita a elaboração dos editais licitatórios desta instituição, além dos critérios da melhor técnica e técnica e preço, hoje são unicamente utilizados como parâmetros norteadores nas contratações.

A inserção de critérios sustentáveis de forma padronizada, facilita todo processo de compras e servirão de base não só para o *Campus* Lagarto, como também para os demais *Campi*. O atual cenário evidencia apoio as compras sustentáveis, mas a falta de normatização que auxilie a inserção desses critérios, que é uma barreira, o apoio da gestão é fundamental pois apesar dos produtos e bens sustentáveis representar maior custo, demonstrar a médio e longo prazo seu custo-benefício, dentre eles durabilidade e menor pegada ecológica.

Nesse sentido, fomentar a importâncias das compras ecologicamente corretas, buscar transformar as licitações em instrumentos de gestão ambiental, com vista à inserção de inovações na gestão da organização, contribui para que a Instituição tenha compromisso ambiental, exercendo seu poder de compras sustentáveis.

Para Leap (2016), A aquisição de produtos ecologicamente corretos, apresentam algumas vantagens: (a) maior eficiência e níveis de sustentabilidade adequados pelo mesmo custo; (b) maior competência e capacidade para inovar; (c) maior credibilidade junto da comunidade residencial e comercial; (d) maior cumprimento da legislação ambiental. As considerações citadas são fundamentais para substanciar uma metodologia de compras sustentáveis.

A proposição de uma metodologia de compras sustentável implica inicialmente em apoio institucional da administração do *Campus*. A partir desta aceitação seguem-se algumas ações:

1. Campanha de conscientização ambiental dos servidores;
2. Capacitação dos atores envolvidos de forma direta, acerca da Legislação vigente, para inserção dos critérios sustentáveis nos editais licitatórios;
3. A criação de uma orientação normativa interna com estabelecimento de metas de compras de produtos sustentável;
4. Padronização dos fluxos dos processos administrativos, com detalhamento das responsabilidades dos agentes envolvidos;
5. Criação de um fluxo diretor da possibilidade de compra de produtos sustentável em detrimento do tradicional de acordo com a legislação;
6. Fiscalização com detalhamento adequado, os objetos que serão fiscalizados que possuam diferenciação devido a especificidade dos produtos sustentáveis;
7. Apresentação das possibilidades de compras num nível tecnológico avançado de sustentabilidade para fazer uso nos meios de pesquisa e ensino por meio das coordenações dos cursos;
8. Criação de uma comissão permanente especializada em licitações sustentáveis;

A possibilidade da diretoria do *Campus* possa elaborar Portaria de Comissão de Ações e Critérios de Sustentabilidade, além de padronizar as ações que já são realizadas, será primordial. A exemplo de São Paulo que criou o decreto 42.836, de 02.02.1998, que estimula o consumo

do álcool para menor impacto ambiental. “O decreto 42.836, de 02.02.1998, determina que a frota da administração direta e indireta, preferencialmente, seja movida a álcool, devendo haver a motivação e a devida justificativa quando houver a aquisição de veículos bicomcombustível ou a gasolina” (FARIAS et al MARTINS).

A Padronização das especificações dos produtos solicitados sustentáveis, como: Equipamentos, com eficiência energética, lâmpadas, material de expediente, material de limpeza, equipamento de informática, produtos sem substâncias atóxicas, com objetivo de reduzir o consumo de energia e água, além de minimizar os impactos negativos ao meio ambiente (SANTOS, 2011).

A utilização do tripé da sustentabilidade, com detalhamento padronizado da despesa, características importantes que distinguem o material tradicional do sustentável. Com nível de informação adequado para atender as necessidades de seus usuários.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo central propor a criação de uma metodologia de compras sustentáveis no *Campus* Lagarto, considerando a sustentabilidade ambiental, social e econômica dos produtos e serviços, com aquisição bens de menor impacto ambiental.

Constatou-se através dos resultados da pesquisa de material bibliográfico, um nível baixo de aquisição de produtos sustentáveis, e essas aquisições não foram realizadas diretamente pelo *Campus*, foram realizadas através de Ata de Registro de preço de outros *Campi*.

O resultado da pesquisa de campo também aponta uma contradição: enquanto os respondentes apresentam preocupação com questões ambientais ao mesmo tempo não contribuem para adoção dos critérios ambientais na aquisição das CPS, pois os mesmos não costumam solicitar produtos sustentáveis, haja visto a relação dos

produtos mais requisitados. Sabe-se que existem no mercado versão sustentável desses produtos mais requisitados, a exemplo os materiais de consumo e de expediente. A inserção dos critérios de sustentabilidades será um desafio para gestão.

A falta de diretrizes explícitas em relação ao compromisso da administração pública com as CPS faz com que compradores públicos não invistam em inovar e inserir o tripé da sustentabilidade nos contratos (BRAMMER; WALKER, 2011). Assim fica evidente a importância do Estado no fortalecimento a evolução das CPS.

Foram evidenciados obstáculos para gestão aquisição. Dentre as principais barreiras destacadas pelos entrevistados em relação as CPS no momento atual, estão os elevados custos dos produtos sustentáveis em comparação dos produtos tradicionais, e dificuldades no preenchimento do pedido de mercadoria. Como já relatado anteriormente existem dificuldades entre os atores envolvidos, quanto às especificações dos produtos, do PCM, e quanto o termo de referência, os mesmos consideram muito importante o IFS criar uma metodologia de compras sustentáveis, pois iria reduzir os problemas existentes.

Nesse sentido, considerando os resultados da pesquisa para os objetivos deste trabalho, conclui-se que se torna indispensável criar mecanismos para adoção dos critérios ambientais para as aquisições de bens e serviços. A metodologia de compras sustentáveis fará com que aumente o nível dos produtos sustentáveis, pois direcionara para maior utilização legislação vigente, de acordo com tripé ambiental. Será um desafio e deve-se reunir esforços para pôr em pratica ações que terá retorno a médio e longo prazo, com melhor eficiência e menor pegada ecológica.

A prospecção de uma metodologia de compras sustentável, é uma proposta com complexa e delicada, pois envolve o princípio da economicidade relevante para gestão pública, e o meio ambiente também relevante no meio sócio ambiental. Este trabalho foi apenas um primeiro passo num longo caminho a percorrer. A conscientização

da importância da implantação de uma metodologia padronizada de compras sustentáveis no IFS *Campus* Lagarto.

No Brasil vários órgãos públicos já adotaram de manuais sobre compras sustentáveis. Esses Órgãos desenvolveram seus próprios manuais, dentre eles a AGU, Universidade Federal de Santa Catarina, em conformidade com seu cenário institucional, a utilização dos mesmos trouxe a maior celeridade em seus processos e contribuíram para o tripé da sustentabilidade, o equilíbrio entre o ambiental, social e o econômico ambiental.

Em termos de recomendações para trabalhos posteriores, se faz necessário uma pesquisa sobre o acompanhamento da implantação e execução desta metodologia de compras sustentáveis e posteriormente a criação de um manual próprio a exemplo dos órgãos públicos citados neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, M. A. C.; LOPES, A. M. D.; SILVA, E. V. Contratações sustentáveis na administração pública brasileira: a experiência do Poder Executivo Federal, **REB. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, n. 48(1), p. 207-235, jan. /Fev. 2014.

AMARAL, C.; ASCHER, P.; MAY, H. P.; MILLIKAN, B. [et al....].

Instrumentos Econômicos para o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira: experiências e visões. Ministério do

Meio Ambiente. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

Disponível: http://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao30012009115059.pdf. Acesso em: 29 maio. 2016.

ALMEIDA, R. C. **Certificação florestal: uma análise dos protocolos do FSC para emissão de selo verde e das normas estatais para licenciamento florestal no estado do Pará, 2012.** Disponível em: <http://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Dissertacoes/2012/>

RAIMUNDO%20DA%20COSTA%20ALMEIDA.pdf. Acesso em 05 ago. 2016.

ALVARES, K. P.; DEMARTINO, N. M.; SANT'ANNA, F. S. P.; SILVEIRA, B.; SOUZA, M. C.; VIEIRA, T. M. **Manual de compras sustentáveis da UFSC**. Florianópolis: [s.n.]. Disponível em: http://comprassustentaveis.ufsc.br/?page_id=23. Acesso em 2016.

ARAÚJO, D. R. W.; MACHADO, A. C.; RIBAS, E. M.; SILVA, C. R.; SILVA, N. D.; VARESCHINI, J. M. L. Coluna jurídica da Administração Pública, **JML Consultoria & Colaboradores**. Disponível em: <https://www.jmleventos.com.br/pagina.php?area=colunajuridica&pag=2>. Acesso em: 23 jul. 2016.

BANCO DE PREÇOS: Disponível em: <https://www.bancodeprecos.com.br/Account/LogIn?ReturnUrl=%2f>. Acesso em 17/01/2017, às 17 h: 57 min.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos da Metodologia Científica**, 3ª ed. São Paulo. 2007.

BARKI, T. V. P.; SILVA, R. C. Compras públicas compartilhadas: a prática das licitações sustentáveis. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 63, n.2, p. 157-175, abr./jun. 2012.

BASTOS, C. R.; MARTINS, I. G.; **Comentários à Constituição do Brasil**. 7º Volume. São Paulo: Saraiva. 1990.

BENJAMIN, A, H, V. INTRODUÇÃO AO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO. Ver. **RDA**. v. 4, n. 14, abr./jun. 1999.

BIDERMAN, R.; MACEDO, L.; MAZON, R.; MONZONI, M. Guia de compras públicas sustentáveis Uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável. Compras Sustentáveis do Ministério do Meio Ambiente, 2011. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/guia_compras_sustentaveis.pdf. Acesso em: 19 dez. 2015.

BORGES, J. C. P. **Licitações Sustentáveis: seus desdobramentos no âmbito das Instituições Federais (IFES): O caso da Universidade Federal do Paraná**, 2011. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Jose%20Clovis%20Pereira%20Borges.pdf>. Acesso em: 09 set. 2016.

BRAMMER, S.; WALKER, H. Sustainable procurement in the public sector: an international comparative study. **International Journal of Operations & production management**, Vol. 31, 4. Ed. 2011, pp. 452 – 476. Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/01443571111119551>. Acesso em: 23 jul. 2016.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Portal da Legislação, Brasília, 21 jun. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm. Acesso em: 23 jul. 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento, orçamento e Gestão. Secretária de logística Tecnologia e Informação. Planos de gestão de logística sustentável: Contratações Públicas Sustentáveis. **Caderno de Estudo e Pesquisa 3: Instrumentos de viabilização da Política: Planos de Gestão de Logística Sustentável**, Brasília: MP-SLTI, 2014.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010. Altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Portal da Legislação, Brasília, 15 dez. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12349.htm. Acesso em: 23 jul. 2016.

BRASIL. IN SLTI/MPOG nº 01/2010. Disponível em: <http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacaoDetalhe.asp?ctdCod=295>. Acesso em 24 de maio 2016.

BRADESCO, Disponível em: <https://www.bradescosustentabilidade.com.br/site/>. Acesso em: 27 de fev. 2016

CARVALHO, D.G. licitações sustentáveis, alimentação escolar e desenvolvimento regional: uma discussão sobre o poder de compra governamental a favor da sustentabilidade, 2009. Disponível em: http://ricg.org/wp-content/uploads/legacy_content/biblioteca/archivos/Publicaciones/es/68/Gomez%20de%20Carvalho.pdf. Acesso em 09 de set. 2016.

CARVALHO, P. S. A.; FONSECA, M. B.; PAIXÃO, A. N. Pagamentos por serviços ambientais: um exercício de valoração do Parque cabo branco, **SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Maceió, 2016.

CHELALA, C. Economia verde: desafios para o setor público. **Planeta Amazônia Macapá**, n. 4, p. 45-59, 2012.

CHIAVENATO. **Introdução a Teoria Geral da Administração**, 7ª ed. Elsevier, Rio de Janeiro, 2003.

COSTA, C. E. L. As licitações sustentáveis na ótica do controle externo, Instituto Serzedello Corrêa, Brasília, 2011.

COELHO, C.; COUTO, H, L, G. Fatores críticos no comportamento do gestor público responsável por compras sustentáveis: diferenças entre consumo individual e organizacional. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, n. 49(2), p. 519-543, mar. /Abr., 2015.

FARIA, A. M. J. B.; POLI, A. C. G.; MARTINS, T. Compras sustentáveis – instrumento para uma Administração ambiental pública. **VIII Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração**. Disponível em: http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3267.pdf. Acesso em: 17 jan. 2017.

FREITAS P. G.; GAZONI, C; VALENTE, L. Compras Públicas Sustentáveis, Metodologias para Compras Públicas Sustentáveis, I. C. L. E. I. Governos Locais pela Sustentabilidade, 2010.

GEMELLI, D. A. O Princípio da Prevenção e Precaução nas Licitações Sustentáveis. **Rev. Controle Doutrina e Artigos**, 2015.

GONÇALVES, R.A.C. O "carona" no sistema de registro de preços conforme Decreto nº 7.892/2013, 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/23747/o-carona-no-sistema-de-registro-de-precos-conforme-decreto-n-7-892-2013>. Acesso em 27 de fev. 2017.

HEGENBERG, J. T. As compras públicas sustentáveis no Brasil: um estudo nas universidades federais. 2013. 255 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança pública) – Universidade tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

IBGE, Despesas e receitas orçamentárias e PIB: Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=280350&search=sergipe|lagarto|infograficos:-despesas-e-receitas-orçamentárias-e-pib>. Acesso em 15/09/2016.

IZAR, A. L., **Compras públicas ambientalmente sustentáveis em um contexto de greensupply chain management: um survey sobre o papel do treinamento ambiental, empowerment dos funcionários e fatores influenciadores externos**. Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/132494/000851616.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso 17/01/2017, às 17h :50 min.

LEITE, L. G. T. **Desenvolvimento Sustentável ambiental: parceria público-privada alternativa na gestão de resíduos sólidos urbanos**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Marília, Marília, 2011.

LOPES, J.; VARESCHINI, L. Coleção JML Consultoria, licitações públicas, 3º edição, Editora JML, Curitiba, 2014.

LEAP. Leap Gpp Toolkit. Disponível em: <http://www.leapgpp toolkit.org/index.php?id=3113>. 2006. Acesso em: 28 jun. 2016.

MEIO AMBIENTE, MINISTÈRIO DO MEIO AMBIENTE: Disponível em: <http://www.ministeriodomeioambiente.gov.br/mma-em-numeros/a3>. Acesso em 28/05/2015, às 23 h: 57 min.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Contratações Públicas Sustentáveis. Portal contratações públicas sustentáveis. Disponível em: <http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/compras-sustentaveis>. Acesso em: 19 mai. 2016.

MORAES, K.F. **Direito tributário e meio ambiente: Importância dos incentivos fiscais na preservação do meio ambiente**. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11938. Acesso em: 03 ago. 2016.

MOURA, A. M. M. As compras públicas sustentáveis e sua evolução no Brasil, **IPEA boletim regional**, urbano e ambiental, jan. /jun., 2013.

MIRA, E. Gestão ambiental na administração pública central portuguesa o caso da contratação pública: aquisições ecológicas e gestão de resíduos, 2011. Dissertação (Mestrado Cidadania Ambiental, Universidade Aberta, 2011).

NAKAGAWARA, Y. N. F. As principais leis ambientais brasileiras <http://www.teraambiental.com.br/blog-da-tera-ambiental/as-principais-leis-ambientais-brasileiras>. Acesso em: 29 de junho 2016.

OKTALA. O Que é Selo Verde, Disponível em: <http://www.ecologflorestal.com.br/sub/81.av>. Acesso em 26 de junho 2016.

OLIVEIRA, K.S. Licitação verde: sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços pela administração pública 2010. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/17687/licitacaoverde-sustentabilidade-ambiental-na-aquisicao-de-bens-e-servicos-pela-administracaopublica>. Acesso em: 29 de junho 2016.

O que é desenvolvimento sustentável? WWF BRASIL. Disponível em: http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/. Acesso em: 23 jul. 2016.

SANTIAGO, L. A. Aspectos das Licitações Sustentáveis. Disponível em: <http://www.licitacoessustentaveis.com/2009/08/apresentacao.html>. Acesso em: junho 2011.

SANTOS, R. M. T. **Compras públicas sustentáveis – a utilização do poder de compras do Estado no fomento de produtos ecologicamente corretos na Fiocruz. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública)** – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

SIAFI, Orçamento 2016. Disponível em: <https://siafi.tesouro.gov.br/siafi2016/demonstrativos/transacoes/condemcon.jsf?usuario=a6fb887e74dba3dd8ad16a1342a5d967>. Acesso em setembro 2016.

SILVA, M. J. L. O Tripé da Sustentabilidade, jan. 2013. Portal da Educação. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/biologia/artigos/30291/o-tripe-da-sustentabilidade#ixzz4Emxqx7Y>. Acesso em: 23 jul. 2016.

SILVA, R. C. Compras compartilhadas sustentáveis, Compras Governamentais. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/biologia/artigos/30291/o-tripe-dasustentabilidade#ixzz4Emxqx7Y>. Acesso em: 23 jul. 2016.

SPAGOLLA, V. S. M. Tributação ambiental: proposta para instituição de um imposto ambiental no direito brasileiro, 2008. Disponível em: <http://www.unimar.br/pos/trabalhos/arquivos/96d04aeb1f399e794093a6a194e1832c.pdf>. Acesso em: 03 ago 2016.

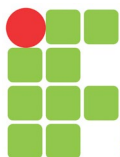
STEINER, A. Rumo a uma economia VERDE: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza. 2011. PENEUMA, Disponível em: http://web.unep.org/greeneconomy/sites/unep.org/greeneconomy/files/publications/ger/GER_synthesis_pt.pdf. Acesso em: 23 jul. 2016.

TEIXEIRA, M. F. F. B. Desafios e Oportunidades para a Inserção do Tripé da Sustentabilidade nas Contratações Públicas.SP.2013. Disponível: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13866/1/2013_MariaFernandadeFariaBarbosaTeixeira.pdf. Acesso em: 22 de maio. 2016.

VALENTE, M. A. L. Marco legal das licitações e compras sustentáveis na administração pública. 2011. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/documentos-epesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema1/2011_1723.pdf. Acesso em 30 de junho 2016.

VILLAC, T.; BLIACHERIS, M. W. Implementando licitações sustentáveis na Administração Pública Federal. Brasília: AGU, 2013. Disponível em: http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/138067. Acesso em 09 de set 2016.

APENDICE 01 - PEDIDO DE COMPRA DE MATERIAL



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SERGIPE

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

UNIDADE GESTORA

PEDIDO DE COMPRA DE MATERIAL

PCM NO: XX/ANO	

SETOR SOLICITANTE:
RAMAL DO SOLICITANTE:
E-MAIL DO SOLICITANTE:

SOLICITAMOS A AQUISIÇÃO DO MATERIAL ABAIXO ESPECIFICADO:

1 - OBJETO

Descrição genérica dos materiais que estão sendo pedidos categorizando-os como, por exemplo: materiais de consumo ou permanentes. E mais, se são materiais de expediente, elétricos, hidráulicos e/ou eletrônicos.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNID.	QUANT.	SETOR/ SERVIDOR BENEFICIADO	CÓDIGO CATMAT

2 – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Descrição detalhada de todos os elementos que constituem o objeto, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização.

Aqui deverão estar expressos, por exemplo, a medida, a capacidade, a potência, o consumo, a composição, a resistência, a precisão, a quantidade, a qualidade, o modelo, a forma, a embalagem, os requisitos de garantia, os de segurança, os acessórios, enfim, as características que propiciem tanto a formulação de propostas de preços pelas empresas como também o julgamento objetivo da melhor proposta e a conferência na entrega da mesma, tarefas realizadas por parte da Administração. Inclusive, listar as respectivas normas técnicas (ex: ABNT/INMETRO) e padrões de qualidades obrigatórias para o bem a ser comprado.

Todo material que serviu de base para a elaboração das especificações – tais como, por exemplo, catálogos, desenhos, protótipos, fotos, etc. – deverá ser juntado ao PCM.

3 – JUSTIFICATIVA DA COMPRA

Registrar a justificativa da necessidade da aquisição de bens (material permanente ou de consumo), devidamente fundamentada, objetivando subsidiar a aprovação do termo de referência, pela autoridade competente. Deve ser descrito todos os argumentos que indiquem a necessidade da aquisição, com comentários a respeito do que vem ocorrendo no órgão solicitante, o que se espera com a aquisição, quantificando/qualificando os ganhos e o que pode ocorrer se não houver a aquisição. Justificar também o quantitativo a ser pedido.

4 – LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

Descrever o (s) local (is) e as condições de entrega do objeto. Informar, por exemplo, se a entrega será integral, parcelada, fracionada, etc., quantidade específica ou conforme necessidade. Informar ainda o endereço, o horário, etc.

5 – PRAZO DE ENTREGA

Indicar o prazo do fornecimento dos bens (material permanente/material de consumo) após a efetivação da compra. Levar em consideração o

princípio da razoabilidade para não ser deserto o certame, em razão de se estabelecer um prazo de entrega muito pequeno, portanto inexecutável.

6 – ESTIMATIVA DE PREÇO

Descrever o valor médio estimado da aquisição dos bens. Para tanto sugerimos utilizar método de cálculo padrão adotado: média aritmética dos valores de pelo menos três orçamentos pesquisados no mercado.

OBS: *Se possível anexar a este PCM, os três orçamentos (mínimo) utilizados na estimativa. Neste caso, os orçamentos deverão ser detalhados e assinados pelo representante da empresa, contendo CNPJ e demais dados cadastrais pertinentes. Cada um dos orçamentos deverá, ainda, ser assinado pelo servidor ou responsável pela pesquisa de preços. Salientamos que a adoção deste procedimento ajudará na celeridade do processo de licitação.*

7 – DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Incluir outros itens julgados necessários à aquisição, considerando a especificidade dos bens. E descrever outras informações que visem elucidar eventuais dúvidas sobre qualquer dos tópicos acima, como por exemplo, solicitação de amostra, período de garantia.

Município, XX de xxxxxxxx de XXXX.

Assinatura do Solicitante

Nome completo

Função

Autorização para iniciar o processo: () Autorizado () Não Autorizado

Ordenador de Despesa

NOTAS DE FIM

1 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

2 Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão

3 PROGEP (Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas), PROPLAN (Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento), PRG (Pró-Reitoria de Graduação) e GR (Gabinete da Reitoria).

4 É um conjunto de técnicas das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2011, p. 42).

5 Entre os anos de 2015 e 2016 o aumento na média mensal de estagiários não acarretou em aumento no investimento anual. Esse fato ocorreu devido a recente regulamentação da Instrução Normativa Conjunta PROGEP/PROPLAN/PRG/GR Nº 01/2016, em que normatizou que “a entrega do processo na PRG/CEM deve ocorrer (trinta) dias antes do início da vigência do estágio” e, com isso, evitou atrasos e retroativos nos pagamentos da primeira parcela da bolsa-estágio, o que vinha ocorrendo em anos anteriores.

6 A UFPB desenvolve um bom Programa de Assistência Estudantil, através de 04 (quatro) residências universitárias masculinas e femininas e 03 (três) restaurantes universitários, em 03 (três) campi da instituição, destinados aos alunos egressos de famílias de baixa renda. O Programa tem como objetivos gerais garantir o acesso, a permanência e a conclusão nos cursos de graduação desses alunos, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento em quantidade e qualidade. Entretanto, “apesar da UFPB apresentar um crescimento de 10%, nos últimos 03 anos, no que se refere aos programas de atendimento estudantil, ainda existe uma demanda reprimida de 8% que necessita de imediato atendimento para integralizar o seu curso no tempo mínimo.” (BRASIL, Projeto REUNI-UFPB, 2007, p. 23).

7 É preciso reconhecer que o acesso à educação superior no Brasil sempre foi um tema polêmico, especialmente porque confronta, de um lado, perspectivas mais elitistas de contenção de acesso visando, em grande parte, à manutenção do prestígio dos diplomados e o status dos profissionais no mercado de trabalho e, de outro, perspectivas mais populares de ampliação de acesso, o que representa aspirações de largas camadas da sociedade (OLIVEIRA, 2008, p. 80).

8 Atendente pessoal – conceituada no Art. 2º da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) como uma pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2017g, s/p).

9 Quantidade de estudantes assistidos nas ações desenvolvidas pela PRAPE junto ao CIA. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/quantidade-de-estudantes-assistidos-nas-acoes-desenvolvidas-pela-prape-cia-1.pdf/view>. Acesso 30 set 2017.

10 Lei 8080/90. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm

11 Programa criado pelo Decreto 7.082/2010, que dispõe sobre o financiamento compartilhado dos hospitais universitários federais entre as áreas da educação e da saúde e disciplina o regime da pactuação global com esses hospitais.

12 Segundo dados da EBSEERH, disponível em: <http://www.ebserh.gov.br/web/portal-ebserh/apresentacao1>. Acesso em 15/08/2017.

13 Artigo extraído da tese de doutorado “Coordenação do cuidado à criança/adolescente/família em condição crônica: a Estratégia Saúde da Família como ordenadora da Rede de Atenção à Saúde”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, JP, Brasil.

14 Para Kerlinger (1980, p. 179) o termo multivariado significa várias variáveis, pois há consenso entre os cientistas comportamentais de que os

fenômenos desta natureza têm muitos determinantes, sejam psicológicos, sociológicos ou educacionais, e devem ser tratados de forma multivariada.

15 Segundo a IBM, empresa detentora do Statistics Base (SPSS), este trata-se de um *software* de análise estatística que fornece recursos de análise do início ao fim do processo, auxiliando para melhor desempenho, condução de pesquisas e tomada de decisões.

16 O decreto 3.931/2001 tratava no seu art. 8º do instituto da adesão à ata de registro de preços, comumente denominado “carona”, quando permitia que órgãos e entidades da Administração que não participaram da licitação, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, demonstrando a vantagem da adesão, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços do outro ente.

17 Agenda 21 – Instrumento de planejamento de sociedades sustentáveis, é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente.

18 Site sobre CPS criado pela SLTI/MPOG: <http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/>

SOBRE OS AUTORES

Parte I – Educação

Flávia Paloma Cabral Borba

Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – UFPB (2017) e especialista em Gestão Educacional – UNICAP (2012). Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Fundação de Ensino Superior de Olinda (2009). Atualmente é técnica em assuntos educacionais da Universidade Federal da Paraíba. Centro de Educação – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional – MPPGAV.

Swamy de Paula Lima Soares

Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (2001) e mestre em Educação pela mesma Universidade (2004). Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal da Paraíba, atuando no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior. Também é Vice-diretor do Centro de Educação da UFPB (2017-2021).

Alan Leite Moreira

Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior pela UFPB (2017). Especialista em Metodologia do Ensino de Química pela FIJ-RJ (2011). Graduado no bacharelado em Farmácia, Bioquímica e Indústria pela UFPB (2013) e na Licenciatura em Química pela UFPB (2008). Técnico em Assuntos Educacionais da UFPB (2014-atual)

e Professor de Química da Rede Estadual de Ensino da Paraíba (2013-atual).

Ana Paula Furtado Soares Pontes

Graduada em Pedagogia pela UFPE (1987) e em Comunicação em Mídias Digitais pela UFPB (2019). Possui Especialização em Fundamentos da educação (1989), Mestrado em Educação (2007) e Doutorado em educação (2012) pela UFPE. Professora Adjunta do Departamento de habilitações Pedagógicas (2008-atual). Orientadora. Professora do MPPGAV.

Evandro Soares Costa Filho

Possui graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ (2009). Atualmente é auxiliar em administração da Universidade Federal da Paraíba e mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior pela UFPB (MPPGAV). Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior pela UFPB (MPPGAV).

Damião de Lima

Graduado em História pela UFPB (1989). Mestre em Economia pela UFPB (1996) e Doutor em História Econômica pela USP (2004). Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal da Paraíba, no Centro de Educação.

Lidiane Ramos da Silva

Pedagoga com área de aprofundamento em supervisão e orientação educacional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); com Título de Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade Integrada de Patos

(FIP/PB); Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação do Ensino Superior – (MPPGAV). Atualmente é Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, no Centro de Comunicação, Turismo e Artes - CCTA.

Edineide Jezine

Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (1988), Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (1997), Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2002) e Pós-doutorado na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Lisboa/PT (CAPES/FCT), com instância acadêmica na Universidade de Valência (Espanha, 2011). Professora Titular da Universidade Federal da Paraíba como atuação no ensino, pesquisa e extensão, na Graduação e Pós-graduação. É atualmente coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV). Orientadora. Professora do CE/UFPB.

Honório Patrício Neto

Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior pela Universidade Federal da Paraíba, graduado em BACHAREL EM CIENCIAS CONTÁBEIS pela Universidade Federal da Paraíba (2000). Atualmente é contador da Universidade Federal da Paraíba.

Éder da Silva Dantas

Professor do Departamento de Psicopedagogia da UFPB, pesquisador do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Superior - MPPGAV. Licenciado em História (UFPB), Especialista em Psicopedagogia (CINTEP/PB), Mestre em Ciências Sociais (UFPB), Doutor em Educação pela mesma universidade. Atualmente é Coordenador do Curso de Graduação em Psicopedagogia da UFPB.

Parte II – Saúde

Adriana Marques Pereira de Melo Alves

Possui graduação em Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba (1998), Mestrado em Enfermagem de Saúde Pública pela Universidade Federal da Paraíba (2001). Especialização em Cuidados Paliativos pelo Instituto de Saúde e Educação PINUS LONGAIEVA - SP (2012). Doutorado em Enfermagem na UFPB (2018). Atualmente é professor Adjunto IV do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal da Paraíba e vice-coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Bioética e Cuidados Paliativos do Centro de Ciências da Saúde-UFPB (2019 a 2021). Professora do curso de especialização em Cuidados Paliativos (HULW/GEP/NEPBCP/UFPB).

Ana Cristina Rodrigues Luna e Silva

Possui Bacharelado em Enfermagem (2011), Pós-graduada em Saúde Coletiva pela Faculdade integrada de Patos (2013) e em Saúde da Família pela Universidade Federal da Paraíba UFPB (2014). Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFPB (2018). Possui experiência como docente no departamento de Enfermagem da UACS/CCBS/UFCG, experiência profissional na atenção básica, em sala de vacinas e na área hospitalar. Secretaria de Saúde do Município de Campina Grande, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA.

Cristine Hirsch Monteiro

Possui graduação em Ciências Biológicas (1988), mestrado em Bioquímica e Imunologia (1992) e doutorado em Bioquímica e Imunologia (1997) todos pela UFMG. Professora Efetiva da UFPB desde 1994 e

promovida a Professora Titular em novembro de 2014. Professora do quadro permanente do PRODEMA desde 2013 trabalhando com contaminação parasitológica do ambiente e saúde do trabalhador da saúde. Departamento de Fisiologia e Patologia – CCS/UFPB, Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA.

Cizone Maria Carneiro Acioly

Possui graduação em Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba (1995) e mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba (1999). Doutora em Enfermagem pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem (PPGENf) - UFPB. Atualmente é professor adjunto II do Departamento de Enfermagem Clínica da Universidade Federal da Paraíba.

Marta Miriam Lopes Costa

Possui graduação em Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba (1983), residência em Medicina do Aparelho Locomotor na área de enfermagem, Hospital Sarah Kubistesckek (1984), mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba (1994), doutorado em Ciências da Saúde pela Universidade Federal da Paraíba (2003), doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2010) e Especialização em gestão de Hospitais Universitários pelo Hospital Sírio Libanês (2015). Atualmente é professora Titular da Universidade Federal da Paraíba e Professora da Pós Graduação em enfermagem.

Clodoaldo Gomes de Oliveira

Possui graduação em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal da Paraíba (2009). É especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (2012). Ocupou a função de Assessor de Comunicação Social do Hospital Universitário

Lauro Wanderley da UFPB no período de 2010 a 2012. Integrou a gestão 2011-2014 do Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Paraíba e o Grupo de Trabalho em Saúde do Sindicato dos Trabalhadores em Ensino Superior do Estado da Paraíba no período de 2006 a 2012.

Elenice Maria Cecchetti Vaz

Possui Graduação em Enfermagem e Obstetrícia pela Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EEAN/UFRJ). Mestrado em Enfermagem pela Faculdade de Enfermagem da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (FE/UERJ) e Doutorado em Enfermagem pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba (PPGENf/UFPB). Atualmente é professor Adjunto IV do Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (DESPP/CCS/UFPB) e docente do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba (PPGENf/UFPB)(Mestrado).

Neusa Collet

Possui graduação em Enfermagem e Obstetrícia pela Fundação Educacional do Alto Uruguai Catarinense (1986), Mestrado em Enfermagem Fundamental pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (1995) e Doutorado em Enfermagem pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (2001). Atualmente é professor Associado II do Departamento de Enfermagem de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Paraíba. Docente do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (Mestrado e Doutorado) e do Curso de Mestrado Profissional em Saúde da Família da Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família (RENASF-FIOCRUZ), Nucleadora UFPB. Coordenadora do Projeto financiado pelo CNPq. Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. João Pessoa-PB, Brasil. E-mail: neucollet@gmail.com

Altamira Pereira da Silva Reichert

Possui graduação em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1990), mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba (1998) e doutorado em Saúde da Criança e do Adolescente pela Universidade Federal de Pernambuco (2011). Atualmente é professor associado da Universidade Federal da Paraíba. Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Enfermagem em Saúde da Criança e do Adolescente. Orientadora no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, Brasil.

Parte III – Meio Ambiente

Fládson Ricardo Mendes dos Santos

Graduado em Administração de Recursos Humanos pela Universidade Nove de Julho (2007), Pós-Graduado em Gestão Empresarial pela mesma universidade e mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal da Paraíba (2017). Atuação como docente em programas e projetos sociais voltados a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade, com disciplinas correlatas à gestão nas relações humanas e empresariais - Professor Bolsita do PRONATEC. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil.

Márcia Batista da Fonseca

Pós Doutorado em Economia Internacional, Universidade de Ghent, Bélgica (2011). Doutora em Economia - Área de Concentração Economia Internacional - pela Universidade Federal de Pernambuco (2004).

Mestre em Economia - Área de Concentração Economia da Empresa - pela Universidade Federal da Paraíba (1999). Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba (1995). Professora Associada do Departamento de Economia da Universidade Federal da Paraíba.

José Osman dos Santos

Possui graduação em Licenciatura Em Física pela Universidade Federal de Sergipe (1998), mestrado em Física pela Universidade Federal de Sergipe (2001) e doutorado em Tecnologia Nuclear pela Universidade de São Paulo (2007) e atualmente é professor efetivo do Instituto Federal de Sergipe.

Diná Faustino Bezerra

Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFPB. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Tiradentes (2008), pós-graduada em Auditoria e Contabilidade Pública pela Fanepe. Foi contadora da FAPESE- Fundação de apoio a pesquisa e extensão de Sergipe, Gerente de Contabilidade do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe. Coordenadora de Contabilidade do Instituto Federal de Sergipe IFS Campus Lagarto e atualmente no IFS Campus Aracaju, como Coordenador de Execução Financeira.



Este livro foi diagramado pela
Editora UFPB em 2021.

Este livro resulta da adesão da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) ao Encontro Institucional Unificado de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Paraíba. Esta série histórica do Encontro Institucional de Pós-Graduação da UFPB, teve como tema de abertura a *Pós-Graduação e a Capacitação de Servidores Públicos: revelando o Programa de Qualificação Institucional (PQI) da UFPB*.

Neste volume discutem-se políticas públicas educacionais, democratização da educação superior, planejamento e gestão universitária, saúde e meio ambiente, sob uma perspectiva transversal tão necessária diante das mudanças impostas nesta segunda década do milênio.

ISBN 978-85-237-1544-1



9 788523 715441